



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI Nº 48 SEXTA-FEIRA, 15 DE ABRIL DE 2016

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori

Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Roberta Lys de Moura Rochael

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

José Farias Maranhão

Coordenador Industrial

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – 51ª SESSÃO, DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 14 DE ABRIL DE 2016	
1.1 – ATA	9
1.1.1 – ABERTURA	9
1.1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (vide item 1.2)	
1.1.2.2 – Oradores	
SENADOR LASIER MARTINS - Apelo ao Presidente do PDT para que libere a bancada na votação do impeachment da Presidente Dilma Rousseff.	9
SENADOR PAULO PAIM - Reflexões sobre artigo de autoria de S. Exª publicado pelo jornal Zero Hora intitulado "O processo é político, dizia Danton"; e outros assuntos.	14
SENADOR IVO CASSOL, como Líder - Agradecimentos a todos aqueles que envidaram esforços para a aprovação do projeto de lei que libera a utilização da fosfoetanolamina sintética para pacientes diagnosticados com câncer.	19
SENADORA ANA AMÉLIA - Preocupação com atos de violência que possam ocorrer nos próximos dias durante a apreciação, pela Câmara dos Deputados, do impeachment da Presidente da República; e outro assunto.	26
SENADORA GLEISI HOFFMANN - Indignação com as recentes agressões verbais proferidas contra S. Exª.....	29
1.1.3 – ORDEM DO DIA	
1.1.3.1 – Mensagem da Presidente da República	
Nº 36/2016 (nº 135/2016, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. CARLOS EDUARDO BARBOSA PAZ para exercer o cargo de Defensor Público-Geral Federal.....	31
1.1.3.2 – Item 1	
Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 426/2015, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (proveniente de Sugestão do Programa Senado Jovem), que <i>altera a Lei nº 9.394, de 1994 - Lei de Diretrizes e Bases, para instituir a aplicação de teste vocacional no ensino médio, e dispõe sobre a oferta gratuita de cursos preparatórios para o ensino superior. Substitutivo definitivamente adotado.</i> À Câmara dos Deputados.....	31
1.1.3.3 – Item 2	
Proposta de Emenda à Constituição nº 43/2012, tendo como primeira signatária a Senadora Marta Suplicy, que <i>altera a redação do inciso II do art. 203 da Constituição para acrescentar entre os objetivos da assistência social o amparo à mulher vítima de violência. Transcorrida a primeira sessão de discussão, em primeiro turno</i>	32
1.1.3.4 – Item 3	
Projeto de Lei da Câmara nº 20/2014 (nº 2.839/2011, na Câmara dos Deputados), que <i>acrescenta o art. 394-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal</i> Aprovado. À sanção.....	33
1.1.3.5 – Item 4	
Projeto de Lei da Câmara nº 44/2014 (nº 628/2011, na Câmara dos Deputados), que <i>altera os arts. 2º e 6º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica.</i> Aprovado, com emendas.	33
Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 44/2014 (Parecer nº 442/2016-CDIR). Aprovada. À Câmara dos Deputados.	34
1.1.3.6 – Item 5	
Projeto de Lei da Câmara nº 76/2014 (nº 814/2007, na Câmara dos Deputados), que <i>acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para proibir o trabalho da gestante ou lactante em atividades, operações ou locais insalubres</i>	34
1.1.3.7 – Requerimento	
Nº 296/2016, do Senador Ricardo Ferraço, de adiamento da votação do Projeto de Lei do Senado nº 233/2015-Complementar. Aprovado.	37
1.1.3.8 – Item 5 (continuação)	
Projeto de Lei da Câmara nº 76/2014 (nº 814/2007, na Câmara dos Deputados), que <i>acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para proibir o trabalho da gestante ou lactante em atividades, operações ou locais insalubres.</i> Aprovado. À sanção	38

1.1.3.9 – Item extrapauta

Projeto de Decreto Legislativo nº 11/2016 (nº 84/2015, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Multilateral sobre Assistência Administrativa Mútua em Assuntos Fiscais emendada pelo Protocolo de 1º de junho de 2010, assinada em 3 de novembro de 2011. Aprovado.* À promulgação..... 38

1.1.3.10 – Item extrapauta

Requerimento nº 35/2016, do Senador José Pimentel, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 94 e 447/2007; 81 e 158/2010; com o Projeto de Lei da Câmara nº 118/2015. **Aprovado.**..... 39

1.1.3.11 – Item extrapauta

Requerimento nº 101/2016, da Senadora Lídice da Mata, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 66/2011, 42/2013, 48 e 71/2014. **Aprovado.** 39

1.1.3.12 – Item extrapauta

Requerimento nº 102/2016, do Senador Paulo Paim, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 66/2011 e 42/2013. **Aprovado.** 39

1.1.3.13 – Item extrapauta

Requerimento nº 103/2016, do Senador Wilder Moraes, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 66/2011 e 42/2013. **Aprovado.** 39

1.1.3.14 – Item extrapauta

Requerimento nº 988/2015, do Senador Delcídio do Amaral, de oitiva da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo sobre o Projeto de Lei do Senado nº 256/2015. **Aprovado.** 39

1.1.3.15 – Item extrapauta

Requerimento nº 95/2016, do Senador Edison Lobão, de oitiva da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei do Senado nº 460/2012. **Aprovado.** 39

1.1.3.16 – Item extrapauta

Requerimento nº 96/2016, do Senador Edison Lobão, de oitiva da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei do Senado nº 360/2013. **Aprovado.** 39

1.1.3.17 – Item extrapauta

Requerimento nº 97/2016, do Senador Edison Lobão, de oitiva da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei do Senado nº 302/2014. **Aprovado.** 39

1.1.3.18 – Item extrapauta

Requerimento nº 134/2016, do Senador Romário, de oitiva da Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre o Projeto de Lei do Senado nº 21/2016. **Aprovado.** 39

1.1.3.19 – Item extrapauta

Requerimento nº 153/2016, do Senador Douglas Cintra, de oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 289/2007. **Aprovado.** 39

1.1.3.20 – Item extrapauta

Requerimento nº 193/2016, do Senador Ricardo Ferraço, de oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 433/2013. **Aprovado.** 39

1.1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA**1.1.4.1 – Oradores**

SENADOR JORGE VIANA - Exposição de artigos de Janio de Freitas e Luis Fernando Verissimo, que tratam do processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff..... 40

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN, como Líder - Críticas à forma de condução do processo de impeachment feita pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha..... 50

SENADOR VALDIR RAUPP - Apelo às autoridades federais pela duplicação, conservação e restauração das rodovias do País. 53

SENADOR PAULO PAIM, como Líder - Leitura do “Manifesto de Constituintes à Nação”, que será entregue aos Parlamentares com o intuito de propiciar uma reflexão acerca do processo de impedimento da Presidente Dilma Rousseff..... 55

SENADORA FÁTIMA BEZERRA - Críticas ao suposto plano de governo que seria implementado pelo Sr. Michel Temer caso seja aprovado o processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff; e outros assuntos..... 61

SENADOR RICARDO FERRAÇO - Apresentação de argumentos favoráveis ao impedimento da Presidente Dilma Rousseff..... 65

SENADOR TELMÁRIO MOTA - Críticas à suposta conspiração feita para interromper o mandato da Presidente Dilma Rousseff..... 73

SENADOR JOÃO CAPIBERIBE - Reflexão acerca das crises política, econômica e ética instaladas no País. 81

SENADOR WELLINGTON FAGUNDES, como Líder - Satisfação com o anúncio feito pelo Ministro da Educação a respeito da criação da Universidade Federal de Rondonópolis-MT; e outros assuntos..... 83

SENADOR DONIZETI NOGUEIRA – Satisfação com a ocorrência de acontecimentos benéficos para a retomada do crescimento da economia do país; e outro assunto. 88

SENADOR PAULO ROCHA, como Líder - Alerta quanto ao movimento conspiratório em torno do impeachment da Presidente Dilma Rousseff.....	91
1.1.4.2 – Fala da Presidência (Senador Paulo Paim)	96
1.1.4.3 – Oradores (continuação)	
SENADOR HÉLIO JOSÉ - Manifestação contrária ao PLC 30/2015, que amplia as hipóteses legais de terceirização de atividades-fim; e outros assuntos.	96
1.1.5 – ENCERRAMENTO	100
1.2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS	
1.2.1 – EXPEDIENTE	
1.2.1.1 – Aviso do Tribunal de Contas da União	
Nº 247/2016, na origem, encaminhando informações complementares referentes ao Requerimento nº 1/2015, do Senador Ataídes Oliveira	101
1.2.1.2 – Comunicações	
Da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Ofício nº 50/2016).....	101
Da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Ofício nº 51/2016)	102
Da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Ofício nº 52/2016).....	103
Da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 53/2016)	104
1.2.1.3 – Discurso encaminhado à publicação	
SENADORA ANGELA PORTELA – Preocupação com o aumento da violência no País e defesa da manutenção do Estatuto do Desarmamento.....	105
1.2.1.4 – Mensagens da Presidente da República	
Nº 36/2016 (nº 135/2016, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. CARLOS EDUARDO BARBOSA PAZ para exercer o cargo de Defensor Público-Geral Federal.....	106
Nº 37/2016 (nº 136/2016, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. GEORGE MONTEIRO PRATA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega e, cumulativamente, junto à República da Islândia	122
Nº 38/2016 (nº 138/2016, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. FLÁVIO HELMOND MACIEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Panamá.....	183
1.2.1.5 – Pareceres	
Nº 441/2016, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 11/2016.....	212
Nº 443/2016, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 113-A/2015.....	218
1.2.1.6 – Projeto de Lei do Senado	
Nº 168/2016, da Senadora Lúcia Vânia, que <i>dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativo ao exercício de 2016, com o objetivo de fomentar as exportações do País</i>	235
1.2.1.7 – Proposta de Emenda à Constituição	
Nº 19/2016, tendo como primeiro signatário o Senador José Maranhão, que <i>altera a redação do §9º do art. 144 da Constituição Federal para assegurar aos servidores policiais a percepção de vantagens remuneratórias</i>	240
1.2.1.8 – Requerimentos	
Nº 296/2016, do Senador Ricardo Ferraço, de adiamento da votação do Projeto de Lei do Senado nº 233/2015-Complementar.	244
Nº 297/2016, do Senador Humberto Costa, de oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 211/2012.....	245
Nº 298/2016, do Senador Humberto Costa, de oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 211/2012.	246
Nº 299/2016, do Senador José Pimentel, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 134 e 135/2016.....	247
1.2.1.9 – Término de prazo	
Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 15/2016; e aos Projetos de Lei da Câmara nºs 64, 162, 220 e 221/2015	248

1.2.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

1.2.2.1 – Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 426/2015

Matéria aprovada..... 248

1.2.2.2 – Projeto de Lei da Câmara nº 20/2014

Matéria aprovada..... 249

1.2.2.3 – Projeto de Lei da Câmara nº 44/2014

Redação final (Parecer nº 442/2016-CDIR)..... 250

1.2.2.4 – Projeto de Lei da Câmara nº 76/2014

Matéria aprovada..... 252

1.2.2.5 – Projeto de Decreto Legislativo nº 11/2016

Matéria aprovada..... 253

1.2.2.6 – Despachos decorrentes de deliberação de requerimentos

Requerimento nº 35/2016..... 254

Requerimento nº 101/2016..... 254

Requerimento nº 102/2016..... 254

Requerimento nº 103/2016..... 254

Requerimento nº 988/2015..... 254

Requerimento nº 95/2016..... 254

Requerimento nº 96/2016..... 254

Requerimento nº 97/2016..... 254

Requerimento nº 134/2016..... 254

Requerimento nº 153/2016..... 254

Requerimento nº 193/2016..... 254

2 – DECRETO LEGISLATIVO

Nº 105/2016 255

3 – ATA**3.1 – MESA DO SENADO FEDERAL**

Ata da 1ª Reunião, realizada em 23 de março de 2016..... 256

SENADO FEDERAL**4 – COMPOSIÇÃO**..... 272**5 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DIRETORA**..... 275**6 – LIDERANÇAS**..... 276**7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS**..... 279**8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**..... 298**9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**..... 308**10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**..... 358**CONGRESSO NACIONAL****11 – COMISSÕES MISTAS**..... 382**12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**..... 392

51ª Sessão, Deliberativa Extraordinária , em 14 de Abril de 2016

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidências dos Srs. Jorge Viana e Paulo Paim, da Srª Fátima Bezerra e do Sr. Wellington Fagundes.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 10 minutos e encerra-se às 18 horas e 44 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:



REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal 55ª Legislatura 2ª Sessão Legislativa Ordinária

51ª Sessão Deliberativa Extraordinária, às 10 horas Período: 14/04/2016 07:00:00 até 14/04/2016 20:35:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PSDB	MG	Aécio Neves	X
PSDB	SP	Aloysio Nunes	X
PV	PR	Álvaro Dias	X
PP	RS	Ana Amélia	X
PT	RR	Ângela Portela	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X
PSB	SE	Antônio C Valadares	X
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	X
PP	AL	Benedito de Lira	X
PR	MT	Blairo Maggi	X
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X
PPS	DF	Cristovam Buarque	X
PSDB	SC	Dalirio Beber	X
PMDB	SC	Dário Berger	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X
PT	TO	Donizeti Nogueira	X
PMDB	MA	Edison Lobão	X
PSC	SE	Eduardo Amorim	X
PTB	PI	Elmano Férrer	X
PMDB	CE	Eunício Oliveira	X

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PT	RN	Fátima Bezerra	X
PSB	PE	Fernando Coelho	X
PTC	AL	Fernando Collor	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	X
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X
PMDB	DF	Hélio José	X
PT	PE	Humberto Costa	X
PP	RO	Ivo Cassol	X
PMDB	MA	João Alberto Souza	X
PSB	AP	João Capiberibe	X
PT	AC	Jorge Viana	X
DEM	RN	José Agripino	X
PMDB	PB	José Maranhão	X
PSD	MT	José Medeiros	X
PT	CE	José Pimentel	X
PSDB	SP	José Serra	X
PDT	RS	Lasier Martins	X
PSB	BA	Lidice da Mata	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X
PSB	GO	Lúcia Vânia	X
PR	ES	Magno Malta	X
PMDB	SP	Marta Suplicy	X
PSD	AM	Omar Aziz	X
PSD	BA	Otto Alencar	X
PSDB	SC	Paulo Bauer	X
PT	RS	Paulo Paim	X
PT	PA	Paulo Rocha	X
PMDB	PB	Raimundo Lira	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X
PT	PI	Regina Sousa	X
-	DF	Reguffe	X
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	X
DEM	SE	Ricardo Franco	X
PMDB	PR	Roberto Requião	X
PSB	RJ	Romário	X
PMDB	RR	Romero Jucá	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X
PDT	RR	Telmário Mota	X
PMDB	RO	Valdir Raupp	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X
-	BA	Walter Pinheiro	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X
PTB	MG	Zezé Perrella	X

Compareceram 69 senadores.

ATA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Há oradores inscritos.

A Senadora Fátima Bezerra é a primeira oradora inscrita.

Se V. Exª quiser trocar...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Quero.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... eu aceito V. Exª sentar aqui, e vou falar.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

Ainda há espaço para uma CI?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com certeza.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, eu peço a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se o Senador Lasier Martins quiser falar, poderá fazê-lo de imediato.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Agora?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora! Em seguida, falo eu.

Então, o Senador Lasier Martins está convidado para ir à tribuna.

Eu queria neste momento, Senadora Fátima Bezerra, Senador Lasier Martins, Senador Telmário Mota, que estão aqui no plenário, dizer que hoje eu não fui ao gabinete do Lasier Martins, mas queria ir lá, porque estou me cuidando com relação ao pré-diabetes. Quero dizer que é com muita alegria que neste momento nós o cumprimentamos pelo seu aniversário. Que esta data se multiplique por anos e anos de vida.

V. Exª, quando chegou ao Congresso, veio com a marca sempre firme. Eu o conheci como profissional e, claro, como um agente político, então fica aqui o meu reconhecimento. Independentemente de divergências pontuais que temos, como a questão do *impeachment*, é uma alegria enorme presidir os trabalhos e pedir à Fátima Bezerra e ao meu amigo Telmário Mota uma salva de palmas para o nosso amigo Lasier Martins pelo seu aniversário. (*Palmas.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Presidente, agradeço muito.

Quero lhe dizer que estou muito feliz, aqui no Senado, exatamente por esse círculo... (*Fora do microfone.*) ... de boas relações.

Quero dizer que, lá no gabinete, fui surpreendido agradavelmente pela minha maravilhosa equipe com uma fantástica mesa de doces, bolos e sucos, que estarão disponíveis o dia inteiro. Então, eu quero convidar o Telmário, a Senadora Fátima, V. Exª, para que deem uma passada lá no meu gabinete. De fato, ficam em plano muito secundário as nossas eventuais divergências de ideias, de discursos; o que importa é o bom relacionamento que comungamos todos aqui no Senado.

Agradeço essa gentil manifestação de um homem que sempre admirei como grande líder que foi na área sindical e que hoje é um líder aqui no Senado. É um dos políticos mais corretos, mais íntegros, e não me canso de divulgar isso aos meus amigos quando circulo pelo interior do Rio Grande do Sul e me perguntam: “Mas que tal é o Senador Paulo Paim?” Eu sempre digo: “É um *gentleman*, um homem que não briga, respeitoso; que tem divergências, mas sempre em nível muito elevado”. Eu lhe agradeço muito, Senador. Obrigado.

Eu queria aproveitar esta oportunidade, Senador Presidente dos trabalhos – cumprimentando também os telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, sobretudo a TV Senado, que a cada dia amplia mais o seu alcance e a sintonia por esse Brasil afora –, este momento, que, para mim, é muito festivo. Por que não? Apesar de que o avanço da idade não seja motivo para muita comemoração, afinal, quando vamos ficando velho, começamos a nos assustar com o avanço da idade. Mas eu queria aproveitar este momento para fazer um apelo, Presidente Paim, ao Presidente do meu Partido, Carlos Lupi.

O meu Partido está vivendo um momento muito delicado e – por que não? – muito constrangedor: o Partido, com a orientação de seu Presidente, Carlos Lupi, tomou uma decisão que julgo equivocada, ao radicalizar um posicionamento de votar a favor da Presidente Dilma. Quero dizer que estou vivendo uma avalanche de telefonemas e de mensagens do meu Estado – e até de alguns de fora do Rio Grande do Sul, como Paraná e Santa Catarina – de apelos para que o Partido libere a Bancada para votar em quem quiser: ou a favor do *impeachment* ou contra o *impeachment*. Então, quero fazer um apelo de público; sei que o Presidente do Partido está em Brasília, e ele poderia liberar.

Nós estamos vendo situações extremamente constrangedoras, como, por exemplo, meu prezado amigo Telmário Mota, a de que o Presidente do PDT do Rio Grande do Sul, Pompeo de Mattos, declarou às emissoras de rádio do Rio Grande do Sul e aos jornais, ontem, que ele gostaria muito de votar pelo *impeachment*. No entanto, ele vai votar, contrariadamente, contra o *impeachment*, porque ele quer obedecer a decisão do Partido. Então, vejam a que situação nós chegamos: uma Liderança político-partidária ter de votar contra os seus princípios, contra a sua história, contra o seu eleitorado! Porque, no Rio Grande do Sul, ao menos, a opinião preponderante é de que devemos mudar o Governo.

A Presidente Dilma teve oportunidade de recompor a economia, de estabelecer um rumo de progresso ao Estado, mas não conseguiu. Houve muitas omissões, muitos erros, algumas convivências com nomes que vieram a integrar a Petrobras e outros. Portanto, deve dar uma oportunidade a que outro venha, seja lá quem for, e a minha pregação, nesta tribuna, tem sido já, por várias vezes, de que o ideal é que o Tribunal Superior Eleitoral entrasse em ação, deixasse um pouco a sua lentidão na instrução do processo, julgasse os dois e desse oportunidade à população brasileira de fazer uma nova eleição, aí, sim, arejando completamente as possibilidades de um novo Governo, de uma nova proposta ao Brasil.

Então, arrematando, Presidente Paulo Paim, este é o apelo que quero fazer: que o Presidente do PDT libere a Bancada para votar em quem quiser não só agora no domingo, como depois, como, provavelmente, vai acontecer no Senado. Quando o Presidente do Partido invoca que Leonel Brizola não permitiria golpe, isso não é golpe.

E eu trouxe aqui – e mostro para a Câmara – a doutrina do Partido Democrático Trabalhista e três discursos de Leonel Brizola, respectivamente, em 18 de março de 2004, depois em 5 de maio de 2004 e um primeiro em 3 de julho de 2003, em que o Presidente de então, o saudoso Leonel Brizola, já discursava sobre os “Sinais de Desintegração”, esse é o título do discurso. Dia 18 de março de 2004, no ano em que veio a falecer, Brizola já dizia que:

A cada vez, a cada dia, por toda parte, surgem sinais de que o Governo Lula vai se desintegrando. Apenas um mês de escândalo, Waldomiro Diniz foi o suficiente para que ficasse evidente e dramática a crise de uma administração incapaz de tomar as decisões que o povo esperava e que só se preocupa com o seu projeto político eleitoral. O atual Presidente revelou-se um inepto e um fraco de ideias e de comando.

Isso precisa ser lembrado pelo Sr. Carlos Lupi. O Presidente, o grande construtor do trabalhismo, Leonel Brizola já dizia isto, que, com a desintegração do Governo, já a partir do escândalo de Waldomiro Diniz, das loterias de Carlinhos Cachoeira, ali começava a desintegração de uma proposta de governo. Imaginem se hoje vivesse ainda Leonel Brizola, o que diria do desmantelamento da Petrobras, dos problemas criados na Eletrobrás, do fracasso de uma política econômica que nos leva a 3,8 abaixo de zero no PIB do Brasil no ano passado e a caminho neste ano? Imaginem o que estaria dizendo Leonel Brizola!

Portanto, Sr. Carlos Lupi, Leonel Brizola não pode ser referido pelo senhor nesta oportunidade. É um erro brutal – é um erro brutal! – comprometer os princípios do Partido e obrigar os trabalhistas do Brasil a darem apoio a este Governo, que, lamentavelmente fracassou. Então, é o apelo, no dia do meu aniversário, é o apelo que faço aqui, para que libere a Bancada, que dê dignidade à nossa Bancada, porque ela está verdadeiramente acuada!

Senador Telmário.

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Lasier, primeiro, quero – como já fiz pessoalmente e por telefone – publicamente aqui lhe parabenizar por esta data tão importante na sua vida, na vida da sua família e dizer que, sem nenhuma dúvida, neste Senado, o Rio Grande do Sul soube fazer esta mudança: tirou um ícone da política, como Pedro Simon, e o colocou aqui, um homem competente, honesto, íntegro, com o olhar sempre para o bem-estar da população e, sobretudo, de honestidade, de dignidade. Mas eu queria, neste momento, discordar de V. Ex^a no que diz respeito ao nosso Partido. A decisão não é do Presidente Lupi; a decisão é da executiva do Partido. E a decisão do nosso Partido foi com base na realidade brasileira. V. Ex^a fala, por exemplo, que a Presidenta teve um ano e pouco para recuperar as economias e colocar o País naquilo que nós esperávamos. Conversando com a Presidenta estes dias, ela me disse: “Senador Telmário, uma Presidenta da República e qualquer um... O sistema brasileiro só funciona com uma coalizão. O seu partido sozinho não ganha e não comanda esta Nação”. Por isso, o Governo da Presidente Dilma é um governo de coalizão partidária, sendo o PMDB sócio majoritário nesse contexto, tendo o Vice-Presidente, sete Ministérios, mais de 600 cargos, só de primeiro e segundo escalões, e até de terceiro escalão. Então, ela tinha o PMDB, o PT, o PDT, o PR, vários partidos fazendo a governabilidade. Agora, Senador Lasier, V. Ex^a há pouco subiu nessa tribuna e elogiou, com muita propriedade e consciência, o quadro que assiste V. Ex^a em seu ga-

binete, o quadro técnico que V. Ex^a, agora mesmo, classificou de competente, de eficiente, e eu acredito que realmente acontece isso. Agora, imagine a Presidenta da República ao assumir! Ao lado dela, havia um senhor chamado “Traidor Temer”. Ao lado dela! Um homem que gozava da total confiança desse Governo, a ponto de controlar os cargos, todos os cargos federais – todos! Era o Michel Temer quem fazia isso. Ele não era só o Vice; ele ocupava um cargo de coalizão dentro desse Governo. Era ele que fazia as composições partidárias neste País. E ele era detentor de informações privilegiadas – o Sr. Michel Temer era detentor de informações privilegiadas dentro do Governo! Só que, ao lado da Presidenta Dilma, estava um conspirador; um conspirador que tinha lá na ponta um corrupto presidindo, lamentavelmente, a Câmara Federal, que é o Sr. Cunha. Portanto, o Michel Temer, em parceria com o Cunha, passava informações privilegiadas, informações de Estado, para o Sr. Cunha criar as pautas bombas, porque eles queriam desgastar a Presidente na sua popularidade. Eles tinham um plano: o plano de tomar o Governo, como estão querendo. Então, culpar a Presidente Dilma sozinha pelo encaminhamento da economia deste País é, no mínimo, uma injustiça. E depois tirá-la sem nenhum crime de responsabilidade é uma maior injustiça; para colocar... Hoje, eu vi a lista, de que daqui a pouco vou falar, de prováveis Ministros – é de assustar esta Nação. É de assustar esta Nação. Pessoas que não podem ocupar jamais um cargo tão relevante como o de Ministro estão aí elencadas para comandar. A acontecer isso, nós vamos tirar uma Presidenta que está passando por um momento de impopularidade, só, mas que nunca atrapalhou a Polícia Federal, nunca atrapalhou o Ministério Público, nunca atrapalhou a Justiça. Estão caminhando a passos largos para esclarecer opções que nenhum país, nenhum Estado, nenhum outro governante permitiu. Querem tirá-la para colocar aqui nada mais, nada menos do que uma quantidade deles que estão aí. Pode ver: quase 30%, 40%, 50% dos Deputados que votaram para acatar o *impeachment* estão envolvidos em corrupção. Um mão suja não pode julgar ninguém – não pode julgar ninguém! Então, o PDT fechou questão na Câmara com a maioria. Eles se reuniram, os Deputados, a direção. Eu não acredito. Eu acho que esse *impeachment* não vai passar, porque quem tem bom senso... A sociedade brasileira está abrindo o olho. Imaginem tirar a Dilma para colocar uma facção criminoso! É um absurdo! Eu não posso, eu não consigo acreditar que amanhã um Cunha vai ser Presidente da República. Eu não consigo entender isso! Eu não consigo visualizar isso! Isso é brincar com a República brasileira. É rasgar... Leonel Brizola jamais, em nenhum momento, aceitaria tirar a Dilma para deixar um Cunha com um Michel Temer assumindo, sem haver nenhuma...

(Soa a campanha.)

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sem ter sido aprovado nas urnas. Eu queria só alertar V. Ex^a que a direção do PDT está sinceramente dentro da bandeira, dentro dos princípios, dentro daquilo que o PDT defende. Respeito, naturalmente, a fala de V. Ex^a, mas eu queria colocar que não foi uma decisão unitária, unilateral do nosso Presidente, mas da executiva do Partido.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu já queria cumprimentar o Senador Lasier, mas ele é o aniversariante.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E eu queria, não posso chegar aqui, além de mandar um cartão, desejar saúde, felicidade. Temos tido aqui uma extraordinária convivência, estamos passando por este período de turbulência, mas eu queria certamente me somar aos seus familiares, seus amigos, seus correligionários, eleitores, e desejar um feliz aniversário e, ao mesmo tempo, que V. Ex^a siga nos ajudando a conduzir os destinos do País aqui, no Senado Federal! Faço isso, tenho certeza, em nome de todos os colegas que estão aqui e que fazem parte da Casa. Então, parabéns, Senador Lasier Martins e, claro, peço desculpas por ter interrompido e sigo aí com...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Recebo, Senador Jorge Viana, os seus cumprimentos com muita alegria, porque já disse uma vez aqui desta tribuna que tenho uma grande admiração por V. Ex^a, que é um homem elegante, elegante nos gestos, elegante no comportamento, elegante no vocabulário e, por isso, V. Ex^a se constitui num dos Senadores mais estimados e respeitados. Muito obrigado por sua manifestação tão cordial a mim por esta data de hoje.

Mas, já para encaminhar o meu pensamento sobre o que estávamos aqui discutindo, e, em seguida, concedo um aparte também ao Senador José Medeiros, eu queria lembrar ao Senador Telmário que concordo com ele, Senador Telmário, que estejamos vivendo um mundo de traições: Michel Temer, que não é o meu candidato para ser Presidente da República, também acho que não reúne as condições de que o Brasil precisa... Temos inúmeras traições neste País nos últimos tempos. A própria Presidente Dilma traiu o eleitorado, quando, durante a campanha eleitoral, pintou um Brasil ficcional, irreal, com aquela propaganda na televisão, em que as pessoas diziam: “Eu quero viver no mundo da propaganda da Dilma!”, que era um Brasil vibrante, colorido,

próspero, pelos truques da marquetagem do João Santana, e, depois, ao esconder a realidade econômico-financeira do País – aquilo foi uma traição ao eleitorado brasileiro.

Agora, quero enfatizar o tempo todo, lembrar o tempo todo, que o *impeachment* não é um processo puramente jurídico, mas um processo jurídico e político. E não precisamos ir longe, basta lembrar o caso do Collor, que foi deposto por razões políticas.

(Soa a campanha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É o que está decidindo a Câmara dos Deputados agora nesse próximo domingo. É uma decisão que tem um fundamento também jurídico, mas é preponderantemente política.

E o próprio ex-Presidente Lula traiu a confiança brasileira, quando não viu ou não quis ver a ruína da Petrobras, ou foi cúmplice dela ou foi conivente com ela. Disso não há dúvidas. Ele era o Presidente da República com a montagem daquela equipe tão desonesta que desmontou a Petrobras. Isso também é traição.

Por isso, eu repito: nós vivemos um mundo de desvirtuamento da política. E é por isso que as multidões estão indo às ruas. Nós precisamos fazer um desmonte dessa política errática e desleal que estamos vivendo.

E, se for o caso, ali adiante, que o Superior Tribunal Eleitoral retire o Sr. Michel Temer, se encontrar fundamentos também em erros...

(Interrupção do som.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ... eleitorais que ele tenha cometido. *(Fora do microfone.)*

E, arrematando, Senador Paulo Paim, Senadora Ana Amélia, Senador Dário Berger, Senador José Medeiros, Senador Jorge Viana, eu quero lembrar o meu apelo ao Presidente do PDT para que releve esta crise que estamos vivendo e libere a Bancada para votar como quiser nesse processo de *impeachment*, porque o PDT já perdeu demais. É preciso lembrar ao eleitorado e a todos aqueles que acompanham a política que, nos últimos meses, o PDT perdeu quatro estrelas. Uma delas é a estrela maior do Partido, que foi Cristovam Buarque. O Partido perdeu Pedro Taques, hoje Governador do Mato Grosso; perdeu Antônio Reguffe, Senador pelo Distrito Federal; e, ainda há 15 dias, perdeu José Perrella, Senador de Minas Gerais. Os quatro por uma única razão: divergência com o Presidente do Partido que vem dismantelando o PDT, vem apequenando o PDT. E é por isso que eu peço que esse Presidente do PDT convença a cúpula e comece a reabilitar, porque, daqui a pouco, não teremos mais ninguém no PDT. E nós tínhamos e mantemos um sonho de fazer um elevado número de prefeitos por esse Brasil afora. Eu mesmo tenho andado pelo interior do Rio Grande prestigiando as campanhas dos candidatos do PDT às prefeituras municipais.

Concedo-lhe a palavra, Senador José Medeiros.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Muito obrigado pelo aparte, Senador Lasier Martins, ao tempo em que quero cumprimentá-lo por mais essa primavera, por mais esse ano de vida. Quero deixar meus parabéns. Concordo com V. Ex^a, também, no elogio que fez ao nosso Presidente que ora preside a Mesa. Realmente, ele é um esgrimista. Embora estejamos em lados opostos – geralmente estamos em fronteiras distintas –, eu digo que ele não luta MMA.

(Soa a campanha.)

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – É um esgrimista nato, um elegante na política. Dito isso, Senador Lasier, eu quero concordar com V. Ex^a, embora seja de outro Partido e não tenha que meter a colher nos assuntos internos do PDT. Eu tenho acompanhado V. Ex^a e fui um dos que o convidou à época em que o Senador Cristovam Buarque estava saindo do Partido, mas, no momento em que liguei para V. Ex^a em Porto Alegre, V. Ex^a disse-me claramente por que se manteria no PDT. E foram todos motivos de ideologia, do trabalho. Explicou-me toda a essência do PDT. V. Ex^a representa o brizolismo, V. Ex^a representa o trabalhismo. Não vejo, hoje, na direção do PDT, nada disso, nada dessa essência do que representou o PDT, nada do que representou aquele PDT de Leonel Brizola, que espalhou...

(Interrupção do som.)

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – ... por cada Município deste País um CAIC, aquelas escolas de tempo integral. Ele não representa isso. Vejo, hoje, muito mais um Partido que tem dono e que está ali para abocanhar o próximo cargo. Não importa quantos saiam. Não tenho dúvida de que vai fechar a questão mesmo e que V. Ex^a vai ter que acabar votando contra o *impeachment* ou ter que tomar

outro caminho. Essa é a encruzilhada que vejo que o Partido está lhe colocando. É lamentável, porque isso enfraquece a política. Quando homens da sua estatura têm que ficar neste tipo de constrangimento, entre o seu Partido, um Partido que tem uma história, e os seus ideais e a necessidade da Nação, isso enfraquece a política. V. Exª tem se mostrado aqui um baluarte e eu sei que tomará a melhor decisão para a Nação brasileira. Quero...

(Soa a campanha.)

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – ... concordar plenamente, parabenizá-lo e dizer que, com certeza, há outras siglas que lhe abraçariam e que estão de braços abertos para lhe receber, caso o PDT não queira um homem da sua estatura, um político da sua envergadura nas suas fileiras. Muito obrigado.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado pelo seu aparte, Senador José Medeiros.

Eu quero dizer que, de fato, tenho recebido muitos convites, mas não pretendo sair do Partido. Eu quero ser fiel ao meu eleitorado no Rio Grande do Sul que festejou muito a minha eleição. Depois de 62 anos em que o trabalho não elegia um Senador no Rio Grande do Sul, eu tive essa honra, exatamente depois de Alberto Pasqualini, o grande ideólogo da doutrina trabalhista. Eu adotei o PDT por vínculo com a minha família trabalhista que sempre foi e pelo ideal da bandeira da educação.

(Interrupção do som.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Por isso, eu optei pelo PDT. Eu não pretendo sair do PDT. Agora, evidentemente, se for afastado do Partido, eu não terei alternativa. Ficarei um tempo sem partido até definir alguma coisa, mas não pretendo sair e não acredito que ...

(Soa a campanha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ... a cúpula do PDT vá se incompatibilizar com mais da metade do Rio Grande do Sul, onde o PDT é o Partido que tem o maior número de filiados. Informo isto ao Brasil pela TV Senado: o Partido com o maior número de filiados do Rio Grande do Sul é o PDT. O Rio Grande do Sul é um Estado essencialmente trabalhista, em primeiro lugar, com todo o respeito ao PP da minha prezada Ana Amélia.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quantos filiados?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – São 305 mil filiados.

É o Partido com o maior número de filiados no Rio Grande do Sul e possui as duas maiores prefeituras do Rio Grande do Sul, Porto Alegre e Caxias do Sul, além...

(Soa a campanha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ... de mais 75 prefeitos e uma infinidade de vereadores.

É um grande Partido e nós não queremos que o Presidente Lupi apegue o nosso Partido. Ele já fez o suficiente ao provocar a saída de três Senadores. Nós iniciamos a Legislatura aqui com seis Senadores e hoje somos três. E perdemos um grande Governador, um dos homens mais públicos, mais competentes deste País, que é Pedro Taques, que estava desiludido. Apesar dos jantares que eu e o Reguffe fizemos com ele, tentando dissuadi-lo daquela atitude, ele disse que não aguentava mais, ele estava cansado de ouvir promessas.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, é o apelo que eu queria fazer. Eu vou votar pelo *impeachment* por entender que tem que se mudar. Houve erros demasiados. O *impeachment* é um processo político, principalmente nas circunstâncias atuais.

(Interrupção do som.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu vou votar ao lado dos 90% de brasileiros que têm se manifestado nas pesquisas de opinião pela falta de credibilidade com a Presidenta da República, que não correspondeu àquilo com que havia se comprometido. E eu quero votar ao lado do povo gaúcho que, em grande maioria, também quer esse desiderato que é a mudança de Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a todos pela tolerância de me ouvirem neste dia de hoje.

(Durante o discurso do Sr. Lasier Martins, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Mais uma vez, eu cumprimento V. Exª, Senador Lasier, pelo aniversário, desejando – e penso que em nome de todos os colegas – saúde e felicidade para V. Exª.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A Senadora Simone Tebet teve a gentileza e a generosidade de me ceder o espaço dela, que seria a terceira oradora inscrita. Eu gostaria de saber de V. Exª como está a ordem dos inscritos, além de renovar os votos de felicidades pelo aniversário do nosso companheiro Lasier Martins.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem. Eu não estou chamando nenhuma comunicação inadiável, que chamaria agora entre a fala do Senador Lasier e a do próximo orador. O próximo é o Senador Paulo Paim. Vou chamar, pela Liderança, o Senador Ivo Cassol e, em seguida, V. Exª, no lugar da Senadora Simone Tebet, por permuta com a Senadora Simone Tebet. Ela é a terceira oradora, como oradora inscrita.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não é nem permuta. Eu ocupo o lugar dela, art. 17.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – V. Exª já está inscrita.

O Senador Paulo Paim, o Senador Ivo Cassol e V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Jorge Viana, foi com satisfação – eu era o primeiro inscrito, por permuta com a Senadora Fátima Bezerra – que eu cedi para o aniversariante. E V. Exª disse: “Não se preocupe, porque, depois do aniversariante, será V. Exª”.

Eu queria, em primeiro lugar, Senador Jorge Viana, fazer aqui não um agradecimento, mas um carinho especial ao Senador Cassol. Senador Cassol, nós todos aqui acompanhamos a sua luta, desde o início, para que fosse, efetivamente, regulamentado, sancionado um projeto para garantir que a pílula de combate ao câncer, a fosfoetanolamina, fosse realidade. Eu confesso aqui de público que foi a primeira vez que eu cometi – acho – uma contravenção. Um sobrinho meu está com problema de câncer, e apelei a V. Exª. V. Exª deu um jeito e me conseguiu. A situação dele é muito grave, mas, com certeza, as dores diminuíram muito. Só por isso, eu já agradeço muito a V. Exª.

E vou tomar uma liberdade. E eu sou pé quente. Quando aprovamos a lei dos autistas – eu vim à tribuna, porque trabalhei nela, na composição, do início ao fim –, demos à lei o nome de Berenice Piana, nossa líder, cuja família tem filho autista. Eu vi a sua luta desde o início. Se essa lei tiver um nome, eu espero que ela se chame Senador Cassol. (*Palmas.*)

É uma questão de justiça. V. Exª foi implacável com os que pensavam diferente – digo implacável no sentido do bom combate, do bom debate. Nunca recuou um minuto e levou até o fim. Convidava todos nós de uma comissão e de outra: “Vamos fazer um trabalho junto”. Se precisava, V. Exª estava disposto, ia a todos os Estados, como me propôs um dia. Eu disse: “Senador, tenho certeza de que todos vão concordar com a sua proposta”. Então, hoje, milhões de pessoas podem ser beneficiadas com essa pílula de combate ao câncer. V. Exª é o herói dessa trajetória, junto, novamente, com todos os familiares. Se não fosse V. Exª, essa lei não seria sancionada no dia de hoje.

E, se fala tanto aqui da Presidenta Dilma, hoje, vamos bater palmas para ela. Temos que elogiá-la, porque ela teve a coragem, provocada por V. Exª, principalmente, e por todos nós, de sancionar a lei. É lei. A partir de hoje, o quadro muda.

Eu fico feliz de saber que ajudei – não tanto e nem um terço, um quinto, um décimo de V. Exª e, talvez, de outros Senadores – pelo menos no reconhecimento de que a lei se chame Senador Cassol.

Senadora Ana Amélia e Senador Telmário.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Eu queria, Senador Paim, cumprimentá-lo pela forma como está reconhecendo o esforço do Senador Ivo Cassol...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vou só fazer uma interferência, por necessidade. Nós estamos com um pequeno pane aqui nos microfones. Peço que o Senador Paulo Paim mude de tribuna, o que vai facilitar, inclusive, para os apartes. É só um mau contato, um problema técnico. Eles são revisados diariamente, mas acontece. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Acho que agora está funcionando.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vamos aguardar um pouquinho, pois não estão funcionando. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Veja se o microfone de V. Ex^a está funcionando.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O meu está funcionando. Acho que é o do plenário que não está.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Estão reiniciando o sistema. Temos que aguardar um pouquinho. Estão desligando e reiniciando o sistema. Agora já voltou a funcionar.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Paim, eu tinha combinado com o Senador Ivo Cassol que ficaria no plenário, porque estamos com a Comissão de Relações Exteriores em sabatina de três embaixadores. Fui a Relatora de um dos embaixadores – que vai para o Timor-Leste – o Embaixador Aldemo, e gostaria de ir lá para saudá-lo, porque fui Relatora. Combinei com o Senador Cassol que eu ficaria, porque vou falar depois, no horário da Senadora Simone, para fazer o aparte a ele exatamente nessa mesma direção que V. Ex^a faz. Ele teve a iniciativa de levantar a bandeira da chamada pílula do câncer, quando aqui muitos na Casa suspeitavam exatamente da eficácia. Houve um debate muito profundo sobre a necessidade de uma realização de pesquisa clínica. Foram mais de duas audiências públicas provocadas por ele: uma no plenário da Comissão de Constituição e Justiça – a primeira –, com a participação da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Direitos Humanos, em que fizemos os requerimentos. Posteriormente, agora já no encaminhamento da análise, fizemos a outra e última audiência pública trazendo os protagonistas: o professor Gilberto Chierice, o químico que criou essa fórmula, e também o médico oncologista que usou essa pílula para tratamento de câncer. Então, o mérito dessa batalha... Nessa tribuna onde está V. Ex^a, eu sou testemunha de ter aqui no plenário visto o Senador Ivo Cassol com uma veemência que lhe caracteriza, como às pessoas desbravadoras, às pessoas empreendedoras. Ele levantou o papel e fez um desafio à Presidente da República, lembrando de ela ter passado pelo problema de câncer, e também o ex-Presidente da República, invocando essa condição, pedindo e fazendo um clamor à Presidente, pedindo que ela sancionasse sem vetos. E foi o que aconteceu. Então, estou aqui apenas para reafirmar a relevância desse trabalho que ele fez. Não discuto o mérito, mas o esforço e o empenho com que ele assumiu essa bandeira. E as pessoas todas... recebi, recentemente, uma jovem de Canoas – lá da sua Canoas, do seu colégio eleitoral, do seu domicílio eleitoral –, e ela trouxe uma foto de uma irmã de seis anos de idade. Era impressionante a situação dessa menina. Então, me associo a essa manifestação de V. Ex^a, já prestando, antecipadamente, a homenagem ao Senador Ivo Cassol pelo que ele fez e pelo trabalho, pelo envolvimento pessoal, pela luta e pela criança. Ele teve fé de que ele conseguiria isso e conseguiu. Obrigada, Senador, e parabéns!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora. Muito bem.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Lasier Martins, como aniversariante V. Ex^a hoje, aqui, manda.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não precisa tanto. Muito obrigado. Bem objetivamente, quero cumprimentá-lo, antes de mais nada, por ter suscitado o tema e as manifestações ao Senador Ivo Cassol. Eu também quero me associar a esses cumprimentos, a essa obstinação impressionante que nos demonstrou o Senador Ivo Cassol lutando por esse medicamento. É verdade que ainda não prescinde de laboratórios, de pesquisas, mas ele está ajudando muito com essa decisão e agora com a sanção da Presidente da República, que acho que agiu certo, porque isto vai determinar providências intensas para que se examine a eficácia deste medicamento. Então, cumprimento também o Senador Ivo Cassol pela obstinação, pela insistência. Se essa matéria passou, 90% se deve a ele. Eu presidi uma audiência pública como Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia por mais de quatro horas, onde se debateu profundamente o medicamento. E acabou ele passando pela Comissão, passou pelo Plenário do Senado, passou pela Câmara e agora passou pela Presidência da República. Isso faz com que todos se concentrem na pesquisa da validade e da eficácia desse medicamento. Muito obrigado, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Lasier. O seu pronunciamento incorpora também a homenagem que eu fiz ao Senador.

Senador Jorge Viana, no longo dessa caminhada, a gente tem feito muita reflexão. Eu tive mais um problema de doença, fiquei alguns dias afastado, e também criticamos a imprensa, muitas vezes com razão, e nem sempre com razão, mas eu quero cumprimentar aqui o jornal *Zero Hora*, do Rio Grande do Sul. Lá no leito do hospital em que eu fiquei nessa semana que passou, eu escrevi um artigo sobre o momento que o País atravessa. O jornal *Zero Hora* publicou na íntegra, como o *Correio Braziliense* publicou na íntegra também um outro

artigo que também escrevi – casualmente, os dois no dia de hoje. Vou ler o outro amanhã, mas eu vou aqui da tribuna a reflexão que fiz lá no hospital sobre o momento:

“O processo é político, dizia Danton” – esse é o título.

A argumentação das “pedaladas fiscais” para o impeachment contra a presidente Dilma é inconsistente: força-se uma situação ao apregoar crime de responsabilidade. Elas foram utilizadas [as ditas pedaladas] muitas vezes em outros [inúmeros] governos, inclusive nas duas gestões [anteriores ao Presidente Lula] do PSDB. E mais: a maioria dos governadores e prefeitos atualmente as utiliza. Juridicamente, ela [essa proposta] cai como castelo de cartas. A questão [no meu entendimento] é covardemente política, sendo usada como cavalo de batalha de ambições individuais [e não para interesse do povo brasileiro].

[Lembro a todos, e lembrem bem isso:] Na fase mais popular da revolução francesa, ocorreram violentos processos políticos com manipulação de julgamentos, expurgos e cabeças cortadas na guilhotina. O processo é político, dizia Georges Jacques Danton, sendo logo depois ele mesmo vítima dessa argumentação.

Lembro, agora, porque eu estava lá no impeachment do ex-Presidente Collor: aqui no Brasil – e estou lá ao longo desses 30 anos –, a maioria daqueles que trabalharam fortemente pelo *impeachment* do Presidente Collor, nenhum deles está, até hoje, na vida política. É bom lembrar!

Portanto, está claro, o que se busca agora com o impeachment é simplesmente a tomada do poder [pelo poder].

Aí é que mora o perigo! Lembro mais uma vez: Danton, que foi o grande articulador da Revolução Francesa, exatamente no dia 5 de abril, foi para a guilhotina, fruto do que pregou no passado. Foi guilhotinado no dia 5 de abril, exatamente o mês que atravessamos.

Grande parte desses partidos e grupos atocaiados que querem o afastamento da presidente Dilma Rousseff até pouquíssimo tempo estavam [desfrutando,] mamando alegremente nas tetas do Executivo, usufruindo dos corredores e vielas ministeriais, aliás, como sempre fizeram nos últimos 30 anos. [Eu acompanhei. Eu estou aqui há 20 anos].

[...] O debate de ideias para a democracia é necessário. Respeito todas as opiniões [inclusive aquelas diferentes da minha].

[Aqui, Senador Paulo Rocha e Senador Jorge Viana, eu queria uma atenção especial]. Mas o Brasil tem que entender que uma coisa é a Operação Lava-Jato, o mensalão, os desvios da Petrobras, os nomes de deputados e senadores nas listas das empreiteiras. [Isso é uma coisa.]

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) –

Se o problema está aí, então, que se apure, se prenda, que venham CPIs e, se for o caso, [discutam propostas para hoje e para o futuro. O que não pode é querer misturar Operação Lava Jato com pedaladas.] O país não suporta mais a manipulação dos fatos. Isso é uma questão de honestidade [política].

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) –

Lugar de corrupto e de corruptor é na cadeia. O dinheiro que eles roubaram faz falta à saúde, à segurança pública, à educação das crianças e dos jovens; faz falta nas universidades, no saneamento básico, nas estradas, no escoamento da produção, no aumento do salário mínimo, no benefício dos aposentados, enfim, para os projetos sociais.

Sr. Presidente, com essa reflexão que faço, respeitando quem pensa diferente, tive a ousadia de apresentar duas propostas de minha autoria que tramitam lá na CCJ: o PLS nº 160, de 2015, que torna o crime de corrupção inafiançável; e o PLS nº 206, de 2015 – são projetos que eu reapresentei –, que prevê a devolução em dobro de tudo o que alguém roubou do Erário público. O interessante, Sr. Presidente, é que esses dois projetos que apresentei e reapresentei até hoje não têm relator – até hoje não têm relator; nenhum dos dois; o tempo passa e os projetos não avançam.

Sr. Presidente, Senador Paulo Rocha, faço essa reflexão muito fiel aos meus princípios e à minha honestidade política.

O Sr. Paulo Rocha (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Um aparte?

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não importa para mim se digam que existem 300, que existem 400 para um lado e uns 150 para o outro. Para mim, o importante é existir posição num momento importante, como este, e grave que atravessa o País.

Senador Paulo Rocha.

O Sr. Paulo Rocha (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Sr. Presidente, nobre companheiro Paim, queria aproveitar este aparte para reafirmar uma questão que está em jogo no nosso País. Esse negócio de pedaladas, de Operação Lava Jato, etc., são apenas justificativas que a elite brasileira está querendo pegar para justificar o golpe político na nossa democracia e no poder político do País. Paim, permita-me chamá-lo assim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não, Senador.

O Sr. Paulo Rocha (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Quando nós chegamos aqui juntos, como Deputados, chegamos como produto de um processo de luta que implementamos nos nossos Estados e nas nossas bases sociais – você como metalúrgico e eu como operário gráfico. Venho de um Estado, o Pará, que foi palco, por muito tempo, da disputa pela terra, com assassinatos e eliminação de lideranças sindicais, lideranças dos trabalhadores rurais, dos trabalhadores políticos, religiosos que tinham a coragem de ficar ao lado dos trabalhadores, advogados. Nós é que fomos para as ruas conquistar o direito de votar em nossos governantes. Nós é que fomos para as ruas conquistar o direito à liberdade. Nós é que fomos para as ruas pedir anistia para que as nossas lideranças, mandadas para fora pelo golpe militar, para trazê-las para cá de novo para nos ajudar na retomada da construção da democracia do nosso País. Fomos nós, Paim, que, quando chegamos ao Congresso Nacional, criamos e aprovamos leis importantes para a dignidade e para a cidadania do nosso povo, da nossa gente. Você, com a experiência de lá... Quantos projetos de lei conseguimos aprovar aqui estando vigilantes com relação, por exemplo, à questão da terceirização? Fui eu, com a experiência da luta pela terra lá no Pará, que consegui aprovar a lei do combate ao trabalho escravo. E agora, recentemente, com a nossa presença no Parlamento, aprovamos a lei das trabalhadoras domésticas. Esses são os nossos avanços e as nossas conquistas.

(Soa a campanha.)

O Sr. Paulo Rocha (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – É por isso que nós estamos pagando um preço caro. É um erro dos nossos partidos aliados. Chamo atenção – e aqui está o Senador Raupp – dos companheiros do PMDB e do Partido da Social Democracia para que é um erro não só reforçar o golpe, mas é um erro criminalizar o PT, criminalizar-nos. Nós não somos criminosos, como disse a Liderança do PSDB, que perdeu para uma organização criminosa. Nós não somos corruptos. Nós somos lutadores de um País que quer paz. Nós queremos igualdade de oportunidade para todos. E as conquistas que nós fizemos...

(Interrupção do som.)

O Sr. Paulo Rocha (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – ... através das leis, através dos avanços do governo *(Fora do microfone.)* Lula e do Governo Dilma, estão colocadas em xeque através desse *impeachment*, que, todo mundo sabe, é legal se houver crime. A companheira Dilma não cometeu crime nenhum, portanto, esse *impeachment* que está aí é golpe. Golpe, para quê? Para derrubar o poder político que está estabelecido por meio da democracia; para poder mudar ou interromper os avanços que estão conquistados. E mais, pela aliança que se fez, o possível governo que virá também será um governo entreguista. Querem entregar as nossas riquezas, principalmente o pré-sal. Por isso, temos que estar atentos. Aqueles democratas que estão aqui no Parlamento têm que ter essa responsabilidade. Tudo bem, tem que corrigir os rumos do Governo...

(Soa a campanha.)

O Sr. Paulo Rocha (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – ... tem que corrigir o rumo da economia, e estamos vigilantes a isso. Até mesmo nós temos nos rebelado em algum momento que a companheira Dilma quis levar a economia para outro rumo. Fomos nós que reagimos também a isso. Mas não é com golpe, não é interrompendo a democracia que serão corrigidos os problemas do nosso País.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Oposição/PSDB - ES) – V. Exª me permite um aparte.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com certeza. De minha parte, não há problema nenhum, o aparte está concedido ao Senador Ferraço. E agradeço já o aparte do Senador Paulo Rocha.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Paulo Paim, V. Ex^a sabe e crê que é absolutamente verdadeiro, franco, o respeito que tenho por V. Ex^a, que é um Parlamentar forjado nas lutas mais francas, mais claras. V. Ex^a é um Parlamentar previsível e é daqueles que, por suas convicções, dá um boi para não brigar e, depois, uma boiada para não sair da briga. V. Ex^a é um Parlamentar autêntico. Mas eu queria fazer algumas observações, se V. Ex^a me permite.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com certeza, Senador Ferraço.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Na prática, Senador Paulo Paim, nós estamos diante de fatos objetivos. E, como pressuposto para esses fatos objetivos, eu queria lembrar a todos...

(Soa a campanha.)

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Oposição/PSDB - ES) – ... que o voto popular, o voto direto é um pressuposto – óbvio! – para que qualquer um de nós possa exercer os nossos mandatos populares; é uma pré-condição. A investidura, por óbvio, também. Agora, o fato de nós estarmos legitimados pelo voto popular não nos dá o direito de transgredir. A legitimidade dos nossos mandatos é construída no dia a dia pelos nossos atos, pelas nossas atitudes e, sobretudo, pelo respeito às regras, às leis e à Constituição Federal. Tampouco, se em algum momento eu coloquei de pé boas ações e boas políticas para favorecer a sociedade, num ato ou num plano seguinte, eu posso transgredir. Não, eu não posso! Até porque a lei é um limite civilizatório. E a Constituição Federal estabelece, claramente, no art. 85: atentar contra a probidade administrativa; atentar contra a Lei Orçamentária. A Lei Orçamentária é um sistema de regras, limites e responsabilidades. As leis orçamentárias são, na prática, aquelas que fazem o controle social sobre o gasto público. E, na prática, está evidenciado o atentado às leis orçamentárias quando nós sabemos que o Governo, que a Presidente Dilma, para se reeleger, estuprou as leis orçamentárias do nosso País, ela violou não apenas a Lei de Responsabilidade Fiscal! Não! Ao violar a Lei Orçamentária,...

(Soa a campanha.)

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Oposição/PSDB - ES) – ... ela e o seu Governo produziram um colapso para a economia brasileira. Veja V. Ex^a a consequência imediata dessa absoluta desorganização: nós somos, hoje, dez milhões de brasileiros desempregados em nosso País; nós estamos, pelo segundo ano consecutivo, sem crescer; ao final de 2017, teremos acumulado – entre 2016 e 2017 – 8% de recessão econômica. Então, quando essas regras foram violadas e houve um atentado às leis orçamentárias, a Presidente violou a Constituição Federal; e violou também quando atentou contra a probidade administrativa. Isso é fato objetivo! O que é atentar contra a probidade administrativa, por exemplo, meu estimado Senador Paulo Paim?

(Soa a campanha.)

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Oposição/PSDB - ES) – É administrar artificialmente...

(Interrupção do som.)

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Oposição/PSDB - ES) – ... Dos combustíveis da Petrobras para maquiar e fraudar a inflação para poder ganhar a eleição e gerar um prejuízo à Petrobras de R\$60 bilhões; é impor aos tantos e milhares de brasileiros que pegaram o seu Fundo de Garantia e aplicaram em ações da Petrobras, poupança de uma vida... E então o Governo, por estratégia... Sim, por estratégia, porque foi de caso pensado. Ao artificar os preços e os combustíveis da Petrobras você não aumenta a inflação, você ludibria a opinião pública, mas você impõe um prejuízo à Petrobras da ordem de R\$60 bilhões e você impõe um prejuízo a milhares de famílias, de trabalhadores brasileiros que retiraram do seu Fundo de Garantia para aplicar em ações da Petrobras e estão amargando em um prejuízo sem precedentes...

(Interrupção do som.)

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Oposição/PSDB - ES) – ... A Presidente da República está passando por esse ocaso. Esse ocaso não é obra das oposições, esse ocaso é obra das escolhas que a Presidente fez, inclusive, o sistema de presidencialismo por cooptação que se revela agora em torno de uma base absolutamente sem identidade, como V. Ex^a está revelando. Eu agradeço a oportunidade desse bom e sempre qualificado debate com V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Ferraço, eu sei que o Senador Cassol precisa falar, porque tem...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Inclusive, ele está inscrito, estava me cobrando, porque tem problemas de voo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita que eu responda rapidamente. Primeiro, eu pergunto para inúmeros Senadores e Deputados: você acredita que a Presidenta cometeu algum roubo? Ela é honesta ou não é? Sabe o que todos me dizem até o momento: “Não, ela é honestíssima, é séria.” Você acha que a Presidenta está envolvida nesta questão específica da Lava Jato? “Não, acho que não.” Então, qual é o crime? “A pedalada, Paim.” Foi aquilo que você falou: é a pedalada. Daí quando eu pergunto: E os governos anteriores a ela não deram as pedaladas? “Ah, deram.” Os governadores dos Estados, inclusive do meu, deram as pedaladas? “Ah, deram.” Prefeitos deram as pedaladas? “Ah, deram.” Bom, só para pegar esse lado.

Agora, vamos pegar a crise. Se cada vez que há uma crise social, econômica, em um país... Vamos pegar a Argentina. A Argentina passou por uma crise gravíssima. O que aconteceu? Foram para as urnas.

Respeitaram a Constituição e o processo eleitoral, e caiu a Presidenta da Argentina, mas dentro das regras do jogo. Vamos pegar a crise na Grécia, nos Estados Unidos, na Itália, na Alemanha; uma crise que um dia chegaria ao Brasil, e chegou! E está tendo a sua repercussão. Mas nem por isso alguém entendeu, como usamos no Rio Grande, de apelar o Presidente ou a Presidenta. Para mim, Senador Ferraço, a democracia é o símbolo da liberdade, é o símbolo da Justiça, é o símbolo da igualdade, é o símbolo do social. Não há liberdade sem democracia. E, quando sinto que a democracia vai ficando frágil frente ao embate que se está travando, eu me preocupo, eu me assusto, porque enfrentei a ditadura. Eu estou com 66 anos e sei o que é viver em tempos de ditadura. É claro que ditadura, nunca mais. Mas também...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... qualquer forma que venha a violentar o processo democrático, podem ter certeza, independentemente do resultado. E digo mais...

Não sei se será permitido, mas o Senador Cássio, a quem respeito muito, está me pedindo um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu tenho um colega que vai pegar um voo, o Senador Cassol, que está inscrito e tem pedido insistentemente, não sem razão, porque V. Ex^a já falou mais que o dobro do tempo. E nós tivemos dois oradores na tribuna em uma hora de sessão. Eu também estou inscrito. Sinto muito, mas eu gostaria que V. Ex^a concluísse o pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu concluo. Mas Cássio sabe o respeito que tenho por S. Ex^a, e continuaremos nesse debate.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Claro!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Inclusive, no dia de hoje, estarei aqui ainda. Fiquei um tempo afastado, mas agora estou de volta. Porque acho que podemos fazer um bom debate, no mais alto nível, como tem que ser o espaço aqui no Senado da República.

Agradeço a todos.

Eu vou, Sr. Presidente, em outro momento...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC. *Fora do microfone.*) – V. Ex^a tem dois minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, agora eu concluo. Não preciso de dois minutos.

Eu vou ler um documento, Sr. Presidente – eu fui constituinte, o Senador Cássio foi constituinte –, que recebi hoje e que vai ser entregue ao meio-dia às autoridades: o Manifesto dos Constituintes de 1988 que o assinam. Naturalmente, dos que o assinam. Eu farei a leitura desse manifesto à tarde, em nome dos constituintes que estavam lá e elaboraram a Carta Magna, em defesa dela e da democracia e, naturalmente, contra o *impeachment*.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem.

Eu agradeço. Só peço a compreensão, realmente, porque estamos há uma hora com apenas dois oradores: o Senador Lasier e o Senador Paim. O Senador Lasier – S. Ex^a é o aniversariante de hoje; já o cumprimentei – ficou quase 40 minutos na tribuna.

Convido, rapidamente, o Senador Ivo Cassol, que fala como Líder e tinha feito uma permuta com o Senador Telmário Mota, que tinha sido o primeiro inscrito.

Com a palavra V. Ex^a, Senador.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, eu quero aqui de coração agradecer carinhosamente ao Senador Telmário, que me cedeu este momento para usar a tribuna do Senado.

Hoje é um dia de agradecimento. Quero agradecer a cada um dos meus amigos, das minhas amigas, das amigas do círculo de oração, das lideranças religiosas. Enfim, independentemente da denominação religiosa

a que pertence, quero agradecer a cada uma das pessoas que foram à igreja, ou mesmo em casa, e nas suas orações sempre oraram pelas autoridades.

Eu quero agradecer essa conquista de vocês que estão nos assistindo, vocês que estão nos ouvindo, que estão na expectativa de conseguir ter o medicamento, ter o remédio ou ter o suplemento – não importa de que maneira fala –, ter a liberação da pílula do câncer. Eu quero agradecer a cada um dos pacientes nos quatro cantos deste Brasil que estão na expectativa da luta contra o câncer. Infelizmente, por interesse financeiro de alguns laboratórios, por interesse de algum oncologista, por interesse daqueles que faturam milhões e bilhões em cima da desgraça alheia, havia um pedido ao Palácio do Planalto que vetasse a lei.

Eu quero hoje, Senador Paim, Senador Jorge Viana, fazer justiça. Não quero aqui falar de *impeachment*, não quero aqui falar de cassação, não quero aqui falar de roubo e de sem-vergonhice e de ladroagem que fizeram com o País. Quero falar aqui de vida, da conquista desta Casa, deste Senado e dessas pessoas que estavam em casa lutando e esperando que o Senado aprovasse o projeto de lei.

A Câmara aprovou o projeto de lei – também quero agradecer aos Deputados – e ele estava, até ontem, no Palácio do Planalto. Eu quero aqui fazer justiça. Vamos deixar os egos pessoais de lado! Vamos deixar essa briga política de lado! A nossa economia está destrozada, a questão política está em frangalhos, mas vamos falar de vida. Vamos falar da esperança, Telmário, que nós temos hoje em 7,5% dos pacientes que tentaram e buscaram um tratamento alternativo, e não havia.

E a Presidente Dilma, mesmo contra parecer da Anvisa, do Ministério, dessas clínicas de quimioterapia e radioterapia, meteu a caneta e assinou.

Obrigado, Presidente Dilma, obrigado por ter feito isso, não por mim! Como disse o Senador Paim, se, nesse projeto, tem que botar o nome de alguém, é o nome do Senador Ivo Cassol. Obrigado, Senador Paim, obrigado de coração!

Mas vamos colocar o nome deste povo que está na cama, que está esperando, e, como V. Ex^a falou agora há pouco, um sobrinho seu, que já teve um resultado, porque, pelo menos, a dor tirou, uma irmã sua, de um amigo meu de Santa Luzia d'Oeste, Ranulfo, o nome dele, 52 anos de idade, com câncer na orelha.

Você não se consegue ficar perto por causa do mal-estar e do cheiro do câncer que está corroendo a orelha dele. Ele tomou sete comprimidos, um por dia, e conseguiu, Telmário, conseguiu, Cássio, conseguiu, Senador Raupp, dormir 12 noites. É um comerciante em Santa Luzia, Senador Raupp, que é o nosso Estado – ele conseguiu dormir! E aí vem alguém e diz...

(Soa a campanha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – ... que esse medicamento não faz efeito; não dá para aceitar, não dá para admitir, não dá para concordar.

Então, quero aqui, hoje, fazer... Eu preciso, Presidente, como V. Ex^a deu para os demais Senadores, de uns minutos a mais, porque é importante isso. Eu preciso, além de agradecer à Presidente Dilma... Só tenho uma coisa para me queixar dela, só uma coisa: a Presidente Dilma deveria ter feito a maior festa aqui, em Brasília; deveria ter trazido para cá 10, 15, 20 mil familiares de pacientes diagnosticados com câncer, para, junto com ela, sancionar essa lei; deveria ter feito uma festa para esta Nação brasileira, para o mundo afora; foi desperdiçado.

Mas quero fazer um agradecimento especial à Presidente. E quero agradecer também ao ex-Presidente Lula, que, também, Senador Telmário, interveio, para que a Presidente sancionasse, ele está fazendo a parte política. E o que está faltando nesse Palácio, na verdade, é alguém que faça a parte política.

Não estou aqui discutindo a questão política nacional, mas alguém que faça isso. Desperdiçamos, Senador Jorge Viana, desperdiçamos, Paim, uma grande festa. Tivemos, há pouco tempo, mais de 3 mil pessoas diagnosticadas com câncer, reivindicando a liberação do comprimido, e passou em branco.

Mas o importante não é a festa, e, sim, agora, o Ministério de Ciência e Tecnologia começar a produzir esse medicamento, porque os pesquisadores... E, aqui, em nome destes, quero agradecer o pesquisador Gilberto, esse guerreiro; o pesquisador Renato Meneguelo; o pesquisador Salvador; o pesquisador Durvanei, do Instituto Butantan; o pesquisador Marcus Vinícius; o pesquisador Otaviano; o pesquisador Wellington, que também faz parte, colega deles, e que sempre está aqui no Senado; o Dr. José Antônio Ribeiro, oncologista aqui de Brasília, que deu depoimento sobre o medicamento que distribuiu na época, como médico aqui, e deu resultado. É disso que precisamos.

E vou dizer mais, Sr. Presidente, Jorge Viana.

(Soa a campanha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu comprei essa briga, porque eu acompanhei. Eu não só ouvi os pesquisadores, eu não só ouvi os pacientes; eu convivi com os pacientes, eu ajudei os pacientes, para que eles pudessem ter um alento, uma ajuda. E o resultado foi extraordinário.

Eu tenho amigos em Rolim de Moura, eu tenho amigos em Cacoal, eu tenho amigos em Espigão d'Oeste, eu tenho amigos em Ji-Paraná, que o médico mandou para casa, foram desenganados, mandaram encomendar a missa do sétimo dia, abriram o paciente.

Um amigo, Senador Raupp, de Rolim de Moura, o Gerson, foi para Porto Velho, abriram-no, fecharam-no, e falaram para a família para ir embora. E falaram para ele o seguinte: "Se você conseguir a fosfoetanolamina, é a última esperança!" E ele conseguiu, e ele está andando na cidade com sua atividade normal.

A Drª Sandra, de Rolim de Moura, outra pessoa que não estava praticamente nem andando mais, nem caminhando; hoje está com a sua atividade normal.

Então, é, em nome dessas pessoas, em nome desses pacientes, em nome de tudo isso, que eu comprei essa briga, quando eu vinha aqui. E vocês me assistiam, Senador Telmário.

E eu quero fazer um agradecimento, antes de conceder a palavra, ao Senador Cássio, que, no dia tinha pedido vista ao projeto, mas depois voltou e continuou conosco; ao Paulo Rocha, como Líder do PT, que, mesmo contra interesse de alguém dentro do Partido, assinou para que nós pudéssemos dar prioridade à votação; à Senadora Ana Amélia, outra parceira; ao Senador Humberto Costa, que, mesmo contra, ajudou no final, para que se liberasse. Vamos fazer justiça, vamos deixar as vaidades de lado, foi a luta para que isso acontecesse!

Também queria agradecer ao Presidente Renan, pela condução, pela maneira de priorizar o projeto, botar em pauta. Obrigado, Presidente Renan!

(Soa a campanha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Gostaria de agradecer ao Medeiros, esse parceiro que acompanha, havia tantos que cobravam o Senador Medeiros para que conseguisse o medicamento. Ao Senador Paim, esse gaúcho arrojado do Rio Grande do Sul, que participou desde o começo conosco, colocando a Comissão à disposição.

Também ao Senador Telmário, daqui a pouco vou passar a palavra para ele.

Quero agradecer ao Senador Dário Berger, de Santa Catarina; Dário Berger, outro guerreiro, que acompanhou, deu depoimento, obrigado Senador. Também ao Senador Moka, outro parceiro, companheiro de todas as horas. Ao Senador Lasier, da Comissão nossa, da CCT, também outro parceiro.

Agradeço ao Senador Raupp, que também esteve aqui no plenário várias vezes, lá na Comissão nos ajudando também. Ao Senador Moka, que além de médico, também é químico, também comprou essa briga junto. No começo ficou na dúvida, mas depois, com tantas comprovações, ele assumiu essa briga.

E agradeço ao Senador Blairo Maggi, esse outro guerreiro, companheiro de primeira hora.

(Interrupção do som.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Presidente.

O Senador Blairo Maggi foi o primeiro Senador com quem dividi essa expectativa, essa esperança de nós podermos liberar esse medicamento. E hoje está aí, Senador Blairo Maggi, essa conquista de todos.

Também quero agradecer ao Ricardo Ferraço, ao Dalirio também, de Santa Catarina, enfim, a todo mundo que contribuiu de uma maneira ou de outra, eu só posso dizer obrigado – obrigado de coração!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – O Cristovam Buarque, também, é outro parceiro. Enfim, a tantos outros, eu só posso dizer obrigado.

E quero dizer mais: essa conquista, essa vitória não é do Senador Ivo Cassol, não. Isto é o mínimo que eu posso fazer como Senador da República, aprovar um projeto de lei contra os interesses financeiros, mas a favor dos interesses da vida e das pessoas e da esperança que têm. Mesmo que não cure 100%, se curar uma vida, já será o suficiente, porque nós não estamos aqui só para aprovar projeto de lei para aumentar imposto; nós estamos aqui para poder aproveitar e aprovar projetos de interesse da sociedade como um todo.

E vou passar a palavra para o nosso amigo Telmário, para que possa fazer um aparte.

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Cassol, com certeza, eu quero parabenizar um homem de uma biografia como V. Exª, que começou a vida no batente, no duro. Era caminhoneiro, chegou a governador e Senador da República. Isso é por que V. Exª é um homem determinado, um homem que abraça as causas com muito amor. E essa era uma causa extremamente justa. Quando V. Exª veio pela primeira

vez a essa tribuna falar da pílula do câncer – porque assim fica mais bem colocado –, parecia que era uma andorinha sozinha querendo fazer verão. Ninguém queria dar ouvido a essa fala tão importante que vinha ali de Rondônia, a voz do Senador Ivo Cassol, alertar o Brasil como um todo para que os cientistas brasileiros, e aqui já nominados por V. Ex^a, tinham encontrado uma medicação barata, acessível a todos os portadores de câncer: o sonho, a esperança, o renascer, a vida. E do seu lado estavam, sobretudo, as orações daqueles que ouviram a sua voz. Estava Deus ouvindo. E, nessa travessia, que parecia tão distante, V. Ex^a hoje está fazendo a festa que disse que a Dilma teria que fazer. E a nossa maior festa – e essa é a festa que a Dilma quer, e para a qual o Lula ajudou, e esta Casa também – é a festa da saúde do povo brasileiro.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Da liberação.

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Então, nós estamos num dia de festa, porque nós encontramos o mecanismo de levar uma nova vida aos portadores de uma doença terminal e que abala toda uma estrutura, não só do paciente, mas da família. E eu falo com propriedade: eu perdi duas irmãs com menos de 30 anos. E eu também fui um portador de câncer. Então V. Ex^a está hoje nessa tribuna sob os aplausos da Nação brasileira,...

(Soa a campanha.)

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – ...porque V. Ex^a foi o porta-voz. E eu quero aqui encerrar, dizendo como você foi iluminado. E gostaria de parabenizar a Presidente Dilma, que, vivendo este momento negro dessa grande traição, desse grande golpe que uma ala criminoso da política brasileira tenta implantar, V. Ex^a tem a capacidade, e ela teve a capacidade, o discernimento de ver a necessidade do povo. Parabéns a V. Ex^a, parabéns a todos os pacientes que precisam e à Presidente Dilma por essa ação tão bonita!

(Soa a campanha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador Telmário.

E com certeza, Senador Paim, na semana passada, quando tivemos a audiência pública, esteve presente, lá do Rio Grande do Sul, a Gabriela e a irmãzinha dela de nove anos, que estava na cama, surda, muda e cega. E voltou a ouvir, voltou a falar. E ela fez um vídeo, e nós encerramos aquele dia, Dário, a audiência da CCT, da Comissão de Direitos Humanos e da CAS, nós encerramos com aquele vídeo, mostrando a menina pulando, depois de quatro meses tomando a fosfoetanolamina.

Então, eu quero mandar um abraço para Canoas, no Rio Grande Sul, a todos os seus familiares. Se não me engano, o nome dela é Manuela, de nove anos – é um exemplo. Ela pulava e dizia: “Olhem, dizem que a fosfoetanolamina não funciona, dizem que a pílula não funciona, mas olhem como eu estou!”, quer dizer, não há dinheiro que pague isso.

Então, Senador Dário Berger, antes de passar a palavra ao senhor, quero dizer que vocês do Partido PMDB têm um Governador, que é o Governador do Rio de Janeiro. Além dos tratamentos que ele está fazendo, recomendem a ele tomar a fosfoetanolamina, pois, com certeza, ele vai conseguir fazer muito ainda pelo povo do Rio de Janeiro e do Brasil.

Com a palavra, Dário Berger.

(Soa a campanha.)

O Sr. Dário Berger (PMDB - SC) – Senador Cassol, em função do tempo, pois me parece que a sineta já está tocando, eu queria ter a capacidade de síntese necessária neste momento para expressar com exatidão a amplitude e a magnitude que nós estamos vivendo. Eu fui um coadjuvante nisso tudo. E V. Ex^a foi o protagonista principal. Foi V. Ex^a que levantou essa questão, que insistiu, persistiu, resistiu, e hoje está comemorando essa grande vitória. E essa vitória não é só de V. Ex^a. É uma vitória de todos nós e, sobretudo, do povo brasileiro, que depositou na fosfoetanolamina uma esperança de cura do câncer, que é muito importante de cura do câncer, que é muito importante.

(Interrupção do som.)

O Sr. Dário Berger (PMDB - SC) – Só mais uns minutinhos.

Como eu dizia, na verdade, este momento é muito especial. E V. Ex^a, como protagonista principal, merece os nossos aplausos hoje aqui, porque nada acontece por acaso. Isso foi fruto de muita tenacidade, muito trabalho, muita perseverança de V. Ex^a, como protagonista principal desse projeto de lei. E nada nos toca mais na vida do que a doença, a doença dos nossos semelhantes, da nossa família. E essa pílula do câncer restabe-

lece a esperança de milhares e milhares de brasileiros que ansiavam por isso. As nossas redes sociais, as nossas mensagens, o nosso telefone não param e não paravam,...

(Soa a campanha.)

O Sr. Dário Berger (PMDB - SC) – ... solicitando apoio para esse projeto. Então, quero parabenizá-lo e cumprimentar a Presidente da República por ter sancionado, porque isso foi um ato de coragem. E eu acho que a política, em determinados momentos, requer muita coragem dos seus administradores. Não querendo me estender, quero parabenizá-lo mais uma vez e dizer que seria muito justo que essa lei recebesse o nome de Senador Cassol, como sugeriu o ilustre Senador Paulo Paim. Portanto, cumprimentos a V. Ex^a. Parabéns mesmo!

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado.

Antes de conceder o aparte à Senadora Vanessa, eu queria pedir ao Presidente Jorge Viana mais cinco minutos para os apartes, pois há a Senadora Vanessa também.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu só peço aos colegas... É o terceiro orador na tribuna...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – É importante o tema.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O caso é muito importante. Inclusive, eu colaborei com a conspiração do bem para que o Senador Cassol pudesse estar na tribuna. É muito importante homenageá-lo.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Que bom. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Só peço que os colegas sejam breves, porque ele tem um voo para fazer, e eu posso fazer a sessão andar também.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Mas dá para aguardar os apartes.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Peço aos colegas que nos ajudem.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador Dário Berger, a quem peço que, em nome do Carlos Kennedy, lá de Pomerode, leve o meu abraço a todos os catarinenses. Dário, você foi um grande incentivador, que, desde o começo, participou junto conosco e com os demais colegas, com os Senadores Blairo Maggi, Ana Amélia, Paulo Paim e tantos outros. Obrigado de coração. E leve o nosso abraço ao Carlos Kennedy.

Esperamos que a Presidente Dilma utilize os laboratórios do Ministério de Ciência e Tecnologia, que, se não me engano, são 17 no Brasil. Eu gostaria, Sr. Presidente Jorge Viana, que solicitasse à nossa Presidente da República que liberasse os laboratórios do Ministério da Ciência e Tecnologia, que são 17, e os laboratórios da Marinha e da Aeronáutica, pois os próprios pesquisadores colocaram para o SUS, à disposição, de graça, o medicamento. Então, que o medicamento seja produzido por esses laboratórios, porque existe condição de ser produzido por eles.

Concedo o aparte à Senadora Vanessa.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Serei breve, seguindo a orientação do nosso Presidente. Senador Cassol, eu não poderia deixar, ouvindo V. Ex^a falar aqui do plenário, de solicitar um aparte para cumprimentá-lo. V. Ex^a sabe, porque me procurou inúmeras vezes, da minha posição não como Senadora, mas como uma profissional farmacêutica que sou. E eu disse a V. Ex^a das minhas restrições pessoais em relação às questões técnicas e científicas, Senador, mas eu fui testemunha de que esse projeto hoje...

(Soa a campanha.)

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... está transformado em lei pela dedicação de V. Ex^a, Senador Ivo Cassol. Então, eu quero cumprimentá-lo muito pela sua coragem. Eu não tenho dúvida nenhuma de que a sua coragem que contaminou, inclusive, a Presidência da República, que tinha todos os indicativos técnicos, científicos e legais para vetar, mas não vetou. Então, foram os inúmeros debates que V. Ex^a travou aqui e o grande movimento nacional que foi feito que fizeram com que tivéssemos essa lei. E o tempo dirá, porque as pesquisas continuarão. Então, Senador Ivo Cassol, quero fazer esse reconhecimento ao belíssimo e incansável trabalho que V. Ex^a desenvolveu. Aqui não é a farmacêutica que fala, é a Senadora Vanessa. Parabéns, Senador Ivo.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senadora Vanessa.

Eu gostaria de passar o aparte ao Senador Medeiros, que foi outro guerreiro, junto conosco, junto com o Senador Blairo Maggi, para que fosse também liberado tudo isso.

Essa conquista, com certeza, Senadora Vanessa, é de todos aqueles que estão na expectativa, porque, infelizmente, há muitos medicamentos, como o Yervoy, que custa R\$240 mil, que tiveram facilidade da Anvisa e dos órgãos de saúde para serem liberados. E esse medicamento, como é barato, só funcionaria de uma maneira: com a caneta. Graças a Deus, a caneta da Presidenta da República ainda tem tinta. Então, eu fico feliz com isso.

Senador José Medeiros.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Muito obrigado pelo aparte, Senador Ivo Cassol. Quero parabenizar V. Exª pela sua resiliência e por ter ido sempre em frente, não dando ouvidos às gritas que vieram, porque foram muitas. Por exemplo, eu vi muitos predadores em relação a esse projeto. Realmente, não deveria ser essa a solução. Infelizmente, V. Exª teve de fazer esse papel aqui, no Parlamento, porque, após 25 anos de tentativas, esse assunto não foi para a frente. No momento em que a pessoa está acometida desse mal, ela busca todas as possíveis soluções. Tenho visto cientistas, das mais variadas correntes, criticarem o projeto e criticarem que o Parlamento está-se metendo nas questões de ciência, mas o Parlamento pode se meter em qualquer canto neste País. É função do Parlamento ouvir os clamores da sociedade. Vimos muito bem, em todas as duas audiências públicas, que daquele mato lá não sai coelho. Se o Parlamento não tomar uma posição, não vai sair nada. Eles estão chamando essa lei de monstrengo, e é até bom que o monstrengo fique na sala para ver se eles se mexem, porque o que vimos foi uma fogueira das vaidades, demonizando um cientista que foi considerado o 46º melhor cientista do mundo. Não é possível que esse sujeito, em determinado momento, já no final da vida, fosse jogar o seu currículo e a sua história no mato em prol de um medicamento milagreiro. Uma pessoa que tem várias outras patentes. Por exemplo, ele foi o inventor daquele polímero que é uma cola óssea que serve para prótese e serve para regeneração óssea e fez parte dessa equipe que montou a fosfoetanolamina. Então, neste momento, eu queria dizer que V. Exª é um vitorioso. Lógico que essa não é a solução, mas é um começo para que essa burocracia seja estancada e para que esses cientistas não tenham que ir para o Paraguai, por exemplo, ou para outro país onde as filigranas e os regulamentos não impeçam essa solução para tantas pessoas que estão sofrendo. Muito obrigado.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador Medeiros. Com certeza, sua luta e essa conquista de todos é a vitória daqueles que estão na expectativa.

Vou passar para a Senadora Ana Amélia, que também está aguardando. A Senadora Gleisi também?

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Vou passar primeiro para a Senadora Ana Amélia, que já estava aguardando.

(Soa a campanha.)

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu apenas renovo, Senador Cassol, aquilo que disse no aparte ao Senador Paulo Paim – que abriu esta sessão –, para reafirmar a relevância da sanção, sem vetos, a esse projeto no qual V. Exª trabalhou diuturnamente. Manhã, tarde e noite, o seu assunto era basicamente esse. Então, isso é o resultado da sua dedicação, do seu empenho e do seu compromisso com aquelas pessoas que buscaram o seu apoio e o seu socorro, porque entenderam, como naqueles depoimentos dramáticos, qual foi o efeito daquela medicação ou daquela pílula para a sua saúde. O depoimento da Bernadete, que veio de São Paulo e a qual V. Exª sempre se refere, foi talvez o mais impressionante naqueles dias das audiências públicas que V. Exª tomou a iniciativa de promover. Então, parabéns pelo mérito de ter se empenhado tão profundamente nesse tema.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senadora Ana Amélia. Eu dizia agora há pouco ao Senador Paim que, naquela última audiência em que a senhora esteve presente, também esteve presente, a Gabriela, que trouxe o vídeo da irmã Manuela – se não estou enganado com os nomes –, lá de Canoas. No vídeo, a própria menina de nove anos dizia e gritava: “Dizem que a fosfoetanolamina não funciona, mas eu estava de cama, surda e muda, e estou aqui falando e gritando”. Ela está, ainda, recuperando a visão.

Não tem dinheiro que pague isso. Por mais que algum laboratório, cientistas e oncologistas, Presidente Senador Jorge Viana, não queiram concordar, o depoimento de milhões de pacientes, a partir da liberação da distribuição deste medicamento, a fosfoetanolamina, para as pessoas com câncer, vai ser o testemunho disso tudo.

A palavra está com a Senadora Gleisi Hoffmann que parece que queria fazer um aparte também.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Cassol.

(Soa a campanha.)

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu só queria também parabenizar V. Exª e pedir a oportunidade aqui para ler uma mensagem que recebi de uma pessoa de Curitiba. Aliás, eu recebi várias, mas uma mensagem que recebi de uma conhecida minha, Shirley Bonfim, diz o seguinte:

Bom dia. Hoje, eu acordei chorando, mas de alegria. Quero te pedir um grande favor. Dá um abraço bem forte na Presidenta pela grandeza de aprovar a Lei nº 13.269, de 2016, que libera a fosfoetanolamina para a cura do câncer. Vivo na carne essa luta com o meu marido e também com muitos clientes [ela é advogada] para os quais busco desesperadamente a liberação desse remédio. Tenho um movimento, aqui, em Curitiba, sobre a fosfo, A Cura do Câncer Curitiba, no Facebook. Hoje, estamos em festa.

Ao mesmo tempo em que leio essa mensagem para V. Exª ter mais um depoimento a favor da sua causa, eu também parabeno a Presidenta Dilma pela sensibilidade e V. Exª pela luta que desempenhou nesta Casa.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senadora Gleisi. Com certeza, Senadora Gleisi. Eu comecei meu discurso primeiramente agradecendo a Deus e à Presidente Dilma. Neste momento difícil, enquanto muitos estão com essa questão política, eu deixei bem claro que iríamos falar sobre a vida e agradecer. Acima de tudo, o que percebi em cada Senador, independentemente da decisão futura, foi a humildade e o agradecimento pelo gesto da Presidente Dilma de sancionar esta lei. Aos Senadores, ao meu Líder Benedito, também outro parceiro de todas as horas, enfim, a todos que contribuíram, a todos os Senadores, a todas as Senadoras, aos Deputados Federais, a todos os pacientes e familiares que estão na expectativa da liberação... Com isso, vai acabar essa farra de liminares, vai acabar essa luta de só conseguir o medicamento por liminares.

Precisamos, agora, que o Jorge Viana, o nosso Vice-Presidente aqui do Senado, leve esta reivindicação à Presidente Dilma: que ela peça ao Ministro, com o pesquisador junto, para que não seja distribuída farinha, mas o próprio medicamento, já que se colocaram à disposição do SUS. Com isso, vamos economizar bilhões de reais na área da saúde para podermos investir em outras áreas, mesmo no tratamento da zika e tantas outras.

Aqui, eu quero fazer um agradecimento especial e pedir a todos os meus amigos e minhas amigas, nos quatro cantos desse Brasil, no meu Estado de Rondônia, aos que vão à igreja ou mesmo em casa, que, nas suas orações, agradeçam a Deus e continuem orando para que continuem iluminando as nossas autoridades, continuem iluminando a nossa Presidente da República e também o ex-Presidente Lula, que também ajudou, porque não é fácil convencer, Senador Benedito, esse esquema podre incrustado no nosso Brasil, que são os interesses dos laboratórios. Esse esquema podre, muitas vezes, só se interessa em ganhar dinheiro e fornecer Yervoy e tantos outros comprimidos caros ou quimioterapia, que acaba com a vida da pessoa. Temos, agora, a oportunidade de ter a fosfoetanolamina à disposição de quem precisa.

Hoje são esses pacientes que estão diagnosticados que precisam do comprimido. E quem não garante que amanhã, de repente, seremos nós que precisemos?

É por isso que eu agradeço a Deus por toda essa conquista. E sabem de que é essa conquista? É de quem está precisando. Então, vamos liberar o medicamento!

Obrigado a todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem, Senador Ivo Cassol. Cumprimento V. Exª.

O Sr. Roberto Requião (Bloco Maioria/PMDB - PR. *Fora do microfone.*) – Eu quero uma pílula dessa!

O Sr. Benedito de Lira (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL. *Fora do microfone.*) – Não vai ter uma não, mas vai ter a que você quiser.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O Senador Requião está muito bem: se ele toma uma pílula dessa, ele fica ótimo e aí ele passa a ser... (*Risos.*)

Eu queria cumprimentar V. Exª, Senador Ivo Cassol. Eu acho que foi feita, aqui, uma homenagem do Plenário a V. Exª pela luta. Eu acho que é uma tentativa importantíssima para socorrer as pessoas que não têm mais nem mesmo o amparo da medicina diante de uma doença perversa que está em praticamente todas as famílias dos brasileiros. Então, é uma tentativa. Tomara que a Anvisa, em vez de só fazer o enfrentamento, encontre uma maneira de auxiliar, já que agora temos uma lei aprovada aqui e sancionada pela Presidente, para que as pessoas não sejam enganadas, para que aquilo que alguns pesquisadores apontam como uma solução possa acontecer, até haver, por parte da comunidade científica, a decisão final.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senadora Ana Amélia, como oradora inscrita.

E, logo após, vamos fazer a Ordem do Dia. Eu aviso aos colegas que há uma série de matérias na pauta, após o pronunciamento da Senadora Ana Amélia, que já está esperando desde cedo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente. Depois da Ordem do Dia, continuará a relação dos inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sem dúvida.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeitamente. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sem dúvida. A ideia é entrar pela noite. Com a palavra V. Exª, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, eu não sei se as câmaras estão funcionando hoje, porque eu não vejo sinalização de luz vermelha naquela câmara ou na outra.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Está tudo funcionando.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas está tudo funcionando, é apenas...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Só temos um pequeno problema na tribuna da direita, mas também está sendo providenciado o reparo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, eu agradeço os que nos acompanham.

Senador nosso Presidente, desde ontem, o meu celular está sobrecarregado de mensagens de todo o Brasil, mas, especialmente, da Região Nordeste. Há mensagens dos prefixos 77, 71, 40 e 67 também, que é do Centro-Oeste.

Muitas dessas mensagens virtuais são mensagens ameaçadoras. E eu temo, sinceramente, que da ameaça virtual, que é inofensiva, mas ofensiva apenas pelo sentimento que a gente tem quando recebe, mas inofensiva do ponto de vista do impacto físico eventualmente... Sr. Presidente, se essa ameaça, que é virtual aqui no celular, se transformar numa ameaça física, por exemplo, no domingo, quando nós teremos, eu diria, quase que uma torcida organizada – de um lado, os contrários ao *impeachment* e, de outro lado, os favoráveis ao afastamento da Presidente –, se isso sair do virtual e vir para o mundo real, se isso acontecer, nós teremos um gravíssimo risco, talvez até de sangue na Esplanada dos Ministérios.

Não é isso que o Brasil espera da cidadania, não é isso que eu, democraticamente, desejo, com a responsabilidade de uma Senadora que nunca quis e nunca torceu pelo quanto pior, melhor. Nunca! Eu tenho a responsabilidade, aqui nesta Casa, quando as matérias são importantes, necessárias e prioritárias para o País, propostas pelo Governo, de apoiá-las. Meu Líder, Benedito de Lira, é testemunha disso. E quando penso que não convém ao interesse nacional, voto contra, apesar da orientação partidária. Assim, eu tenho que agradecer a compreensão e a democrática atitude do Líder Benedito de Lira.

É da mesma forma, em todas as ações, quando sou chamada para uma relatoria, quando aprovei, por exemplos, os Jogos Olímpicos, no Rio de Janeiro, questão que foi tão debatida. Apoiei porque se trata de uma obra relevante neste momento de crise econômica que o País está vivendo. Temos dez milhões de desempregados! Isso não pode ser desprezado por ninguém, seja oposição, seja situação. Nós estamos precisando, urgentemente, de resolver esse impasse grave que o País está vivendo.

Então, o apelo que eu faço, com toda a sinceridade, é que as lideranças dos movimentos que vão trazer a Brasília os manifestantes para defender e apoiar a Presidente da República e aqueles que estão defendendo o afastamento da Presidente jamais cometam o desatino de um derramamento de sangue, porque nós não podemos manchar a democracia brasileira dessa forma. Nós podemos conviver, sim, e a própria Presidente chegou a anunciar, dependendo do resultado, um acordo, um entendimento. Lamento que a política seja... A política é inexorável, a política tem o seu *timing*, o seu tempo, e as decisões e medidas não tomadas no seu tempo perdem a sua eficácia.

Queria fazer esse apelo, um apelo sincero, Senador Jorge Viana, para que não haja nenhuma violência nessas manifestações de domingo. Acredito na capacidade da Polícia Militar do Distrito Federal, da Força de Segurança Nacional, que, eventualmente, seja convocada para realizar um trabalho sério, mas o controle disso vai depender basicamente das lideranças dos dois lados.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É muito difícil e complicado, mas penso que será necessário que se imponham a racionalidade, a responsabilidade de todos nós, no domingo, quando a Câmara começa a decidir no Plenário sobre essa matéria tão relevante.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senadora, o que V. Exª fala, nesse início de pronunciamento, foi exatamente o que falei no dia de ontem, porque, da mesma forma que V. Exª, meu telefone também – não sei de que forma, mas tiveram acesso aos números – tem recebido inúmeras

mensagens. Não me incomoda nenhuma daquelas que pedem de forma – nem diria elegante – educada e respeitosa. O problema, Senadora Ana Amélia é que, como com V. Ex^a, a quantidade de mensagens agressivas, desrespeitosas, é algo inacreditável. Fiz um apelo ontem, muito maior do que o que V. Ex^a faz hoje: “Continuem mandando mensagem. Quando o episódio acabar, vou responder uma a uma, porque agora não tenho tempo”. Mas vou responder àquelas mensagens respeitadas. O que não podemos admitir é o desrespeito, o que não podemos permitir é a violência, seja psicológica ou física. Ontem no plenário, estava o Senador Cássio, que também manifestou solidariedade, como faço a V. Ex^a. Senadora, a Senadora Gleisi sofreu na pele. Vi o filme que a senhora deve ter visto: ela foi perseguida do desembarque até o estacionamento do aeroporto, sendo agredida, violentada psicologicamente. Então, acho que temos que fazer esse apelo à sociedade brasileira. Lamento muito! Lamento muito! Tenho ouvido vários pronunciamentos de vários governadores, dizendo que, se estivessem aqui, se fossem do DF, pediriam para o Presidente da Câmara não marcar a votação para um domingo, porque o risco da violência cresce significativamente. Senadora, a senhora também receba, de nossa parte, a solidariedade. Isso tem que acabar, porque o respeito e a convivência são a base da democracia. Podemos divergir, mas jamais chegar a esse ponto que estão chegando hoje. Meus cumprimentos e minha solidariedade também, Senadora.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço enormemente, Senadora Vanessa, porque, da mesma forma que a senhora, muitas mensagens são educadas, mas, nas agressivas, chegam ameaças assim: “Toda sua família será culpada, responsabilizada.” O que é que tem que ver a família com o meu mandato? Eu é que tenho que responder por ele aos meus eleitores e à sociedade, que eu represento aqui com muito orgulho, do Rio Grande do Sul. Então, como a Senhora, da mesma forma, também. E eu não sei como, é um telefone particular meu que entrou na rede e está sendo usado. Não me importa isso, eu não tenho nenhum problema em responder. Mas não aceito essa agressividade e apenas bloqueio e deleto essa informação, porque eu acho que não cabe uma resposta. Qualquer resposta que eu der vai contrariar o interesse de quem está me agredindo. Aliás, chamam-me em todas elas de Deputada. Não há nenhum mal nisso, mas dá para ver o grau de desinformação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Todos nós viramos Deputados.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Deputados, exatamente! Também o Senador Jorge Viana está recebendo. Então, é para ver o grau – eu diria – de excitação que está a sociedade brasileira neste momento.

Antes de passar a palavra à Senadora Simone Tebet, eu queria agradecer aqui da tribuna a cedência do seu espaço como oradora porque eu não poderia – por estar no art. 17 –, porque falei dois dias. É bom que as pessoas que nos acompanham entendam. O Regimento Interno permite que um Senador fale como orador inscrito duas vezes na semana. Fora disso, ele pode falar para comunicação inadiável por cinco minutos. Como eu não tinha conseguido essa questão, a Senadora Simone Tebet, com muita gentileza e generosidade, me concedeu o seu tempo para que eu pudesse falar.

Com muita alegria concedo o aparte a V. Ex^a.

A SR^a Simone Tebet (PMDB - MS) – Fico muito feliz, Senadora Ana Amélia. Não sabia qual era o assunto do seu pronunciamento, mas fico feliz porque acho que a Nação brasileira está precisando ouvir desta Casa boas novas. Precisamos falar de esperança, de fé, de união, de fraternidade. Eu ainda ontem tive a oportunidade, na tribuna do Senado, de fazer uma prece.

(Soa a campanha.)

A SR^a Simone Tebet (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu fiz uma prece ontem que veio do mais fundo do meu coração ao ver esse muro, que eu chamo de “Muro da Vergonha”, que é o muro que simboliza tudo o que está se passando nesta Nação, a fragmentação, a divisão, a segregação do nosso povo, e concluí dizendo que esse muro é o muro da divisão que já chegou à mente do povo brasileiro, mas – eu tenho certeza – não chegou ao coração das pessoas. O nosso povo ainda é um povo pacífico, ordeiro e que se entende, se enxerga como uma única Nação, um único povo. Eu gostaria de parabenizar V. Ex^a por esse pronunciamento e neste momento – eu fiz uma prece ontem – eu gostaria de fazer um apelo, e o apelo eu dirijo à Mesa Diretora. Ontem eu recebi um vídeo, e nesse vídeo uma pessoa mostrava o muro, e, junto a ele, barras de ferro espalhadas por todo o campo da avenida chamada Esplanada dos Ministérios, acredito que dos dois lados. As barras são, só de ver, impressionantes, no sentido do perigo que elas representam num momento de tumulto. Eu gostaria, nosso Presidente em exercício, Senador Jorge Viana, quem sabe se pudéssemos acionar a Polícia Legislativa, e, se ela não puder recolher, que pudéssemos ligar ou acionar a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para que essas barras – e não é uma, não são duas, são várias, dezenas – pudessem ser imediatamente retiradas, porque sabemos que, a partir de amanhã, já teremos gente acampada, aguardando os acontecimentos. Parabéns a V.

Exª! Comungo da mesma opinião e acho que nós, mulheres Senadoras, que somos sensíveis, podemos levantar, a partir de agora, essa bandeira, independentemente do que vá acontecer a partir de segunda-feira neste País. Parabéns, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senadora Simone Tebet.

Aproveito a sua manifestação para me dirigir à Senadora Gleisi Hoffmann. Eu vi também, Senadora, e lamento profundamente. Nós temos posições divergentes do ponto de vista político e das decisões que vamos tomar, mas é inadmissível, é inaceitável, do ponto de vista democrático, do ponto de vista do respeito humano, dos direitos humanos. É uma relação respeitosa. Há um limite para tudo. Eu vi e queria dizer a senhora que não é assim que a gente faz democracia. Você pode contestar, você pode cobrar, mas não pode, de nenhuma maneira, agredir dessa forma – eu diria até de forma covarde.

A sua reação foi de absoluta serenidade. Eu até me surpreendi. Eu me coloquei no mesmo lugar e não sei como reagiria naquela circunstância.

(Soa a campanha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E V. Exª, com uma serenidade de surpreendente, diante daqueles gestos agressivos, porque não há necessidade; bastava um cartaz, bastava uma bandeira com o que quisessem dizer, mas não da forma como foi feito.

Eu quero também lembrar que, ontem, o Senador Cássio, que deveria estar aqui para, da mesma forma, manifestar exatamente isso. É este o medo que tenho de que, no domingo, aconteça essa radicalização, que é inaceitável, Senadora Gleisi Hoffmann.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senadora Ana Amélia. Agradeço e vou, inclusive, falar, hoje, sobre isso e já me somar também às palavras de V. Exª. Acho que nós temos que chamar todos à razão para que tenhamos equilíbrio e disputas políticas na sociedade, não de enfrentamento físico ou de desrespeito ao próximo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Já que a senhora é do Paraná, Senadora Gleisi Hoffmann – e aqui estavam, há pouco, o Senador Roberto Requião e o Senador Alvaro Dias, que representam a Bancada do Paraná no Senado –, eu encontrei, há pouco, uma senhora paranaense de Londrina, a Joace Alves. Ela me encontrou e para minha surpresa, deu-me um abraço muito afetuoso. E ela me disse que a mãe dela, Laura Alves de Carvalho... D. Laura Alves de Carvalho, já sei que a senhora tem 86 anos, mora em Londrina, no Paraná e está doente. Com muita dificuldade em 2014, foi às urnas para votar, carregada pelos filhos, a uma urna que não tinha acesso para as pessoas desabilitadas e a senhora acompanha a TV Senado diariamente. Inclusive, nos sábados, quando não há atividade aqui no Congresso Nacional, ela assiste as reproduções e as reprises da TV Senado e que isso para ela é não só um entretenimento, mas um aprendizado.

(Soa a campanha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aqui ela aprendeu a identificar pessoas que ela gosta, vários Senadores e Senadoras que ela admira.

Então, D. Laura eu quero lhe agradecer, em nome de todos os Senadores, porque a senhora, com essa idade, 86 anos... Eu quero que a senhora tenha uma vida mais longa ainda, para poder continuar acompanhando. Quando essas pessoas fazem isso é uma gratificação enorme para a gente – saber que, lá em Londrina, a D. Laura Alves de Carvalho, de 86 anos, que está dispensada de votar pela legislação, faz questão de exercer a sua cidadania. Então, muito obrigada, fiquei muito honrada com o depoimento da Joace.

Quero, para terminar, Sr. Presidente, reforçar esse apelo, essa exortação, a serenidade dos ânimos. Mesmo que tenhamos posições muito divergentes, não há como você praticar democracia na base da selvageria, na base da violência, na base do confronto físico, na base do derramamento de sangue.

Nós precisamos que esta praça, a Esplanada dos Ministérios, se transforme em uma praça verde, pelo seu gramado, desse azul, desse céu maravilhoso que temos em Brasília. Se Deus é brasileiro, que ilumine as mentes dos nossos Líderes, dos Líderes dos movimentos *pró-impeachment* e contra *impeachment*, que sejam iluminados para orientar as suas bases para que haja uma manifestação pacífica e ordeira, porque é disso que a sociedade brasileira mais precisa. Precisamos mostrar ao mundo que somos capazes, sim, de fazer isso de maneira absolutamente em ordem e em paz.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Antes de chamar a última, que eu tinha pulado, comunicação inadiável, quero cumprimentar V. Exª, Senadora Ana Amélia...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ...e como Presidente da sessão, como Vice-Presidente da Casa, externar a minha solidariedade à senhora, à Senadora Gleisi, à Senadora Vanessa, aos Senadores todos – eu mesmo, por conta da divulgação do meu telefone, sofri também esse tipo de agressão, mas é inaceitável o que nós estamos vendo.

O que fizeram com a Senadora Gleisi Hoffmann, o que estão fazendo com a senhora, Senadora Ana Amélia, é inaceitável. Isso é uma selvageria que não combina com o jeito de ser dos brasileiros, das brasileiras, e que não combina com o País em que nós vivemos e do qual nos orgulhamos. Então, fica aqui a solidariedade.

E vamos ficar vigilantes, suprapartidariamente, como bem colocou a Senadora Simone Tebet, como bem colocou aqui ontem o Senador Cássio Cunha Lima, Líder do PSDB. Nós vamos ficar vigilantes, suprapartidariamente, para preservar aquilo que temos de essencial, que é a boa convivência, que é a liberdade das pessoas de ir e vir no nosso País. Não é possível! Acontece com um, a gente não faz nada; vai acontecer com outro; daqui a pouco, está acontecendo com todos. Então, é fundamental que tomemos iniciativas coletivas suprapartidárias de identificar esses fascistas, esses intolerantes, essas pessoas que agem de maneira criminoso, covarde, como fizeram com a Senadora Gleisi, a quem passo a palavra agora, para fazer uma comunicação inadiável.

Em seguida, vou fazer a Ordem do Dia.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Presidente.

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, quero aqui também me somar ao pronunciamento feito pela Senadora Ana Amélia.

Eu sofri, realmente, uma agressão no aeroporto de Curitiba. Eu sempre digo que sou afeita a todos os tipos de manifestação. Não tenho problema. Eu me criei nas manifestações, fui para as ruas, combati a ditadura militar, mas nunca, nunca desrespeitei quem quer que seja. Sempre fiz manifestação na política. E, no aeroporto de Curitiba, eu realmente recebi uma agressão muito forte, muito violenta.

Eu disse aqui que eu sentia pena das pessoas, porque acho que elas externavam aquilo muito por informações que recebem, sem as aprofundar. Mas o fato é que eu disse aqui também que ia processar essas pessoas, porque acho que cada um tem que ser responsável pelo que faz. A toda ação corresponde uma reação. E, de fato, encaminhei à Polícia do Senado, à Polícia Federal – eu tinha a identificação de algumas dessas pessoas, das outras eu tinha nomes –, para que as identificassem e se pudessem fazer o processo.

E recebi, ontem à noite, um e-mail, Senadora Ana Amélia, dizendo o seguinte:

Essa vadia quadrilheira quer processar as pessoas de bem que se manifestaram contra ela? Então, estamos organizando grupos para armar emboscadas e atacar tanto ela, quanto seus familiares e amigos. Quero ver ela identificar e processar a gente. Com bandido quadrilheiro temos que lidar dessa forma, porque bandido só entende essa língua.

Eu quero dizer a essas pessoas que escreveram isso, o que, inclusive, é anônimo, que eu nunca falei nada anônimo na minha vida. Se há uma palavra que não existe no meu vocabulário é medo. Não sou temerária, mas medo não existe no meu vocabulário. E sou da paz. Sou extremamente da paz.

Agora, se querem entrar em uma briga, aí eu sei brigar também. Como diz o ditado popular: dou um boi para não entrar, mas uma boiada para não sair.

Então, eu quero deixar público aqui – e queria mostrar às câmeras – dois que nós já identificamos: Jofran Alves, da “República de Curitiba”, e Elder Borges, do Movimento Brasil Livre. Estão identificados. Postaram no Facebook deles, postaram nas páginas deles. Inclusive, os comentários são de que “têm que linchar”, “têm que matar”, que “não podem ter convivência”.

A essas duas pessoas só quero avisar: qualquer coisa que acontecer a mim, a minha família ou aos meus amigos, eles serão as primeiras pessoas a serem procuradas para responder por isso.

Quero deixar claro isto aqui: eu não tenho medo. Eu sei onde estão essas pessoas. Já entrei em contato com a Delegacia de Crimes Cibernéticos, com a Polícia Federal. Nós vamos, sim, identificá-los e vocês vão ser processados! Não vão ficar por aí fazendo com que as pessoas sintam medo. Não vão ficar! Eu não tenho!

E me solidarizo a V. Exª, Senadora Ana Amélia: procure saber quem lhe mandou essas mensagens. Mande a Polícia do Senado! Mande a Polícia Federal! Nós temos as Delegacias de Crimes Cibernéticos. Eu era Chefe da Casa Civil e acompanhei o que foi, na Copa do Mundo, a instalação da verificação de crimes cibernéticos. Nós temos como achar, e eu vou achar!

Ontem, uma outra moça, também do MBL – essa senhora aqui, a Carla Zambelli –, pegou uma Deputada nossa para me agredir. A Deputada estava almoçando na Câmara, a Deputada Moema Gramacho, a quem

ela foi agredir, dizendo que tinham que me prender, prender os petistas. A Deputada conseguiu identificá-la: ela se chama Carla Zambelli, que anda aqui, por dentro do Congresso Nacional, com crachá, autorizada para fazer agressão aos outros.

Então, eu quero dizer: eu não tenho medo. Eu não tenho medo! Vocês vão responder pelo que fizeram, na paz, na boa, sem violência, mas vão responder! E todos os que foram ao aeroporto me agredir estão identificados e vão responder.

(*Soa a campanha.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Concedo um aparte à Senadora Ana Amélia.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É exatamente para reafirmar, Senadora Gleisi Hoffmann, a distinção: V. Exª está do lado que defende a Presidente da República, contra o *impeachment* da Presidente; eu estou do outro lado, sou favorável ao processo de *impeachment* quando isso chegar aqui, no Senado. A Câmara vai decidir no domingo. E isso não impede que V. Exª e eu tenhamos aqui um relacionamento absolutamente respeitoso...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Exatamente.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... dentro do espírito democrático, com a maior reverência que temos ao trabalho que cada uma desenvolve aqui. Então, eu quero deixar isso muito claro, para reafirmar a relevância que é um movimento de paz e de respeito às pessoas, por mais divergências que tenhamos em relação aos nossos pontos de vista, às nossas teses, aos nossos votos e àquilo que representamos. Então, mais uma vez é necessário... À medida que avança esse processo os ânimos vão se acirrando de tal forma que eu temo, realmente, que haja uma violência física e não apenas essa virtual que V. Exª vem recebendo e eu venho recebendo pelo outro lado. Quem é contra o *impeachment* também me agride por conta disso. Da mesma forma, V. Exª é agredida por aqueles que são favoráveis ao *impeachment*.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sim.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não é assim que a gente vai vencer esta etapa da vida nacional, Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Exatamente. O radicalismo não serve a nenhuma parte.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Mesmo antes de V. Exª falar, aqui na presença da Senadora Ana Amélia, como Vice-Presidente da Casa e presidindo esta sessão, eu conversei com o Secretário da Mesa, Dr. Bandeira, sobre isso. Nós vamos ter de adotar, a partir de hoje, mais intensamente, um trabalho da Advocacia do Senado Federal para que – e eu vou pedir isso ao Advogado-Geral do Senado –, na ocorrência de qualquer agressão às Senadoras ou aos Senadores, imediatamente se abra um processo, com a identificação que a Polícia Legislativa precisa trabalhar.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vamos ver se montamos uma espécie de plantão da Polícia Legislativa do Senado para ver se pegamos essas pessoas que passam de qualquer limite daquilo que estabelece o regime de livre manifestação. Só dessa forma poderemos coibir essas atitudes. Isso são agressões, são ameaças que V. Exªs estão recebendo.

Acho que a Mesa Diretora do Senado tem de tomar providências, e é esse o compromisso que assumo, a partir do que estou ouvindo e vendo nesta sessão que presido.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço, Sr. Presidente. Quero agradecer também em nome da Senadora Ana Amélia.

O radicalismo não serve a qualquer parte, não serve a qualquer causa. A violência será sempre uma manifestação de derrota; e nós estamos aqui para lutar pela democracia, pelo direito de as pessoas se manifestarem, pelas ideias que defendemos. Respeito é fundamental. Agressão e ameaça não cabem nesse processo.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu cumprimento V. Exª, Senadora Gleisi. Mais uma vez me solidarizo com V. Exª.

É um absurdo. Eu peço à Polícia Legislativa do Senado, imediatamente, que identifique essas pessoas, inclusive essa senhora que anda com crachá, fazendo com que não possa circular nas dependências do Senado Federal. Pessoas que cometem crime e que estão aí na busca de cometê-los, e fazem isso assumidamente, não podem fazer parte de uma casa que é a casa da democracia, como é o Senado Federal.

Lamento haver esse muro aí fora, ele é uma tentativa óbvia de preservar a segurança das pessoas que porventura venham se manifestar.

Mas peço também, como foi dito aqui pela própria Senadora Simone Tebet, que a Polícia Legislativa – já falei aqui – possa revisar também, independentemente de bombeiro, dos policiais do Distrito Federal, se não há nenhum instrumento ou algo que possa ser usado para agressões por parte de alguém que possa querer fazer. Mas acho que temos que tomar duas medidas imediatamente ante aos fatos.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Duas medidas: uma, da Advocacia do Senado Federal, de ficar num plantão para entrar imediatamente com ações...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... necessárias em defesa da integridade física e da preservação do exercício do mandato das Senadoras e dos Senadores; e outra, da Polícia Legislativa, na busca de identificar, seja por que mecanismo se use para fazer as agressões, seja através do crime cibernético, que é prática hoje corriqueira,...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... seja até mesmo, como foi dito aqui, de pessoas que, forjando autorização de entrada para circular nas Casas, Câmara e Senado, venham com a intenção deliberada de cometer crime, de agredir Parlamentares, sejam de que partido forem.

Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que fosse lida a Mensagem nº 36/2016, indicando o Dr. Carlos Eduardo Barbosa Paes para Defensor Público Federal.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) –

ORDEM DO DIA

Atendo o Senador Telmário já, de pronto, para fazer a leitura da Mensagem da Senhora Presidenta da República nº 36, de 2016, 135/2016, na origem, submetendo à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Carlos Eduardo Barbosa Paes, Defensor Público Federal, do Distrito Federal, para ocupar o cargo de Defensor Público Geral Federal na vaga decorrente do término do mandato do Sr. Amã Tabosa de Moraes. **(Mensagem nº 36/2016 - Vide item 1.2.1.4 do sumário)**

O Expediente será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, conforme prevê o Regimento da Casa.

Temos cinco itens que, penso, atendem – e, aí, vejo aqui várias Senadoras, Regina, Simone Tebet, Vanessa, Gleisi, Ana Amélia – uma pauta que foi apresentada pela Bancada feminina na Casa.

Então, vamos só fazer a leitura do **Item 1**, que é a continuação de ontem, Projeto de Lei do Senado 426, de 2015, da CDH, proveniente de sugestão do Programa Jovem Senador, que altera a Lei 9.394, de 1994, Lei das Diretrizes e Base, para instituir a aplicação de teste vocacional no ensino médio e dispõe sobre a oferta gratuita de curso preparatório para o ensino superior:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, DE 2015

Discussão, em turno suplementar, do Projeto de Lei do Senado nº 426, de 2015 da CDH (proveniente de Sugestão do Programa Senado Jovem), que *altera a Lei nº 9.394, de 1994 - Lei de Diretrizes e Bases, para instituir a aplicação de teste vocacional no ensino médio, e dispõe sobre a oferta gratuita de cursos preparatórios para o ensino superior.*

Parecer sob nº 440, de 2016, da Comissão Diretora, Relator: Senador Elmano Ferrer, oferecendo a redação do vencido para o turno suplementar.

Poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão.

Discussão do substitutivo. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Sem apresentação de emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno. **(Vide item 1.2.2.1 do sumário)**

O projeto vai à Câmara dos Deputados.

Item 2 da pauta:

Para a contagem de prazo, Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2012, tendo como primeira signatária a Senadora Marta Suplicy, Suplicá que altera a redação do inciso II do art. 203 da Constituição, para acrescentar entre os objetivos da assistência social o amparo à mulher vítima de violência:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 43, DE 2012

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2012, tendo como primeira signatária a Senadora Marta Suplicy, que *altera a redação do inciso II do art. 203 da Constituição para acrescentar entre os objetivos da assistência social o amparo à mulher vítima de violência*.

Parecer sob nº 912, de 2014, da CCJ, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

Primeira sessão de discussão da proposta e da emenda, em primeiro turno.

A Senadora Simone pede a palavra. Em seguida, Senadora Vanessa.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Sr. Presidente, sei que ainda está em primeira sessão de discussão, não vou discutir.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Está contando apenas prazo, mas é importante.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria apenas de parabenizar a Senadora Marta Suplicy.

É uma PEC de 2012, portanto, desde então, aliás há muito tempo, a Senadora Marta Suplicy hoje ocupa uma cadeira no Senado, mas na realidade faz política na defesa dos interesses da mulher e da família desde que entrou para a vida profissional e dá uma demonstração de que continua com essa bandeira.

Nós sabemos que a assistência social é um dos maiores direitos e uma das mais emergentes políticas públicas de um país tão desigual quanto o nosso. E nada atende mais a esse direito à assistência social do que cuidar da mulher. Porque, ao cuidar da mulher, nós estamos cuidando da família. E quando nós colocamos que a assistência social também significa dar uma atenção à mulher vítima de violência, nós estamos defendendo na Constituição brasileira aquela que educa os filhos, o futuro deste País.

Então, apenas para parabenizar. No momento oportuno estaremos nos pronunciando.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu só quero esclarecer, até conversava com o nosso Secretário Bandeira, porque no fundo as cinco sessões ocorrem para que haja debate nas cinco. Ocorre que se criou aqui um volume de trabalho de matérias a serem apreciadas, mas é para fazer exatamente o que V. Exª fez. Quando a matéria é lida, há a manifestação do Plenário discutindo a importância ou não da matéria, os problemas que ela pode carregar ou as soluções que ela também possa carregar.

Nesse caso, trata-se de uma matéria que tem o aval de todos, mas vem, também, de um esforço da Senadora Marta e, óbvio, de todas as mulheres que atuam ativamente aqui no Senado.

Com a palavra a Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Primeiro, creio que a Senadora Simone já destacou a importância desta matéria. É uma matéria para as mulheres, uma proposta de emenda à Constituição, apesar de ser conceitual, mas que terá um impacto social significativo, porque inclui questões relativas a gênero também, como disse a Senadora, na assistência social.

Mas eu pedi para falar para cumprimentar a Mesa. No mês de março, várias Senadoras que compomos aqui a Bancada feminina do Senado Federal estivemos com o Presidente da nossa Casa, Senador Renan Calheiros, com V. Exª e com os demais membros da Mesa e levamos um conjunto de projetos que a cada semana nós temos visto serem pautados.

Então, quero aqui destacar o papel importante da Mesa Diretora, Senadora Simone, para que possamos avançar no debate e na votação efetiva dos projetos de lei que tratam da busca da igualdade de gênero entre homens e mulheres em nosso País e, sobretudo, também, no combate à violência.

Então, receba os meus cumprimentos, Senador Jorge Viana, e, ao mesmo tempo, os meus agradecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E não só, eu queria informar. Hoje nós temos esse item 2, depois o 4 e o 5, que estão dentro desta agenda. Mas, como nós vamos ver nos itens 4 e 5, são questões em que não se trata só de igualdade. Trata-se de corrigirmos distorções em nossa sociedade. Vamos ver, daqui a pouco, o período de amamentação das mulheres, nos itens 4 e 5, que não estão regulamenta-

dos adequadamente na sociedade. Não se trata nem só de igualdade, mas de criar um aparato legal que possa, realmente, tratar com o respeito devido as mulheres em nossa sociedade.

Senadora Lídice, nós estamos aqui contando o prazo de uma iniciativa, que tem como signatária a Senadora Marta Suplicy, que acrescenta entre os objetivos da assistência social o amparo à mulher vítima de violência. Então, está se contando o prazo.

Eu ouço V. Ex^a.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA. Sem revisão da oradora.) – Presidente, eu solicito a V. Ex^a que inclua na pauta a PEC da Deputada Luiza Erundina, votada na CCJ há duas semanas, que determina cota para as Mesas da Câmara e do Senado. Ela já está preparada e, claro, está incluída na lista de prioridades da Bancada feminina. Eu gostaria, portanto, de solicitar a inclusão na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Nós vamos buscar tratar esse assunto, como temos feito, com o Presidente Renan, na reunião de Líderes. Eu acho que certamente teria o aval dos Líderes, para imediatamente chegar à Ordem do Dia. Então a matéria consta da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa, para prosseguimento da discussão.

Item 3 da pauta.

Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2014, 2.839/2011 na Casa de origem, que acrescenta o art. 394-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 20, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto De Lei Da Câmara nº 20, de 2014 (nº 2.839/2011, na Casa de origem), que *acrescenta o art. 394-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal (prioridade na tramitação de processos que apurem crime hediondo)*.

Parecer favorável, sob nº 99, de 2016, da CCJ, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares.

Vejam que nós estamos, por falha gravíssima nossa, fazendo modificações no Código Penal, que é da década de 1940. Somos cobrados, e, lamentavelmente, ele dorme, sua modificação, sua atualização, lá na Comissão de Constituição e Justiça, com o meu voto contrário, porque já apresentei, inclusive, requerimento. Isso seria uma matéria para estar na Ordem do Dia, a atualização do Código Penal brasileiro, que é de 1941.

Parecer favorável sob o nº 99, de 2016, na Comissão de Constituição e Justiça, tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Valadares.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Discussão do projeto, em turno único. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado. **(Vide item 1.2.2.2 do sumário)**

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Item 4 da pauta:

Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2014, nº 628/2011 na Casa de origem, que altera os arts. 2º e 6º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica. Parecer de nº 916, de 2014, da CDH. Relator: Senador Paulo Davim, favorável, com as Emendas nº 1 e 2 da CDH, que apresenta.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2014 (nº 628/2011, na Casa de origem), que *altera os arts. 2º e 6º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica*.

Parecer sob nº 916, de 2014, da CDH, Relator: Senador Paulo Davim, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH, que apresenta.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Discussão do projeto e das emendas, em turno único.

Senadora Vanessa, para discutir.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Eu serei breve.

Eu creio que esse projeto é da máxima importância e tem a ver também com as mulheres. Não só com as mulheres, mas com os idosos, com as pessoas portadoras de deficiências e mulheres, sobretudo, grávidas, as lactantes e aquelas mães que acompanham e que têm filhos no colo. Ela dá prioridade, no atendimento em instituições financeiras e estabelecimentos comerciais similares, a essas pessoas.

Isso já existe no País, Sr. Presidente. Entretanto, quando a lei é descumprida, não há nenhuma sanção para quem a descumpre. Um ou outro Município adota essas medidas. Então, esse projeto vem estabelecer uma multa, penalizando os estabelecimentos que desobedecem à lei, relativa a dez vezes o valor do menor benefício pago pela Previdência Social. Então, eu acho que essa mudança na lei é importante para, realmente, garantir a efetividade prática dessa lei, Sr. Presidente.

Então, quero cumprimentar o autor e o Relator da matéria. O Relator é o Senador Paulo Davim. Acho que o projeto, salvo engano, é do Senador Paulo Paim, não tenho certeza absoluta. Mas, enfim, quero cumprimentar tanto o autor como o Relator pela importância da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A origem é na Câmara.

Eu queria dizer a V. Exª que, de fato, cria-se aqui um atendimento especial para mulheres lactantes, claro, diante de caixas, balcões, guichês, seja de que ordem for. E foi acrescentada uma multa de até dez vezes o valor do menor benefício quando não se cumprir essa lei.

Votação do projeto, sem prejuízo das emendas.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Votação, em globo, das Emendas nºs 1 e 2 da CDH.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Há, sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final, que será publicado na forma regimental. **(Parecer nº 442/2016-CDIR - Vide item 1.2.2.3 do sumário)**

Discussão da redação final. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

Item 5 da pauta, que também atende e está diretamente vinculado às mulheres lactantes. Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2014 (nº 814/2007, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para proibir o trabalho da gestante ou lactante em atividades, operações ou locais insalubres. Esse é o objetivo do projeto. Parecer favorável, sob nº 672, de 2015, da CAS, tendo como Relatora *ad hoc* a Senadora Ana Amélia:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, DE 2014

Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2014 (nº 814/2007, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para proibir o trabalho da gestante ou lactante em atividades, operações ou locais insalubres.*

Parecer favorável, sob nº 672, de 2015, da CAS, Relatora *ad hoc*: Senadora Ana Amélia.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Discussão do projeto, em turno único.

Para discutir, a Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, mais um projeto importante, que é parte da relação e das prioridades apresentadas pela Bancada feminina. O projeto foi relatado na Comissão de Assuntos Sociais pela Senadora Ana Amélia.

Sr. Presidente, este projeto é importante. Ele modifica a CLT, a Consolidação das Leis do Trabalho, visando não somente proibir o trabalho de gestantes ou lactantes em atividades, operações ou locais insalubres, mas o projeto prevê também o pagamento integral do salário que a mulher recebia antes, quando trabalhava em locais insalubres, continuando a mulher a receber o adicional de insalubridade.

É importante isso, porque é óbvio que seria muito fácil não permitir que a mulher ficasse afastada das suas funções em atividades insalubres, mas perderia os benefícios que ela teria. Então, o projeto cuida, tam-

bém, Senador Jorge Viana, de garantir todos os benefícios à mulher gestante, grávida, ou que esteja amamentando o seu filho.

Eu acho fundamental a aprovação deste projeto. Cumprimento a Senadora Ana Amélia pelo belo relatório apresentado.

Obrigada.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Para discutir a matéria, ou então pela ordem, V. Ex^a, Senador Reguffe, tem a palavra.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estava ali dando uma entrevista e soube dos fatos aqui relatados pelas Senadoras Ana Amélia e Gleisi Hoffmann, cujo vídeo também vi. Eu queria aqui também prestar a minha mais absoluta solidariedade à Senadora Gleisi Hoffmann e à Senadora Ana Amélia. Considero que todos têm o direito de colocar as suas opiniões, de se expressar, de se manifestar, mas dentro de absoluto respeito à dignidade da pessoa e do outro. Quando se ultrapassa esse limite, não tenho como concordar e acho isso abusivo. Então, essa coisa de ameaçar, de intimidar, de agredir, isso não tem o meu aplauso. Isso é absolutamente reprovável. Eu quero aqui prestar a minha solidariedade às duas, que estão em lados diferentes e estão recebendo ameaças, o que, na minha opinião, é absolutamente injustificável.

Cabe a esta Mesa do Senado, sim, tomar uma providência com relação a isso, porque isso ultrapassa todos os limites. Todo mundo tem o direito de se expressar – vivemos numa sociedade democrática –, inclusive devem, porque a população precisa participar mais da política, mas dentro do limite, dentro do respeito ao outro.

Então, quero prestar a minha solidariedade às Senadoras Gleisi Hoffmann e Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu parabeno também V. Ex^a, Senador Reguffe. Eu já tomei medidas como Vice-Presidente da Casa e sei que tenho o endosso do Presidente Renan. Nós não podemos permitir que Senadores e Senadoras sejam agredidos pelo exercício do mandato. É inaceitável o que está ocorrendo. É preciso tomar providências.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É fácil de identificar. Se a Polícia Legislativa ficar atenta, há como identificar os crimes cibernéticos e punir os culpados. A Senadora Gleisi trouxe aqui nomes. Nós temos que acionar a Advocacia do Senado. Não há necessidade de Senador contratar advogado para fazer a defesa do seu mandato ou do livre exercício do seu mandato. Com isso, nós vamos criar uma pedagogia da boa convivência. E a pedagogia da boa convivência é uma só: respeitarmos uns aos outros, respeitarmos a opinião divergente e não passar do limite daquilo que é o tolerável num regime democrático, de liberdade.

Agora, agressão, da maneira como está sendo feita, é atitude fascista, é crime, é deplorável e tem de haver uma reação a isso. E não pode ser de uma Senadora. Deve ser do Senado Federal.

A Senadora Ana Amélia pediu a palavra.

Depois, a Senadora Simone Tebet.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu queria só agradecer ao Senador Reguffe. Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem.

Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria aproveitar, sobre a matéria que foi apreciada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Está em discussão. E V. Ex^a foi relatora *ad hoc*.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Fui Relatora *ad hoc* na CAS. Eu queria só lembrar. É importante reconhecermos a iniciativa do autor. Este é um PLC, que vem da Câmara, e a autoria é do Deputado Sandes Júnior, do meu partido, do Estado de Goiás. É um radialista muito conhecido em Goiás.

Então, eu queria fazer referência à autoria da iniciativa de proteção às gestantes e lactantes.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem.

Senadora Simone Tebet.

Em seguida, o Senador Hélio José e o Senador Medeiros.

A SR^a SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Senador Jorge Viana, receba, em nome de toda a Mesa Diretora do Senado, os nossos agradecimentos. Hoje, nesta quinta-feira, a pauta atende aos interesses da mulher, defendendo os direitos da mulher e, conseqüentemente, da família.

Eu quero, neste momento, parabenizar mais uma vez a Senadora Vanessa Grazziotin por ter compilado todos esses projetos importantes já no mês de março, que é o mês que nós comemoramos o mês internacional da mulher. E parabenizo a Mesa por estar neste momento colocando em votação projetos tão relevantes.

Preciso registrar, também, como disse a Senadora Ana Amélia, que fico muito feliz que tenha sido um homem, um Deputado Federal, a demonstrar que é essa uma preocupação não só das mulheres parlamentares, mas também dos parlamentares do Congresso Nacional.

Nesta quinta-feira, nós somos, aqui no plenário, maioria feminina. Então, neste momento, eu agradeço e parabenizo a Senadora Vanessa pelas considerações.

E apenas acrescento que esse projeto não visa apenas a integridade e a saúde física e mental das mulheres, mas, principalmente, do feto, quando essa mulher for gestante, e da criança recém-nascida, porque sabemos que, através da amamentação, todo o estresse e tudo aquilo pelo qual a mulher passa, seja através da alimentação, seja através do contato com o meio ambiente, vai diretamente para o leite materno. Portanto, o principal atingido e a principal vítima de qualquer atividade insalubre é o feto e é a criança.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Hélio José.

Em seguida, o Senador José Medeiros.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Nobre Presidente, Senador Jorge Viana, quero congratular-me com V. Exª pelas decisões tomadas, muito corretas, inclusive, com relação ao inicialmente aqui colocado.

Quero me solidarizar com a Senadora Gleisi Hoffmann e com a Senadora Ana Amélia. É inadmissível esse tipo de agressão aos Parlamentares desta Casa. Todo mundo tem direito a tomar sua opinião, sua liberdade de voto e suas manifestações, e não pode ser incomodado por alguma ala B ou C que se sinta agredida ou prejudicada com relação à votação de cada um.

Então, nosso Senador Jorge Viana tomou a atitude adequada. Eu mesmo ontem, aqui em minha fala, vendo esse Muro de Berlim feito aqui na Esplanada, coloquei que quero, como Senador do Distrito Federal, desejar e rogar para que todos possam vir livremente defender suas opiniões a favor ou contra, de forma pacífica, de forma respeitosa e de forma a valorizar os valores da família, os valores da cidadania e os valores da integração entre os povos. Todo mundo tem o direito de concordar ou discordar.

Que todos venham, porque temos aqui metrô, temos linhas de ônibus que virão lotadas! E esse Muro de Berlim está aqui em nossa frente, mas na Rodoviária do Plano Piloto todo mundo se mistura. Espero que a paz reine e que todos possam ter o direito a ter suas opiniões, independentemente de ser pró ou contra.

Sobre o projeto em tela, aproveitando minha fala, quero dizer que é um projeto muito importante. Eu, que sou egresso do setor elétrico brasileiro, sei o tanto que é importante a questão tanto da insalubridade quanto da periculosidade. Trata-se aqui de assuntos atinentes ao trabalho da mulher nessas áreas, e que não pode ser prejudicada por uma situação natural de um parto, de uma licença-maternidade, de repente retornar, e não ter esses direitos preservados.

Então, quero dizer que o projeto é de alta relevância, que precisamos apoiá-lo; estou aqui para isso. Quero me solidarizar com as nossas amigas e companheiras mulheres deste Brasil, que é a maioria do nosso povo, e dizer que hoje é uma sessão altamente relevante a nós todos, porque estamos exatamente discutindo assuntos relativos à mulher, que muito favorece a nós homens, também, porque aquilo que atende a mulher nos atende também. Então, é muito importante para todos os Senadores que estão aqui esse projeto que foi rapidamente aqui colocado pela Senadora Vanessa Grazziotin.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador José Medeiros.

E, sem seguida, Senador Ferraço.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senado Federal brasileiro está de parabéns. Este ano, já votamos matérias muito importantes no que diz respeito à vida. Às vezes, as discussões são acaloradas, mas estamos falando de assuntos menos importantes.

Neste ano, o primeiro projeto que aprovamos no Senado Federal foi justamente o marco legal da primeira infância. O Senador Donizeti está aqui presente e acaba de chegar de um curso em Boston, na Universidade de Harvard, e, com certeza, viu ali os estudos que existem sobre essa fase da vida.

O projeto que estamos aprovando, hoje, assim como o marco legal da primeira infância, assim como a extensão do período para os pais também ficarem próximos no momento da licença-maternidade, o Senado aprovou 20 dias para licença-paternidade, todos esses projetos, com certeza, têm uma influência muito forte na vida do País, porque têm impacto na qualidade de vida da família, têm impacto na saúde e têm impacto

positivo também na segurança. E por que digo na segurança? Porque, na primeira infância, na primeiríssima infância, já existem vastos estudos de que é nesta fase que existe uma janela de oportunidades para que este ser, posteriormente, possa ter uma fase adulta melhor, e esse projeto com certeza só tem a contribuir para que essa criança que vai nascer possa ter estrutura melhor.

Falando também sobre o tema das agressões sofridas pelos Senadores, quero aproveitar e pedir à Mesa, já que V. Exª foi sensível... Há um maluco em Brasília que postou, ontem, nas redes sociais, uma maluquice. Ele se coloca como Deputado Federal e Presidente do PDT – e não é, pois já chequei. É importante darmos credibilidade, não credibilidade, mas termos cuidado, porque, por várias vezes, já tivemos exemplos, no mundo inteiro, em que o próprio FBI e outras polícias no mundo não deram importância a alguns malucos que apareceram, e esses mesmos acabaram sendo protagonistas de tragédias.

Vou ler aqui o que ele postou na rede social. Acabei de ler também no *site* O Antagonista, e está correndo pela imprensa. Ele disse o seguinte, é o Sr. José Silvio dos Santos:

Quero todo mundo armado.

Minha ordem é ocupar as duas laterais da Esplanada dos Ministérios.

E quero todo mundo armado.

No dia da votação do Golpe, minha ordem é avançar em direção ao Congresso Nacional, Câmara e Senado, atirando para matar.

Tragam cordas também.

Vamos invadir a Câmara e o Senado, e minha ordem é enforcar todos os Deputados e os Senadores golpistas.

Vamos aniquilar todos eles.

Com certeza, é um maluco, mas eu peço a V. Exª que, como ele é daqui do DF, a polícia possa tomar providência, porque ele é maluco, pois, com certeza, gente certa não sai por aí matando os outros. E é justamente com medo dos malucos que a gente precisa tomar providência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador José Medeiros, desde ontem nós temos tratado.... O Líder Cássio Cunha Lima estava aqui, a Senadora Gleisi e vários outros. Essa é uma matéria que temos que tratar suprapartidariamente, em nome da Casa.

Não nos preocupa de onde vem a agressão ou a ameaça; o que nos preocupa é a ameaça. E é contra ela... Eu acabei de falar com o Advogado-Geral do Senado para eles montarem uma ação efetiva, e eles vão entrar em contato com as Senadoras.

Estou chamando o Chefe da Polícia Legislativa aqui, e nós vamos adotar as medidas necessárias na identificação dos agressores, sejam eles quem forem, dessas ameaças todas. E vamos entrar com medidas que possam custar caro para cada um deles que fizeram, veladamente ou não, ameaças. E não é só a figura de um Senador ou de uma Senadora; é a própria instituição do Senado, é o próprio Estado brasileiro.

Eu cumprimento V. Exª.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Parabéns, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, há sobre a mesa...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu penso que o microfone possa estar desligado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES. Sem revisão do orador.) – Há, sobre a mesa, Sr. Presidente, requerimento nos termos do art. 315, combinado com o inciso II do art. 279 do Regimento Interno do Senado, um requerimento na condição de Relator do adiamento da votação do Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2015, a fim de que seja reexaminado pela Comissão de Constituição e Justiça, à luz de novos fatos. **(Requerimento nº 296/2016 - Vide item 1.2.1.8 do sumário)**

Trata-se, Sr. Presidente, de uma proposta que estabelece um regramento para o inquérito civil público em nosso País. Esse tema foi esgotado e debatido na Comissão de Justiça da Casa. Ocorre que houve fatos novos, até mesmo uma demanda por parte do colegiado nacional dos Procuradores de Justiça, entendendo a necessidade desse importante regramento, mas faço uma solicitação para que nós possamos reabrir o debate em relação a esse tema.

Portanto, eu gostaria que V. Exª submetesse ao Plenário da Casa a matéria, para que nós pudéssemos examinar e reabrir o debate desse importante tema, do qual sou Relator na Comissão de Constituição e Justiça, ouvindo novos segmentos, para que de fato se tenha uma redação que traga o aperfeiçoamento absoluta-

mente necessário, mantendo efetivamente as prerrogativas dessa importante instituição do Estado brasileiro, o Ministério Público, seja ele estadual ou federal. É a reivindicação que faço a V. Exª para que nós possamos deliberar sobre esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu sempre sou favorável às precauções, quando há matérias complexas, como é o caso dessa, favorável a um reexame, que é o caso, ele deve acontecer. Obviamente que eu não posso, por ofício, deliberar, mas eu farei a leitura do requerimento de V. Exª e vou submetê-lo imediatamente ao Plenário, como solicita.

Requeiro, nos termos do art. 315, combinado com o inciso II do art. 279 do Regimento Interno do Senado Federal, o adiamento da votação do Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2015, complementar, a fim de que seja reexaminado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Vou pôr em apreciação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento feito pelo Senador Ricardo Ferraço, que já fez as devidas justificativas, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai para reexame na CCJ.

Sigo com o Item 5 da pauta.

Já estava em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado. **(Vide item 1.2.2.5 do sumário)**

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Eu queria pôr em apreciação, extrapauta, o projeto de decreto legislativo. Nós tivemos essa matéria apreciada na Comissão de Relações Exteriores e, num entendimento com o Senador Aloysio Nunes Ferreira, Presidente daquela Comissão, e também de minha parte com o Senador Anastasia, Relator, eu que sou membro da Comissão e presido a sessão, queria pôr a matéria em apreciação, tendo em vista a sua importância e o consenso criado em torno dela, ou seja, o Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2016, 84/2015 na Câmara dos Deputados, que aprova o texto da Convenção Multilateral sobre a Assistência Administrativa Mútua em Assuntos Fiscais. Eu hoje ainda falei com o responsável pela Receita Federal, o Dr. Rachid, que tem todo o interesse nessa matéria. Parecer favorável sob o nº 441, de 2016, da CRE, Relator, Senador Anastasia. Discussão do projeto em turno único:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2016

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2016, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que *aprova o texto da Convenção Multilateral sobre Assistência Administrativa Mútua em Assuntos Fiscais emendada pelo Protocolo de 1º de junho de 2010, assinada em 3 de novembro de 2011.*

Parecer favorável sob nº 441, de 2016-CRE, Relator: Senador Antônio Anastasia.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É sobre essa matéria?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Só um minutinho, deixa só concluir a instrução e já passo, ato contínuo, a palavra para V. Exª.

Discussão do projeto, em turno único.

Não há oradores inscritos, encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado. **(Vide item 1.2.2.6 do sumário)**

A matéria vai à promulgação.

Com a palavra o Senador Telmário, pela ordem.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, também quero ficar solidário às duas Senadoras que sofreram ameaça. Claro, isso é fruto, normalmente, das pessoas que são covardes, que não têm nenhum equilíbrio.

Queria aqui me referir à fala do Senador José Medeiros, que citou um caso de um vídeo que está acontecendo, em que a pessoa se diz presidente do PDT. Acabei de receber uma ligação do Presidente do PDT de Brasília, que diz que esse cidadão nem filiado ao PDT é.

Portanto, as pessoas usam isso a título de tentar implantar o terror, o medo e mais do que isso. Foi assim que se infiltraram no Rio de Janeiro, quando mataram aquele militar lá; depois foram ver que era do mesmo grupo. Há pessoas que estão usando siglas partidárias para dizer que são os partidos que hoje, naturalmente, apoiam a Presidente Dilma contra o *impeachment* do PMDB.

Queria só colocar isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Queria sugerir e pedir a V. Ex^a, Senador Telmário, que entre em contato imediatamente com a Polícia Legislativa – inclusive, estou chamando aqui –, já que a pessoa é identificada, para que se haja imediatamente em dois movimentos: um, da Polícia, de identificá-lo, confirmar a identificação; e, o outro, de entrar com a medida que a Advocacia do Senado pode acionar imediatamente, conforme já solicitei.

Votação, em globo, dos Requerimentos n^{os} 35, 101, 102, 103, de 2016, que solicitam tramitação conjunta para matérias que relacionam.

Isso aqui é fruto de entendimento do colegiado de Líderes.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados. (**Vide item 1.2.2.7 do sumário**)

Votação também, por meio do entendimento do colegiado de Líderes.

Votação, em globo, dos Requerimentos n^o 988, de 2015; e 95, 96, 97, 134, 153 e 193, de 2016, que solicitam audiência de Comissão para matérias que relacionam. (**Vide item 1.2.2.7 do sumário**)

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Nós estamos encerrando a Ordem do Dia...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu gostaria de que V. Ex^a submetesse à votação uma matéria. Está sobre a mesa um voto de repúdio pela manifestação do Secretário-Geral da Unasul, Ernesto Samper, que afirmou que o bloco é contra o processo de *impeachment* e que a Presidente tem legitimidade para terminar o mandato, fazendo uma intromissão na liberdade deste Congresso Nacional para tomar essa atitude. Então, há esse requerimento com 30 assinaturas, que eu gostaria que V. Ex^a submetesse à consideração do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Lasier, com todo o respeito, esta matéria foi, inclusive, apresentada, hoje, na Comissão de Relações Exteriores, onde fiz até um questionamento ao Presidente, o Senador Aloysio Nunes. É uma matéria que, obviamente, tem 30 assinaturas, mas tem também posicionamentos divergentes. Como nós temos feito, todas as matérias que eu coloquei em apreciação vieram em consenso. Sobre esta, tem que ser dado o conhecimento ao Plenário, vamos pautar na Ordem do Dia e, aí, nós a apreciaremos, com a manifestação do conjunto dos Senadores. Só estou pondo em apreciação matérias que, realmente, venham diante de um consenso.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, fica adiada, mas...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Ela entrará...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ... será submetida?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Ela será submetida. Antes, certamente, dar-se-á ciência ao conjunto de Senadores, vamos colocar em pauta, publicar a matéria e, aí, fazer o debate no plenário no momento adequado.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senadora Fátima Bezerra.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. Sem revisão da oradora.) – Quero destacar aqui o bom senso de V. Ex^a. Embora haja a assinatura de mais de 30 Senadores – V. Ex^a foi muito claro –, não existe consenso sobre esse requerimento. Pelo contrário. No momento oportuno, vamos fazer aqui o debate e dizer que nós concordamos integralmente com a moção apresentada pela Unasul, porque achamos que se trata, infelizmente, disto mesmo: um golpe em curso no nosso País, que, se Deus quiser, não será perpetrado neste domingo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem. Está feito o esclarecimento. E a matéria vai, obviamente, entrar na pauta, ser distribuída...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Se me permite, Presidente.

O Secretário-Geral da Unasul jamais se pronunciou sobre os direitos humanos da Venezuela e da Bolívia. Por isso, achamos um exagero ele se intrometer, agora, no que estamos discutindo no Parlamento brasileiro. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Por nada.

Encerrada a Ordem do Dia.

Voltamos à lista de oradores.

Eu estou como primeiro orador. Eu não sei se algum colega poderia assumir a Presidência, para que eu possa fazer uso da tribuna.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Eu vou.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senadora Fátima, por gentileza.

E a Senadora Vanessa fala, em seguida, como a primeira Líder.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu queria me inscrever para uma comunicação inadiável, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Em comunicação inadiável, já tinham sido usadas as três, Senador. Talvez agora ou na lista de inscrição ou como Líder.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu estou na lista de inscrição. Qual é a minha colocação, por gentileza?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Hélio, V. Exª é o décimo terceiro. Nós estamos no quarto orador, mas, como certamente há Senadores que não vieram e pode haver permuta, V. Exª poderá falar antes.

Eu, como orador inscrito, vou para a tribuna.

(O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª. Fátima Bezerra.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Com a palavra o Senador Jorge Viana, Vice-Presidente do nosso Senado, Senador pelo Acre, que fará uso da tribuna, agora, pelo tempo regimental de até 20 minutos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Esse “até” é que nos mata. *(Risos.)*

Aqui temos cumprido, porque há uma lista de oradores inscritos, mesmo sendo uma quinta-feira e após a Ordem do Dia.

Em primeiro lugar, eu queria também, da tribuna, repudiar. Eu, como Vice-Presidente da Casa, pedi para vir aqui o Chefe da Polícia Legislativa. Vamos ser enérgicos, como já pediu aqui o Senador Reguffe, como já pediram as Senadoras, como já pediram vários colegas, contra qualquer intimidação, contra qualquer abuso que alguns tentem praticar, seja por meio cibernético, seja presencial. Nós precisamos ter entendimento e paz para, juntos, respeitando a liberdade de todos e respeitando todos, vencer esse período, que não pode ser vencido pelo ódio e pela intolerância. Alguns, inclusive, se escoram e se protegem no ódio e na intolerância para se apresentar.

Srª Presidente Fátima Bezerra, minha querida colega de Bancada, uma mulher lutadora, que chegou aqui respaldada da luta dos movimentos sociais, da educação, mais especificamente, hoje é quinta-feira, e, amanhã, certamente, na Câmara, devemos iniciar um período delicado na democracia brasileira. Eu estou confiante de que ainda haja tempo, de que o bom senso prevaleça, de que não se atropela a Constituição, de que não se rasgue a Constituição brasileira, de que não se danifique, com uma grave cicatriz, a recente democracia brasileira. Eu tenho fé em que o bom senso prevaleça, que as dificuldades que o País enfrenta e que o Governo atravessa sejam enfrentadas respeitando a Constituição.

O momento é delicado. A coordenação desse processo de *impeachment* é absolutamente ilegítima. Eu respeito os que têm opinião divergente, mas fico me perguntando quantos colegas – não estou dizendo aqui do Senado, falo colegas Parlamentares – estão comprometendo suas biografias assinando embaixo do abaixo-assinado de Eduardo Cunha, que, comprovadamente, está comandando um golpe para virar Vice-Presidente da República.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. *Fora do microfone.*) – Presidente!

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E o colega Capi, que carrega na sua vida, na sua história, a luta – foi vítima do período autoritário, na luta por democracia –, disse: “Não! O Eduardo Cunha quer ser Presidente”.

Senador, jornalistas de renome estão comprometendo suas biografias – eu estou vendo –, acovardando-se, fazendo coro com o golpe na democracia brasileira. E eu vim aqui à tribuna para ler duas matérias.

Uma é de Janio de Freitas – mais uma. Vou pedir que conste nos *Anais* da Casa. Grande jornalista! Crítico do PT, crítico do Governo da Presidenta Dilma e de Lula, mas um defensor intransigente do bom jornalismo.

Eu peço aos grandes jornalistas brasileiros: todos nós estamos sendo colocados à prova; não caiam na armadilha de entrar nessa onda – como disse Mangabeira Unger numa entrevista à *Folha de S.Paulo* –, uma onda de ódio e intolerância, envelopada numa história que tenta tipificar um crime que não houve! Mangabeira Unger foi Ministro e é professor em Harvard. Eu vou repetir o que ele disse, porque é muito importante. Ele que foi professor de Obama, que é catedrático, talvez o brasileiro melhor situado, diz aqui que nunca trabalhou – conhece a Dilma há 30 anos – com alguém tão honesto. É este o ponto, eu só queria falar isto: honesto. Estamos correndo o risco – e eu não acredito, espero que o bom senso prevaleça – de tirarmos da Presidência da República alguém que tem seus erros, que tem suas falhas, mas que é absolutamente honesta, que não convive e não compactua com nenhum tipo de malfeito. Foi elogiada por todos, chamada até de faxineira! Agora o disco mudou, sem que a Presidenta tenha mudado.

A pior vergonha é virem aqui e dizerem: “Não, o crime está tipificado!” Eu respeito, mas, pelo amor de Deus, isso não tem base! Aí dizem: “Mas está previsto, há um rito do Supremo, está previsto na Constituição”. Tenham a santa paciência! Como diz o dito popular, não temos o nariz furado ao contrário.

Eu queria fazer a leitura do artigo do Janio de Freitas e depois do de Luis Fernando Verissimo – dois grandes jornalistas. Ninguém venha dizer que eles são aliados do PT. São grandes jornalistas, de que o Brasil precisa tanto numa hora dessas, para que essa onda do ódio e da intolerância embrulhada num pacote moralista de falso moralismo não venha a danificar de morte a democracia brasileira e manchar a vida de muitos que fizeram a opção pelo Parlamento, sua biografia.

Diz Janio de Freitas, que escreveu isso hoje:

Pela primeira vez, a palavra foi relacionada a Michel Temer por Dilma Rousseff na terça-feira. Sob as tensões hostis das atuais circunstâncias, a palavra demorou: o comedimento verbal de Dilma, a atacada, no qual “golpista e golpismo” foram o tom mais elevado, pode ficar como um caso excepcional. A palavra, na frase transcrita por Bernardo Mello Franco: “Se ainda havia alguma dúvida sobre o golpe, a farsa e a traição em curso, não há mais”. Traição.

A palavra é traição.

Janio de Freitas escreve:

O rompimento pessoal e do PMDB com Dilma, conduzido por Michel Temer de ponta a ponta, com auxílios de Romero Jucá...

Falo aqui com respeito a um colega que está ausente, mas estou apenas lendo o que escreveu Janio de Freitas na *Folha de S.Paulo* hoje. Ele diz:

O rompimento pessoal e do PMDB com Dilma, conduzido por Michel Temer de ponta a ponta, com auxílios de Romero Jucá como “laranja”, foi incomum em política. Mais do que não ser uma reação, como seria próprio de um rompimento político, o orientado por Temer não teve nem sequer um fato anódino para invocar [Um sofrimento, alguma coisa como é o sinônimo].

O partido era parte do governo, detentor do maior número de ministérios e de cargos em todas as reformulações ministeriais, ainda hoje com peemedebistas no governo. Ministros indicados pelo próprio Temer ou pelo PMDB sob sua presidência.

Para ter algo a dizer, em duas ocasiões Michel Temer precisou recorrer [veja só o que diz Janio de Freitas] à combinação de ridículo e inverdade. Em uma, teria “passado quatro anos como vice-presidente decorativo”. À parte a impropriedade pessoal do adjetivo, nos seus longos e improdutivos anos como deputado, Temer poderia propor emenda constitucional que desse ao vice-presidente mais atribuições do que o fixado pela Constituição. Nem ao menos cogitou do tema.

Temer diz agora: “Nesse período em que fui [o Janio de Freitas é irônico e diz] [foi, já?] vice-presidente, nunca tive um chamamento efetivo para participar das questões do governo”.

Participou, sim, de muitas reuniões políticas e deliberativas na Presidência. Também várias vezes convidado a assumir a coordenação política do governo, ao aceitá-la, afinal, não mostrou mais trabalho e habilidade do que para o velho [aspas] “é dando que se recebe”. Só agravou o que estava errado na coordenação política. Em pouco tempo, deixou a atividade por iniciativa própria, esgotados os cargos a ceder e os colegas a favorecer. E a sinceridade de sua queixa era tão decorativa que quis ser o companheiro de Dilma na reeleição [diz Janio de Freitas].

A outra queixa foi a falta de convite para estar na conversa entre Dilma e o vice-presidente do EUA, Joe Biden, que, segundo Temer, veio aqui para estar com ele.

O Janio de Freitas também é irônico. Diz:

Os vices em viagem são portadores de mensagens dos seus presidentes aos presidentes visitados. A conversa com Dilma era mesmo só com Dilma. E Biden, sabedor da lamúria de Temer, ainda teve a gentileza (ou a ironia) de prometer-lhe um encontro como consolo. A divulgação do [aspas] “discurso da vitória” seguiu o método Temer: o ridículo na explicação inconvincente. Elio Gaspari observou que nos 14 minutos dessa presunção “faltou não só a palavra” – corrupção – [Senadora Vanessa], “faltou qualquer referência ao tema”.

O discurso antecipando a posse, o discurso da vitória, não trata da palavra corrupção, nem mesmo do tema. O Janio de Freitas se pega no Elio Gaspari, que fez essa observação. São 14 minutos sem nenhuma referência à palavra corrupção. Será que não dá para desconfiar? Quem sabe aí já seja um discurso que tem que ser previamente aprovado por Eduardo Cunha para poder ser pronunciado.

Não à toa. É só olhar, como fez com desalento certo ministro do Supremo, quem está à volta de Temer. Dos anões do orçamento a Eduardo Cunha, a coleção é completa [Presidenta Fátima Bezerra, diz o artigo]. Incluído, claro, o recordista, quando governador, de transações anuladas por fraude com as grandes empreiteiras.

Se é um sinal [ele fala já no final] para a Operação Lava Jato e seus desdobramentos, cabe-lhe interpretar. Por mim, pelo que já vi, nisso não percebo sinal, mas certeza.

Esse é o artigo do Janio de Freitas de hoje, que eu peço que possa constar nos *Anais do Senado* para que fique registrada a posição de um grande jornalista sobre a reflexão, sobre suas convicções do que o País está vivendo ou está por viver.

Eu encerro...

Senador Capiberibe.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Senador Jorge Viana, você permite-me um aparte?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Permito, e eu vou fazer, em seguida, a leitura do artigo de hoje do Luis Fernando Veríssimo, chamado “A ilusão”.

Eu faço a leitura depois de ouvir o aparte de V. Ex^a. É muito bonito, por sinal.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Senador Jorge Viana, no dia em que eu assisti na televisão à informação de que o Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, tinha dinheiro em bancos suíços, eu fiquei refletindo: esse representante político vai levar o Brasil ao caos para sair dessa enrascada. E está aí: no próximo final de semana, nós vamos acompanhar um espetáculo grotesco cujo maestro é Eduardo Cunha. Eu sou daqueles que pensam que qualquer que seja a decisão de domingo só vai aprofundar a crise. Não é a solução para o País. A solução é o diálogo, a solução é um pacto, até porque a crise social vai avançar. Nós vamos ter enormes dificuldades, o lençol está curto, portanto é preciso que a representação política pare para pensar e pare para discutir. Eu tenho pensado muito na possibilidade porque se imagina, pelo menos, que personalidades como a Presidente Dilma e o Vice-Presidente Michel Temer, que hoje se equilibram na rejeição – um está tão rejeitado quanto o outro – seriam coerentes e sentassem para buscar uma saída para a sociedade, para o País, em vez de aprofundar essa divisão na sociedade. O Brasil está se dividindo, a intolerância está predominando nas relações entre as pessoas, entre as famílias, e isso é muito ruim. Então, qualquer que seja o resultado de domingo, não resolve a crise, vai aprofundar, os ressentimentos serão cada vez maiores, o sectarismo político também. Eu sou daqueles que venho defendendo esse tempo todo que se busque uma saída que não seja o confronto, o confronto por meio do *impeachment*. O *impeachment* é confronto. E é isso que o Presidente Eduardo Cunha, que é réu no Supremo Tribunal Federal, quer. Ele quer o confronto, porque ele travou o confronto com a Presidente Dilma, e caso se aprove o *impeachment* na Câmara e se confirme no Senado, o próximo passo dele é travar o confronto com o Vice-Presidente Temer, retirá-lo do governo e virar Presidente da República. Por isso que eu lhe falei que ele não quer apenas ser o Vice-Presidente da República. Para ele escapar das enrascadas em que ele está metido, que não são poucas, ele tende a dar esse golpe e virar o presidente da República. E vai dar o golpe em cima do Temer. Pode escrever o que eu estou falando.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Então estamos diante da possibilidade de dois golpes?

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Pode escrever o que estou falando.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O que está ruim pode piorar.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Pelo que ele fez ao longo desse último ano, é de se esperar que ele vá fundo na sua decisão de virar presidente deste País.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senadora Vanessa.

Eu agradeço, Senador Capiberibe, o aparte de V. Exª e o cumprimento pela posição corajosa de não aceitar esse atalho à Constituição, que é essa história de fazer o enfrentamento com uma Presidenta que foi eleita com 54 milhões de votos, tirá-la do poder sem um crime tipificado, porque esse é o ponto. Não haverá como tipificar crime de responsabilidade, porque a Constituição caracteriza claramente que tem que ser um atentado à Constituição, e a Presidenta Dilma não atentou contra a Constituição.

A história vai ser tranquila. O Luis Fernando Veríssimo trata disso. Eu vou fazer a leitura tranquila aqui, depois de ouvir a Senadora Vanessa, porque eu acho que o recado do Luis Fernando Veríssimo precisa constar nos *Anais* e nas consciências dos seus colegas escritores, jornalistas, e quem sabe, de todos nós Parlamentares.

Senadora Vanessa.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É para cumprimentá-lo, Senador Jorge Viana. V. Exª, sempre que ocupa essa tribuna, o faz com muita competência...

(Soa a campainha.)

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... porque não apenas tem um domínio dos dados, dos fatos, mas V. Exª defende aquilo que é justo. Neste momento em que a gente vê apenas uma versão ser publicada, ser divulgada, discursos e pronunciamentos como o de V. Exª são muito importantes, Senador Jorge. Mas quero lembrar que o que V. Exª destaca, neste momento, que foi a falta, naqueles 14 minutos de fala do Vice-Presidente da República, esse que está na organização, na trama do golpe...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Antecipação da faixa e do discurso de posse.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Essas observações de que faltaram abordagens em relação ao futuro da Lava Jato, em relação ao combate à corrupção, esse sinal já vem sendo dado desde o dia em que ele próprio fez a divulgação da fala. E até agora o silêncio permanece. Então, penso que ele tem que vir a público dizer o que acha, o que vai fazer sobre corrupção. No meu entendimento e tenho certeza de que no entendimento de V. Exª...

(Interrupção do som.)

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ...do acordo, Senador Jorge Viana, faz parte não apenas um programa, um projeto para o Brasil, que é o projeto e o programa do retrocesso, mas faz parte também acabar, de uma vez por todas, com essas investigações que têm sido tão importantes para o País. Mas não estou entristecida, porque sei que, domingo, o golpe não passará. Tenho convicção absoluta. Parabéns, Senador Jorge!

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu também ainda mantenho. Acho que 41% dos votos na Comissão foi uma vitória para a legalidade, para a democracia. Foi um “não” ao golpe. Eu espero que o bom senso prevaleça na Câmara dos Deputados, que se encontre um conjunto de Parlamentares.

Em 1868, houve uma tentativa de *impeachment* nos Estados Unidos, logo após a guerra civil. Já falei isso aqui. Por um voto, o *impeachment* foi derrotado. O Presidente Johnson, na época, concluiu o seu mandato. Ele ganhou por um voto. Ele era impopular. Ele estava querendo mudar, inclusive, as conquistas que a própria guerra civil havia alcançado. Ele deixou de ser “impitimidado” por um voto, que veio dos opositores, porque ele tinha uma bancada de minoria. E os Estados Unidos, 200 anos depois, celebram esse um voto e não terem feito o *impeachment* naquela época, porque, quando eles barraram o *impeachment*, fizeram a opção de respeitar a Constituição. Hoje, se há uma Constituição admirada no mundo pela longevidade, pela estrutura que mantém e pela força que tem na sociedade, é a Constituição americana. E é um pouco no presidencialismo de lá que nos inspiramos para fazer a nossa.

Mas, agora, eu não sei como alguns poderiam responder. Eu queria que respondessem não para trás, olhando o que a Dilma tem que tirar. Aí é um ranço, é um descontentamento pelo resultado das eleições de 2014. Não aceitaram o resultado. Aí vêm com um monte de argumentos, pedaladas, um monte de baboseiras que os governadores deles fazem, mais até que a Presidenta. Eu queria que pensassem o seguinte: como seria o Brasil do dia seguinte, após o *impeachment*, após o golpe, com Cunha Vice-Presidente, mandando mais que o Michel Temer, com um Partido como o PMDB, que é importante sim.

Talvez quem teve sorte foi o Senador Ferraço, que saiu faz uns vinte dias, com todo respeito, porque eu respeito muita gente do PMDB, que está lá ainda, batalhando, lutando, por respeito à Constituição, mas, sinceramente, o PMDB, hoje, da Câmara é comandado por Eduardo Cunha. Isso é uma vergonha!

Vou ler aqui, para concluir, porque há vários colegas: “A Ilusão”.

Gostaria que o Senador Capi, que também tem muita sensibilidade, ouvisse a leitura do artigo de hoje, de *O Globo*, do *Estadão*, de Luis Fernando Veríssimo.

Diz ele:

Gosto de imaginar a História como uma velha e pachorrenta senhora, que tem o que nenhum de nós tem: tempo para pensar nas coisas e para julgar o que aconteceu com a sabedoria – bem, com a sabedoria das velhas senhoras. Nós vivemos atrás de um contexto maior que explique tudo, mas estamos sempre esbarrando nos limites da nossa compreensão, nos perdendo nas paixões do momento presente. Nos falta a distância do momento. Nos falta a virtude madura da isenção. Enfim, nos falta tudo que a História tem de sobra. [Diz Fernando Veríssimo.]

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) –

Uma das vantagens de pensar na História como uma pessoa é que podemos ampliar a fantasia e imaginá-la como uma interlocutora, misteriosamente acessível para um papo.

– Vamos fazer de conta [diz o escritor Fernando Veríssimo] que eu viajei no tempo e a encontrei nesta mesa de bar [ele fala de um encontro dele com a história].

– A História não tem faz de conta, meu filho. A História é sempre real, doa a quem doer.

– Mas a gente vive ouvindo falar de revisões históricas...

[A História responde:]

– As revisões são a História se repensando, não se desmentindo. O que você quer?

(Interrupção do som.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) –

– Eu queria falar com a senhora sobre o Brasil de 2016.

[Ela responde:] – Brasil, Brasil...

[Ele fala:] – PT. Lula. *Impeachment*.

[Só vou terminar a leitura.]

Ah, sim. Me lembrei agora. Faz tanto tempo...

– O que significou tudo aquilo?

[A História responde:]

– Foi o fim de uma ilusão. Pelo menos foi assim que eu cataloguei.

– Foi o fim da ilusão petista de mudar o Brasil? [Ele pergunta.]

[A História responde:] – Mais, mais. Foi o fim da ilusão que qualquer governo com pretensões sociais poderia conviver, em qualquer lugar do mundo, com os donos do dinheiro e uma plutocracia conservadora, sem que cedo ou tarde houvesse um conflito, e uma tentativa de aniquilamento da discrepância. Um governo para os pobres, mais do que um incômodo político para o conservadorismo dominante, era um mau exemplo, uma ameaça inadmissível para a fortaleza do poder real.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) –

Era preciso acabar com a ameaça e jogar sal em cima. Era isso que estava acontecendo.

Um pouco surpreso com a eloquência da História, pensei em perguntar qual seria o resultado do *impeachment*. Me contive. Também não ousei pedir que ela consultasse seus arquivos e me dissesse se o Eduardo Cunha seria Presidente do Brasil. Eu não queria ouvir a resposta.

Eu agradeço, Senadora Fátima Bezerra.

Sinceramente, eu acho que quem não leu o artigo do Veríssimo de hoje precisa ler e refletir sobre ele. Quem não leu o Jânio de Freitas hoje precisa ler e refletir sobre ele.

Queria só pedir, Srª Presidente, para constar também nos Anais o maior jornal semanal...

(Interrupção do som.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... de Portugal, que publicou uma entrevista minha sobre o que ocorre no Brasil. *(Fora do microfone.)*

Foi um assunto muito debatido. Aqui, em uma página, eu denuncio na imprensa internacional o golpe que está sendo dado à Constituição do Brasil, a um Governo legitimamente eleito, com argumentos. Porque os que defendem o golpe, os que defendem a ação insana de Eduardo Cunha não encontram argumento na Constituição para tirar a Presidenta que tem 54 milhões de votos dados pelo povo brasileiro, para colocar um Vice-Presidente sem voto e fazer do Eduardo Cunha, num primeiro momento, o Vice-Presidente mais poderoso do Brasil; e, num segundo, como disse Capiberibe, quem sabe – se for a sanha dele mesmo –, atropelando Lava Jato e tantos mais, quem sabe se colocar até mesmo como Chefe do Estado brasileiro.

Mas nós vamos estar vigilantes até domingo, lutando para que o bom senso prevaleça, que a democracia saia vitoriosa e que o Brasil siga em frente na normalidade democrática.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR JORGE VIANA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– Artigo de Jânio de Freitas, do Jornal O Globo de 14/04/2016; Artigo de jornal de Portugal com entrevista do Senador Jorge Viana.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Texto HELDER C. MARTINS
e LUISA MEIRELES

Foto ANTÔNIO PEDRO FERREIRA

Senador do PT e ex-governador do Acre, Jorge Viana esteve em Lisboa num seminário luso-brasileiro de Direito. Reconhece que o partido errou e vai pagar por isso. Mas considera que destituir Dilma pelos motivos invocados pela oposição é um golpe contra o qual lutarão nas ruas e na justiça. Defende uma reforma política e o fim dos financiamentos partidários.

■ Acredita na destituição?

■ Os inconformados com a derrota de 2014 e que têm medo do regresso de Lula em 2018 constroem uma narrativa para atropelar a Constituição e derrubar um governo eleito com a maior votação de sempre. Não é um *impeachment* clássico, como prevê a Constituição. Não está tipificado o crime de responsabilidade, existe uma Presidente honesta que não responde em nenhum processo a nível pessoal, mas forja-se um processo liderado por Eduardo Cunha [presidente da Câmara dos Deputados], por sectores da oposição, do empresariado e até com a conivência do judiciário. E isso é golpe, não é destituição.

■ Diz que não está tipificado o crime?

■ Os juizes do Supremo, como Marco Aurélio Melo, o segundo mais antigo, argumentam que não havendo tipificação é golpe. Há uma intolância da oposição e do PSDB, que já governou o país. Não se conformam em terem perdido a última eleição e não sabem ser oposição. O PSDB está a escrever uma página sombria da sua história ao fazer a opção de pôr de lado a democracia. Há um movimento no Brasil suprapartidário que vem da sociedade,

de, que junta intelectuais, artistas, juristas com apego à democracia e que defendem a Presidente e até o PT. As pessoas voltaram às ruas porque percebem qual é o plano de Cunha, que está acusado de crimes. Que legitimidade tem ele? Se não é golpe, o que é? Ao decidir sair do governo, o PMDB assume que quer chegar ao poder sem voto. Cunha seria o vice-presidente de Temer.

■ Como se justifica a repartição de cargos ministeriais pelos outros partidos?

■ Este seminário demonstrou, tal como disse o ministro Gilmar (vice-presidente do STF), que o sistema eleitoral e de constituição de partidos se fragilizou muito nos últimos anos. É óbvio que o financiamento de partidos e de candidaturas é sinónimo de corrupção. A relação promíscua e corrupta entre empresas, agentes públicos e partidos não começou agora, é sistémica e suprapartidária. O Brasil precisa de a enfrentar. Esse é o mérito da 'Lava-Jato' e do juiz Moro, mas não pode ter os exageros que tem tido. O sistema vigente torna quase impossível

vel formar governos de coligação, em que primeiro se ganha a presidência e depois se congregam partidos com programas antagónicos. É um falhado que tem de mudar.

■ Qual é a proposta do PT?

■ Não há outra saída senão a oposição ter um pouco de paciência e respeito pela Constituição. Daqui a seis meses há eleições municipais e daqui a dois anos eleições gerais. Pelo voto se mudam governos. Não se muda um governo porque está momentaneamente mais mal avaliado. Pior avaliado que o governo está o Congresso nacional. O Brasil precisa de uma reforma política urgente e radical, com transparência no financiamento das campanhas e dos partidos e acabando com a pulverização partidária. Porque assim a democracia paga um preço alto.

■ O PT está preparado para ser oposição?

■ Defendemos que se cumpra a Constituição e se respeite a decisão das urnas. Lamentamos que partidos como o PSDB e o PMDB queiram chegar ao poder dando um golpe na Presidente. Não aceitamos atalhos. Se a destituição se materializar, recorreremos à justiça.

■ Que fará se houver perda de mandato?

■ Se houver golpe, vamos ter dois movimentos. Um que está a crescer na sociedade, que não aceita o que a oposição está a fazer. E vamos recorrer para o Supremo Tribunal Federal. A Constituição de 1988 foi criada para ultrapassar um regime de exceção, a ditadura militar. Agora, está a ser desrespeitada para se adotar um regime de exceção: o vice-presidente Michel Temer não foi votado e pertence à mesma equipa de Dilma. Se houve cri-

me de responsabilidade, foi de ambos.

■ E os financiamentos partidários?

■ É grave que o PSDB, que foi financiado num valor idêntico pelas mesmas empresas que financiaram o PT e a candidatura de Dilma, diga que o dinheiro dele é limpo e o do PT é sujo. São ambos sujos, e temos de mudar isso. É um vício histórico, e o PT tem de assumir os seus erros. Não é culpa das empresas a doação ilegal. O financiamento das eleições é uma doença que afetou a vida partidária. Quem tem de modificar a situação é o Parlamento, por pressão da sociedade.

■ Reconhece que o PT cometeu erros graves?

■ Sem dúvida. Temos cometido erros e talvez devamos pagar mais caro por termos tido uma conviência pacífica com o que sempre combatemos e que o Brasil já tinha antes de o PT chegar à presidência. Mas é importante que se diga também que o PT e Dilma têm uma base social importante e que há um grande movimento de sectores que não são do PT mas defendem a democracia. Há risco para o Brasil com a eventual chegada do PMDB ao poder por meio de um golpe. É um partido que não tem base social e que tem como líder Eduardo Cunha, o sinónimo de fisiologismo no Brasil [termo depreciativo para quem procura vantagens pessoais no desempenho de cargos públicos ou políticos em prejuízo do interesse público]. Quanto tempo aguentaria um governo assim?

■ Vai haver revolta e agitação social?

■ Não falo de revolta porque o Brasil é pacífico. Mas os movimentos sociais e a sociedade que tiveram conquistas importantes nos últimos anos vão mobilizar-se em defesa da democracia e dos seus direitos.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

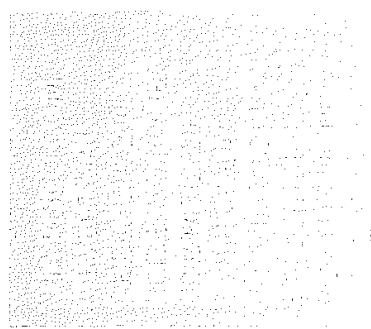
■ A imposição de sigilo na 'Lava-Jato' é preocupante?

■ Os últimos atos da 'Lava-Jato' dão conta do que sabemos: é suprapartidária. Há corrupção forte dentro do PSDB, do PMDB, do PP e ainda em sectores do PT. Mas também há muita gente a apostar que, por força do *impeachment*, se poderá pôr fim à 'Lava-Jato'. É grave que através de um golpe se busque proteção para aqueles que fundaram o esquema de corrupção eleitoral e partidária.

■ O Brasil está a transformar-se numa "república de juizes"?

■ Há um protagonismo exacerbado do judiciário. O ministro Teori Zavascki, relator da 'Lava-Jato' no Supremo Tribunal, disse que "juiz não é para criar conflito, é para resolvê-lo". Não é para ter protagonismo exacerbado, mas para ter serenidade. Estamos a ter um protagonismo perigoso de sectores do judiciário. O juiz Marco Aurélio de Melo disse que foi criminosa a detenção coerciva de Lula decretada pelo juiz Moro.

■ É uma atitude inaceitável?



A ilusão

Luis Fernando Verissimo

Gosto de imaginar a História como uma velha e pachorrenta senhora que tem o que nenhum de nós tem: tempo para pensar nas coisas e para julgar o que aconteceu com a sabedoria - bem, com a sabedoria das velhas senhoras. Nós vivemos atrás de um contexto maior que explique tudo, mas estamos sempre esbarrando nos limites da nossa compreensão, nos perdendo nas paixões do momento presente. Nos falta a distância do momento. Nos falta a virtude madura da isenção. Enfim, nos falta tudo que a História tem de sobra.

Uma das vantagens de pensar na História como uma pessoa é que podemos ampliar a fantasia e imaginá-la como uma interlocutora, misteriosamente acessível para um papo.

- Vamos fazer de conta que eu viajei no tempo e a encontrei nesta mesa de bar.
- A História não tem faz de conta, meu filho. A História é sempre real, doa a quem doer.
- Mas a gente vive ouvindo falar de revisões históricas...
- As revisões são a História se repensando, não se desmentindo. O que você quer?
- Eu queria falar com a senhora sobre o Brasil de 2016.
- Brasil, Brasil...
- PT. Lula. Impeachment.
- Ah, sim. Me lembrei agora. Faz tanto tempo...
- O que significou tudo aquilo?
- Foi o fim de uma ilusão. Pelo menos foi assim que eu cataloguei.
- Foi o fim da ilusão petista de mudar o Brasil?
- Mais, mais. Foi o fim da ilusão que qualquer governo com pretensões sociais poderia conviver, em qualquer lugar do mundo, com os donos do dinheiro e uma plutocracia conservadora, sem que cedo ou tarde houvesse um conflito, e uma tentativa de aniquilamento da discrepância. Um governo para os pobres, mais do que um incômodo político para o conservadorismo dominante, era um mau exemplo, uma ameaça inadmissível para a fortaleza do poder real. Era preciso acabar com a ameaça e jogar sal em cima. Era isso que estava acontecendo.
- Um pouco surpreso com a eloquência da História, pensei em perguntar qual seria o resultado do impeachment. Me contive. Também não ousei pedir que ela consultasse seus arquivos e me dissesse se o Eduardo Cunha seria presidente do Brasil.

Eu não queria ouvir a resposta.

Duas palavras bastam

14/04/2016 02h00

Pela primeira vez, a palavra foi relacionada a Michel Temer por Dilma Rousseff na terça-feira. Sob as tensões hostis das atuais circunstâncias, a palavra demorou: o comedimento verbal de Dilma, a atacada, no qual "golpista e golpismo" foram o tom mais elevado, pode ficar como um caso excepcional. A palavra, na frase transcrita por Bernardo Mello Franco: "Se ainda havia alguma dúvida sobre o golpe, a farsa e a traição em curso, não há mais". Traição.

O rompimento pessoal e do PMDB com Dilma, conduzido por Michel Temer de ponta a ponta, com auxílios de Romero Jucá como "laranja", foi incomum em política. Mais do que não ser uma reação, como seria próprio de um rompimentos político, o orientado por Temer não teve nem sequer um fato anódino para invocar. O partido era parte do governo, detentor do maior número de ministérios e de cargos em todas as reformulações ministeriais, ainda hoje com peemedebistas no governo. Ministros indicados pelo próprio Temer ou pelo PMDB sob sua presidência.

Para ter algo a dizer, em duas ocasiões Michel Temer precisou recorrer à combinação de ridículo e inverdade. Em uma, teria "passado quatro anos como vice-presidente decorativo". À parte a impropriedade pessoal do adjetivo, nos seus longos e improdutivos anos como deputado, Temer poderia propor emenda constitucional que desse ao vice-presidente mais atribuições do que o fixado pela Constituição. Nem ao menos cogitou do tema.

Temer diz agora: "Nesse período em que fui [foi, já?] vice-presidente, nunca tive um chamamento efetivo para

participar das questões do governo". Participou, sim, de muitas reuniões políticas e deliberativas na Presidência. Também várias vezes convidado a assumir a coordenação política do governo, ao aceitá-la, afinal, não mostrou mais trabalho e habilidade do que para o velho "é dando que se recebe". Só agravou o que estava errado na coordenação política. Em pouco tempo, deixou a atividade por iniciativa própria, esgotados os cargos a ceder e os colegas a favorecer. E a sinceridade de sua queixa era tão decorativa que quis ser o companheiro de Dilma na reeleição.

A outra queixa foi a falta de convite para estar na conversa entre Dilma e o vice-presidente do EUA, Joe Biden, que, segundo Temer, veio aqui para estar com ele. Os vices em viagem são portadores de mensagens dos seus presidentes aos presidentes visitados. A conversa com Dilma era mesmo só com Dilma. E Biden, sabedor da lamúria de Temer, ainda teve a gentileza (ou a ironia) de prometer-lhe um encontro como consolo.

A divulgação do "discurso da vitória" seguiu o método Temer: o ridículo na explicação inconvincente. Elio Gaspari observou que nos 14 minutos dessa presunção "faltou não só a palavra" –corrupção–, "faltou qualquer referência ao tema". Não à toa. É só olhar, como fez com desalento certo ministro do Supremo, quem está à volta de Temer. Dos "anões do Orçamento" a Eduardo Cunha, a coleção é completa. Incluído, claro, o recordista, quando governador, de transações anuladas por fraude com as grandes empreiteiras.

Se é um sinal para a Operação Lava Jato e seus desdobramentos, cabe-lhe interpretar. Por mim, pelo que já vi, nisso não percebo sinal, mas certeza.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Queremos, agora, intercalando, de acordo com nosso Regimento, o tempo destinado a uso na tribuna, chamar a Senadora Vanessa Grazziotin, que é Líder do Partido Comunista do Brasil aqui.

Ao mesmo tempo queremos parabenizar o Senador Jorge Viana, por mais uma brilhante reflexão que faz da tribuna, defendendo sempre com muita convicção a democracia. Hoje, inclusive, ilustrou sua reflexão trazendo aqui comentários do grande jornalista Jânio de Freitas, de Veríssimo, pessoas que exercem suas atividades profissionais com muito talento, seriedade e sensibilidade, que honram a atividade profissional que exercem.

Com muito prazer, passo, agora, imediatamente, a palavra à Senadora Vanessa, que, de acordo com nosso Regimento, se assim desejar, terá o tempo de até 20 minutos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Srª Presidente. Vou procurar, Senador Raupp, até em homenagem a V. Exª, não utilizar todo o tempo.

Srª Presidente, hoje, nesta quinta-feira, dia 14, estamos nos aproximando do dia da votação em plenário, e lamento que o Presidente da Câmara tenha marcado essa votação para um domingo, e vários que me antecederam aqui, Senadora Regina, falaram também de suas preocupações em relação ao campo de guerra que pode ser instalado aqui na frente do Congresso Nacional. Lamento muito. Não é costume, não é tradição do Parlamento brasileiro fazer sessões aos domingos.

Então, o Brasil inteiro sabe quem é o Sr. Eduardo Cunha, mas não entende por que continua na Presidência da Câmara, uma vez que contra ele não pairam somente dúvidas, não pairam suspeitas, mas contra ele pairam acusações gravíssimas, provas mais do que robustas, Srª Presidente. Esse cidadão vem conduzindo o processo de forma parcial, sem nenhum moral, não é? Eu não sei como que a população brasileira...

Aliás, eu acho que a população brasileira repudia tanto esse fato como todos nós que ocupamos a tribuna denunciando, porque as pesquisas mostram que a quantidade, o percentual de brasileiros e brasileiras que entendem que Eduardo Cunha já teria que ter saído da Presidência da Câmara e também do mandato de Deputado é um percentual significativo, um percentual muito superior ao daqueles que defendem o *impeachment* da Presidente Dilma, não é?

Mas, em decorrência da proximidade do dia da votação, o que nós vivemos hoje é uma verdadeira guerra de números, uma guerra! Não se discute mais o conteúdo do processo, não se discute mais opiniões de Parlamentares, não! O que se discute hoje, a guerra que se trava hoje está relacionada aos números.

E, apesar de que nenhum dos jornais, dos meios de comunicação que estão diariamente fazendo o levantamento e apesar de nenhum desses levantamentos já dar voto suficiente nem para um lado, nem para o outro, o que nós assistimos por parte da imprensa é muito mais do que uma manipulação descarada dos números. É uma decretação de que o lado a favor do *impeachment*, que é o lado a favor do golpe, teria uma larga vantagem e número de votos suficiente, é isso. É isso que se escuta pela rádio, é isso que se vê e ouve, e ouvimos, pela televisão, é isso que se lê nos jornais, e repito: fazem isso descaradamente, Senadora Fátima. Porque nenhum levantamento de nenhum meio de comunicação aponta que eles já tivessem chegado aos dois terços necessários para a aprovação desse *impeachment*, desse golpe travestido de *impeachment*. Isso é parte do jogo, isso é parte da guerra, de guerrilha em que se tenta criar falsamente uma onda e mostrar que há uma onda desfavorável à Presidente e favorável àqueles que defendem o *impeachment*. Estão tentando criar uma sensação de vitória para aqueles que estão do lado de lá e promovendo, assim, o terrorismo psicológico, sobretudo nos Parlamentares, Srª Presidente. Ou seja, é a política do vale-tudo, porque agora pedalada é crime, até ontem não era. Todo governador, todo presidente da República, até mesmo o Líder do PSDB daqui desta Casa, que foi Governador do Estado da Paraíba, como disse o Senador Lindbergh no dia de ontem, pedalou e pedalou muito, assinou decretos e vários decretos, e não sofreu – não sofreu! – qualquer sanção por parte do Tribunal de Contas, muito menos um processo de perda de mandato.

Mas a política do vale-tudo é esta: qualquer pretexto serve para viabilizar o *impeachment*. Ou seja, o *impeachment*, quando não há o crime caracterizado, deixa de ser *impeachment* e passa a ser golpe.

Agora mesmo, eu vim daqui do Salão Verde da Câmara dos Deputados, e o meu Partido, junto com vários outros partidos e Parlamentares de outros partidos, concedeu uma entrevista coletiva em que se manifestou sobre vários assuntos relativos a este momento. Mas, sobretudo, foi apresentada pelo Deputado Rubens Júnior, Deputado do PCdoB, do Estado do Maranhão, e explicada à imprensa a ação, o mandado de segurança que o PCdoB impetrou perante o Supremo Tribunal Federal, solicitando, sim, que o Supremo Tribunal Federal desfaça o que anunciou o Presidente Eduardo Cunha. E não é uma questão *interna corporis* isso. Não o é, porque está eivada de ilegalidades a atitude dele. E nós mostramos – o PCdoB mostra –, através do mandado de segurança.

O Deputado Eduardo Cunha decidiu que a ordem da votação será do Sul para o Norte, e interpreta, faz uma tal de uma interpretação, que, em outras votações – porque o Regimento falaria em alternância –, a última

votação teria sido do Norte para o Sul. Não é verdade, não é verdade! Ele mistura – ele mistura! – votação de *impeachment* com eleição de Presidente da Câmara, que, aliás, não é nem voto aberto, é voto secreto. É voto secreto para eleição de Mesa, seja do Senado ou da Câmara dos Deputados. Ou seja, ele...

A Srª Regina Sousa (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Senadora, conceda-me um aparte?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Vou conceder o aparte após concluir este meu raciocínio, Senadora Regina... de uma forma flagrante e descarada, faz uma interpretação que passa por cima da história, inclusive. Ele quer mudar a história para justificar o seu ato!

Mas, Senador Cristovam, ele está tão errado que ele já mudou. Eu fiquei sabendo agora que ele já mudou e que já anunciou que não fará mais a ordem do Sul para o Norte: ele alternará, ele fará alternado um do Sul, um do Norte, um do Sul... Não pode! Ou ele faz do Norte para o Sul, ou ele faz pela ordem alfabética. Só existem esses dois caminhos, somente esses dois caminhos têm amparo na legislação brasileira, seja no Regimento, seja na lei que trata do *impeachment*.

Então, ele mesmo já recuou, porque ele próprio entendeu que ficou flagrante demais, descarada demais mais essa manobra que ele passa a fazer e que agora está tendo que desfazer. Mas isso é que representa o vale-tudo.

Senadora Regina, antes de conceder o aparte a V. Exª, eu quero dizer que há um colunista que escreve para o jornal *O Globo*. Eu não sei se isso foi publicado no *site* ou no jornal impresso, mas hoje há uma coluna dele em que diz o seguinte:

Pelo menos na Câmara, pelo menos entre os que detêm, ali, a maioria dos votos favoráveis à provação do *impeachment*, Eduardo Cunha começou a ser tratado como uma espécie de herói. Herói do *impeachment*.

Vejam a que ponto chegamos! Há alguns dias foi o Deputado Paulo Pereira da Silva, o tal do Paulo da Força Sindical. Esse é outro que está totalmente denunciado, denunciado e respondendo a inúmeros processos, que disse que o *impeachment* só andou graças ao Cunha. Ele disse isso e agora esse jornalista, esse colunista que escreve isso e diz “herói do *impeachment*”. Eu diria, porque acho mais apropriado, o “muso” do golpe. Isso é o que é esse cidadão chamado Eduardo Cunha – é o “muso”, o “muso” do golpe que estão querendo promover contra uma Presidente eleita, sem que ela tivesse cometido qualquer crime de responsabilidade, qualquer crime.

Eu tenho muita convicção da consciência dos Parlamentares que não se assustam com essa pressão descabida que está acontecendo no Brasil, não se assustam. Mas tenho consciência de que a convicção dos Parlamentares será dita e mostrada no próximo domingo, quando tudo isso que nós estamos vivendo acabará.

Entretanto, tudo isso que aconteceu já está registrado para a história. E é preciso, sim, que nós aqui posamos debater, mesmo acabando o processo lá no domingo, o que fazer, por exemplo, em relação ao Tribunal de Contas da União, que até ontem adotava um procedimento e mudou para enquadrar uma Presidente num crime de responsabilidade.

Isso tudo está aqui, Senadora. Eu vou conceder o aparte a V. Exª. Só vou ler mais algumas partes do que escreveu esse colunista do jornal *O Globo*:

Sem ele, até mesmo os seus desafetos reconhecem, o *impeachment* jamais teria chegado ao ponto que chegou. Ministros que cercam Dilma mais de perto compartilham da mesma opinião. Cunha deu um show de bola até aqui. Está vencendo o governo por 7 x 1. [Está vencendo o Governo por 7 x 1.] *É por isso que deverá escapar de ter o mandato cassado na Câmara.*

Que tal? Por isso deverá escapar, Senador Cristovam Buarque? E não sou eu, é um colunista do jornal *O Globo* que escreve isso, e baseado em dados: que mudou, melhorando a situação dele não só no Plenário da Câmara dos Deputados, mas na Comissão. A situação dele hoje não é outra só no Plenário, formado por 513 Deputados, é outra também dentro do Conselho de Ética da Câmara, que é o Conselho encarregado de julgá-lo por quebra do decoro parlamentar.

O golpe que está em curso no País não visa somente retroceder na política econômica, social, de formação do Estado brasileiro, dos direitos dos trabalhadores, mas visa também acabar com toda essa investigação de corrupção. Da mesma forma como estão tentando passar a sensação errada de vitória, agora, eles vão querer passar para a sociedade uma sensação de paz, de tranquilidade, de um ambiente melhor para superar a crise. E, para isso, a Lava Jato tem que parar.

Foi o Procurador, Dr. Antônio, um dos coordenadores da Lava Jato, quem disse que, neste Governo, assim como no Governo do Presidente Lula, eles nunca tiveram problemas com investigação, nunca sofreram qualquer constrangimento. E disse mais o procurador: não era essa a realidade dos governos anteriores.

Senadora Regina, concedo um aparte a V. Exª.

A Srª Regina Sousa (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Senadora Vanessa. É exatamente nessa linha que eu queria ir, e o artigo do Veríssimo que o Senador Jorge Viana leu vai muito nessa linha. A moeda de troca hoje, segundo consta em alguns artigos e mensagens que li, é a Lava Jato, e os sintomas são muito contundentes. Quando a pessoa diz que a Lava Jato é a moeda de troca e associamos a algumas figuras que mudaram de ideia, temos que acreditar que a Lava Jato é a moeda de troca. Vão livrar muita gente. Ela vai parar – claro, com certeza, não parará para o Lula, não. É só ver a matemática da votação da Câmara: dos 38, 35 estão implicados em algum processo, e a maior parte na Lava Jato. Portanto, Eduardo Cunha, com essa desenvoltura toda que está, certamente já teve a sua promessa selada de que não será incomodado; terminando o mandato dele, no máximo se afasta da Presidência da Câmara. Já saiu uma pessoa da Comissão de Ética exatamente para reverter. Vão substituir por alguém favorável a ele. Então, o processo na Câmara morre. Nós vemos as autoridades maiores, que poderiam tomar alguma providência em relação a Eduardo Cunha, paradas. É impressionante como não se faz nada! O homem está reinando absoluto! É o reinado do Eduardo Cunha!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É o “muso” do golpe, Senadora Regina.

A Srª Regina Sousa (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Os cargos já não importam mais lá. A romaria, agora, é para livrar a cara de muita gente na questão da Lava Jato. E o que é lamentável é que essa massa que está indo para a rua, em favor do golpe, está pensando que está combatendo a corrupção, porque lá não houve o debate. Aliás, há gente do lado de lá que queria proibir o debate nas universidades. Felizmente, as universidades do Brasil fomentaram o debate para esclarecer a população. Nós, do nosso lado, contra o golpe, fizemos muitos debates. Eu participei de muitos debates. Aqui, mesmo, há um grupo acampado desde segunda-feira, e todo dia há alguém lá debatendo, esclarecendo, conversando com eles, num debate público. Mas, no outro lado, não, todo mundo achando que está combatendo a corrupção. Vão lá e não sabem que estão exatamente abafando a Operação Lava Jato. Isso é lamentável. Mas, como a senhora disse, nós vamos vencer. No domingo, eles terão uma bela surpresa. Obrigada.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senadora Regina, eu que agradeço o aparte de V. Exª e já vou caminhando para as conclusões.

Hoje, pela manhã, eu estive com o ministro titular da Secretaria-Geral do Governo, Ministro Ricardo Berzoini, e discuti com ele várias questões. Levei a ele um levantamento que o meu Partido fez, de previsão de votação. Hoje já há um número superior a duzentos. Como, então, eles alcançarão os dois terços dos votos? Mas, não! Querem criar o clima, Senadora Regina. Querem criar o clima, como estão preparando um clima, caso passasse esse golpe – que, tenho certeza, não passará –, de acabar com a Lava Jato, de aplicar uma política recessiva. Aliás, o Vice-Presidente Temer, que tem que vir a público falar sobre corrupção e investigação de corrupção, já está escolhendo o seu ministério. Ele, que não fala nada sobre o futuro das investigações, Senador Capiberibe, já está escolhendo o seu ministério. Disse que o ministério dos sonhos dele é ter o Senador Serra na Saúde; é ter Armínio Fraga, o ídolo dos neoliberais do Brasil e do mundo, no Ministério da Fazenda; é ter um Senador que foi criador da UDR no Ministério da Agricultura.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senadora Vanessa, mas a grande questão – porque, veja bem, o Eduardo Cunha vai ser Vice, praticamente, é o segundo na linha sucessória – que o País quer saber é quem eles vão indicar para diretor da Polícia Federal. Ou você acha que Eduardo Cunha não está de olho nisso? Está de olho! Quem é o nome de Eduardo Cunha e Temer para dirigir a Polícia Federal?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeito, Senador.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – É esse o meu questionamento e quero parabenizar V. Exª pelo seu pronunciamento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas é isso mesmo. E eu quero aqui registrar que estão presentes no plenário algumas pessoas que são muito importantes na história da construção da democracia no País. Eu quero citar a presença do ex-Deputado, querido, Vivaldo Barbosa, hoje no Pátria Livre; de Nelton Miguel Friedrich, ex-Deputado constituinte pelo Estado do Paraná; Haroldo Sabóia, do PSol do Maranhão; assim como Paulo Ramos, também do PSol, que estão aqui fazendo uma visita ao Senado Federal, porque engrossam a luta e a defesa da democracia.

São pessoas que viveram momentos terríveis neste País, mas também momentos belos de reconstrução da nossa democracia, nossa jovem democracia, que hoje corre risco. Corre sério risco!

É uma vergonha, Srs. Deputados constituintes que aqui estão. É uma vergonha ter Eduardo Cunha na condução desse processo. É uma vergonha querer dizer que uma Presidente cometeu crime sem que ela tivesse cometido qualquer crime. É uma vergonha.

Mas é por isso que eu estou muito otimista, trabalhando com muito otimismo, porque eu acredito que aquela luta do passado não será em vão. Nós não permitiremos que o golpe aconteça no País.

Nós temos dito muito, Senadora Fátima – e eu estou concluindo –, que artistas, pessoas que fazem oposição.. Quantas vezes eu vi aqui Vivaldo Barbosa criticando projetos da Presidente em relação, sobretudo, ao petróleo. Então, muitas pessoas criticam a política da Presidente, mas não aceitam, não se perfilam com esse golpe que está sendo processando em nosso País.

Então, muito obrigada, Senadora Fátima. Vamos continuar lutando e trabalhando pela democracia, pelo Brasil, por nossa gente.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Eu quero parabenizá-la pelo pronunciamento que faz, sempre com muita sabedoria, com muita seriedade, com muito compromisso.

E quero dizer a V. Exª que estou vendo aqui que a Deputada Federal Luciana Santos, Presidente do Partido de V. Exª, acaba de protocolar, na Câmara...

(Soa a campanha.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... a Frente Parlamentar em Defesa da Democracia, com 186 assinaturas.

Portanto, essa Frente Parlamentar em Defesa da Democracia, diga-se de passagem...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – E há 30 Senadores também.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Com certeza.

Diga-se de passagem, são aqueles que, assumidamente, têm uma posição contrária ao *impeachment*.

Passamos agora, imediatamente, a palavra ao Senador Valdir Raupp.

Senador, V. Exª, de acordo com o tempo regimental, disporá de até 20 minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Srª Presidente. Vou tentar fazer na metade desse tempo.

Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, senhoras e senhores ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, minhas senhoras e meus senhores, no dia 27 de março, celebrou-se a Páscoa. Para os cristãos, trata-se do evento litúrgico mais importante do ano. É a data em que se comemora a passagem de Jesus Cristo da vida para a morte e seu retorno da morte para a vida.

Infelizmente, todos os anos, enquanto se celebra a ressurreição de Cristo, milhares de pessoas se acidentam, centenas se machucam e dezenas perdem as vidas nas rodovias do País. Todos os anos, sem falta, a imprudência e as condições precárias de nossas estradas – com a ajuda eventual de condições climáticas adversas e de falhas mecânicas nos veículos – machucam, aleijam e matam nossos conterrâneos.

Em Rondônia, meu Estado, nossa principal rodovia é a BR-364. Ela é indispensável para o escoamento da produção e para o trânsito de pessoas. Infelizmente, ela também é nosso principal leito de morte quando se trata de acidentes rodoviários. A situação é tão grave, Srª Presidente, que, entre os rondonienses, ela recebeu o apelido de “Rodovia da Morte”.

Nessa última Páscoa, enquanto celebrávamos a ressurreição de Cristo, a “Rodovia da Morte” foi palco de cinco desastres, cinco mortes, em apenas quatro dias. A tragédia começou na quinta-feira, quando uma caminhonete bateu de frente com uma carreta e matou seu motorista. Na sexta-feira, dois jovens, um rapaz e uma moça, tiveram o mesmo destino: bateram sua caminhonete de frente com uma carreta e também morreram. No domingo, mãe e filha, em um automóvel de passeio, repetiram o mesmo enredo e também se chocaram frontalmente com um caminhão, e ambas morreram.

A tragédia já seria bastante grave se estivesse restrita ao Estado de Rondônia, onde, desde o início do ano, já ocorreram 468 acidentes, com 28 mortes. Só no ano passado, morreram 111 pessoas na BR-364, no trecho dentro de Rondônia.

Lamentavelmente, porém, essa tragédia é nacional. Segundo a Polícia Rodoviária Federal, nós tivemos, no último feriado de Páscoa, 1.274 acidentes, com 1.219 feridos e 82 mortos. Oitenta e dois mortos em apenas quatro dias. E foram lavrados 29 mil autos de infração, relacionados, principalmente, a ultrapassagens indevidas, excesso de velocidade e embriaguez ao volante.

Da mesma forma, a tragédia também seria grave o suficiente se estivesse restrita ao feriado de Páscoa, ou ao Carnaval, ou a qualquer outro de nossos feriados prolongados; mas, por infelicidade, a tragédia se espalha pelos 365 dias do ano e por todos os anos para os quais há estatísticas disponíveis. Desde 1980, já morreram mais de 1,2 milhão de brasileiros no trânsito. Um milhão e duzentas mil mortes! E esse número é apenas a ponta do *iceberg*, pois, para cada morto, estima-se que haja mais de 20 feridos, muitos deles com sequelas graves e irreversíveis, e também onerando o INSS, a Previdência Social. Se fizermos um cálculo rápido, chegaremos ao funesto número de 24 milhões de feridos ao longo de pouco mais de três décadas.

Somos o quarto país do mundo em número de mortes no trânsito: são mais de 40 mil mortos por ano, e os números são crescentes. Não temos sido capazes de reverter essa tendência, e sabemos – para nossa infelicidade, ou, talvez, por que não dizer, para nossa esperança – sabemos que há solução para esse problema. Vejamos, por exemplo, o caso europeu. No ano 2000, morreram, em acidentes de trânsito, 171 brasileiros e 117 europeus para cada um milhão de habitantes. Repito: 171 brasileiros para cada um milhão de habitantes, e 117 europeus para cada um milhão de habitantes. Hoje, são cerca de 210 mortes por milhão no Brasil e apenas 51 na União Europeia – olhem a diferença, a queda que tem acontecido na União Europeia e o que tem acontecido no Brasil.

Qual seria a mágica? A verdade é que não há mágica.

Não se trata de mágica, trata-se de prevenção: estradas mais seguras, veículos mais seguros, controle de velocidade, políticas efetivas de conscientização da população, repressão eficaz à associação espúria entre álcool e direção, e assim por diante. Nós conhecemos a receita, só precisamos executá-la.

Quando a Presidente Dilma assumiu seu primeiro mandato, na primeira reunião do Conselho, Senador Dário Berger – quando eu era Líder do PMDB aqui no Senado –, eu dei uma sugestão a ela: duplicar, dobrar a malha duplicada de rodovias. Só havia cinco, cinco mil e poucos quilômetros de rodovias federais duplicadas. Iria para 10 mil – o que seria muito pouco, ainda. Mas acho que não chegou nem à metade.

Então, se cada governo, cada Presidente da República em seu mandato conseguisse duplicar 5 mil quilômetros de rodovias, já teríamos 30, 40, 50 mil quilômetros de rodovias duplicadas. Isso seria suficiente para diminuir no mínimo, no mínimo, em 50% ou mais, com certeza em mais de 50% o número de acidentes e mortes nas nossas rodovias.

Concedo um aparte, com muita alegria, ao Senador Medeiros.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senador Valdir Raupp, V. Exª traz um assunto que o País precisa discutir mais. Dentro do seu discurso, e pela sua luta por uma infraestrutura melhor, V. Exª traz o gravíssimo assunto que são os acidentes de trânsito. Na verdade, nós temos uma guerra neste País, uma guerra que mata mais do que todas essas guerras juntas que estão acontecendo neste momento. A humanidade se aterroriza com o Estado Islâmico, por exemplo, que corta o pescoço das pessoas; aterroriza-se com a questão da Síria; aterroriza-se com os atentados que acontecem na França, por exemplo. Todos muito lamentáveis. Mas todas essas pessoas que morrem lá não chegam a 10% das que morrem no Brasil. Eu trabalhei por 21 anos atendendo acidentes nas rodovias. E quantas vidas eu vi se perderem por medidas que poderiam ter sido tomadas! Às vezes, era um buraco que havia na rodovia, do qual alguém se desviou, e morria uma família inteira; outras vezes, a falta de um acostamento. Enfim, o resumo é que V. Exª inicia, traz aqui para esta Casa a preocupação: não podemos continuar dessa forma. Não podemos continuar tendo uma indignação seletiva com as mortes. Às vezes, nós nos indignamos com uma tragédia, como, por exemplo, aquela lá do Estado do Rio Grande do Sul, do Senador Paulo Paim, da Boate Kiss. Foi uma tragédia terrível que assustou o País inteiro. Foram 276 pessoas que morreram ali. Meu Estado é um dos menores em termos de demografia. O Estado do Mato Grosso tem em torno de 3 milhões de habitantes. Portanto, é menor do que alguns bairros de São Paulo. Mas, no meu pequeno Estado, também dos Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi, temos poucas rodovias, mas, nestas poucas, morrem 280 pessoas por ano, nas rodovias federais. Esse é um quadro que precisamos mudar. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Eu que agradeço e peço a incorporação do seu aparte ao meu pronunciamento.

Eu falava aqui que, só no ano passado, Senador Medeiros, no meu Estado, só na BR, só nesta BR-364, da divisa do Mato Grosso até a divisa do Acre, morreram 111 pessoas – 111, em um trecho de rodovia federal! É realmente muito grave.

Este assunto é de extrema relevância. É um tema em relação ao qual o Senado precisa estar cada vez mais atento. É preciso manter a esperança e trabalhar com o objetivo de que, num domingo de Páscoa não muito distante, as famílias brasileiras possam, enfim, celebrar a ressurreição de Cristo, sem precisar chorar seus próprios mortos.

É esse apelo, Srª Presidente, que faço neste momento, na tribuna do Senado Federal, para que o DNIT, o Ministério dos Transportes e todos os órgãos voltados para a questão das rodovias possam olhar com mais atenção...

O Sr. Dário Berger (PMDB - SC) – Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – ... para os buracos das nossas rodovias, a duplicação, a conservação e a restauração das nossas rodovias.

Concedo um aparte ao nobre Senador Dário Berger.

O Sr. Dário Berger (PMDB - SC) – Percebo que V. Exª tem ainda um tempo razoável do qual me atrevo a solicitar um pequeno aparte. Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar V. Exª por levantar este que é um tema relevante não só para o Estado de Rondônia, mas também para todos os Estados brasileiros. E Santa Catarina não foge à regra. Estamos com as nossas rodovias praticamente todas sucateadas. E, na verdade, como o nosso modal de transporte é rodoviário, a impressão que me dá é de que estamos atrasados, no mínimo, 20 anos com relação a essa logística importante para o desenvolvimento econômico e social do nosso País. E realmente vejo que, além de nós estarmos muito atrasados, eu não percebo um horizonte capaz de nos trazer um alento de que nós possamos alterar esta triste realidade no curto espaço de tempo. V. Exª falou no seu discurso que fez uma sugestão de duplicar a malha viária e a duplicação das nossas principais rodovias durante certo tempo, ou durante um governo, durante um mandato. Eu sou daqueles que defende o seguinte: se todos os governantes fizerem um pouco, vai chegar uma hora em que a gente vai atingir um objetivo que talvez não o ideal, mas que seja satisfatório para que efetivamente a gente possa transportar a riqueza deste País através das nossas rodovias. Portanto, Santa Catarina não é diferente, nós temos a 470, a 280, a 282, a 101, que depois de 30 anos está sendo concluída agora, que é o trecho de Curitiba a Porto Alegre, e evidentemente que com um atraso extraordinário, que merece o nosso registro. No entanto, eu acho também, quero fazer coro e voz com V. Exª, que o Senado tem que se posicionar com relação a esse assunto, porque a questão da logística hoje no Brasil, Senador Raupp, o senhor vê o que aconteceu com o plano de concessões que foi anunciado pelo Governo Federal o ano passado. E ele não foi para frente. E não foi para frente por várias razões, das quais quero destacar uma, a questão da regulação. Nós temos que ter regras mais objetivas, mais claras para impor uma confiança mais adequada àqueles que querem empreender a confiança necessária que o Governo Federal acabou destruindo ao longo desses últimos tempos e que lamentavelmente nós estamos vivendo essa realidade, esse cenário. Então a logística no País está parada, está estagnada, e ela precisa de uma posição firme e forte sobretudo nossa aqui do Senado Federal. Portanto, mais uma vez cumprimentos a V. Exª pelo pronunciamento.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Obrigado pela contribuição Senador Dário Berger. E olha que V. Exª é de um Estado que é considerado a Europa brasileira, Santa Catarina, que é o Estado onde nasci também. E realmente eu soube há poucos dias de um amigo que andou por lá e passou em algumas rodovias, não na BR-101, que já está quase toda ou senão toda já pedagiada e com concessão, mas, em outras rodovias federais, dentro do Estado, que têm buracos, está esburacada, que têm problemas de manutenção. Isso em Santa Catarina, e deve haver ter no Rio Grande do Sul também, São Paulo, que são os Estados...

Imaginem o Norte, em que chove muito, chove meio ano praticamente, nesse período das águas, da chuva. É muito buraco, muito buraco mesmo, que causam acidentes, quebram carros, em que morrem pessoas.

E eu tenho feito esses apelos aqui na Comissão de Infraestrutura do Senado, aqui no plenário do Senado Federal, se não todas as semanas, mas todos os meses, todos os anos, já há muitos anos, há 14 anos praticamente em que eu estou aqui, fazendo esses apelos para que as autoridades federais possam tomar providências nesta questão das nossas BRs, das nossas rodovias.

Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Bom, queremos, também, cumprimentar o Senador Valdir Raupp pelo pronunciamento que acaba de fazer, sempre tratando dos problemas do nosso País, do seu Estado e da sua região.

Agora vamos passar, imediatamente, seguindo o Regimento, nós vamos intercalar agora com o tempo destinado à Liderança. E vai falar pela Liderança do PT o Senador Paim, que vai, inclusive, ler agora o manifesto dos Constituintes de 1988, em defesa da democracia.

Queremos registrar aqui a presença da Senadora Lídice; mais uma vez, de Haroldo Sabóia; do pessoal do Maranhão; de Nilton Miguel, ex-Constituinte lá do Paraná; de Vivaldo Barbosa; de Paulo Ramos; e do Senador José Maranhão.

Senador Paulo Paim, V. Exª, de acordo com o tempo regimental, tem o direito de fazer uso da palavra por um tempo de até 20 minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, não usarei os 20 minutos, só vou ler o Manifesto de Constituintes à Nação, produzido por uma série de Constituintes, estão aqui no plenário alguns, e que foi fruto de um belo ato lá na Câmara do Deputados, à questão de uns 40 minutos atrás.

Vou a leitura do manifesto e vou listar o nome dos meus queridos amigos com os quais eu tive a alegria de construir junto a nossa Constituição cidadã.

Srª Presidente, Srs. Senadores, passo a ler o Manifesto de Constituintes à Nação, assinado pelos Constituintes de 1988.

A Constituição brasileira foi feita em um momento muito especial de nossa História, que marcou o fim da ditadura civil, militar e empresarial, com participação intensa de diversos setores da sociedade, que desejavam virar uma página triste da nossa História. A Constituição foi construída com o propósito de dotar o País de instituições livres [livres, libertas] e fortes, praticar a democracia [na sua plenitude], fazer prevalecer a lei, garantir os direitos individuais e de cidadania, resguardar a soberania nacional e promover a justiça social. Nós somos testemunha daquele momento.

Romper um mandato popular outorgado pela Nação só se admite com observância [plena] e respeito às regras dispostas pela própria Constituição.

Todas as Constituições são rigorosas a respeito, para não se deixar levar por apetites vorazes para o exercício do poder político [pelo poder], nem que a estabilidade das instituições fique ao sabor de grupos políticos e econômicos no afã de impor suas ideologias e interesses sem o respaldo do voto popular.

Somente no caso de cometer crime de responsabilidade descrito no art. 85 da [nossa] Constituição, o Presidente da República pode ser afastado de suas funções, ter o seu mandato interrompido e desfeita a sua investidura popular.

O processo de *impeachment* que se discute na Câmara dos Deputados não aponta [até o momento, e, com certeza, não vai apontar, porque já está no Plenário] nenhum ato [Srª Presidenta] da atual Presidente [da República] que tenha ferido qualquer dos casos previstos na Constituição [que escrevemos com tanto amor e carinho, e tanta luta, e tanta disputa, e lembro-me aqui, por exemplo, do Centrão]. A alegação do que se chama vulgarmente “pedaladas fiscais” [que alguns da população confundem até com as pedaladas do tal sítio] é irrisória, não representa nenhuma apropriação de recursos públicos, nenhum desvio, tão somente a utilização de recursos disponíveis em órgãos públicos, como a Caixa Econômica, BNDES e Banco do Brasil para o pagamento de benefícios sociais a pessoas carentes e necessitadas [para o nosso povo, e isso já foi saldado]. Referem-se a mandato anterior já findo e as contas de 2015 ainda não foram prestadas, nem analisadas pelo TCU [o TCU ainda não analisou, meu amigo Vivaldo Barbosa, meu amigo Nelson, meu amigo Paulo, meu amigo Sabóia] e pelo Congresso [Se o TCU não analisou, se o Congresso não analisou, onde está o problema?!] Invocar argumentos frágeis para destituir a Presidenta eleita...

Pelo que há de mais sagrado e bonito da vida para mim!? Sabe o que é mais bonito na vida para mim? É a liberdade. É a construção de política de igualdade. É a justiça. É a própria democracia na sua essência.

Invocar argumentos frágeis para destituir a Presidenta eleita por voto popular fere e desrespeita a nossa Constituição, nega e fragiliza a democracia [e isso, sim, desestabiliza a própria República] e instabiliza a República. As instituições estão funcionando regularmente, os direitos e garantias individuais estão protegidos, os casos de corrupção estão sendo apurados [como nunca, nunca se apurou tanto caso de corrupção neste País, e não só daquele que roubou uma maçã, uma laranja, uma bergamota ou uma galinha; estamos falando dos casos de corrupção de grandes vultos] e gente poderosa, pela primeira vez [por que não lembrar a Operação Zelotes?], está sendo punida, estão na cadeia, o que é motivo de orgulho para o povo brasileiro.

Queremos, sim, que as investigações não parem.

Queremos que as investigações de todos os casos de corrupção sejam aprofundadas e não admitimos, sob qualquer pretexto, a sua paralisação.

A tentativa de tomada do poder, desrespeitando a Constituição [meu amigo Paulo Ramos, são os Constituintes que dizem; não sou só eu; eu sou um deles], é golpe que convulsiona a Nação brasileira, produzindo enfrentamentos de consequências imprevisíveis, pelo ódio que dissemina [em todo o País].

[Nós Constituintes] Defendemos a Constituição brasileira! Defendemos o Estado Democrático de Direito!

Srª Presidenta, permita-me que cite aqui os Constituintes. Muitos já faleceram, mas eu sei que, lá do alto, eles estão olhando aqui para baixo e, se pudessem, fariam da tribuna e olhariam para nossa juventude. Nós fomos jovens no passado. Nós caminhamos pela Diretas. E essa juventude brasileira está tendo de ir para as ruas neste momento, devido a essa tentativa, como a gente fala no Rio Grande, de apeara a Presidenta. A juventude vai para as ruas em defesa da democracia e da liberdade, como nós fizemos nos nossos tempos. Eu digo a todos vocês: no meu currículo, isso não vai entrar. Podem olhar o meu currículo que não vai entrar lá que eu

apeei uma Presidenta, a única mulher eleita pelo voto democrático neste País. No meu currículo, não! Eu tenho certeza de que isso não vai entrar.

Quero aqui, com muito carinho, cumprimentar aqueles com quem conseguimos falar, porque com os que nós falamos nenhum se recusou: Aldo Arantes, Benedita da Silva, Domingos Leonelli, Edmilson Valentim, Gumerindo Milhomem, Haroldo Lima, Haroldo Sabóia, José Carlos Sabóia, José Genoíno, Lídice da Mata, Luiz Inácio Lula da Silva, Luiz Alfredo Salomão, Maurílio Ferreira Lima, Nelson Aguiar, Nelton Friedrich, Olívio Dutra, Paulo Paim, que aqui fala, Paulo Ramos, Vasco Alves e Vivaldo Barbosa.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse, Sr^a Presidente, é o manifesto dos Constituintes.

Com alegria enorme, Senador Capiberibe, V. Ex^a que, para mim, é mais do que um Líder nesta Casa, V. Ex^a já é quase uma lenda, pela sua história bonita que haveremos de contar para gerações e gerações.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Senador Paim, muitíssimo obrigado por suas palavras generosas em relação à nossa luta. Eu queria saudá-lo por essa iniciativa de trazer a manifestação daqueles que elaboraram a Constituição de 1988.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Paulo Ramos, Vivaldo Barbosa, Haroldo Sabóia, ao seu lado.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Eu queria cumprimentar os que estão aqui presentes. Estou aqui ao lado do Haroldo Sabóia, do Estado do Maranhão – com quem também tivemos oportunidade de lutar lado a lado em momentos dramáticos da vida política daquele Estado –, Vivaldo Barbosa, Paulo Ramos e o Nelton Friedrich. Eles estão presentes aqui conosco. Eu queria solicitar a V. Ex^a que inclua o nome da Deputada Constituinte Raquel Capiberibe.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com muito orgulho. Já está incluído aqui.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Oposição/PSDB - ES) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Chama a minha atenção que V. Ex^a faz uma denúncia da maior gravidade: afirma V. Ex^a que há um golpe em curso. Ao afirmar que há um golpe em curso, V. Ex^a afirma também que há omissão por parte do Parlamento brasileiro e, não apenas por parte do Parlamento brasileiro, também do Supremo Tribunal Federal. A mais alta Corte do nosso País estaria sendo omissa em observar a evolução de um golpe em curso sem que nada faça, numa violação à Constituição Federal? Essas questões precisam ser encaradas, porque, na prática, se há um golpe em curso, esse golpe em curso está sendo feito e cometido pela omissão do Congresso brasileiro, do qual nós fazemos parte – V. Ex^a e eu próprio –, e também por parte do próprio Supremo Tribunal Federal, que foi quem definiu o rito para o impedimento da Presidente da República, inclusive porque, na parte final desse rito, há a presença do próprio Presidente do Supremo Tribunal Federal. Então, eu entendo como retórica e, como retórica, vale, mas, à luz dos fatos, nós precisamos considerar isso que nós estamos aqui a apresentar a V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Ferraço, primeiro, sempre é uma alegria – é o segundo aparte que V. Ex^a faz hoje. Eu vou lhe dar uma cópia depois – vou lhe entregá-la em mãos – desse belíssimo manifesto dos Constituintes. O que nós estamos pedindo aqui é que respeitem a Constituição, respeitem a democracia, respeitem o Estado democrático de direito.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Mas, se a Constituição não está sendo respeitada, é porque o Supremo está sendo omissos?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Ferraço, se V. Ex^a me permitir, como o senhor fez um aparte, eu quero responder.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Claro, claro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Respeitem a Constituição.

Esse manifesto vai ser entregue a cada Deputado, a cada Senador, para que ele reflita no momento do voto.

V. Ex^a tem um ponto de vista *pró-impeachment*, nós temos um ponto de vista diferente. Nós estamos dizendo que não há nenhum crime apontado até o momento pela Presidenta da República que permita apeá-la do cargo; é isso que nós estamos dizendo aqui, neste manifesto, baseado naquilo que nós escrevemos. Estou falando aqui como um ex-Constituinte. Se não há nenhuma comprovação, e eu disse hoje de manhã e vou repetir agora: diga-me um único crime da Presidenta. Ninguém me diz.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Oposição/PSDB - ES. *Fora do microfone.*) – Posso falar alguns?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Calma, calma, calma, Senador, com calma. Eu estou ainda com a palavra.

Digam-me um crime da Presidenta. Sabem o eles me dizem? Aquilo que os Constituintes botaram aqui: “Ah, mas tem a pedalada”. Aí eu digo: e todos os governos anteriores não usaram as pedaladas? Aí eles dizem:

“É, usaram”. Os governadores não usaram a pedalada nos seus Estados? Eles dizem: “É, usaram”. Os prefeitos não usaram a pedalada? Eles dizem: “É, usaram.” E por que somente a Presidenta da República vai perder o mandato por ter usado um instrumento corriqueiro, queiramos ou não, na política nacional?

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Eu posso citar alguns?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Calma, meu amigo, calma!

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Eu estou calmo, estou calmo, muito calmo!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Calma. Eu vou lhe passar a palavra, meu amigo. Sabe o carinho que tenho por V. Ex^a.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Claro, eu também tenho por V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O que eu disse pela manhã também: a Presidenta tem alguma coisa com a Lava Jato? Sabe o que eles me dizem? “Não, ela é honestíssima”.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aí eu pergunto...

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Eu posso só acrescentar uma informação, Senador Ferraço?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode, para ajudar o debate. Vou passar a palavra para o Ferraço depois.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Na dúvida, certamente, o Supremo será acionado para se manifestar. Se pesa essa dúvida, tenho a impressão que, em algum momento, o Supremo será acionado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Ferraço.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Não, mas a denúncia é que há um golpe em curso. Se há um golpe em curso...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se não há crime, conforme o art. que aqui eu li, se não está contemplado no art. 85 da Constituição...

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Se há um golpe em curso, a pergunta que faço a V. Ex^a é por que o Supremo Tribunal Federal está assistindo...

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. *Fora do microfone.*) – Foi acionado hoje.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Oposição/PSDB - ES) – ... a tudo isso?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Ferraço. Depois, o nosso querido Senador vai também falar.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Oposição/PSDB - ES) – A pergunta que faço a V. Ex^a é essa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu respondo agora, agora, agora, agora: porque o caso ainda não se consumou. Se se consumir, já há ação no Supremo Tribunal Federal para mudar essa posição, porque nós entendemos, baseado no que diz a Constituição, que o Supremo, em última instância, é quem vai dizer se houve ou não houve um ataque à democracia.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Oposição/PSDB - ES) – V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora, nós temos o direito...

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Claro que sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... no debate fraternal que estamos travando aqui...

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Oposição/PSDB - ES) – É isso que estamos fazendo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... que V. Ex^a tenha uma opinião e nós tenhamos outra.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Não, perfeitamente. Eu não quero alterar a opinião de V. Ex^a, até porque V. Ex^a tem um juízo de valor e eu também.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O qual eu respeito, claro.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Oposição/PSDB - ES) – E é natural que essa divergência possa se apresentar. Agora, para além do inciso do art. 85 da Constituição Federal em que atentar contra a lei orçamentária é crime de responsabilidade, há um outro inciso que consagra o atentado contra a probidade administrativa. E vou dizer a V. Ex^a, de maneira muito objetiva e concreta, a minha visão, que pode não ser a visão de V. Ex^a. Por isso, possivelmente, nos próximos dias, nós Senadores seremos aqui juízes, e cada um tem o seu juízo de valor. O meu juízo é o seguinte: os diretores que se apropriaram da Petrobras e se constituíram em uma verdadeira organização criminosa – sim, porque a Operação Lava Jato...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas essa é a confusão que estão vendendo à população.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Não, V. Ex^a...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me só...? Eu vou dar a palavra a V. Ex^a. O que estou tentando fazer desde hoje pela manhã é dizer o seguinte...

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – O que tem a ver...? Só um pouquinho, Sr. Presidente.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Eu vou dizer...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Estão falando é de pedaladas. E Lava Jato não tem nada a ver com a Presidenta.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Eu vou dizer...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Faça um aparte para ele.

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Então, tem que prender esses Senadores todos que estão envolvidos em corrupção...

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Vou dizer...

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Um monte aqui, na Petrobras. O que a Dilma tem a ver com a Petrobras?

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Vou pedir a V. Ex^a que me assegure a palavra...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com certeza.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Oposição/PSDB - ES) – ... para que, depois, possamos aprofundar o debate com o Senador Telmário, porque não há debate triangulado...

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr^a Presidente, está no debate paralelo. Tem Senador na fila para falar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos assegurar a palavra, com certeza, a V. Ex^a. Eu lhe dou o aparte que V. Ex^a pediu.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador, vamos...

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Com toda tranquilidade, Senador Telmário. O Senador Paim tinha me concedido o aparte.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está concedido.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Ferraço, por favor.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Estou na concessão do aparte.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Temos ainda o tempo de três minutos. O Senador Paim concedeu o aparte a V. Ex^a, e peço que V. Ex^a conclua, e, depois, ao Senador Telmário.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Vou concluir, Presidente, mas sem atropelos. O debate está indo bem. Nós estamos, aqui, de maneira civilizada expondo nossos pontos de vista, e assim que a democracia se apresenta mesmo. Então, o Senador Telmário pode, inclusive, em seguida, pedir a V. Ex^a um aparte e não concordar com a minha visão de juízo. Não há problema algum. Agora, vamos aos fatos, que é isso que interessa e para o que V. Ex^a chama a atenção. Por que a Presidente da República cometeu crime de responsabilidade consagrado no art. 85, atentando contra a probidade administrativa? É de conhecimento público que houve uma diretoria na Petrobras que, muito mais do que uma diretoria, era uma organização criminosa. Isso não é novidade, e não há novidade para ninguém os crimes praticados por essa organização criminosa. Por que eu citava aqui a Operação Lava Jato? Porque a Operação Lava Jato conseguiu restituir aos cofres da União quase R\$3 bilhões desses diretores que se transformaram em uma organização criminosa de modo a se apropriar da Petrobras para irrigar suas contas próprias, privadas, campanhas políticas de partidos que dão sustentação ao Governo. Até quando esses diretores ficaram na Petrobras e por que saíram da Petrobras? Alguns deles ficaram na Petrobras até 2014 e só foram afastados por conta das denúncias da Operação Lava Jato. Meu caro Senador Paulo Paim, onde está o crime de improbidade? Poderia perguntar V. Ex^a. Ele está na prática da omissão da parte da Presidente da República, que governou os seus primeiros três anos de Governo não sabendo ou não ouvindo falar, mesmo tendo sido, meu caro Senador Paim, Presidente do Conselho de Administração da Petrobras!

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está claro seu ponto de vista.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Mesmo sendo Ministra de Minas e Energia! Ela galgou todos esses... Já encerro. Ela galgou todos esses cargos. Chegando à Presidência da República, ela deveria ter feito uma intervenção nessa organização criminosa que se apropriou da Petrobras e não o fez.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Por isso mesmo, ela comete e atenta contra a probidade administrativa, por conta da omissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Ferraço.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Agradeço a V. Exª o aparte e peço desculpas se me estendi para que pudesse apresentar meu ponto de vista a V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tranquilo. Só uma pequena resposta a V. Exª: Senador Ferraço, não sou advogado, mas aprendi o básico. O que não está nos autos do processo não existe. Não está! Não está! V. Exª sabe, tanto quanto eu, que não está.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora, V. Exª diz que é vista grossa. Se toda denúncia que V. Exª quiser fazer, e eu quiser fazer, dos Governos anteriores, virar motivo de *impeachment* de uma Presidente, vamos ficar talvez divagando e nos acusando, ou acusando os governantes, por dias e dias.

Quero saber o seguinte: O que está nos autos do processo? As pedaladas. Está lá. O relator foi muito claro. Esta foi a decisão, meu querido Senador.

Agora, se houve outras denúncias, que ninguém conseguiu provar, em que a Presidenta está envolvida – bom, isso é de livre arbítrio de cada um –, V. Exª tem todo o direito de dizer o que pensa, mas tem também de ouvir o que os outros pensam, discordando de V. Exª.

Senador Telmário Mota, por favor, V. Exª.

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Há momentos em que a gente pensa que isso aqui é uma brincadeira.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas não é. É sério.

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Imagine! O que consta do processo de *impeachment* são as pedaladas. Essas Pedaladas foram praticadas por todos os Presidentes da República; de 26 governadores, 16 praticam as pedaladas. Tanto é verdade, que está aqui o manifesto de membros do Ministério Público, Brasil afora. Queria ler rapidamente:

Em nota divulgada, nesta quarta-feira, integrantes do Ministério Público de vários Estados brasileiros conclamam os Deputados Federais a votarem, no dia 17, contra o processo de *impeachment* da Presidente Dilma. Na opinião daqueles que assinam a nota, não foi provada a prática do crime de responsabilidade pelo relatório da Comissão. Para os signatários, prefeitos e governadores também se utilizam da mesma prática que embasa o pedido de *impeachment* da Presidente Dilma.

(Soa a campanha.)

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – E outra coisa: a Presidente Dilma é Presidente da República, e a quem cabe fiscalizar? É ao Ministério Público, à Polícia Federal. Ela não é polícia para adivinhar nem é cartomante para adivinhar quem está roubando. Imagine! Se ela adivinhasse, talvez muitos que foram indicados pelo PMDB na época – e o Senador era também membro desse Partido –, ela não tinha colocado do lado. Vou até tratar desse assunto daqui a pouco. Então, sem nenhuma dúvida, o processo é de golpe, sim. Um policial, um delegado – está na Constituição –, pode prender qualquer um, desde que esse qualquer um pratique um crime. Para a Presidente Dilma está previsto na Constituição o *impeachment*? Sim, desde que ela tivesse praticado esse crime. Ora, todo mundo sabe que esse *impeachment* funciona por uma vingança – uma vingança! – de um homem que não poderia, não. E aí é que eu digo que o Supremo Tribunal Federal está omisso, sim. Está aqui: “Cunha se recusa a depor na Polícia Federal...”

(Interrupção do som.)

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. *Fora do microfone.*) – ... sobre a Operação Lava Jato.”

(Soa a campanha.)

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Se fosse o Lula, tinham mandado 200 policiais para prender um ancião de 70 anos, mas como é o Cunha, ele pode recusar, é um direito. O Lula não teve esse direito, claro. Hoje, está se entrando com instrumentos legais porque o processo está se consumando, está acontecendo. E onde houver os abusos, aquilo que estiver fugindo do que é previsto dentro das regras da lei, o Supremo vai ser acionado. Eu ainda acredito que o Supremo vai conseguir fazer a transparência, para o povo brasileiro, do golpe que estão praticando no Brasil. Queria agradecer e parabenizar V. Exª e todos esses outros Constituintes que assinaram esse manifesto, pessoas que trouxeram para esta Casa a Carta Maior, o sentimento daquela Carta que hoje é o...

(Interrupção do som.)

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – ... balizamento da ordenação jurídica deste País. Portanto, Senador Paim, eu quero, mais uma vez, parabenizar V. Ex^a, um homem que tido sempre aqui uma postura de muita coerência. V. Ex^a é do PT, da Base, mas, muitas vezes, quando aqui passava ou vinha um projeto como o da terceirização – que é um projeto do PSDB e que Deus nos livre se esse *impeachment* passar! –...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Para regulamentar o trabalho escravo. Olhe bem: regulamentar! Trabalho escravo, a gente proíbe.

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Andamos em vários Estados, a manifestação foi grande. E a questão da Petrobras, outro absurdo – outro absurdo! Então, o que há em curso, na verdade, é um programa que vai avançar nos direitos e conquistas, é um programa que vai entregar o nosso patrimônio, porque já aconteceu isso no passado, e novamente vai crescer o bolo para os ricos e tirar a qualidade de vida dos pobres. Muito obrigado.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Telmário. Agradeço o aparte tanto de V. Ex^a quando o do Senador Ferraço, que sempre contribuem para o debate...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... esclarecendo a opinião pública sobre este momento tão difícil da Nação. O Senador Ferraço pode ter a certeza de que eu não estou feliz. Acho que nem V. Ex^a está feliz. Tanto eu quanto V. Ex^a – conheço-o muito bem –, estamos aqui discutindo saúde, discutindo até a Previdência, discutindo as questões da educação, da soberania, da política econômica, do desemprego, mas estamos aqui em cima desse tema que é dolorido para todos nós.

Obrigado, Presidenta.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Paim, eu pediria a V. Ex^a que assumisse a Presidência dos trabalhos agora, porque eu estou inscrita.

Mas eu não poderia aqui em seu nome, em nome de Vivaldo Barbosa, de Haroldo Sabóia, de Paulo Ramos, que aqui estão, deixar de saudar os demais Constituintes de 1988, que assinaram esse manifesto. Na verdade o manifesto que V. Ex^a acaba de dar conhecimento à Nação honra a memória e o papel de todos aqueles e aquelas, Senador Paim, que lutaram para que a gente tivesse a Constituição cidadã de 1988. E que bonita é a história, pois é essa mesma Constituição que vocês, Constituintes, agora invocam na defesa exatamente da democracia! Então, parabéns! O 14 de abril de 2016 vai entrar para a história, sim, como o dia em que, repito, Constituintes de 1988, na hora em que a democracia, amparada por essa mesma Constituição, está ameaçada de um golpe, vêm aqui e assumem mais uma vez a luta em defesa da democracia, invocando a própria Constituição de 1988.

(A Sr^a Fátima Bezerra deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Passamos a palavra, neste momento, à nobre Senadora Fátima Bezerra, para, no tempo de 20 minutos, fazer o seu pronunciamento.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Paim.

Srs. Senadores, Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado.

Senador Paim, começo aqui fazendo um registro de que, hoje cedo, estive no acampamento da resistência democrática, que está instalado aqui em Brasília, no Ginásio Nilson Nelson. Na verdade, o acampamento da resistência democrática já conta com a participação expressiva de representantes das diversas categorias, dos diversos movimentos populares e sociais do nosso País. Não param de chegar pessoas de todas as partes do País para garantir que, deste Congresso Nacional, não sairá a autorização para esse golpe contra a democracia que, infelizmente, está sendo orquestrado aqui dentro.

Quero dizer, Senador Paim, que essa resistência democrática, em prol da democracia, que está nas ruas foi e será decisiva para que possamos garantir a soberania popular e, portanto, respeitar o voto dos 54 milhões de cidadãos e cidadãs por esse País afora que elegeram a Presidenta Dilma Rousseff.

Mas, Senador Telmário, enquanto a resistência democrática em prol da democracia está nas ruas, nas escolas, está nas praças por este País afora, infelizmente, o Vice-Presidente Michel Temer, juntamente com Eduardo Cunha, continuam tramando e conspirando contra o povo brasileiro. Repito: enquanto a resistência está nas ruas, o que temos visto é, lá no Palácio do Jaburu – que vergonha! –, que virou quartel general da conspiração

golpista, o engarrafamento, ou seja, a conspiração lá em curso, já, inclusive, montando sua equipe de Governo. O Vice-Presidente, infelizmente, já vestiu até a faixa presidencial e sentou-se na cadeira antes do tempo.

É bom, aqui, fazer um registro de que ele deve ter cuidado para não ter o mesmo destino que seu, agora, colega Fernando Henrique Cardoso teve, quando se sentou na cadeira da prefeitura de São Paulo, na época, então, candidato, e deu no que deu: foi derrotado.

Mas, Sr. Presidente, na certeza de que sua traição será bem sucedida, o Vice-Presidente, junto com Eduardo Cunha – é bom que se diga que essa chapa tem nome, o Vice-Presidente e Eduardo Cunha, por uma razão óbvia: por ele, como Presidente da Câmara ainda, na linha sucessória, ser o segundo homem a exercer funções de responsabilidade no contexto da Nação –, agora, estão arquitetando não só o golpe, mas também a vingança. Desta vez – quero aqui chamar a atenção – será contra todos os eleitores brasileiros. Essa vingança de Michel Temer e de Eduardo Cunha está expressa no plano de Governo.

A colunista Mônica Bergamo publica, em sua coluna de hoje, que, se assumisse, Michel Temer já estaria pronto para encaminhar ao Congresso Nacional a chamada reforma da Previdência. E, pasme, Senador Paim, sabe por onde começaria – porque não vai acontecer – a proposta de reforma da Previdência do Vice-Presidente Michel Temer? Começaria por tocar no ponto mais explosivo, mais polêmico, que é mexer com a idade mínima para a aposentadoria.

Portanto, Sr. Presidente, está na cara que o que querem os golpistas, com os projetos e planos negociados na calada da noite no Palácio do Jaburu com o Sr. Michel Temer, é colocar em sacrifício, mais uma vez, a classe trabalhadora, os trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade.

E o pior, Sr. Presidente, o pior é que querem fazer isso, como já foi dito aqui, via exatamente conspiração.

A Jornalista Mônica Bergamo adianta ainda que a Reforma da Previdência já vem sendo discutida abertamente por Parlamentares do PMDB que apoiam o Temer, porque – abre aspas – diz a Jornalista Mônica Bergamo: “A reforma nas aposentadorias seria útil para dar um choque de confiança no mercado.” [Fecha aspas]

E continua a Jornalista: “A aprovação, que precisaria do voto de 308 Deputados e depois do aval do Senado, mostraria que o Vice tem apoio sólido no Congresso e que poderia encaminhar outras mudanças que soam como música para o mercado financeiro, mas que enfrentam forte resistência de movimentos populares.” [Fecha aspas]

Diz exatamente a Colunista Mônica Bergamo, na edição da *Folha de S. Paulo* de hoje.

E eu aqui adianto, Sr. Presidente. Na verdade, Michel Temer e Cunha, chegando à Presidência do País, não se contentariam apenas com a Reforma da Previdência, começando, inclusive, por mexer na questão da idade mínima para aposentadoria. Não, em seguida, Paim, virá a reforma trabalhista, viria a reforma trabalhista com tudo aquilo que eles tentaram fazer no passado, rasgando a CLT e, portanto, um ataque brutal aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Mas não é só a reforma trabalhista, viriam, por exemplo, medidas como acabar com a política de valorização do salário mínimo, política exitosa, instituída a partir do governo do Presidente Lula, mantida pelo Governo da Presidenta Dilma; viria, por exemplo, outra medida de grande prejuízo para os trabalhadores, que é acabar com a vinculação do reajuste do salário mínimo aos benefícios previdenciários; viria, por exemplo, outras medidas como acabar com a desvinculação das receitas orçamentárias para o campo da saúde e para o campo da educação.

Esse, esse é o plano de Michel Temer e de Eduardo Cunha, o famoso programa Uma Ponte para o Futuro, que a gente sempre vai aqui dizer que, se viesse a ser implementado, significaria uma ponte para destruir o presente e o futuro, sobretudo das conquistas e dos avanços importantes que os trabalhadores e o povo brasileiro obtiveram nesses últimos anos do governo Lula e do Governo da Presidenta Dilma.

Por isso, Sr. Presidente, o vazamento proposital do Vice Michel Temer expôs as entranhas malcheirosas da conspiração e do golpe contra o mandato popular da Presidenta Dilma Rousseff. Agora não há mais pudores. Em explícita campanha, ele já expõe planos de governo, distribui cargos no Jaburu e deixa claro que uma das intenções dessa dobradinha Temer-Cunha visa a jogar para debaixo do tapete grande parte das denúncias e investigações que só vieram à tona durante os governos do Partido dos Trabalhadores.

Senador Telmário, está aí em tudo quanto é comentário pelo País afora que a dupla Michel Temer e Cunha significaria, inclusive, acabar com a Lava Jato. Significaria, na verdade, este País voltar aos tempos do engavetador-geral da República. Significaria, portanto, este País voltar ao tempo em que os escândalos, as denúncias, ficavam debaixo dos tapetes. Aliás, dizem que a Operação Lava Jato está sendo colocada como uma das principais moedas de troca para cooptar o apoio de Parlamentares à sanha golpista em curso.

Se não bastasse a questão da oferta dos cargos – porque ele já está se achando Presidente, oferecendo inclusive aquilo que ele não tem e não terá –, o mais grave é a Operação Lava Jato. Com Temer e Cunha chegando à Presidência, a Lava Jato vai encerrar suas atividades o mais rápido possível.

Ora, brasileiros e brasileiras, isso tem de merecer o nosso mais veemente repúdio!

Não acredito, de maneira nenhuma, que o povo brasileiro vai passar por uma infelicidade desse tamanho, se, de repente, esse golpe vier a ser concretizado no domingo e, simplesmente, começarmos a viver neste País um dos maiores retrocessos do ponto de vista político, social, econômico e ético.

Portanto, Sr. Presidente, quero, aqui, ainda dizer que o Sr. Eduardo Cunha continua manobrando, o corruptor-mor deste País, é uma vergonha. Esse homem respondendo a vários processos, réu; esse homem não era nunca para estar sentado naquela cadeira; esse homem continua manobrando. Hoje mesmo, a imprensa traz a notícia de que o Deputado Fausto Pinato, que tinha sido o Relator inicial do processo contra ele no Conselho de Ética e que foi substituído por manobras dele, agora sai do Conselho de Ética e será substituído por outro Parlamentar, sobre o qual a imprensa já diz claramente, que vai para lá exatamente para livrar a cara de Eduardo Cunha. Aliás, o processo dele no Conselho de Ética se arrasta a passos de tartaruga, em função de manobras e mais manobras que tem feito. Enquanto isso, esse homem, repito, corruptor-mor do País, junto com uma Comissão, da qual, dos 67 Parlamentares, mais da metade está respondendo a investigações por corrupção junto à Justiça, de repente, se apresentam como os juízes de um processo de *impeachment* eivado de ilegalidades nos planos jurídico e político.

Ora, não me venham com essa conversa fiada aqui de dizer: “Não, não é golpe, não é golpe, porque o Supremo definiu, o Supremo se pronunciou.” Ora, não vamos aqui querer enganar o povo brasileiro. Supremo acionado se pronunciou sobre o rito; Supremo, em nenhum momento, se pronunciou sobre o mérito. Volto a dizer, o Supremo se pronunciou sobre o rito e teria que se pronuncia porque, como rito, existe e está na Constituição de 1988. Agora, esta mesma Constituição é clara quando diz que, para que o instrumento do *impeachment* pudesse ser utilizado, tinha que ter comprovação de crime de responsabilidade direta do Presidente ou da Presidenta.

Essa é a questão. Como de fato não há comprovação nenhuma, nenhuma, nenhuma de crime de responsabilidade da Presidenta, nós afirmamos que é um golpe, sim, um golpe inclusive com a marca do Parlamento, o que é mais vergonhoso ainda.

Por isso que, quando nós repetimos a questão do golpe, muitos não aceitam ou ficam incomodados porque sabem lá no fundo dos seus corações que, de fato, se trata de um golpe, porque não tem base nem do ponto de vista jurídico nem do ponto de vista político de maneira nenhuma.

Então, Sr. Presidente, eu quero aqui, portanto, colocar da nossa confiança cada vez mais crescente de que nós vamos derrotar esse golpe no próximo domingo.

Eu quero dizer da alegria e parabenizar os que se mantêm firmes na resistência. Quero parabenizar os Parlamentares inclusive que já assumiram a defesa da democracia, ao mesmo tempo em que quero fazer um apelo à reflexão dos Deputados e Deputadas que ainda estão indecisos.

Quero aqui, mais uma vez, Senador Telmário, destacar o papel da Rede, o papel do PSOL e de outros partidos, Senador Paim, que, mesmo tendo uma postura de oposição ao Governo da Presidenta Dilma, não se omitem diante desse momento histórico pelo qual o País passa quando a democracia está sendo ameaçada.

Saúdo, portanto, os Parlamentares do PSOL, da Rede; quero saudar o PDT, que honra a história de Leonel Brizola, que figura assim como um dos heróis em defesa da Pátria, pelo tanto Brizola simboliza a luta em defesa da democracia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ele foi consagrado por nós como Herói da Pátria, recentemente. O projeto já foi aprovado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Como Herói da Pátria, foi aprovado. Está assim configurado como Herói da Pátria.

Imaginem Brizola vivo. Onde Brizola estaria? Brizola estaria exatamente na Rede, em defesa da legalidade democrática, que cada vez mais cresce em nosso País.

Brizola estaria aqui na trincheira dos que estão na resistência democrática contra o golpe. Esse foi, esse é e esse continuará sendo o lugar de Leonel Brizola. Por isso, a minha saudação ao PDT, pela postura coerente que teve exatamente de fechar a questão contra o *impeachment* da Presidenta Dilma.

Mas, Senador Paim, antes de concluir, eu quero passar para o Senador Telmário e o Senador Donizeti, só pedindo a compreensão de V. Ex^{as} porque nós temos mais inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só me permita dizer, como justiça, que a iniciativa de Herói da Pátria para o ex-governador do Rio Grande, Leonel Brizola, foi do Deputado Vieira da Cunha.

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Foi, do Rio Grande do Sul.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – É verdade.

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – E eu fui o Relator da comissão. Fiquei muito feliz por isto, por Deus ter me dado essa oportunidade. Senadora Fátima, primeiro, eu quero parabenizá-la. V. Ex^a faz uma exposição muito clara de tudo o que realmente está acontecendo. E vem da voz feminina, da

voz guerreira, da voz da responsabilidade familiar, da voz da base familiar, que é a mulher. Então, eu fico feliz em ver o Rio Grande do Norte trazer uma Senadora tão competente e tão comprometida com a democracia. Hoje, V. Exª fez uma exposição, sempre como faz, muito brilhante, muito consciente. E, quando você fala de Leonel Brizola, a gente traz para essa realidade. Todo mundo sabe que os Parlamentares, essa extrema-direita que hoje comanda esse golpe no Brasil foi a mesma que comandou o golpe contra João Goulart. Eles pararam João Goulart. Pararam lá, porque ele estava em viagem, para que ele aceitasse transformar o Presidencialismo em um outro sistema, que é o sistema Parlamentarista, que quem assumiu foi exatamente Tancredo Neves. E, naquele momento, entrincheirou-se Leonel Brizola naquele povo valente do Rio Grande do Sul, na Rádio Guaíba, que foi sua fonte...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Rede da legalidade.

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – ... e defendeu a legalidade. Legalidade é defender o que está aqui na Constituição Brasileira, que o Paulo Paim tem muito orgulho de ter ajudado a construir. Então, o que nós estamos defendendo aqui é a legalidade, a legalidade. Querem “desaparecer” uma Presidenta cujas mãos são limpas. Não há nada, absolutamente nada contra ela. E todo mundo sabe disso. Então, na história do Brasil, o que mais me assusta é que uma mulher que primou pela sua biografia, que zela pela sua integridade, pode ser tirada da Presidência da República por um monte de homens corruptos. Isso é o que me faz medo. E agorinha está chegando aqui... Por exemplo, a AGU acaba de entrar com uma ação pela ilegalidade desse golpe, desse famoso *impeachment*, desse impedimento. Então, a AGU, como já tem fatos, agora, ela entra no Supremo Tribunal Federal questionando a legalidade desse impedimento. A AGU está questionando a legalidade desse impedimento. E depois, para aqueles que nos ouvem pelos meios de comunicação – nós só temos isso aqui para estabelecer a verdade para o povo –, a Frente de Defesa da Legalidade e da Democracia protocolou agorinha, na Câmara, 186 assinaturas dos Deputados que defendem a legalidade, o Brasil e a democracia, em defesa da nossa República, protegendo-a contra esse golpe chamado *impeachment*.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Senador Telmário. Incorporo o aparte de V. Exª ao nosso pronunciamento. Agradeço a generosidade de suas palavras.

E quero dizer que essas duas iniciativas, a da AGU e a da Frente Parlamentar, são mais uma demonstração do quanto está cada vez mais forte tanto o movimento nas ruas, Senador Donizeti, como as iniciativas no campo institucional para barrar o golpe no próximo domingo, que vai ser derrotado.

Concedo imediatamente o aparte ao Senador Donizeti.

O Sr. Donizeti Nogueira (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srª Senadora Fátima Bezerra, Senadores e Senadoras, eu ouvi a senhora pronunciar o nome do honrado brasileiro Leonel Brizola, um homem de posições definidas, de garra e determinação. Também quero lembrar um outro brasileiro, que é Miguel Arraes. Penso que nós estamos precisando no Brasil, neste momento, de mais Brizola, mais Arraes e menos Carlos Lacerda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me que diga: até Ulysses Guimarães.

O Sr. Donizeti Nogueira (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – E Ulysses Guimarães, que eu ia acrescentar.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Exatamente.

O Sr. Donizeti Nogueira (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – E de mais Ulysses Guimarães, que foram agentes públicos e políticos que honraram este País, sempre em defesa da democracia. Quero registrar aqui e parabenizar a atitude dos Senadores da Bancada de Senadores do PSB, que já fecharam posição contra o golpe. Mas me inscrevi para lembrar, registrar isto: Brizola, Arraes e Ulysses Guimarães estão fazendo muita falta neste momento. Então, nós estamos precisando de mais Brizola, mais Ulysses Guimarães, mais Miguel Arraes do que Carlos Lacerda. Obrigado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Donizeti, agradeço o aparte de V. Exª, que, enfim, abrilhanta aqui o nosso pronunciamento, lembrando, em boa hora, realmente, de Miguel Arraes – e o Senador Paim lembrando de Ulysses Guimarães –, patriotas, democratas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se V. Exª me permitir, vou ter a liberdade de lembrar de Mário Covas, porque o conheci, convivi com ele. Ele nos liderou na Constituinte.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Com certeza, exatamente.

Eu quero, inclusive, no caso do PSB, também me associar ao Senador Donizeti quando parabeniza a postura corajosa e coerente dos Senadores e Senadoras do PSB, que aqui já se pronunciaram contra o golpe...

(Interrupção do som.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ...e, portanto, contra o *impeachment*. (Fora do microfone.)

Sr. Presidente, só um pouquinho de generosidade.

Quero também aqui me associar ao sentimento da militância do PSB pelo Brasil afora, Senador Paim, que está, inclusive, lamentando profundamente a posição do Presidente Nacional do PSB de ter defendido que a Bancada do PSB na Câmara votasse a favor do *impeachment*. A militância do PSB está lamentando, considerando que essa posição do PSB é um equívoco, é uma posição que não honra a história e a trajetória de Miguel Arraes e, eu diria, inclusive, do seu filho, o Governador Eduardo Campos, que, se estivesse vivo, estaria aqui na trincheira da defesa da legalidade, independente de divergências políticas que ele tivesse com o Governo.

O fato é que a militância do Partido Socialista Brasileiro pelo País afora está tão revoltada com essa posição do PSB, que os Senadores aqui, em sintonia com a militância do PSB, já se posicionaram contra o *impeachment*. Na Câmara também, Senador. Há Parlamentares do PSB na Câmara que discordam da posição que a Executiva Nacional do PSB adotou e que vão, portanto, estar ao lado da democracia, coerentes com a história do Partido Socialista Brasileiro, votando contra o *impeachment*.

Eu quero ainda, neste ritmo, Sr. Presidente, aqui também parabenizar o PR. É um partido de perfil de centro, mas um partido que se mantém na trincheira de lealdade à democracia e, portanto, contra o *impeachment*, assim como outros partidos também que continuam firmes ao lado da democracia e contra o pedido de *impeachment*.

Agora quero também lamentar a posição do PP, lamentar posição ontem do PSD. Seu Presidente vem a ser, inclusive, o Ministro das Cidades. Realmente, foi uma decepção de repente o Presidente do PSD – é importante – encaminhar o voto a favor do *impeachment*. Lamento profundamente – profundamente mesmo – porque é uma decepção a posição do PSD.

Mas quero aqui também me dirigir aos Parlamentares tanto do PSD como do PP que não seguirão orientação dos seus respectivos partidos e que já colocaram claramente que não vão mudar de posição e que vão, portanto, votar contra o *impeachment* da Presidenta Dilma.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero terminar dizendo que este é o momento, mais do que nunca, de pararmos para pensar sobre a nossa história, para que não nos deixemos levar, Senador Paim, por uma onda artificial, fabricada. Eu me refiro à imprensa, porque, se você olhar direitinho, direitinho, o resultado da Comissão Especial não foi um resultado ruim para o Governo, considerando que aquela Comissão Especial tinha a cara de Eduardo Cunha, tinha a mão de Eduardo Cunha. Uma Comissão em que, de 67, 37, como eu já disse aqui, respondem a processos de investigação.

Então, nesse sentido, o Governo ter tido mais de 40% naquela Comissão não foi um resultado ruim. Só que a mídia, a grande mídia, que tem cara, que tem lado, que faz um verdadeiro papel de oposição ao Governo, de repente tentou espalhar pelo País afora uma onda como se o *impeachment* já tivesse se consumado. E essa onda é fabricada. Essa onda é artificial, porque, na verdade, a luta está em curso. A batalha não terminou.

E eu quero aqui deixar claro: nós estamos cada vez mais confiantes de que, mesmo com esse massacre midiático, mesmo com o Palácio do Jaburu servindo de moeda de troca, dizendo a Deputado que não se preocupe com a Lava Jato, que, se Michel Temer e Cunha chegarem lá, a Lava Jato vai ter seus dias contados, mesmo com tudo isso, eu quero dizer ao povo neste momento que cresce cada vez mais o nosso sentimento de confiança de que domingo o golpe será sepultado.

Portanto, este é o momento de, cada vez mais, irmos às ruas, não nos deixarmos levar por essa onda fabricada, artificial, que pode trazer, Senador Paim, retrocessos irreversíveis aos avanços sociais conquistados.

Então este é o momento de continuarmos nas ruas, ocupando as ruas, as redes sociais. É o momento de continuarmos disputando a posição daqueles que ainda não declararam o seu voto. Este é o momento de cobrarmos dos Parlamentares a defesa da democracia, que é exatamente o nosso maior patrimônio, como fez aqui V. Ex^a há poucos instantes. Seguramente V. Ex^a escreve mais uma bela página da nossa história quando aqui vem, na qualidade de constituinte, ao lado de diversos outros constituintes...

(Soa a campanha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... e lê para o povo brasileiro um manifesto onde V.Ex^{as}, invocando a própria Constituição cidadã, pedem o respeito à democracia.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Fátima Bezerra. Senador Ricardo Ferraço, pelo tempo necessário para o seu pronunciamento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiros que nos acompanham, capixabas. Sr. Presidente, chega de tentar dissimular e disfarçar e esconder o que não dá mais pra ocultar. E eu não quero me calar, e eu nunca me calei. Começo, Sr. Presidente, minha intervenção me valendo do grande poeta e compo-

sitor Gonzaguinha, cujos versos retratam o sentimento que invade o coração dos brasileiros diante de todos os descabros, as responsabilidades e os crimes cometidos pelo Governo da Presidente Dilma.

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não dá mais...

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Ferraço..

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Eu ouço V. Exª mais adiante.

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Não, é só bem rapidinho, só para dizer que...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Não dá mais para ocultar.

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Se Gonzaguinha estivesse...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, a palavra é assegurada ao orador na tribuna, Senadora Fátima.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Chicana, no mundo jurídico, é a dificuldade criada no decorrer de um processo judicial pela apresentação de um argumento com base em um detalhe ou ponto irrelevante, abuso dos recursos, sutilezas e formalidades da Justiça, ou seja, uma conduta de má-fé.

O advogado chicaneiro, Senador Medeiros, é repudiado no mundo jurídico, ainda que em alguns momentos tenha sucesso. Ele acredita que tudo vale para defender o seu constituinte, até mesmo a velada mentira.

O argumento da Advocacia-Geral da União expresso pela pessoa do seu Advogado-Geral, Ministro José Eduardo Cardozo, na defesa da Presidente Dilma, utilizou aquilo que é comum, a chicana, as escaramuças processuais, a banalização do crime para justificar aquilo que na prática é injustificável. Ainda que buscando um discurso elegante, o Ministro se viu em um palanque e agiu como um militante político que, para defender o indefensável, faz uso do jargão vazio do golpe, do jargão vazio que não está encontrando acolhimento por parte da população brasileira, Sr. Presidente.

O que diz o PT e seus aliados? Que *impeachment* sem crime é golpe. O que eu digo aqui, Senador Medeiros? Golpe é crime sem *impeachment*! Golpe é crime de responsabilidade sem o absoluto dever da Constituição Federal! Isso, sim, é crime. Esqueceu-se o Advogado-Geral da União e advogado da Presidente Dilma que o Supremo Tribunal Federal, ao ser provocado pelos defensores da Presidente Dilma, definiu o rito processual e será guardião a todo momento da constitucionalidade dos atos que praticamos. O Supremo confirmou a legitimidade do processo, e a sessão de julgamento no Senado Federal será inclusive presidida pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal. Não há como, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, colocarmos em dúvida o papel do Supremo Tribunal Federal.

Reconhecendo a gravidade do momento e a minha responsabilidade como cidadão e como representante popular exercendo o cargo de Senador da República – e, possivelmente, em breve, nos próximos dias, terei, como todos nós teremos, que participar do julgamento do mais alto mandatário da República, a Presidente Dilma –, eu não fugirei do debate na busca da verdade.

A denúncia imputada, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, à Presidente Dilma são as denúncias que envolvem a Presidente da República e o seu Governo nos crimes apresentados no art. 85, da Constituição Federal, e tipificados pela Lei nº 1.079/50, que foi naturalmente acolhida pela Constituição. Aliás, eu chamo a atenção de que, há pouco, Senador Paim, houve aqui, de fato, um manifesto de Constituintes, agora, é importante lembrar que o Partido dos Trabalhadores não assinou a Constituição de 1988 e votou contra – uma brutal contradição!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Eu não me refiro a V. Exª, não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É só um esclarecimento, mas é importante.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – É apenas uma constatação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É que há uma dúvida. V. Exª tem razão, em parte: nós assinamos – eu estava lá –, mas V. Exª tem razão, porque votamos contra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Eu já vi depoimento do próprio Presidente Lula, dizendo que se arrepende de não ter assinado a Constituição de 1988.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas ele assinou, eu lhe garanto. O equívoco, aí, ficou com o voto. Está escrito, e quem pegar uma Constituição no plenário vai ver os nomes dos que assinaram, atrás. Nós votamos contra, isso é verdadeiro, e é pelo que mais me criticam, para te falar a verdade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – O fato objetivo é que, se há controvérsias em relação a esse fato, não deveria haver, porque esta Constituição é hoje bradada como a Constituição cidadã, como a Constituição da promoção social, da promoção da ascensão e do desenvolvimento humano. Portanto, a controvérsia, por si só, já me parece uma brutal contradição.

Mas, para não fugir aos fatos e ao debate, eu estava aqui afirmando, e objetivamente, sobre a violação ao art. 85, da Constituição Federal, e aos incisos, e sobre os crimes praticados pela Presidente da República e

pelo seu Governo: atentar contra a Lei Orçamentária e a probidade na Administração. É importante, Sr. Presidente, que todos nós tenhamos a dimensão do porquê o Constituinte lá escreveu e consagrou que atentar contra a Lei Orçamentária é crime de responsabilidade. Veja V. Ex^a, não é crime um Presidente da República atentar contra a vida de um semelhante, não, porque é uma atividade estranha às suas funções, e ele goza da chamada imunidade durante o período do seu mandato. Mas ela, no caso, não atenta contra a vida apenas de um semelhante, ela atenta contra a vida da coletividade, e, ao atentar contra a vida da coletividade, ela comete, sim, crime de responsabilidade.

O conjunto dessa obra relatada na denúncia e revelada na Operação Lava Jato nos dá a certeza de que tudo faz parte de uma estratégia, de uma estratégia premeditada pelo PT. Desculpem-me, Sr^{as} e Srs. Senadores, mas é disso que se trata. A Lei Orçamentária foi atentada simplesmente por uma razão: para criar as condições, as condições falsas, as condições fraudadas, para que, de fato, a Presidente da República fosse reeleita, e ela naturalmente, como a principal beneficiária, ela e o seu Governo.

Portanto, a prática do dolo está para lá de caracterizada. Na prática, o que nós podemos afirmar é que a Presidente da República e o seu Governo venderam a sua alma para o diabo, para que ela pudesse se reeleger. E o diabo voltou para apresentar a conta, em razão naturalmente da desorganização e do colapso que vive o nosso País.

A Constituição Federal, ao elencar os crimes de responsabilidade, que serão definidos em lei especial, estabeleceu o que espera de um Presidente da República, impondo-lhes limites no exercício do poder. Há aqui uma falácia cantada em verso e prosa que não encontra sustentação na vida real, Sr. Presidente.

Vejam bem, todos nós que estamos aqui temos os nossos mandatos legitimados pelo voto popular – é óbvio! O voto popular cria as condições, habilita-nos a falar em nome da sociedade brasileira. Mas o voto popular não significa um voto em branco, não significa que, uma vez eleito, você possa transgredir a lei; que, uma vez eleito, foi-lhe dado um cheque em branco, para que você possa, inclusive, trair os interesses da população com atos que estão tipificados na nossa Constituição Federal.

Portanto, a legitimidade é uma construção permanente e diária, porque a nenhum de nós, Sr. Presidente, a nenhum de nós, sobretudo a Presidente da República, que deve dar o exemplo, amparado no voto no voto popular, é dado o direito de fazer o que quer. O que vemos mundo afora na prática, a grosso modo, são dois modelos de governos ou de agir no governo: aqueles que se submetem à lei e realizam as prioridades definidas pela população, e aqueles que acreditam ser donos do poder e do Estado, e o usam a qualquer custo para a realização dos seus projetos pessoais ou mesmo de seus projetos políticos.

O Governo, Sr. Presidente, utilizou dos bancos federais para financiar as suas políticas, o que é vedado pela lei, por configuração operação de crédito proibida. Segundo o Tribunal de Contas da União, mais de R\$31 bilhões de recursos dos bancos públicos, por meio da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e do BNDES, foram utilizados irregularmente pelo Governo Federal ao longo do ano, ao longo de meses a fio, e mais de 60% desses recursos foram para o programa Bolsa Empresário, do BNDES, que produziu uma política de desoneração de impostos que está custando ao contribuinte brasileiro, Senador Magno Malta, mais de R\$320 bilhões. O Tribunal de Contas da União também apontou dívidas não registradas nas estatísticas fiscais, em um montante que superou o valor de R\$40 bilhões. E, novamente, a maior parte desses recursos dizem respeito a financiamentos do Bolsa Empresário, do BNDES.

O julgamento do Tribunal de Contas da União também comprovou que a União utilizou o FGTS para financiar despesas de sua competência, sem dotação orçamentária. O Governo usou mais de R\$6 bilhões dessa forma. Todo e qualquer pagamento de responsabilidade da União, mesmo que feito com recursos do FGTS, teria que ser registrado como pagamento dessas despesas, e não o foi, fraudando a contabilidade e a finança pública.

Além disso, o Governo também passou a atrasar até mesmo repasses de recursos para Estados e Municípios, como, por exemplo, recursos de *royalties*, da compensação financeira pelo uso de recursos hídricos e do salário educação, com o único objetivo de maquiagem o resultado do Governo. Ou seja, não satisfeita em desorganizar completamente as contas públicas do Governo Federal, passou a contribuir para desorganizar as contas dos Estados e Municípios, ferindo de morte, na prática, o pacto federativo estabelecido na Constituição Federal para seu próprio benefício, qual seja, a perpetuação no poder a todo e qualquer custo.

Ou seja, Sr. Presidente, todas essas irregularidades apuradas, ofendendo a lei, as regras e os limites, superaram pelo menos R\$100 bilhões.

E a maior parte desses recursos foi para financiar – quem diria? – grandes e poucas empresas que foram selecionadas pelo Governo Federal para que pudessem ter acesso aos recursos do BNDES.

Sr. Presidente, objetivamente falando, a violação da Presidente da República se dá através de decretos ilegais, da edição de decretos não numerados, de créditos suplementares, em 2014 e 2015, após a verificação de que as metas estabelecidas não haviam sido cumpridas. Violou o art. 167, inciso V, da Constituição Federal:

“a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes”; violou os arts. 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal: “limitação do empenho e movimentação financeira, se verificado o não cumprimento”; violou o art. 4º da LOA de 2015; violou, ainda, o art. 10, incisos IV e VI, da Lei nº 1.079, de 1950: “infringir dispositivo de Lei Orçamentária e autorizar a abertura de crédito sem fundamento na Lei Orçamentária.”

Portanto, nós não estamos aqui falando ao vento. Estamos aqui tratando objetivamente das violações que foram praticadas pela Presidente da República, e o foram de caso pensado, de caso absolutamente premeditado.

Ouçó, com prazer, o Senador Medeiros e, em seguida, o Senador Magno Malta.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senador Ricardo Ferraço, V. Exª, como sempre, muito lúcido, tem feito o debate de forma muito coerente. Aliás, nesses últimos tempos, temos precisado justamente disto: coerência e serenidade nos debates, até porque o tema e a vida do País passaram a ficar, aliás, o debate ficou monotemático. Não se fala de outra coisa. Quiçá, segunda-feira, já possamos estar construindo um País novo! Mas V. Exª traz um histórico e um roteiro do que tem sido a vida do País e a vida deste Governo, que tem pegado os seus erros e os tem jogado nos outros; mais ou menos, como aquela filosofia do personagem Homer Simpson, que passa na TV todos os dias. Ele, em determinado momento, diz o seguinte: “A culpa é minha, e eu a coloco em quem eu quiser.” Dessa forma, tem se comportado o Partido dos Trabalhadores, e, talvez, tenha sido por isso que o Governo e o Partido se desgastaram, porque chegou ao poder com um discurso – de que eu me lembro bem, e todos nós acompanhamos –, que era mais ou menos assim: combater a corrupção e melhorar a vida da gente. Era um partido que era dono da verdade. Chegou ao poder, continuou dessa forma, e pegou uma coisa pior, que o fez ir à derrocada, que foi a soberba. O Partido dos Trabalhadores no poder, o Governo do PT tem-se comportado, mesmo na queda, com soberba. Aliás, a derrocada começou com a soberba de José Dirceu; depois, com o Lula, que passava uma imagem e passou a ser uma figura soberba; e o Governo da Presidente Dilma, então, é a própria soberba em pessoa. Digo isso, porque a própria zaga que eles mandaram para o Senado, para fazer a defesa, tem o tempo inteiro um discurso de agressão, porque está na defesa do Governo. Senador Ricardo Ferraço, penso... Pelo menos, venho de um Estado, em que há um ditado que diz o seguinte: quem quer pegar galinha não diz xô. Se quero V. Exª, eventualmente, apoiando o meu Governo, não posso agredi-lo. Aqui, o Governo diz, o tempo inteiro, que a oposição não quer conversar. Não é verdade. Certa vez, atravessei essa avenida aqui, junto com os Senadores João Capiberibe, Cristovam Buarque e mais sete Senadores, nove Senadores. Fomos lá, justamente para sair deste discurso que o Governo acusava de polarização, fazer uma proposta para o País. Queríamos que o Governo passasse a conversar com a Casa. Fomo-nos propor a conversar. Não fomos recebidos. Fomos recebidos por um assessor que disse que daria um retorno. Até hoje, estamos esperando isso. Neste momento, eles vêm dizer que a oposição é intransigente, que nós não queremos o bem do País. Não é verdade. A oposição tem sido democrática; a oposição tem sido o mais complacente possível, aliás, porque temos tolerado muita coisa. Todos os dias, aqui, vem agressão. Neste momento, por exemplo, discute-se muito o acirramento de ódio. Tenho dito, Senador Ricardo Ferraço, que boa parte do Partido dos Trabalhadores plantou um discurso de ódio neste País. Não era um discurso de concórdia; e, neste momento, infelizmente, estão colhendo a tempestade que plantaram. Muito obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Agradeço a V. Exª.

E passo, em seguida, a palavra ao Senador Magno Malta.

Quero dizer a V. Exª o seguinte: a impressão que tenho é a de que os aliados do Governo já jogaram a toalha. Já jogaram a toalha e querem criar um mantra de vitimização, para que, ato seguinte, possam fazer do seu futuro aquilo que bem desejarem, mas, na prática, é absolutamente inconcebível que o Governo e seus aliados queiram colocar na oposição a responsabilidade pelos seus atos.

A Presidente Dilma e o seu Governo plantaram vento e estão colhendo tempestade – essa que é a verdade – por suas escolhas, por suas práticas. Esses mesmos que estão traindo o Governo, até outro dia, andavam de mãos dadas com ele, eram a base de sustentação do Governo. E todos nós bradávamos aqui que esse presidencialismo de cooptação não daria certo, porque não havia identidade de programa, o que havia era um ajuntamento de interesses próprios e particulares. E foram interesses próprios e particulares que levaram à ruína da base política do Governo no Congresso brasileiro.

V. Exª sabe, como eu, Senador Paim. V. Exª chegou a afirmar que, infelizmente, o sonho acabou. Por que o sonho acabou? Por que chegou até aqui? Não chegou aqui por gravidade; chegou aqui, porque colocou o interesse e o projeto de poder acima de qualquer outro interesse, e o interesse da sociedade ficou em segundo plano. A obra está aí, pronta e acabada: uma tragédia, uma verdadeira tragédia.

Ouçó, com prazer, o Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco Moderador/PR - ES) – Senador Ricardo Ferraço, companheiro, capixaba, de Cachoeiro do Itapemirim...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Com muita honra.

O Sr. Magno Malta (Bloco Moderador/PR - ES) – ... onde está a raiz da família Jaciguá que, de repente, estão nos ouvindo também, porque todo mundo hoje tem rede social... Então, o nosso povo lá do sul do Estado está nos vendo, nos olhando, nos policiando. Eu vim ouvindo V. Exª no rádio do carro. Eu fui ali almoçar em um *self-service*, não fui atacado por ninguém, tirei foto com todo mundo, e lá não estava a elite do País. Lá estavam estudantes, lá estavam pessoas que dependem do ponto de ônibus, lá estavam comerciantes, lá estavam vendedores ambulantes, pessoas comuns que não moram no Lago Sul, pessoas comuns que não moram aqui ao lado da Esplanada, mas que moram nas cidades-satélites aqui do entorno e que não são elite deste País. E, na sua unanimidade, todos se dirigiam a mim pedindo que, pelo amor de Deus, que se ponha um final nessa lambança que se instalou neste País. É verdade que o debate se dá: V. Exª faz um discurso, certamente, é apartado por quem é a favor e quem é contra. E há que se respeitar isso, porque a regra da boa convivência é o respeito. Eu respeito quem é contra o *impeachment* e respeito quem é a favor. Só não dá para ser respeitado, eu não sou golpista. Buscaram essa polarização com o outro partido e, no momento – como diz o nosso querido Senador aqui – em que deviam conversar, chamar as pessoas, mostrar o ponto de vista deles, atacaram todo mundo de uma forma generalizada. Aí, depois, dizem: “Até os artistas estão assinando manifesto”. Que pena, mas os artistas não votam. Dizem: “Os que elaboraram a Constituição vieram e fizeram um manifesto.” Que pena, mas eles já não votam mais, não estão aqui para votar. O processo é político? É político-jurídico. Não é que os argumentos que V. Exª fez não sejam plausíveis, pois eles são absolutamente verdadeiros, com fundamento. E eu até lamento, mas é a posição dele, como se comporta José Eduardo Cardozo, porque ele foi Ministro da Justiça atacado, hostilizado pela ala do Presidente Lula o tempo inteiro, inclusive pelo Presidente Lula, que queria a cabeça dele. Aí, em um determinado momento, já não dava mais, e ele aceita ser o Advogado da União. Eu o vi fazendo a defesa, eu o vejo buscando esses subterfúgios, eu o vejo buscando sobrevida para um doente que está na UTI já no final da festa. O sujeito fala: “Aplique mais uma morfinazinha”. E eles foram aplicar mais uma morfinazinha lá no Supremo. E o médico Supremo vai dizer: “Mas não há mais jeito; houve falência dos órgãos. Já é um esquife. Vocês querem agora o quê? Que eu proteja o enterro?” V. Exª, no meio do seu pronunciamento, falou uma coisa muito certa. V. Exª disse que eles não assinaram a Constituinte e foi corrigido pelo Senador Paim, dizendo: “Assinamos; erramos ao não votar”.

(Soa a campanha.)

O Sr. Magno Malta (Bloco Moderador/PR - ES) – Não votaram mesmo. E não votaram só essa Constituinte cidadã, que agora é o supracitado para eles. Eles não votaram, não acreditaram nela. Ela era a Gata Borralheira para o PT; agora, é a Cinderela. Eles não votaram. Eles não votaram a criação do real, com o Brasil, mergulhado em uma inflação desastrosa, destruindo, carcomendo, vilipendiando a honra, porque a honra de um homem é seu trabalho. Um homem sem trabalho é um homem sem honra. E a inflação assim o fez, como já temos mais de 10 milhões de desonrados neste País, desempregados – 284 a cada hora. A honra de um homem é seu trabalho, e a inflação carcomia. E a lambança vem carcomendo esses empregos. E há o Senador Paim aí, que é o grande lutador da causa dos trabalhadores do Brasil. Aliás, foi essa...

(Interrupção do som.)

O Sr. Magno Malta (Bloco Moderador/PR - ES) – ... causa que os levou ao poder. *(Fora do microfone.)* Falei a segunda coisa. Vou falar a terceira agora: eles votaram contra a Lei de Responsabilidade Fiscal. Eles votaram contra Constituinte, votaram contra o real e votaram contra a Lei de Responsabilidade Fiscal. Quanto à Lei de Responsabilidade Fiscal, eu acho que é até uma pirraça, acho que falaram assim: “Então, no dia em que a gente chegar ao poder, eu vou quebrar essa lei, vou passar por cima dela, vou atropelar essa lei e quero ver se alguém vai fazer alguma coisa comigo”. Eles votaram contra e agora estupraram a Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, eu tinha prometido para mim mesmo ontem que eu não ia fazer discurso, não ia apartar mais ninguém, principalmente os defensores e principalmente os Senadores do Partido dos Trabalhadores. Eu digo a V. Exª o porquê: porque eu acho que é normal, é natural, é a posição deles. Eu não sou muito chegado em quem pula do barco. Eu acho que quem comeu a carne tem de roer o osso. Mosca de padaria para mim não serve. Eu sou um homem de posição e sou marcado por ser conhecido como um homem de posição, que não arreda o pé da posição. E eu sei que eles estão falando para a militância, para o povo deles. A Presidente não tem discurso para o Brasil, ela está falando para os militantes. Infelizmente, ela está fazendo um comício todo dia, gastando nosso ar-condicionado, gastando nossa energia lá do Palácio, que é pago com dinheiro do povo, gastando microfone, gastando tudo para fazer comício todo dia. Nem isso eu questionei e nem vou questionar, Senador

Ricardo. Eu aparteei V. Ex^a, porque eu vim ouvindo seu discurso e vim ouvindo como V. Ex^a colocou *pari passu* cada questão. V. Ex^a colocou a sua questão respeitosa ao tratar do ex-Ministro e hoje Advogado da AGU, José Eduardo Cardozo, que é um cara que eu prezo e respeito também; só acho que ele está buscando injeção de morfina para um doente que já teve falência de órgãos. Não sei o que ele está querendo protelar. Aí eu resolvi chegar e apartear V. Ex^a só para lembrar que uma Senadora que esteve na tribuna disse, tendo sido aparteadada pelos outros, que o estadista Brizola, se aqui estivesse, votaria contra o *impeachment*. Quero lembrar a eles que, quando o Brizola morreu, o Lula chegou ao seu enterro e levou uma vaia fenomenal no funeral! E o povo do funeral começou a cantar: "Você pagou com traição a quem sempre lhe deu a mão". O povo de Brizola que estava lá cantou "Você pagou com traição". Se eu estiver mentindo, entrem no Google agora e vocês vão ouvir a vaia sonora e o povo cantando, no enterro de Brizola, na chegada de Luiz Inácio Lula da Silva. Agradeço a V. Ex^a o aparte que me permitiu.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Eu que agradeço a contribuição de V. Ex^a, incorporando-o às manifestações, com essa lembrança que V. Ex^a traz.

O Partido da Presidente Dilma, Senador Benedito de Lira, votou contra a Constituição Federal; votou contra o Plano Real, que estabilizou a inflação em nosso País; e votou contra a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Lei de Responsabilidade Fiscal não é um fetiche, não é coisa de burocrata, de tecnocrata, não, Senador Magno Malta. Quando o nosso orçamento familiar está mal administrado ou quando não tem prioridade ou quando não tem escolha sobre aquele gasto mais importante sobre o outro, o que acontece? Ela se desgoverna. Assim é uma cidade, assim é um Estado, assim é um país. Na verdade, o Governo da Presidente Dilma não acredita na política de gasto responsável, porque acha que dinheiro nasce em árvore.

Senador Magno Malta, todas essas violações que incorporamos aqui com artigo, com inciso, que atentaram contra a Lei Orçamentária, consagradas na Constituição Federal como crime de responsabilidade, geraram que consequências objetivas para a sociedade brasileira? Vejamos. Os mais pobres são os mais penalizados pela desorganização produzida com sofisticação pelo Governo da Presidente Dilma. A deterioração da desorganização gerou números explosivos que revelam muito mais um colapso. Senador Magno Malta, em 2012, o nosso País – e, portanto, se é o País, são os brasileiros – devia 54% do seu Produto Interno Bruto; em 2015, isso subiu para 67%; e a previsão é de que, em 2018, o nosso País – não apenas nós, mas as nossas futuras gerações – terá que trabalhar duro e trabalhar muito para pagar essa dívida que é fruto da irresponsabilidade, da inconsequência de quem não tem compromisso com a sociedade, de quem tem compromisso com a manutenção e com a perpetuação do poder.

Eu vou adiante. Em 2015, Senador Paulo Paim, o Governo da Presidente Dilma pagou R\$500 bilhões de juros. Sabe o que representa isso? São 18 anos do Bolsa Família. Isso significa que, apenas em 2015, o Governo da Presidente Dilma pagou de juros o correspondente a 18 anos de Bolsa Família. Por isso, a Constituição confirma ser crime de responsabilidade atentar contra o Orçamento, porque, quando você atenta contra o Orçamento, que é um sistema de leis, de regras, de limites, de protocolos, de procedimentos, quando esse sistema não é obedecido, isso desorganiza o País, e a desorganização mais explícita me parece ser essa. Eu vou falar aqui pela terceira vez: em 2015, nós gastamos o correspondente, em juros, a 18 anos de Bolsa Família. É disso que se trata. Por isso, nós estamos aqui absolutamente seguros dessa violação, dessa desorganização premeditada. Tudo isso pela manutenção do poder e pela reeleição da Presidenta Dilma.

Eu ouço V. Ex^a, com muito prazer, Senador.

O Sr. Donizeti Nogueira (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado, Senador Ricardo Ferraço. Sr. Presidente, Paulo Paim, quero começar aqui o meu aparte citando os versos que V. Ex^a citou no início: "Chega de tentar dissimular e disfarçar e esconder o que não dá mais para ocultar e eu não posso mais calar, já que o brilho desse olhar..." Não vou falar o verso seguinte. A verdade é essa, falando com os telespectadores da TV Senado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Mas V. Ex^a toma de mim essa verdade e estabelece para si? Não lhe parece uma coisa muito pouco criativa? Sem pedir emprestado? Sem pedir emprestado da utilização e toma para si?

O Sr. Donizeti Nogueira (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Não, esse verso aqui tem propriedade, é de Chico Buarque, gravado por Gonzaguinha.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Mas eu me vali dele.

O Sr. Donizeti Nogueira (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Pois é, mas eu estou me valendo dele para fazer a minha retórica.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Como retórica, vale. É verdade, como retórica, vale.

O Sr. Donizeti Nogueira (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Como ele não é de propriedade de nós dois, ele é de domínio público. Então, considerem espectadores e ouvintes da Rádio Senado que não dá mais para esconder, não dá mais para ocultar que é golpe. Ouvimos com respeito os argumentos da oposição, mas está

claro. Isso aconteceu com Getúlio Vargas em 1945, depois em 1954, depois se tentou não deixar o Juscelino tomar posse. O Juscelino tomou posse, porque houve um garantidor das próprias Forças Armadas, que depois não aceitaram as reformas de base propostas por João Goulart que foi deposto. Então, não dá mais para ocultar, não dá mais para esconder. Não dá para esconder que nós nos governos do Partido dos Trabalhadores mais que dobramos as vagas das universidades, que eram de cerca de 3 milhões, e hoje são perto de 8 milhões de universitários. Não dá mais para esconder que o Brasil tinha cerca de 10% de brasileiros com curso universitário e que hoje esse número chega basicamente a 23%.

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Muito obrigado.

O Sr. Donizeti Nogueira (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Não dá para esconder essas coisas. Não dá para esconder que o filho do vaqueiro está estudando na mesma universidade que o filho do fazendeiro, Senador Paim. Não dá para esconder que o filho da empregada doméstica vai fazer curso nas melhores universidades do mundo por um programa como o Ciência sem Fronteiras. Isso incomoda – isso incomoda uma parte.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Muito obrigado.

O Sr. Donizeti Nogueira (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Isso incomoda. Então, eu quero concluir, Senador Ferraço, dizendo que sinto-me seguro para dizer, que não dá para esconder que o Brasil de 13 anos atrás...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Senador.

O Sr. Donizeti Nogueira (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – ... era outro, muito ruim. Nós tiramos do século XIX, Senador Paim, brasileiros que estavam na escuridão com o Luz para Todos. Então, o Brasil hoje é melhor e os fundamentos econômicos hoje também são melhores.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Senador.

O Sr. Donizeti Nogueira (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – A nossa relação dívida/PIB líquida era de 57% no Governo Fernando Henrique. Hoje está na casa de 37%.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Muito obrigado, Senador.

O Sr. Donizeti Nogueira (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Então, eu agradeço o aparte, mas...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Muito obrigado.

O Sr. Donizeti Nogueira (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – ... é isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Senador.

O Sr. Donizeti Nogueira (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Não dá para esconder que o Brasil é outro e é muito melhor. Só precisa ser respeitado o resultado das urnas das eleições de 2014.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Senador, o lamentável é que todas estas conquistas sociais tenham sido colocadas em risco ou tenham sido deixadas de lado simplesmente em função e em razão do projeto de poder.

Eu pergunto a V. Exª e a todos nós aqui: por que é que o Pronatec, em 2014, teve um orçamento de R\$13 bilhões e no ano seguinte teve R\$7 bilhões?

O que responder a tantos milhares de brasileiros, ou do Pronatec ou do Fies, que buscaram essa oportunidade, que acreditaram nessa oportunidade e que voltaram no ano seguinte com a Presidente já reeleita e não encontraram esse recurso?

Na prática, Senador, com toda a sinceridade e humildade, para mim golpe é crime de responsabilidade sem impedimento, sabe por quê? Porque a mesma lei do prefeito, do governador, do Deputado e do Senador tem que ser para a Presidência da República. Lei é um instrumento civilizatório, a lei não pode servir de acordo com os nossos interesses para aquele momento e para aquela conveniência.

Então, nós estamos aqui atentamente tipificando as violações que a Presidente da República cometeu e todo o seu Governo e afirmando, com toda sinceridade...

O Sr. Donizeti Nogueira (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador, V. Exª me perguntou e eu posso responder.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – ... que não foi de caso pensado, até porque tudo isso praticado pelo Governo da Presidente Dilma, por incrível que pareça, me faz lembrar daquela frase do Presidente Reagan quando falou certa vez: "Quando pessoas ou empresas gastam mais do que ganham, elas vão à falência; quando um governo gasta mais do que arrecada, o que ele faz? Manda a conta para a sociedade".

É isso que o Governo tem feito, a todo instante. O reflexo dos crimes praticados se dá nos indicadores sociais, que já reverteram todos os ganhos a que V. Exª fez referência, pelo projeto de poder. Hoje nós temos 10 milhões de desempregados no Brasil. Neste ano, se tudo continuar como está, os indicadores são de que teremos mais 1,5 milhão de desempregados. O desemprego não está afetando apenas os jovens e trabalhado-

res em tempo parcial. A inadimplência já atinge 60 milhões de brasileiros. Isso representa 40% da população adulta do nosso País.

O mau uso do dinheiro público, atentar contra o orçamento, contra a Lei Orçamentária, significa colocar o mau uso do dinheiro público como madrasta dos mais pobres, pelo simples fato de que são eles os principais usuários dos programas públicos e das políticas sociais. Vejam, Sr^s e Srs. Senadores, os cortes que foram feitos nos programas sociais em 2015. Por que esses cortes foram feitos? Esses cortes foram feitos, Senador Benedito de Lira, em função do atentado à Lei Orçamentária, em função da violação da Lei de Responsabilidade Fiscal, em função da desorganização e do colapso que foi produzido em nosso País.

O Pronatec em 2015 teve uma redução de R\$1,6 bilhão no seu orçamento. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil teve uma redução de R\$1 bilhão.

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Na educação básica, redução de R\$1,5 bilhão. No ensino profissional, redução de R\$800 milhões. E no campo do saneamento, R\$1 bilhão. Toda essa subtração de investimentos na sociedade brasileira, nos mais pobres, naqueles que efetivamente necessitam, não apenas de um governo decente, mas de um governo eficiente. É disso que se trata.

Essa desorganização é consequência da mentira escancarada que foi apresentada à sociedade brasileira. E aí o inverno chega, e o inverno chega apresentando a sua conta.

Mas eu fiz aqui referência, Sr. Presidente, às questões relacionadas ao atentado ao orçamento; mas há uma outra questão, para lá ainda, tão importante ou tão complexa quanto, que foi atentar contra a probidade administrativa. A contumácia com que o orçamento foi violentado é mais do que a evidência de que a ação governamental da Presidente Dilma foi dolosa, foi de caso pensado, pré-determinado, tratando-se mesmo ou revelando-se até mesmo um método de Governo, visando, eventualmente, à perpetuação do poder.

Mas, para além de violar a Lei Orçamentária, a Presidente atentou contra a probidade na Administração e, diante dos últimos acontecimentos, continua atentando contra a probidade, um outro pilar consagrado pela Constituição Federal como crime de responsabilidade.

A participação da Presidente da República na gestão que dilapidou nossa maior empresa pública, um patrimônio do povo brasileiro... Fosse um único fato apurado de corrupção na Petrobras, poder-se-ia admitir o desconhecimento da Presidente. Porém, estando diante de uma verdadeira e continuada delitiva, impossível crer que a Presidente da República não soubesse o que estava passando à sua volta, até mesmo porque, antes de ser Presidente da República, foi Presidente do Conselho de Administração da Petrobras, Senador Capiberibe, e, antes disso, foi Ministra das Minas e Energia. E toda aquela quadrilha que tomou de assalto a Petrobras continuou atuando até o ano de 2014. Só foram exonerados quando a Operação Lava Jato revelou ao Brasil a existência efetiva e material dessa verdadeira organização criminosa na Petrobras.

Mas não para por aí.

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Eu quero me referir aqui, por exemplo, à gestão temerária que o Governo fez em torno dos interesses da Petrobras. Todos nós sabemos que os preços dos combustíveis foram administrados de maneira artificial para impedir que esses preços pudessem impactar a inflação para criar uma falsa realidade de que as coisas estavam sob controle. Não estavam! Administraram absolutamente com dolo os preços dos combustíveis. E, Senador Telmário, qual foi o resultado disso? Um prejuízo da ordem de R\$60 bilhões para a Petrobras.

Veja V. Ex^a, que é do PDT, um Partido que tem raízes no trabalhismo brasileiro, como o trabalhador brasileiro foi ludibriado: 25 mil brasileiros se valeram do seu Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, um patrimônio que pertence a cada trabalhador, fruto e produto do seu esforço e do seu trabalho, e compraram ações da Petrobras. Como responder a esses 25 mil brasileiros que se valeram do FGTS para comprar ações da Petrobras? E, aí, o Governo, de maneira objetiva, intervém na administração da empresa, administra o preços artificialmente e gera um prejuízo de R\$60 bilhões para esses brasileiros que adquiriram essas ações.

Então, nós não estamos aqui divagando. Nós estamos aqui encarando o debate. E o debate é esse. Agora, o pior cego é aquele que não quer ver. O pior cego é aquele que não quer ver.

Quem planta vento colhe tempestade. Toda essa tragédia política, administrativa, moral e econômica vivida pelo Governo da Presidente Dilma é obra dela e dos seus aliados. Não vai colar terceirizar essa tragédia para aqueles que nunca estiveram alinhados com o Governo, porque nós sempre estivemos no nosso campo e na nossa trincheira.

Portanto, Sr. Presidente, nós estamos a três dias de uma decisão histórica que a Câmara Federal vai adotar. Eu quero crer que não há outro caminho que não o impedimento da Presidente da República pelos crimes que cometeu. Não apenas ela, com dolo, mas também o seu Governo. E, aí, esse processo chegará ao Senado Federal, e nós estaremos aqui atuando como juízes dessa causa, aliás como determina a Constituição Federal.

Portanto, Sr. Presidente, eu vou encerrar a minha fala como comecei. Eu vou encerrar a minha fala como comecei:

Chega de tentar dissimular
E disfarçar e esconder
O que não dá mais para ocultar
E eu não quero mais calar...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – E eu nunca me calei diante de tudo isso que nós estamos vivendo em nosso País, Sr. Presidente.

Muito obrigado a V. Ex^a, às Sr^{as} e aos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ricardo Ferraço, meus cumprimentos. Você é um homem de posição, como sempre foi. E é bom isso. Isso incita o bom debate. Só o que eu não gostei mesmo aí foi da palavra “terceirização”, porque eu sou contra a terceirização.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Mas, nesse caso, eu e V. Ex^a estamos de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu entendi, claro. Estamos juntos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Porque eu também sou contra esse tipo de terceirização, que é querer imputar à oposição a responsabilidade por toda essa tragédia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Terceirização: não!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – ... que foi construída com muita sofisticação, colocando o interesse do povo em segundo plano, mas colocando o interesse na manutenção do poder a todo e qualquer custo em primeiro plano.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Terceirização, em nenhum caso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Nisso aí nós estamos juntos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Valeu, Senador Ferraço.

Senador Telmário Mota, V. Ex^a que está desde as 11h de plantão esperando este momento.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, hoje já várias pessoas se revezaram nesta tribuna e naturalmente abordando um assunto que domina o País inteiro. Todos os meios de comunicação, rádio e televisão estão focados na questão do golpe, do *impeachment*, que está sendo desenvolvido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me que eu diga que a audiência da TV Senado está sendo impressionante nesse debate.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Está sendo ouvido o que está sendo desenvolvido no Congresso.

Esta tribuna oportuniza às pessoas ouvirem o contraditório porque aqui passam as diversas correntes políticas, com os mais diversos pensamentos e ponto de vista, alguns com ideologia, outros com fisiologismo, mas assim vai-se construindo a política brasileira.

Eu tive a oportunidade, Sr. Presidente, nesta semana, de conversar com a Presidente Dilma e ali, entre diversos assuntos que abordamos, eu cheguei a perguntar: se ela tivesse que começar de novo, onde ela acha que errou? Ela falou:

Olha, Senador Telmário, eu ganhei essas eleições com uma votação de 50 e poucos milhões de brasileiros, mas eu assumi este mandato com o foco de governar para o Brasil, para os brasileiros. Eu vim como ex-Ministra do Presidente Lula e do meu primeiro mandato acumulando experiência para fazer o Governo dos nossos sonhos, mas o Brasil sofreu algumas baixas.

Eu vi agorinha um Senador que me antecedeu culpando a Petrobras, dizendo que foi má gestão. Não.

O Brasil está sofrendo ainda. Passou ileso ao reflexo das crises americana e europeia. E chegou no momento, Senador Lobão, que começaram a chegar os reflexos. O que dava a sustentação econômica deste País? Eram as *commodities*, principalmente vendidas para a China, uma parte manufaturada, e o preço do petróleo, que era alvissareiro. E com a nova caminhada no rumo do pré-sal – e aqui está o Senador Lobão que entende

muito bem disso, muito mais do que eu –, se explorássemos todo o potencial do que temos já descoberto no pré-sal, o Brasil se torna o segundo maior exportador de petróleo do mundo, perdendo só para a Venezuela. E, se o preço do barril do petróleo ainda tivesse nos cento e poucos, o Brasil estava, sinceramente, superando as crises que hoje tomam conta do nosso País.

Mas, maior do que a crise econômica foi a crise política, ainda me dizia a Presidente Dilma. Nós ganhamos, e, no sistema brasileiro, ninguém governa sozinho. Governa-se com um grupo, uma coalizão de partidos. Ganhamos essa eleição nessa coligação, nessa composição. E o PMDB, dentro dessa composição, era o nosso sócio majoritário: com sete ministérios, Vice-Presidência, Presidente do Senado, Presidente até da Câmara – claro, sem o acordo, mas pelo seu fortalecimento. E aí, mais de 600 mil servidores em cargos do primeiro, segundo e terceiro escalões.

Muito bem, a Presidenta Dilma me disse em que acha que errou e em que não acreditaria mais. O Vice-Presidente, Michel Temer, era um homem que gozava da total confiança do Governo. E, agora, eu dou esse testemunho. Quando vim para cá, fui conversar no Palácio sobre os cargos federais em Roraima, como iriam trabalhar e funcionar. Não era com a Presidenta e com ninguém do PT, era do PMDB – era com Michel Temer. Então, era um cara que buscava os parceiros dos partidos. Ele que realmente controlava essa parceria da Presidente Dilma, e ela confiava nele.

Ela tinha muita confiança nele. E todos sabem que ela não sabia, e poucos sabiam, que ele já estava em um processo de conspiração, porque ele, como tinha informações privilegiadas – inclusive informações de Estado, em conluio com o Cunha –, planejava um ato, e o Cunha entrava com as pautas-bombas para inviabilizar o País. Já havia ali uma conspiração montada. Por quê?

Vejam que, aqui, a oposição vem tentar achar um crime para a Presidente Dilma, e ele navega, porque não acha, não tem, é abstrato. As mãos dessa mulher até agora não estão maculadas na corrupção. Como os conspiradores Temer e Cunha poderiam tirá-la? Ora, enfraquecendo o Governo dela, estagnando o Governo, paralisando o Governo, e, nesse ponto, foram maquiavélicos, foram professores, PhDs. Estagnaram o Governo com as pautas-bombas, pois o Governo não tinha maioria, e era Temer que tinha que ter feito a maioria aqui dentro. Todos sabem que as votações aqui não andavam e não andam porque o Governo nunca teve maioria absoluta nem aqui nem na Câmara, e cabia ao Temer montar essa maioria, cabia a ele. Mas ele habilidosa e maldosamente, conduziu este País para a estagnação, e, ao estagnar, ao Governo não colocar em ação as suas proposições e as medidas cabíveis, a Presidente começa a cair na sua popularidade, a Presidente começa a perder o apoio popular, e a caça ficou fácil. Mesmo assim, eles continuariam sangrando esse Governo e a Presidente Dilma, mas o Cunha queria mais do que isso.

Ele não queria ser envolvido na Comissão de Ética e disse: “Se o PT não me apoiar, o *impeachment* anda.” Aí, veio a chantagem, já explícita e pública, porque todo mundo sabia. E ele dizia isto: “Ou anda, ou anda, ou o PT me apoia, ou *impeachment* anda.” A mídia já dizia isso, Senador João Capiberibe. A mídia já dizia isso, e o fato aconteceu: o PT não apoiou, e o *impeachment* andou. Um *impeachment* de vingança – um *impeachment* de vingança! É o quadro hoje que nós vivemos.

Por isso é que eu não tinha ainda falado isso na tribuna, porque a própria Presidenta ainda não havia... – já lhe dou o aparte –... externado, e eu achei que isso era uma conversa informal. E assim eu mantive. Mas como foi dito aqui: “Dilma acusa Temer de conspiração”, eu me senti à vontade para revelar esse diálogo que eu tive com ela. E ela me dizia que o grande arrependimento foi ela ter confiado no Temer, em todos os sentidos.

Muito bem. E o que ele faz hoje para cassar a Presidente Dilma? Ele, primeiro, pula fora. Quer fazer um aparte? Não?

O Sr. Magno Malta (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone.*) – Deixo V. Ex^a discorrer.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Obrigado.

Primeiro, eles pulam fora. O PMDB pula fora. E, agora, ameaça expulsar. O PMDB ameaça expulsar quem não votar a favor do *impeachment*! Olhe como eles começam a usar a mão de ferro – a mão de ferro! Começam a bater na democracia com a mão de ferro: “Ou vota, ou vota, ou vota!”

Mas Temer vai mais adiante. Começa a surgir e a se fortalecer, Senador Magno, no Brasil, a ideia de uma nova eleição para Presidente. Aí, o Temer: “Epa! Nós estamos há um ano e pouco aqui sangrando este Governo! Não! Não! Não! Nova eleição não está na Constituição, e crise política se resolve com jeitinho.” Jeitinho? “Crise política se resolve com jeitinho...”. Temer diz isto aqui: “Com jeitinho.”

E o Renan pulou lá fora: “Epa! Crise política se resolve com a Constituição. Temos que acabar com essa história de jeitinho.” Aí, o Temer disse: “Eita, o Renan não caiu na minha isca, não. Vou para lá. Vou voltar para o Cunha, para o braço direito do Cunha.” Aí, no *timeline* do grupo do WhatsApp, o Sr. Eliseu Padilha, que está aqui já como Ministro, a raposa voltando para o galinheiro, fez aquele vídeo dele às 10 horas, e, em seguida vazou.

O que ele percebeu? Que o povo não o queria. O povo queria uma mudança e quer. E aí já caía a popularidade dele. Ele foi, gravou uma fala, uma fala para a Nação como se o impedimento já tivesse acontecido.

Brasil, me ouve aqui! Olha o que faz o conspirador! Ele faz uma fala para o Brasil mentindo, prometendo manter os programas sociais, prometendo fortalecer a micro, a pequena e a grande empresa, prometendo dar a Petrobras, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica para o capital estrangeiro. Eles querem mesmo é se livrar da Lava Jato, porque estão até o pescoço.

Aí eles resolveram, Cunha, o homem forte... Imagina, Brasil, Brasil, imagina tirar uma Presidenta, a primeira Presidenta mulher do País, com mãos que não estão envolvidas na lama, deixando apurar tudo, Polícia Federal, Ministério Público, a Justiça andando, afogando a corrupção! Aí o Cunha, aquele homem probo, honesto, que está ali...

Eu queria que V. Exª ficasse aqui porque sempre tem me orientado, balizado o nosso discurso. V. Exª me inspira. Eu gosto de ver V. Exª sentado aí. Fique sentadinho um pouquinho.

Olhem o que Cunha fez: recusou-se a depor na Polícia Federal na Operação Lava Jato.

Brasil, olha aqui! É aqui? É nessa? É naquela de lá. Foca aqui, olha aqui. Cunha não vai; a Polícia Federal chama, e ele não vai. Se fosse o Lula, iam 200 policiais federais buscá-lo na marra, e ele ia, porque ia ou ia. Mas é o Cunha, que está acima da lei.

Ei, Supremo Tribunal! Ei, Janot, acredito em você! Cunha não vai, não! Não vai, mas Cunha ainda está mais forte. Sabe por quê? O Roberto Jefferson, que voltou a pisar no Congresso depois de cumprir pena do mensalão – o homem-bomba do mensalão –, chegou lá e olha o que disse.

O Sr. Magno Malta (Bloco Moderador/PR - ES) – Ele e José Dirceu. José Dirceu está preso.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Pois é, ainda não está livre; os dois.

O que disse Roberto Jefferson? “Eduardo Cunha,...”

Você sabe, hoje, o mundo da igreja gosta muito do Senador Malta, e, assim, em cada área que você está há um líder.

O Sr. Magno Malta (Bloco Moderador/PR - ES) – Gosta de V. Exª também.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Adoram, e eu os adoro. Mas V. Exª...

Já concedo o aparte, só para não perder o raciocínio.

Roberto Jefferson, saindo de cumprir pena do mensalão...

O Sr. Magno Malta (Bloco Moderador/PR - ES) – Jefferson Peres já morreu, é Roberto Jefferson.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Roberto Jefferson!

Roberto Jefferson pula de lá e diz: “Ei, Cunha, Cunha, você é meu herói.” Imagina! “Quero uma fotografia autografada.” Aí, pega o PTB, um Partido de história, que representa a figura de Getúlio Vargas, e coloca para apoiar.

Com a palavra o Senador Magno.

O Sr. Donizeti Nogueira (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador, só para dizer o seguinte: o companheiro José Dirceu também já estaria livre, ocorre que a Lava Jato o acusa de ter articulado a quadrilha na Petrobras, sendo que a quadrilha, pelos delatores, foi denunciada desde 1995, quando o PT não estava no governo e o Zé Dirceu não tinha relação com a Petrobras. Ele está preso indevidamente, ilegalmente, neste momento, porque é um homem sério e um homem que tem uma folha de contribuição muito grande para este País. Segundo: quanto à questão da corrupção na Petrobras, o Ricardo Boechat fez uma matéria, Senadores, em 1989, e ganhou um prêmio de comunicação sobre denúncia de corrupção na Petrobras. O Paulo Francis, em 1995, denunciou a corrupção na Petrobras, foi processado pelos dirigentes e condenado a pagar, eu acho, US\$300 mil, e, segundo os amigos dele, isso o levou à morte. Então, a corrupção na Petrobras não é obra dos governos do PT, começou lá atrás. Agora, o Governo do PT, ao contrário do que possam querer, está trabalhando na apuração. São os procuradores que estão dizendo que não há interferência na Polícia Federal, não eu. E dizem que, nos governos que não eram do PT, eles eram impedidos de trabalhar. A Polícia Federal também já disse isto: nos governos do PT, do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, não houve interferência nem na Polícia Federal e nem no Ministério Público, mas afirma que houve nos outros governos. Então, eu me inscrevi aqui para dizer que o companheiro José Dirceu, hoje, não está liberado daquela pena imposta em face de um expediente que não existe na legislação brasileira, que é a teoria do domínio do fato. Uma ministra, no seu voto, disse: “Não tenho nada que prove o crime do José Dirceu, mas vou condená-lo porque a literatura me permite.” Então, é isso. Eu me inscrevi mais para dizer do companheiro José Dirceu, que está sendo vítima de perseguição, porque é um homem que ajudou a contribuir muito para derrotar a direita neste País.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco Moderador/PR - ES) – Senador Telmário, obrigado pela consideração do aparte. Eu ia sair para tomar a vacina, e V. Exª não deixou. Pedi para remarcar minha vacina porque estou com medo de

gripar. Dizem até que chegou uma paulista em Salvador, agora, desceu, chegou ao ponto de táxi e falou com o taxista: “Como está a gripe aqui na Bahia?” E havia um bêbado do lado, que falou: “Aqui está empatado.” Ela perguntou: “Por quê?” E ele: “H1N1”. É, assim é fácil. (*Risos.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Magno, na Bahia não acontece isso; foi em outro lugar.

O Sr. Magno Malta (Bloco Moderador/PR - ES) – Lá na Bahia está empatado. Minha Bahia. Aqui também está empatado, não é? Em Roraima também?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Aqui está empatado.

O Sr. Magno Malta (Bloco Moderador/PR - ES) – Senador Telmário, estávamos conversando aqui, informalmente, eu estava conversando com o Senador aqui também e disse que eu entendia plenamente e que não queria apartear mais quem está na Base do Governo. Eu falei até com V. Ex^a disso. E quando eu lhe pedi aparte, falei até brincando, eu estava rindo. Mas essa história de... Quando precisava o Governo, eu dizia: eu estou muito a cavaleiro. Porque, no primeiro mandato do Presidente Lula, eu cruzei este País “dessatanizando” o Lula. Eu, Walter Pinheiro, eu fiz um pouco mais. No segundo mandato, também. E no primeiro mandato da Dilma, eu morei 29 dias dentro de um jato. Eu falava de cinco a oito vezes por dia. Fui ao Estado do Senador Capiberibe para ajudá-la – nosso querido Camilo estava no segundo turno, pude participar do segundo turno da campanha do Camilo –; estive em Rondônia para uma grande reunião com lideranças religiosas e o segundo turno do candidato do PMDB; em Mato Grosso; em Mato Grosso do Sul. O senhor imagine falar de cinco a oito vezes por dia e ficar comendo comida de avião 29 dias. Então, eu não jogo conversa ao vento e eu tenho o maior respeito às pessoas, porque é a regra de conviver, de boa convivência. Mas não me sinto incluído nessa história de golpe. Eu tenho convicções plenas sobre isso, como respeito aqueles que dizem que não, que não há crime. E quando V. Ex^a diz que a mulher tem as mãos limpas, quem sou eu para dizer que não. Não estou dizendo que ela bateu carteira. Eu nunca disse que ela atropelou alguém bêbada no trânsito, fez um crime no trânsito ou mandou matar alguém. Não é nada disso. V. Ex^a foi vereador, como eu. Poucos são os vereadores que viraram deputados e senadores depois. Deputados, sim, mas Senadores são poucos. V. Ex^a foi vereador, eu também fui, e nós sabemos que, quando o prefeito manda o orçamento, somos nós, vereadores, que votamos o orçamento do Município. E depois, se ele quiser suplementar, se não tiver dando para cumprir com as despesas e ele pedir mais um pouquinho, é a Câmara que tem que suplementar para ele, porque, se ele fizer por conta própria, o promotor da cidade o denuncia e o juiz o afasta. Pronto, guardando-se as devidas proporções, está explicado. Essa é uma pedalada de velocípede, porque, lá no Município, são aqueles velocípedes antigos e tal. Eu tenho convicção disso. Não estou dizendo que ela tem o nível de criminalidade de Eduardo Cunha; muito pelo contrário. Muito pelo contrário! Mas Cunha já é problema da polícia, é problema do STF. Quando V. Ex^a diz que o Temer – também não tenho procuração, não sou nem do PMDB, então fico a cavaleiro – falou que dava um jeitinho e ainda fez assim com o dedo... “Ah, para poder tomar o poder, dá-se um jeitinho.” Tudo bem. Mas nós vemos, do outro lado, ela dizer assim: “Não; o jeitinho não é assim, não, rapaz! O jeitinho é dando cargo. O jeitinho é chamando para assumir diretoria”. Esse jeitinho... Estão chamando um por um. E V. Ex^a vai lá não é porque V. Ex^a é de um por um. V. Ex^a está na Base do Governo desde que chegou aqui. E V. Ex^a nunca gaguejou. V. Ex^a está na Base, V. Ex^a defende. Aliás, eu teria a ousadia de dizer que, se juntarmos todos que defendem aqui, isso não dá metade de V. Ex^a. E isso é honrado. V. Ex^a tem mais meu respeito ainda por isso. Já conversamos sobre isso. Agora, a fala do Temer, aquele áudio, Senador, que vazou, ele foi feito para ser vazado. Ele foi feito para ser vazado! Não há ninguém inocente. Ninguém grava o negócio e, depois, erra para bater o dedo. Desculpe! No WhatsApp, você só grava se você apertar e estiver falando com alguém. Ali, ele responde ponto por ponto o que disseram, de que eles vão tirar Bolsa Família, não sei quê. Ele foi lá e respondeu. Ora, eu não estou aqui, e as minhas convicções não são porque o Temer pode vir a ser o Presidente no lugar de Dilma. Não! As minhas convicções são a partir dessas pedaladas mesmo. Não estou falando que ela bateu carteira nem assaltou nenhum banco. Eu só estou dizendo que acredito nisso. Porque este País tem – e o seu Estado tem – centenas e centenas de prefeitos, gente de bem, de Município pequeno, que tinha uma farmácia no Município, tomou conta do filho de todo mundo, criou o filho dos outros, dando remédio, era o pediatra de todo mundo; depois virou prefeito, porque o povo quis; e em seguida virou ficha suja, hoje é criminoso, porque pegou o Município inchado, não conseguiu pagar a folha de pagamento, tirou dinheiro da educação para pagar salário, e o Ministério Público o afastou. E ele virou criminoso, mas nunca matou ninguém. É disso que estamos falando. Ela nunca matou ninguém. Não estou falando nada disso, nem a estou comparando com o Cunha. Muito pelo contrário! Nem estou em conluio de Cunha nem em conluio, junto de Cunha, com o PMDB, com o Temer; nada disso! Em absoluto! Eu só estou dizendo que a população brasileira entenda. Que a população brasileira entenda. E eu disse ao Senador Ricardo Ferraço – e V. Ex^a é um homem lúcido –: Eles votaram contra a Constituição, votaram contra o real e votaram contra a Lei de Responsabilidade Fiscal. Eu entendo V.

Exª quando faz a defesa pessoal da Presidente Dilma, o PT... Olha, o Paulo Rocha chegou procurando confusão comigo aqui, sem olhar para mim. Disse que veio marcar em cima. (*Risos.*) E é bom que tenhamos esse *fair-play* aqui, a brincadeira, rindo um com o outro, para que se entenda que eu respeito a sua posição, você respeita a minha; eu respeito o Paulo, o Paulo me respeita; eu respeito o Capiberibe, ele me respeita. E as nossas posições políticas, o que nós defendemos e aquilo em que acreditamos não têm nada a ver com a nossa relação pessoal. Nós somos amigos. Acho que isso é muito importante. Por isso, eu agradeço a V. Exª ter me concedido esse aparte. E se há alguém que defende com garra o Governo da Presidente Dilma – que me perdoem os partidários dela –, V. Exª é o número um.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Obrigado, Senador Magno. O discurso de V. Exª é sempre um discurso de reflexão.

Uma vez eu estava presidindo esta Casa e V. Exª fez uma fala envolvendo os filhos do Lula, etc. Acho que foi um dos vídeos mais vistos e mais curtidos nas redes sociais, apartes, etc. Então, fico grato.

Eu acho que a boa convivência democrática é isto: o contraditório, a exposição, o respeito. As pessoas vão aqui mantendo ou fazendo seu juízo. E, claro, V. Exª colocou algumas coisas que acho interessante comentar antes de passar a palavra para o Senador José Medeiros, por quem tenho muito carinho e respeito.

V. Exª falou em moeda de troca. Muito bem. As quatro moedas de troca do golpe. O que o Deputado Aliel Machado, da Rede, disse ontem, em entrevista, é o que eu tenho ouvido de todos os Deputados dos partidos da Base: que Eduardo Cunha e Michel Temer estão oferecendo de tudo pelo voto do golpe. Aliel não topou e foi escandalosamente ameaçado pelo chefe da quadrilha, Sr. Eduardo Cunha. Ele relata que ouviu de Cunha, na sala da Presidência, que o Temer sendo Presidente, ele, Aliel, não poderia mais andar em Ponta Grossa, cidade onde pretende disputar eleição para prefeito. Ameaça escancarada! Um absurdo isso. Um absurdo isso. O que tenho ouvido é assustador!

O Sr. Magno Malta (Bloco Moderador/PR - ES) – Ele deveria ir à Polícia Federal pedir segurança.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – E as conversas de bastidores são explícitas. As moedas do golpe são quatro: os cargos, as verbas, as ameaças e a blindagem! Ei, Brasil!

Olha lá as moedas de troca do golpe! Eu vou repetir para você que estava descuidado. Preste atenção. Olha lá as moedas de troca do golpe. Vamos lá: primeiro, cargos públicos; segundo, as verbas; terceiro, ameaça – ou vai, ou vai, nem andar na cidade não pode mais –; quarto, a blindagem! Ei, Lava-Jato, se a Dilma cair, ó, acabou, acabou! Aí vai, com outras coisas mais absurdas aqui colocadas, que é o que está acontecendo hoje, para tentar consumir o golpe.

Mas olha o que diz o Presidente desta Casa, o Senador Renan Calheiros, quando foi pedido o *impeachment* do Ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal. Disse Renan: “Não podemos ser levianos com a democracia, não há justa causa”. Não podemos ser levianos com a democracia, não há justa causa! Foi o que disse o Senador Renan Calheiros – que é o freio do Temer, de vez em quando –, quando mandou arquivar o *impeachment* porque não via uma justa causa. Inclusive, porque o cara que entrou com o *impeachment* do Ministro Marco Aurélio se esqueceu de colocar – eu acho – o título de eleitor ou coisa dessa ordem na petição.

Mas vamos lá, além das ameaças, dos cargos, da blindagem, etc., quem são os parceiros? Ei, trabalhadores brasileiros, vocês já viram aquele patão que a Fiesp colocou e aquele monte de pato, já viram? Pois bem, está aqui ele: o pato de Troia. Está aqui: o pato de Troia. Olha aqui ó. O golpe é contra você, trabalhador: a privatização, o fim da CLT, o fim do SUS, a entrega do pré-sal, a terceirização. Estão vendo? Eles não vão pagar o pato; quem vai pagar o pato são vocês. A Fiesp está dizendo que não vai querer mais pagar o pato, por isso, apoia o golpe. E, assim, deixa de pagar o pato, as férias, o 13º, o Fundo de Garantia; terceiriza, vende a Petrobras, não paga nada, nem o pato, nem mais nada, trabalhador.

Agora, Sr. Presidente, olha essa aqui. Os possíveis Ministros...

Senador José Medeiros com a palavra.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senador Telmário Mota, muito obrigado pelo aparte. V. Exª dizia há pouco, e de forma muito categórica V. Exª vem sempre defendendo a Presidente Dilma, defendendo o PT, aliás eu tenho dito que V. Exª tem sido mais petista que os petistas. Mas temos que também fazer o contraponto. A Presidente Dilma não foi desconstruída, Senador Telmário Mota; a Presidente Dilma se construiu, e se desconstruiu sozinha. Ela se desconstruiu no momento em que o marqueteiro errou na dose. Talvez por medo de perder a eleição, por uma campanha acirrada, o João Santana fez uma peça digna de Francis Ford Coppola, digna dos mais renomados diretores de Hollywood, e construiu realmente uma ilusão para o povo brasileiro. E a população embarcou com vontade. Eu me lembro de que eu já era da oposição, mas assisti a um dos programas do Partido dos Trabalhadores e fiquei admirado de ver a qualidade daquele filme. Eu falei: se isso for verdade, nós estamos bem. Não há problema a Presidente Dilma ganhar, porque o País vai estar bem. Acontece que essa grande desconstrução da Presidente Dilma não é competência da

oposição, quem dera fosse, quem dera se a oposição tivesse essa competência toda. Aliás, a Presidente Dilma estaria muito bem, porque uma oposição forte significa um governo forte. Quanto mais forte a oposição, mais fortalece o Governo, porque o Governo começa a achar os erros todos e começa a corrigir. Mas a Presidente Dilma foi desconstruída pela expectativa frustrada, essa é a grande verdade. O ilusionista João Santana, como disse bem o Senador Magno Malta, frustrou a expectativa dos brasileiros. Ele vendeu aquilo lá, e depois não teve como entregar. E não há coisa mais frustrante que isso. E ontem, se não me engano, foi também o Senador Magno Malta, talvez o mais espirituoso Senador que há aqui, que falou que o aconteceu com isso foi que para o brasileiro foi como se ele tivesse feito uma compra na internet, nesses sites fajutos, e recebeu um tijolo em casa. Isso é a grande birra. A oposição não teve competência, e não tem, em que pese eu fazer parte da oposição, mas temos que fazer esse mea-culpa, nós não temos esse poder de levar esse tanto de gente para as ruas, não. Essas pessoas estão muito revoltadas. Quanto aos crimes, V. Exª tem todo o direito, e o faz com muita propriedade, assim como o Advogado-Geral da União, e seria diferente e estranho se não dissessem isso, todo acusado geralmente diz que é inocente. Eu trabalhei muito tempo na polícia, e eram poucas as vezes em que as pessoas confessavam os crimes que tinham cometido. Sobre o crime e a confusão que tentam fazer, eu nem vou tecer muitos comentários, porque falar após o Senador Magno Malta é difícil, porque ele já fala tudo, e fala com muita clareza. E ele disse justamente sobre isso, não se pode confundir o crime de responsabilidade, uma infração orçamentária, com os crimes do Código Penal. Eventualmente pode até um virar o outro, mas, neste momento em que se fala sobre a Presidente Dilma, há poucos dias, o Prof. Luiz Flávio Gomes, em referência ao jurista Damásio de Jesus, dizia justamente isso: crime de responsabilidade é uma infração política. E ele dizia que não deveria nem ser chamado de crime, para não se confundir com a legislação penal, mas é uma infração política, e está esculpida lá na lei, e constitucionalmente, quando se fere, isso dá... Mas isso já foi repisado e com certeza nós vamos tratar desse tema quando chegar aqui. Agora, eu vi uma argumentação agora há pouco de que o PT não inventou a corrupção. Senador Magno Malta, V. Exª que sempre trata desse tema aqui, eu diria que dizer que o PT não inventou a corrupção, para justificar tudo o que está acontecendo, eu acho que é a mesma coisa de dizermos que o Fernandinho Beira-Mar não inventou a cocaína e por isso não deveria ser punido. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Dizer que houve pedaladas em outros governos não é verdade. O Presidente Lula não fez pedalada, o Presidente Fernando Henrique não fez. Quem disse isso foi o próprio Tribunal de Contas da União. Mas, como disse, para o bem do bom debate, V. Exª tem feito uma boa defesa, mas eu digo que é muito duro recalcitrar contra os aguilhões, porque, realmente, neste momento, a defesa da Presidente Dilma é como bola de Rogério Ceni, é no ângulo. Muito obrigado, Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Obrigado, Senador José Medeiros. V. Exª, sem nenhuma dúvida, é um brilhante Senador. Orgulho-me de ter entrado nesta Casa junto com V. Exª, tem feito aqui um grande destaque, mas eu gostaria de fazer algumas correções.

Defender o Governo da Presidente Dilma não é defender o PT, não, para isto temos o Senador Paulo, que é o Líder e tem que defender. Eu defendo o Governo Presidente Dilma. E por que eu defendo?

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – V. Exª está correndo.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – E por que eu defendo o Governo da Presidente Dilma? Porque é um Governo de coalizão. Um Governo de vários partidos no qual o meu está incluído.

(Soa a campanha.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – E mais do que isso, ninguém fez pelo meu Estado o que a Presidente Dilma fez – ninguém fez! Nós sabemos que, por exemplo, o Senador do Mal, que tanto explorou todos os governos, desde o de Fernando Henrique Cardoso, Lula e tal, foi Líder de tudo aqui, ele colocou uma peça em Roraima chamada Parque do Lavrado. Era uma reserva...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Não, é o do mal, é o Senador do Mal. E aí ele fez uma reserva no nosso Estado, e essa reserva prejudicava juridicamente os produtores.

E a Presidente Dilma foi duas vezes ao meu Estado, um Estado pequeno. E ela mudou, tirou do decreto esse Parque do Lavrado, e, com isso, livrou a questão fundiária do meu Estado, que hoje é um Estado... E eu quero aqui convidar, quando os Senadores tiverem dinheiro sobrando, podem investir no nosso Estado, porque ele está lá de portas abertas, e é um Estado importante.

O Sr. Magno Malta (Bloco Moderador/PR - ES) – Ela tirou o parque, porque o parque era uma mentira “deslavrada”?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Era parque “deslavrado”.

(Soa a campanha.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Era “deslavrado”, era um parque “deslavrado”, colocado por quem não tem competência e por quem queria cada vez mais deixar o Estado de Roraima engegado.

A energia de Tucuruí estava parada numa reserva indígena havia quatro anos. Eu, no primeiro ano, consegui, com a Presidente Dilma, levar ao meu Estado. E ela destravou essa licença ambiental e indígena, e já está chegando a energia, acho que nos prazos que deveria chegar, dois anos e pouco.

Então, ela fez pelo meu Estado o que nenhum outro presidente fez, fora casas, creches, PAC 1, PAC 2, tudo que foi colocado lá. A Presidente Dilma... É Minha Casa, Minha Vida; Luz para Todos; Bolsa Família; Pronatec; Pronaf; Prouni; Fies.

Olhe, sinceramente, eu tenho muita gratidão por ela – muita gratidão por ela! São coisas que vão perder, hein? Ei, você que está me ouvindo, que recebe Prouni; Pronatec; Fies; Pronaf; Minha Casa, Minha Vida. Deixe essa quadrilha assumir para ver! Vai sumir tudo.

(Soa a campanha.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Vai sumir tudo.

Então, Senador, dê-me um tempo, por favor. Aí vamos lá.

Eu queria aqui, por exemplo, outra coisa: o Senador José Medeiros disse na fala dele que não foi a oposição. E aqui eu disse desde o início que a Presidente Dilma, eu perguntei para ela onde ela acha que errou, e ela disse que errou por ter confiado no Temer. E quero repetir que o Temer gozou de confiança, recebeu informações precisas, e ia lá, com o seu cúmplice lá, o tal de Cunha, e fazia as pautas bombas, inviabilizando e tirando a popularidade.

E aí, Senador Medeiros, é verdade, a oposição não iria botar esse povo na rua, porque a oposição não tem nem credibilidade. Foi lá hostilizada – não é? –, foi hostilizada! Entraram no carro, saíram de lá, e o povo não os queria lá, nem quer.

Repare a popularidade: em uma pesquisa, o Lula estava com 21; Marina, com 19; e o Aécio lá embaixo. Até o Bolsonaro daqui a uns dias toma a vaga, que é um fascista.

Então, é importante a gente observar que, realmente, a oposição não tem força para isso.

(Soa a campanha.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Então, já para concluir, Sr. Presidente, porque é importante. Nós estamos aqui esclarecendo à população.

Quando eu digo que não há crime, vou ler aqui. Ei, Senador do Piauí, velhinho, olha aí, olha lá. João Capiberibe, orgulho de Macapá, olha lá, foca aqui. Não fui eu que fiz.

Olha aqui: “Membros do Ministério Público recomendam a Deputados rejeitem o *impeachment*” Ei, não fui eu. Ministério Público. O que ele diz aqui? Vamos lá:

Em nota divulgada nesta quarta-feira, integrantes do Ministério Público de vários Estados brasileiros conclamam os Deputados Federais a votarem, no dia 17, contra o processo de *impeachment* [do golpe] da Presidenta Dilma Rousseff. Na opinião daqueles que assinam a nota, não foi comprovada a prática de crime de responsabilidade...

Ei, ei, os caras que estudaram, os caras que fiscalizam em nome do povo estão dizendo aqui. Senador Paulo, que bem representa o Pará, olha o que o Ministério Público diz aqui:

Na opinião daqueles que assinam a nota, não foi comprovada a prática de crime de responsabilidade pelo relatório da comissão. Para os signatários, prefeitos e governadores também se utilizam da mesma prática que embasa o pedido contra Dilma.

Então, é jogar para a plateia.

Mas, concluindo, olha lá, você que está me ouvindo, Brasil: saíram aqui os possíveis Ministros. Deus o livre! Vamos lá! Ministro da Saúde: José Serra. Não. Aqui está das Minas e Energia. Hoje o Temer já mudou.

Ministro das Minas e Energia: José Serra. Vai entregar a Petrobras, vai entregar tudo, que é o que ele quer fazer. Ministro da Educação: Jair Bolsonaro. O professor vai apanhar feito louco com esse homem. Ministro do Trabalho e Emprego: Paulinho da Força. Vão roubar tudo. Ele já rouba o sindicato. Vai lá! Ministro das Relações Exteriores: Fernando Henrique. Agora, ele não manda mais dinheiro. Ele já vai deixar *in loco*. Ele é Ministro das

Relações Exteriores. Já leva o dinheiro para a namorada. Ministro da Cultura: Alexandre Frota. Eu vou parar, porque aí já começa vídeo pornô no Ministério da Agricultura.

Então, isso é brincadeira! Vocês já viram de quem esse homem está rodeado?

O Sr. Magno Malta (Bloco Moderador/PR - ES) – Senador, assim V. Exª desmoraliza a sua fala, o seu discurso.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Deixe-me só concluir.

Epa! Não sou eu não, Senador. Olha aqui, ó!

O Sr. Magno Malta (Bloco Moderador/PR - ES) – Mas isso é deboche. Isso é piada. E V. Exª sabe que é. Isso depõe contra V. Exª.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Estou repetindo nada que é meu. Estou botando...

(Soa a campanha.)

O Sr. Magno Malta (Bloco Moderador/PR - ES) – Eu lhe tenho respeito. V. Exª vem falando coisa com coisa, vem defendendo a sua posição.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu estou falando a mesma coisa.

O Sr. Magno Malta (Bloco Moderador/PR - ES) – Mas um troço desse é um deboche absolutamente infundado, Senador Telmário, com todo o respeito que eu lhe tenho. Isso aí descaracteriza o seu pronunciamento e depõe contra V. Exª.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Pronto. É assim: quando veem a coisa pegando, dói! Viu?

Cuidado, Brasil! Cuidado! Deboche é botar o Cunha como Presidente. Deboche é botar o Temer, que está citado em corrupção! Deboche é você tirar uma mulher que foi eleita democraticamente, que tem as mãos limpas, e que hoje pode ser substituída por um monte de homem corrupto.

Acorda, Brasil! Acorda, Brasil!

(Durante o discurso do Sr. Telmário Mota, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wellington Fagundes.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – A Presidência gostaria de convidar...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Antes de conceder pela ordem, eu gostaria apenas de registrar a presença neste plenário do nosso companheiro Cleber Ávila, que é atual Superintendente da Sudeco, a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro; bem como também da Prefeita Bett Sabah, do Município de Rondolândia, no Estado do Mato Grosso. Trata-se de Município que foi criado em 1988, desmembrado do maior Município do Centro-Oeste, Município de Aripuanã, e que está a 1,1 mil quilômetros da nossa capital Cuiabá. Aliás, para chegar a Rondolândia, há que se ir de automóvel, de carro até Rondônia para, depois, chegar a Rondolândia. Então, é uma cidade muito distante, que tem uma mulher como Prefeita extremamente destemida. E eu quero parabenizá-la e também agradecer a sua visita ao Senado.

Pois não, Senadora.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria apenas fazer um registro a esta Casa que eu julgo da maior importância. Primeiro, quero parabenizar o Senador Telmário pelo pronunciamento que fez desta tribuna. Em segundo lugar, quero dizer que, semana passada, eu ocupei a tribuna para falar sobre o indiciamento que a Polícia Federal tinha feito a meu respeito em um inquérito que tramita no Supremo Tribunal Federal.

Fiz um discurso longo aqui falando do processo e falando do indiciamento. E disse que iria recorrer desse indiciamento, porque ele não encontrava amparo na Constituição. Entrei com o processo, o Senado da República entrou como amigo da causa também, alegando a inconstitucionalidade. O Ministro Teori Zavascki pediu ao Procurador-Geral da República para dar parecer a esse nosso pedido.

E eu gostaria, pela relevância que tem o parecer que o Ministério Público, o Dr. Rodrigo Janot, ofereceu hoje ao Ministro Teori Zavascki, sobre o nosso pedido, eu gostaria de ler pelo menos um trecho, porque acho de grande relevância.

Diz aqui o Dr. Rodrigo Janot: “Calha destacar, ainda, que já houve manifestação da Procuradoria-Geral da República na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.073, a respeito do ato de indiciamento.” Diz ele:

Para a ação penal, indiciamento é o ato juridicamente irrelevante e total, absoluta e completamente dispensável. Qualquer neófito em Direito sabe que somente se consolida a relação processual penal para cada acusado se houver denúncia do Ministério Público e se esta for recebida.

Fere o princípio da proporcionalidade impor elaboração de ato fundamentado de indiciamento, porquanto isso servirá só para gerar estigma completamente inútil para qualquer cidadão investigado e para dar ares de decisão judicialiforme à análise de delegado de polícia, desviando-o de sua função de investigador de crimes, sem, com isso, gerar benefício algum para a investigação, muito menos para o processo criminal.

Segue ainda o Procurador-Geral da República:

O ato de indiciamento não possui utilidade, presta-se apenas a estigmatizar o cidadão investigado. Não traz esse ato consequência relevante em benefício da persecução penal, tem como resultado principal prender rótulo ao investigado, que passa à categoria de indiciado, sobretudo quando a imprensa se interessa pelo caso.

São incontáveis e quase diárias as notícias em que jornais e outros veículos dão grande destaque ao indiciamento de fulano ou sicrano, como se o ato possuísse alguma consequência jurídica. Ainda pior, muitas vezes, policiais empolgam-se com o interesse jornalístico e proclamam a provável pena do indiciado, sem que o Ministério Público nem mesmo tenha decidido oferecer denúncia.

Diante disso [concluiu o Procurador], que seja a admitida a intervenção do Senado Federal na qualidade de amicus curiae e, no mérito, porque incompatível com o sistema acusatório e, especificamente, com o rito dos inquéritos que tramitam perante o STF, com violação de sua competência, seja reconhecida a nulidade do ato de indiciamento.

Então, quero dizer isso, Sr. Presidente, porque V. Ex^a, Senador Paim, estava presidindo quando fiz meu pronunciamento. Eu disse que iria recorrer. Eu não podia deixar de tornar público esse parecer do Procurador-Geral da República e, inclusive, os termos que ele coloca, dizendo que o indiciamento não possui utilidade jurídica e serve apenas para estigmatizar o cidadão investigado.

Então, é com grande alívio que comunico a esta Casa que o indiciamento feito pela Polícia Federal no caso da minha investigação obteve parecer de nulidade pelo Procurador-Geral da República.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Durante o discurso da Sr^a Gleisi Hoffmann, o Sr. Wellington Fagundes deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Gleisi Hoffmann! De fato, eu estava aqui. Não fui só eu, mas diversos Senadores prestaram toda a solidariedade a V. Ex^a. Agora, essa posição deixa claro que V. Ex^a estava no caminho correto.

Com a palavra, o Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim; Srs. Senadores; Sr^{as} Senadoras; ouvintes da Rádio Senado; telespectadores da TV Senado, eu gostaria, antes de começar a me manifestar – aliás, esta é a quarta vez que venho à tribuna para falar sobre a crise política, sobre a crise econômica e sobre a crise ética que maltrata muito a sociedade brasileira –, de fazer um pedido para que guardem este registro que estou fazendo aqui, para que possamos continuar conversando nas próximas semanas, porque tudo que se fala aqui, certamente, terá desdobramento futuro.

O *impeachment* é a estratégia do confronto, não resolve a crise, mas, pelo contrário, torna-a mais grave e, qualquer que seja o desfecho do domingo, dia 17 de abril, aprofunda a divisão na sociedade, esgarça o tecido social, provoca ressentimentos e potencializa o sectarismo político. Falo com independência, Sr. Presidente Paim, com absoluta independência e com responsabilidade, ancorado em experiência vivida e sofrida em situação semelhante.

Quando falo na polarização, eu gostaria de adiantar aqui uma preocupação com o que vai acontecer no domingo. Milhares de pessoas se concentrarão em frente ao Congresso Nacional, e, pelo grau de sectarismo político e de desavença, que inclusive está mexendo com as famílias, na relação de amizade entre as pessoas, nós teremos o imponderável no próximo domingo.

Mas eu gostaria de insistir e repetir: estou livre e independente para me posicionar.

No Amapá, no meu Estado, todos sabem que, para agradar o Senador José Sarney, que patrocinou a cassação dos nossos mandatos – quando falo dos nossos mandatos, falo do meu mandato de Senador e do da

Deputada Janete Capiberibe, como Deputada Federal –, houve a acusação feita pelo PMDB de que teríamos comprado dois votos por R\$27,00 cada, pagos em duas prestações. Essa é a acusação, é isso que está no acórdão do Tribunal Superior Eleitoral. Esse acórdão eu mandei emoldurar, para colocá-lo na parede da minha sala, como lembrança do que foi a Justiça no meu País em determinado momento da história.

Olhem, nos mandatos do Partido dos Trabalhadores, tanto da Presidente Dilma como do Presidente Lula, fomos totalmente excluídos de suas relações políticas. E nós tínhamos uma história de parceria, de luta comum e de companheirismo desde o final dos anos 80, mas, a partir do governo Lula, nós terminamos completamente excluídos. Nós fomos tratados como adversários a serem eliminados. No Amapá, Sr. Presidente, todos lembram, em 2010, o Presidente Lula pedia voto aos nossos adversários, pedia voto para o Senado, para o então candidato Waldez Góes e também para o candidato Gilvan Borges.

Relembro esses fatos para lhes dizer que o *impeachment* aprofunda a crise econômica e ética, e, infelizmente, para a nossa tristeza, estamos percebendo apenas seus primeiros sintomas.

O caminho do confronto só interessa aos que disputam o poder pelo poder, sem qualquer compromisso com a Nação. Para evitar a mais profunda e grave crise social da nossa história, precisamos desarmar os espíritos, dialogar e pactuar uma saída onde, certamente, todos perderão, mas perderão por igual.

Aqui, empresários e trabalhadores, certamente, terão grandes prejuízos e estão tendo. São milhões de desempregados. Há milhares de empresas falindo. Eu tive informação de uma reunião com um dos grandes empresários de *shopping center* brasileiro, com o Presidente Renan Calheiros e com mais dez ou doze Senadores, em que se anunciou um corte que corresponde a algo em torno de 30% dos *shoppings* que serão fechados até o final do ano. Então, de fato, é uma crise que só começa a mostrar os seus sintomas no presente e que se vai agravar.

É necessário que as partes se entendam. Acho que, em vez de nos digladiarmos, seria importante incentivar a Presidente Dilma e o Vice-Presidente Michel a sentarem à mesa, para os dois apresentarem uma solução negociada para o País. O caminho do confronto não é alternativa, é um salto no escuro, é uma aventura que pode terminar com final trágico.

No entanto, Sr. Presidente, domingo se aproxima, e nós temos de tomar uma decisão. Nós temos de fazer uma opção, e, quanto à opção de domingo, não há uma terceira escolha, só há duas escolhas: ou se vota com Dilma, ou se vota com Temer; ou se apoia o *impeachment*, ou se é contra o *impeachment* da Presidente Dilma.

Aqui quero deixar claro, pela nossa história, pela coerência de nossa vida pública, que não poderíamos votar a favor do *impeachment* da Presidente Dilma por algumas razões. É verdade que tanto a Presidente Dilma como o Vice-Presidente Michel Temer estão rejeitados pela sociedade brasileira. A última pesquisa do Datafolha atribui que 61% dos brasileiros e brasileiras querem o *impeachment* da Presidente Dilma e que 58% querem o *impeachment* do Vice-Presidente Michel Temer. Mas, ainda assim, Sr. Presidente, entre uma Presidenta legítima, legitimada pelo voto popular, e um Vice-Presidente tão rejeitado quanto a Presidente, mas sem legitimidade, prefiro ficar com a Presidente legitimada pelo voto.

Por último, quero dizer que tenho acompanhado o comportamento do Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha, com muita preocupação. Senador Elmano Férrer, a primeira vez em que vi a informação, em que ouvi o noticiário da televisão em que se confirmava a existência de recursos de Eduardo Cunha em bancos suíços, pensei, preocupado, que esse cidadão iria levar o País ao caos para escapar. Isso é o que vem acontecendo. A condução do processo, incluindo o espetáculo montado para esse fim de semana, é conduzido pelo maestro Eduardo Cunha. Caso se concretize o afastamento da Presidente Dilma, caso o Senado o confirme, ele vira Vice-Presidente da República. Como Vice-Presidente da República, ele não tem condições de afastar as denúncias e as investigações que pesam sobre si. Ele quer mais do que isso. Da mesma maneira ousada com que ele construiu o caminho para o possível afastamento da Presidente Dilma, ele também vai afastar o Presidente Michel Temer e vai assumir a Presidência da República. Não tenho a menor dúvida do que estou falando. Por isso, ao começar esta manifestação, pedi as pessoas que registrassem esta minha fala, para conversarmos daqui a um ou dois meses.

Era isso, Sr. Presidente. Lamento, como agente político, como representante popular, não só ter de presenciar mas também de participar do espetáculo grotesco desse fim de semana.

É uma cena montada para a ridicularização da política, para a demonstração de que não somos competentes o suficiente para equacionar os problemas da sociedade brasileira. E aqui divido a responsabilidade com todos, e não me excludo. Eu também sou responsável pela crise que estamos vivendo.

Concedo um aparte ao Senador Donizeti.

O Sr. Donizeti Nogueira (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador Capiberibe, quero parabenizá-lo pela fala, pela serenidade, pelo caráter estadista da sua fala, que põe os interesses do País em primeiro lugar, na frente de qualquer outro interesse. Então, parabeno V. Ex^a por isso. E hoje eu já tive a oportunidade de dizer

aqui, Senador, que este País está precisando de mais políticos como Brizola, Miguel Arraes, Ulysses Guimarães, Mário Covas – já falecido, lembrado aqui pelo Senador Paim – do que de políticos como Carlos Lacerda. Tive oportunidade de parabenizar a atitude da Bancada de Senadores do PSB, aqui, no Senado, pela posição que assumiu. Era só para registrar isso. Tive oportunidade de dizer aqui hoje também que o senhor foi cassado, teve seu mandato cassado nos bastidores, não foi público, por causa de R\$25,00. O senhor disse que foram R\$27,00. Uma coisa inexplicável! Depois, revelou-se uma farsa, o que é pior ainda. Posteriormente, ouvi na imprensa que alguém tinha fabricado aquilo para o senhor. Então, parabeno novamente V. Ex^a. Isso aumenta a minha admiração pelo seu trabalho nesta Casa, pela sua serenidade, pela sua competência política. O povo do seu Estado deve estar muito honrado com o seu mandato. Obrigado pelo aparte.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado, Senador Donizeti; obrigado, Sr. Presidente.

Esclareço, Senador Donizeti, que fui cassado duas vezes na minha vida. A primeira foi uma cassação com “ç”, na época da ditadura, quando terminei preso. Passei, digamos, aquilo que tantos brasileiros passaram. Fui submetido à tortura, a todo tipo de constrangimento. E depois, na democracia, quando jamais imaginei que pudesse me ocorrer, uma cassação com “ss” pelo TSE. Foi a cassação mais rápida que já aconteceu na história da Justiça Eleitoral do nosso País. Em menos de um ano, nós tínhamos dois mandatos cassados: um de Senador e outro de Deputado Federal. Realmente, isso mostra que a Justiça Eleitoral é uma justiça política. O nome fala. Justiça Eleitoral não é uma justiça que se fundamenta apenas na questão legal, jurídica. Tem um componente político também.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Meus cumprimentos, Senador Capiberibe, pelo seu pronunciamento, com a coerência histórica de sempre.

Para uma comunicação, como Líder inscrito, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje já ficamos aqui praticamente a partir das 10 horas da manhã. Tivemos algumas audiências, voltamos. E, claro, o tema hoje, praticamente para a maioria dos Senadores, Senador Elmano, foi discutir a questão do *impeachment*. Como esta, na verdade, é uma decisão da Câmara dos Deputados, a admissão do *impeachment*, vou preferir abordar o tema na segunda-feira, na terça-feira, quando nós teremos condições de analisar a matéria após a decisão da Câmara dos Deputados. Até porque cabe ao Senado ser a Casa julgadora. A Câmara dos Deputados tem a única função de admitir a denúncia que foi feita naquela Casa.

Portanto, prefiro usar a tribuna para falar de pontos positivos que vivemos, principalmente hoje, Senador Paim, depois de uma luta muito grande, como filho de Rondonópolis, a cidade líder da região Sul de Mato Grosso, uma cidade jovem. Eu também me considero jovem, Senador Elmano. Eu estou com 58 anos, e Rondonópolis tem 62 anos. Eu tenho orgulho de, como filho daquela cidade, estar aqui representando o meu Estado.

Lá, já empreendemos várias lutas ainda antes de ser Deputado Federal, como presidente da Associação Comercial, Industrial da minha cidade. Recém-formado, com 22 anos, começamos a trabalhar o fortalecimento do *campus* da universidade federal; naquela época, principalmente a implantação do curso de Medicina Veterinária na nossa cidade. Não conseguimos, não logramos êxito naquele momento, mas conseguimos, através do tempo, principalmente depois de ser eleito como Deputado Federal, trabalhar pelo fortalecimento daquele *campus*.

Todos os anos fizemos emendas no orçamento. Agora, no governo do Presidente Lula e também no Governo da Presidente Dilma, conseguimos, através do programa de expansão universitária, fazer inúmeras obras naquele *campus* e levar muitos cursos, inclusive o último, de Medicina, para a nossa cidade. Aquilo parecia um sonho.

Hoje, nós podemos dizer que, em Mato Grosso, já temos um curso de Medicina na universidade estadual, que tem sede em Cáceres. Um curso de Medicina na jovem cidade de Sinop.

Tenho orgulho também de ter como meu primeiro suplente o Dr. Jorge Yanai, médico daquela cidade, que foi extremamente importante para que eu aqui também estivesse.

Além da cidade de Sinop, também já temos implantado o curso de Medicina na cidade de Várzea Grande, vizinha da capital, que também tem um curso de Medicina, e na cidade de Rondonópolis.

Nossa luta é exatamente pela emancipação do *campus* da universidade federal de Rondonópolis. O nosso *campus* é o mais antigo.

Essa luta já vem sendo empreendida, há muito tempo, por várias pessoas. Quero aqui dividir com todos aqueles que lutaram por esse objetivo. Quero anunciar a audiência que tive, agora há pouco, para a qual fui convidado, com o Ministro Aloizio Mercadante. Ele enviou, Presidente para Paim, para a Presidente Dilma a mensagem da criação da universidade federal de Rondonópolis.

Essa é uma conquista imensa para aquela região e para o nosso Estado. O nosso Estado tem 900 mil km² e uma população ainda pequena, de 3,5 milhões de habitantes, mas é um Estado em expansão, um Estado que é campeão na produção agrícola, o maior exportador do Brasil em *commodities* agrícolas e um Estado que hoje recebe brasileiros de todos os recantos deste País e, claro, até de outros países. Possui tecnologia principalmente na área de produção agrícola, de ponta. Temos lá, hoje, sem dúvida nenhuma, um dos índices de maior produtividade do mundo exatamente na cidade de Rondonópolis e região.

Por isso, quero aqui agradecer ao Ministro Aloizio Mercadante e também ao Secretário Executivo, Luiz Cláudio Costa, e ao Prof. Jesualdo Farias, que é o Secretário de Ensino Superior do MEC. Quero ainda agradecer ao ex-Reitor Paulo Speller, que hoje é o Secretário-Geral da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura. É a primeira vez que um mato-grossense ocupa um cargo de tal envergadura e que foi fundamental para essa conquista do Município de Rondonópolis.

Também quero agradecer à Reitora Maria Lúcia Cavalli Neder, que é a nossa atual Reitora, pelo apoio a essa luta de toda a nossa cidade e região.

Ainda hoje, a futura Reitora, já eleita, Myrian Serra, assume, em outubro, a reitoria da universidade federal. Também o Prof. Jeverton Melo, que é o Pró-Reitor da UFMT de Rondonópolis, com todos os integrantes do comitê pró-universidade federal da nossa região, que, inclusive, já tem o nome: Universidade Federal do Cerrado; em nome deles, a Prof^a Antonia Marília Nardes, a Prof^a Andréia, Paulo Isaac, Gastão, Sérgio e Sílvio Negri e também a Prof^a Lindalva Novaes.

Em nome deles todos, eu queria aqui agradecer este momento em que falo com entusiasmo, porque a mensagem já está nas mãos da Presidente Dilma. Espero que, logo, na próxima semana, nos próximos dias, a Presidente Dilma mande para o Congresso Nacional essa mensagem.

Eu tenho certeza de que poderei contar com o apoio de todos os Senadores, dos Parlamentares da Câmara dos Deputados, já que esse projeto teremos aqui de apreciar.

Pois não, Senador. Concedo-lhe um aparte.

O Sr. Donizeti Nogueira (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado, Senador Wellington Fagundes. Sr. Presidente, Srs Senadores, eu tenho ouvido em diversos lugares, sobretudo pelos membros da oposição, que o País está parado, que acabou! Na verdade, as notícias que o senhor traz aqui são as que eu assisto no cotidiano. Nós passamos por uma crise, por um problema difícil, mas o País não está parado. E o senhor traz hoje uma notícia importantíssima para o seu Estado, sobretudo para a sua região, que é a criação da universidade federal de lá. Faço este aparte também para parabenizá-lo. Quero dizer ao povo do seu Estado, sobretudo a quem está nos ouvindo, que o senhor tem feito aqui, no dia a dia, um trabalho profícuo em favor do Brasil, sobretudo em favor do Mato Grosso. Temos convivido bastante na Comissão de Agricultura e em outros espaços aqui do Senado, e o senhor não tem faltado com o povo do seu Estado e com o Brasil. Quero parabenizá-lo pela sua fala e mostrar que estão acontecendo muitas coisas boas. O senhor nos traz isso hoje. Isso é parte da fala que ainda vou fazer da tribuna, no sentido de dizer que o Brasil não está parado. Ele tem dificuldades, mas a Presidenta, o Governo, o Senado, sobretudo, tem dado demonstração de competência, aprovando matérias relevantes, sendo muito produtivo. Parabéns pela tua fala! Quero testemunhar para o povo do seu Estado e do Brasil que o senhor tem sido um Senador muito competente e dedicado à missão que o senhor recebeu dos eleitores e das eleitoras do Mato Grosso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu agradeço o aparte, Senador Donizeti, e quero continuar aqui falando um pouco sobre os pontos positivos que estão ocorrendo, principalmente em relação à educação.

Hoje também foi lançado, pelo Ministro Mercadante, o programa Hora do Enem. É um grande programa, que representa também a democratização da educação brasileira. Este Hora do Enem prevê ações para apoiar o estudante na preparação para o Enem, através do simulado *online*. Com isso, uma plataforma, Senador Paulo Rocha, de estudo personalizada com videoaulas, aulas completas e resoluções de exercícios, para que o aluno tenha à disposição o tempo todo. Aquele aluno que não pode, às vezes, ter momentos presenciais, através desse programa ele poderá se preparar com uma plataforma de estudo, com um plano de estudo personalizado. Isso vai permitir que os nossos estudantes possam, através desse plano de estudo personalizado, ter à sua disposição as ferramentas para que ele possa, então, se preparar, inclusive com simulado *online*.

Todo estudante pode se inscrever agora, a partir do dia 30; todos os estudantes do terceiro ano do ensino médio da Rede Pública podem realizar gratuitamente, mediante inscrição na plataforma Hora do Enem. Do seu próprio computador, através do *smartphone*, ele pode acessar esse grande programa que o MEC acaba de lançar. O tempo do simulado *online* vai ser agora a partir do dia 30 de abril. Também pelo *smartphone*, pelo computador, ou nas universidades, nos institutos federais, nas instituições particulares ou comunitárias, enfim, de qualquer forma, ele pode acessar. E o resultado também é imediato, *online*. Ou seja, ele fez a sua inscrição

e vai permitir ao estudante comparar a nota de corte do curso e a universidade pretendida com a sua própria nota. Rapidamente, *online*, ele vai poder acompanhar a sua concorrência, de que forma ele pode estar, inclusive acessando isso através das bibliotecas e também de videoaulas. Em um ambiente interativo, o aluno poderá comentar, compartilhar, classificar e curtir as videoaulas. Também através da seleção personalizada, através das videoaulas, ele pode acessar o seu interesse, o tipo da matéria, que tipo de curso.

Com isso, nós queremos dizer que, além de tudo isso, ele vai poder fazer também um simulado *on-line*. Na plataforma Hora do Enem estarão disponíveis aos estudantes quatro simulados com a mesma metodologia de elaboração das questões do Enem. Então, ele poderá fazer o primeiro simulado no dia 30 de abril, o segundo simulado no dia 25 de junho, o terceiro simulado no dia 13 de agosto e o quarto simulado de 8 a 9 de outubro.

Eu quero aqui parabenizar essa visão do Ministro Mercadante, exatamente por permitir que os nossos alunos tenham acesso à educação, não apenas os alunos que não têm possibilidade de ter aula presencial, como aqueles que estão nos cursos regulares e que poderão acessar o programa, inclusive como forma de reforço à sua preparação para a universidade.

Da mesma forma, eu gostaria de anunciar outro evento de que hoje participei.

O Sr. Paulo Rocha (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Pois não, Senador Paulo Rocha.

O Sr. Paulo Rocha (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Antes de V. Exª passar a outra questão, eu gostaria de parabenizá-lo pelo depoimento. Temos sido parceiros neste momento que vivemos em nosso País. A Hora do Enem foi criada agora pelo Ministro da Educação, mas, em 2003, no início do governo Lula, a palavra de ordem foi um Brasil para todos. Esta era a palavra de ordem: a hora e a vez da cidadania. Todos os programas criados a partir do governo Lula foram exatamente para dar essa ideia aqui reduzida à questão da educação, a Hora do Enem. Mas a nossa perspectiva de governo foi exatamente dar a hora da oportunidade para todos, a hora da dignidade e da cidadania do nosso País. Um Brasil como este, rico, cheio de potencialidade, cheio de riquezas, não poderia ser um Brasil de poucos, de alguns. A ideia foi exatamente a de construir um Brasil para todos. E fizemos isso ao longo do tempo. O Programa Bolsa Família veio no sentido de dar um empurrão na-quele que vivia em condições subdesenvolvidas humanamente, de ter pelo menos a oportunidade de comer três vezes ao dia e de criar condições de mandar seu filho para a escola. O Programa Luz para Todos, na nossa região, a Região Amazônica, tem o efeito estratégico e fundamental para a dignidade: cidadãos que há séculos viviam só da luz da lamparina ou do lampião, como nós dizemos lá na nossa região, hoje têm a energia como fonte fundamental não só de cidadania, mas de oportunidade de produzir mais, de criar condições, dentro da floresta, de melhorar sua qualidade de vida. O Minha Casa, Minha Vida, as creches, esses programas e, principalmente, essa revolução que foi feita no ensino superior, na educação do nosso País, o Prouni, o Fies, mais universidades, a interiorização do ensino superior federal para as nossas regiões mais distantes. Só no meu Estado do Pará, foram criadas três universidades. Há cem anos, só havia uma, em um Estado daquele tamanho. Nós interiorizamos o ensino superior, dando oportunidade para o jovem das regiões mais distantes também cursar o ensino superior. O Programa Ciência sem Fronteiras, que cria condições para os nossos jovens se prepararem e se qualificarem nas melhores universidades do mundo. Tudo isso é produto de um governo que dá oportunidade para todos, mas a oportunidade da hora, com dignidade e cidadania. A Hora do Enem é apenas uma redução dentro da educação, mas que tem essa visão de um governo que queria dar a hora para todos. Parabenizo V. Exª pela intervenção de hoje.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – O Senador Medeiros fez um gesto de que gostaria de falar, até porque também é do meu Estado de Mato Grosso. Ele é de Rondonópolis, e eu tenho certeza de que ele também lutou por isso. Aqui eu já fiz um agradecimento, Senador Medeiros, a todos aqueles que lutaram. Isso não é uma bandeira de um, é uma bandeira de todos nós, do Senador Blairo Maggi, da Bancada Federal como um todo. Tivemos várias audiências no MEC e, felizmente, hoje estamos conseguindo coroar de êxito essa luta. O Ministro já me entregou o projeto, que foi encaminhado à Presidente da República. E aqui eu já tive oportunidade de dizer que espero que a Presidente mande para o Senado, para o Congresso Nacional, o mais rápido possível.

Mas concedo o aparte a V. Exª.

Há dois assuntos que eu ainda gostaria de abordar: o programa que foi lançado há pouco pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, e a audiência que tivemos hoje no BNDES, sobre a BR-163.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senador Wellington, quero parabenizá-lo, porque a luta da Universidade Federal de Mato Grosso, por mais uma universidade ali – e agora a Universidade Federal do Cerrado –, é muito antiga, de toda a comunidade acadêmica, e vem coroar o seu mandato, porque, entre tantas outras conquistas, foi uma luta sua também. Lembro-me que – isso é até histórico, Senador Donizeti –, na época, eu, militante jovem, no PT, eu era do PT. Veja que temos história.

(*Soa a campanha.*)

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – O Senador Wellington visitava a Universidade, Senador Paim, levava recursos para a Universidade, e nós, como bons petistas, jovens, puxamos uma vaia para ele. Na época, ele já era Parlamentar. E houve aquele protesto todo. Mas naquela época ele já lutava pela Universidade. Depois eu saí do PT. Estou perdoado, ouviu? Lógico, tivemos a nossa história, o Partido dos Trabalhadores tem uma história. Não é porque está neste momento... Eu tenho dito aqui, Senador Wellington, que nós temos exemplos de Parlamentares – cito o Senador Paim e o Senador Donizeti – que são históricos, pessoas que engrandecem qualquer partido. Mas, voltando ao assunto da Universidade, era uma luta de Rondonópolis, de parte de Goiás, de parte de Mato Grosso do Sul e da região sul e sudeste do Estado de Mato Grosso, porque Mato Grosso já comporta mais uma universidade. Aliás, era o único Estado brasileiro que tinha apenas uma universidade, e nós, que produzimos tanto, precisamos partir para produzir conhecimento, agregar valor a essa nossa produção, para não ficarmos, daqui a um tempo, como Olinda, que foi o grande centro econômico da produção de açúcar, assim como Ilhéus foi de cacau, mas que não conseguiram dar o salto. Preocupo-me porque vejo, por exemplo, a cidade de Detroit, que fabricava apenas automóveis. Quando aquela indústria quebrou, a cidade se tornou uma cidade fantasma. Em Mato Grosso nós temos que começar a pensar nisso, e V. Exª fez essa luta. Eu estou citando V. Exª porque, quando cheguei aqui, V. Exª já estava nessa luta. Cito vários governadores, como o então Governador Blairo Maggi, prefeitos, como o Adilton, e tantos outros. Mas V. Exª sempre aqui, batendo como pinga d'água, nessa luta. Recebi até uma crítica hoje por estar comemorando: “Você está querendo se aproveitar. Quem conseguiu isso foi o Senador Wellington”. Eu disse: “De forma alguma. Não tiro o mérito de jeito nenhum. O Senador Wellington foi um lutador”. Eu até acho que a Presidente Dilma será afastada, mas não se pode tirar o seu mérito. Não podemos apontar somente as coisas ruins. Hoje ela marcou dois gols: sancionou o projeto da fosfoetanolamina, algo muito importante para os brasileiros; e a notícia que V. Exª traz aqui, da universidade, que para Mato Grosso é de suma importância, é vital. Eu queria parabenizar V. Exª e aproveitar o aparte que me concede para fazer uma solicitação à Mesa. Nós vamos ter um domingo histórico, e eu me preocupo porque muitas pessoas estão ligando, telespectadores assíduos da TV Senado que querem acompanhar pela TV Senado ou pela Rádio Senado os acontecimentos todos. Eu queria sugerir à Mesa que a TV Senado também fizesse a cobertura dos acontecimentos, porque a Rádio é muito ouvida e a TV Senado é assistida do Oiapoque ao Chuí, em todos os cantos deste País. Queria deixar aqui essa solicitação e mais uma vez parabenizar o Senador Wellington e todo o Estado de Mato Grosso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Medeiros, permita-me responder a V. Exª. Eu concordo plenamente com V. Exª. Vou de imediato fazer a solicitação para ver se a Casa pode atender o seu pleito.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Na nossa capital, Cuiabá, e em Várzea Grande, a Rádio Senado é hoje uma das campeãs de audiência.

Eu quero aqui dizer ao nosso Senador Medeiros que ninguém faz nada sozinho. Na verdade, eu não quero aqui receber o mérito, de forma alguma, apenas por ter iniciado essa luta, por ser um Parlamentar que está aqui há muitos mandatos. Eu já contei um pouco a nossa história, de quando chegamos e voltamos a Rondonópolis, logo depois da nossa formatura. Portanto, ainda estamos dando passos. Hoje, o Ministro mandou para a Presidente, virá para o Congresso, e todos nós haveremos de lutar por essa bandeira, que é uma bandeira de todos nós.

Mas quero ainda fazer justiça ao Ministro da Educação, porque esse projeto não é apenas um trabalho político. Também a Universidade Federal cumpriu toda as suas metas. O nosso *campus* é mais antigo, de acordo com a legislação, um *campus* de mais de dez anos.

(*Soa a campanha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sei que hoje o MEC tem pedidos de todo o Brasil para que se criem outras universidades. Então, na verdade, além do nosso trabalho político, houve todo o trabalho técnico por parte da Universidade.

Sr. Presidente, peço mais um pouco de paciência porque tenho que abordar uma audiência que tivemos hoje na sede do BNDES, em Brasília, com o Presidente, Dr. Luciano Coutinho. Fomos lá para tratar da questão do financiamento da concessionária, da concessão da BR-163, no meu Estado, da divisa de Mato Grosso do Sul até a cidade de Sinop. Lá estivemos acompanhados do Senador Blairo Maggi; do Diretor da ANTT, Dr. Sérgio Lobo; do Edeon Vaz Ferreira, representando o Movimento Pró-Logística do Mato Grosso; Miguel Mendes, da Associação dos Transportadores de Cargas (ATC); do Presidente da Federação das Indústrias de Mato Grosso, o companheiro Jandir Milan; e também do Sérgio Triches, da Aprosoja. Todos nós estávamos lá, levando a preo-

cupação do financiamento de longo prazo para que as obras de duplicação da BR-163 não tenham nenhuma paralisação. Aliás, as obras já estão paralisadas. A empresa está transferindo o seu equipamento para a Região Norte, mas, agora, neste momento, em que as chuvas começam a cessar, não podemos perder nenhum dia, porque perder um ou dois meses nesse período pode representar praticamente um ano.

E lá tivemos uma expectativa. O Presidente do BNDES disse que está analisando todos os detalhes técnicos. Provavelmente, na semana que vem, teremos a notícia do desfecho desse financiamento extremamente importante, já que o trecho de Rondonópolis até Posto Gil é um trecho que praticamente bifurca, ou seja, sobrepõem três BRs: a BR-163, a BR-070 e a BR-364. Tudo o que demanda a Amazônia tem que passar por esse trecho. Então, a duplicação dessa rodovia é extremamente importante não apenas para o Mato Grosso, mas para todo o Brasil, já que, como já disse aqui, somos o maior exportador das *commodities*, e esse é o trecho em que ocorre o maior volume de acidentes frontais do Brasil.

Além disso, Sr. Presidente, quero aqui falar do lançamento, hoje à tarde, do programa do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior: o Plano Nacional de Exportação. Lá estavam também o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho; o Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Dr. Dyogo Henrique de Oliveira; e o Ministro Armando Monteiro. Esse programa prevê as novas condições da linha do BNDES Exim Pré-embarque.

O Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro, lançou esse programa, o Exim Pré-embarque, oferecendo condições mais favoráveis, compatíveis com as práticas internacionais tanto em prazos quanto em taxas aplicadas.

As medidas anunciadas são parte do Plano Nacional de Exportações em um de seus principais pilares: financiamento a exportações.

As linhas de Pré-embarque permitem que as empresas exportadoras disponham de capital de giro para a produção de um bem que será exportado. O crédito, a custo competitivo, é uma ferramenta importante para que as empresas nacionais, particularmente as fabricantes de produtos de maior valor agregado, possam ter acesso ao mercado internacional ou nele ampliem sua atuação. A demanda potencial de contratação de financiamentos em 2016, a partir das novas condições, é de R\$15 bilhões, contra a previsão inicial de R\$4 bilhões.

Os créditos podem beneficiar mais de 3,5 mil empresas brasileiras que atuam em segmentos de alto valor agregado. Com isso, terão maior possibilidade de ampliar sua competitividade no mercado externo, contribuindo para a geração de saldos na balança comercial com efeitos positivos na cadeia produtiva das empresas apoiadas.

E aí o que muda? Na linha do BNDES Exim Pré-embarque, os financiamentos destinados à produção de bens de capital terão custo integral 100% em TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) do BNDES, atualmente em 7,5% ao ano...

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... na linha do BNDES Exim Pré-embarque, os financiamentos destinados à produção de bens de consumo terão aumento de até 70% de suas parcelas em TJLP. Antes, o custo financeiro da linha Pré-embarque do BNDES era de até 70% em TJLP para a produção exportável de máquinas e equipamentos, e de até 50% para bens de consumo.

Com isso, as micro, pequenas e médias empresas poderão tomar o financiamento integralmente em TJLP tanto para a produção de máquinas e equipamentos quanto para a produção de bens de consumo manufaturados a serem exportados.

Sr. Presidente, isso gera a possibilidade, nesse momento de dificuldade, de incrementar empregos e renda, principalmente para as pequenas empresas e para as empresas inovadoras. As empresas inovadoras terão até 36 meses de prazo, com juros de 9,10%, escalonado até 24 meses para grupos de bens especiais e serviços.

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, acreditamos que o Brasil não pode parar e não vai parar. Sou um homem de fé, que acredita no potencial do Brasil. Temos que ter iniciativas para que possamos vencer essa crise, e a crise será vencida trabalhando. Que o Governo procure criar iniciativas como essa.

Por isso, quero aqui parabenizar o Ministro Armando Monteiro pela iniciativa e por estar lançando um programa de alta envergadura neste momento.

Encerrando, Sr. Presidente, quero anunciar para o meu Estado mais uma audiência que tivemos esta semana com o Ministro da Saúde, principalmente para a cidade de Primavera do Leste.

(*Soa a campanha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – A Prefeitura de Primavera do Leste vinha bancando até agora os serviços de UTI daquela cidade. Primavera do Leste é uma cidade jovem, mas que já foi o quarto orçamento do Estado, com apenas 26 anos é o quarto orçamento do Estado. Uma cidade rica na produção agrícola, mas hoje a questão da saúde, sem dúvida nenhuma, é uma dificuldade para qualquer administração.

Com a decisão do Ministro da Saúde, Primavera do Leste passa a ter agora o serviço de UTI reconhecido pelo Ministério, com recursos de mais de R\$1 milhão, para que a Prefeitura possa prestar esse serviço mais a contento a toda a população.

Quero parabenizar o Prefeito de Primavera do Leste, nosso companheiro Erico Piana, que é o prefeito daquela cidade pelo quarto mandato.

(*Soa a campanha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Agradeço, Presidente, a paciência de V. Ex^a, esperando que no domingo a população, de forma ordeira – cada um dos lados, *pró-impeachment* e contra o *impeachment* –, venha a Brasília e possa fazer sua manifestação. E, claro, que cada Parlamentar, de acordo com a sua consciência, de acordo com a sua tranquilidade, possa votar. E que a gente possa, na segunda-feira, analisar aquilo que foi a decisão da Câmara dos Deputados. Sem dúvida nenhuma, cada um dos Senadores aqui haveremos de tomar as medidas para fazer com que este País possa ter novas expectativas de desenvolvimento, principalmente de geração de emprego para toda a população brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Senador Wellington.

Senador Donizeti com a palavra.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Enquanto V. Ex^a vai à tribuna, o Senador Reguffe com a palavra.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou muito preocupado com possíveis atos de violência, no próximo domingo, aqui na Esplanada dos Ministérios.

A decisão de colocar essa barreira, esse muro, separando os dois grupos... Na minha concepção, o mais correto – e faço um apelo aqui ao Governo do Distrito Federal – seria que se colocasse um grupo acima do Congresso e outro grupo abaixo. Isso daria espaço para os dois grupos ficarem bem. Na minha concepção, para a questão da segurança das pessoas – ambos os grupos têm direito de ir para as ruas, de se manifestar, de colocar suas opiniões, de expressar o seu pensamento, o que é justo e democrático –, o mais correto seria colocar um grupo acima do Congresso, no lado de cima da Esplanada, e outro grupo do lado de baixo. Colocar os dois grupos lado a lado parece-me algo temeroso. Estou tentando até um contato com a Secretaria de Segurança Pública para entender melhor isso. Mas eu quero deixar registrado o meu apelo neste Plenário, porque acho que, para a segurança das pessoas, que têm o direito de ir às ruas e de colocar os seus posicionamentos, o mais prudente seria separar os dois grupos, um ficando acima e outro ficando abaixo.

É só um apelo que faço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Senador Donizeti, só permita que eu comente o editorial do jornal *Zero Hora*, do Rio Grande do Sul, cujo título é: “A política do oportunismo”, fazendo uma análise do que está acontecendo em relação à votação do *impeachment*. Eu vou ler o artigo depois na íntegra.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje venho à tribuna para tecer alguns comentários, fazer algumas colocações, sobre o que estou percebendo das coisas boas que estão acontecendo neste País. Primeiro, quero falar dessas coisas boas que estão acontecendo no País.

Ano passado foi o ano do ajuste, e este é o ano da retomada. Algumas coisas já indicam que o caminho está certo: a inflação está caindo, o Banco Central paralisou a alta dos juros, a balança comercial já não é mais sustentada só pelos produtos da agricultura e da pecuária, crescimento nas exportações de manufaturados, a Embraer acaba de assinar um contrato para vender 30 grandes aviões. Então, nós estamos vendo a economia retomar o seu curso.

Alguns fatores têm contribuído nesse aspecto: o barril do petróleo reencontra o caminho para chegar a um preço mais realista do que se encontrava até o início deste ano. Então, a economia brasileira já está reto-

mando... Aquilo que dizíamos no ano passado. Também é preciso... Outra questão: a pesquisa do IBGE diz que no comércio já há sinais de retomada de alguns setores importantes.

A aprovação da Lei Complementar nº 125, de 2015, que amplia a área de atuação das pequenas e microempresas, que está em andamento, é outro fator preponderante na retomada da economia, porque na pequena e na microempresa temos um retorno mais rápido do que na ação dos grandes conglomerados empresariais. Hoje a pequena e a microempresa representam uma parte substancial do nosso PIB, nós temos mais de 10 milhões de pequenas e microempresas neste País. Com o processo do desemprego que ocorreu nesse último período, também cresceu muito o empreendedor individual, que, ficando desempregado, encontrou uma atividade no comércio ou nos serviços. Está trabalhando e ainda não é percebido, mas é sinalização segura de que a economia vem dando sinais reais de retomada.

É preciso também falar da política de créditos. Mais de 80 bilhões estão sendo oferecidos como crédito para ajudar na geração de empregos e na geração de nova riqueza. Os fundos constitucionais têm mais de 40 bilhões, quase 50 bilhões, para serem colocados à disposição dos investimentos do País. Essa é uma intervenção substancial que também ajuda muito, uma sinalização segura de que nós estamos no caminho certo da retomada da economia brasileira.

As concessões. Ontem foi realizado um leilão da área elétrica com uma presença significativa. Cerca de 60% do ofertado foi vendido ontem e já se preveem investimentos de cerca de R\$7 bilhões. O setor elétrico tem investimentos das concessões, neste momento, de mais de 17 bilhões.

Então, isso vem nos mostrar que o caminho tomado para fazer ajustes, com as iniciativas do Governo e do Congresso, sobretudo do Senado, na aprovação de algumas leis estratégicas para o País vem sinalizando a retomada da economia.

O marco regulatório dos portos. São investimentos muito grandes. A concessão de quatro grandes aeroportos – Porto Alegre, Salvador, Fortaleza e São José dos Pinhais que, na verdade, é o de Curitiba – também é uma demonstração disso.

E agora a notícia boa que vem de fora, que vem da China. As importações da China na área de *commodities* agrícolas cresceram mais de 4%, em relação aos produtos brasileiros neste momento. Outra notícia importante vinda da China é a retomada da importação das *commodities* minerais. A China, que, no ano passado, deixou de crescer cerca de 40% do que vinha crescendo, ou seja, caiu de 10% para 6%, já tem uma sinalização de crescimento para este ano que pode chegar a 7%. Isso está fazendo com que a China retome investimentos e importe as nossas *commodities* minerais.

Então, o Brasil, com o atual Governo, está retomando o curso do controle na economia, e a economia dá sinais vitais de que o rumo está certo.

No entanto, Presidente Paulo Paim, Srs. Senadores, Senador Paulo Rocha, Senador Reguffe, essa tentativa de impedir a Presidenta de continuar governando é uma tentativa em desfavor do País. Qualquer decisão amanhã, domingo, na Câmara – que ainda não é o afastamento da Presidente, é a admissibilidade – gera dificuldades. Mas a maior dificuldade é se a admissibilidade for aceita, coisa que, acreditamos, não será aceita, pelo bem do País, pelo bem dos brasileiros. Nós acreditamos que não será aceita porque temos conversado com as Lideranças da Câmara, com as Lideranças do Governo, e o trabalho que foi feito e vem sendo feito nos garante que, no domingo, nós vamos rechaçar essa tentativa de golpe.

E quero somar aqui com o Senador Reguffe na preocupação, mas não só na preocupação. É dizer para cada militante do Partido dos Trabalhadores, da sociedade civil organizada, dos movimentos populares, do movimento social, da Frente Brasil Popular, esse movimento que vem crescendo volumosamente no Brasil, em defesa da democracia, que nós possamos ir no domingo para as ruas para celebrar a democracia, para demonstrar que a democracia brasileira está consolidada e que a vontade do eleitor será respeitada. A nossa militância virá para a rua para mostrar a força e a defesa da democracia, mas virá com seus tambores, virá com seus instrumentos de musicalidade, com sua capacidade de se manifestar culturalmente, com a sua capacidade criativa de, no protesto, fazer uma festa, em vez de praticar violência, o que não é da nossa índole.

Então, eu quero, Senador Reguffe, eu acredito que, de ambos os lados, haverá, no domingo, a participação da população sem violência, sem nenhum ataque a indivíduos, agressões, sobretudo às pessoas, mas também ao patrimônio público do nosso País.

Eu acredito que, no domingo, haverá manifestações democráticas. Os cuidados e a segurança são responsabilidade dos poderes constituídos, e esses estão sendo tomados. Mas da nossa militância nós teremos a defesa da democracia com alegria, com manifestação cultural, e não com violência. Eu acredito nisso.

Termino, Sr. Presidente, dizendo que a situação do País hoje é muito melhor do que era em 2002 e 2003. Já disse isso aqui e quero reafirmar.

Nós tínhamos uma relação dívida líquida/PIB de quase 60%. Hoje nós temos a relação dívida líquida/PIB de cerca de 37%.

Nós tínhamos reservas cambiais praticamente negativas. Foi preciso tomar um empréstimo do FMI para poder ter reservas cambiais, para garantir liquidez no País, inclusive com o aval dos candidatos que disputavam a eleição naquela época e que tinham possibilidade de ganhar, como o Presidente Lula, que ganhou, e o Senador Serra, que à época concorria à Presidência. Nós temos hoje uma reserva cambial de R\$377 bilhões! Isso dá garantia e faz com que o risco Brasil hoje seja menos de 70% do que era o risco Brasil em 2002.

Então, as condições fundamentais para a retomada do crescimento estão dadas. O que falta agora é a condição política para que a gente tenha uma Base de Apoio que possa sustentar as ações de Governo.

Quanto a essas denúncias de que o Governo está trocando voto, o Governo está cumprindo com a responsabilidade dele, Senador Paim, de trabalhar uma base para dar governabilidade. O Governo não está trocando voto, está construindo uma base para ter governabilidade. Vai ser reestruturado. Já que parte daqueles que eram da Base saíram, o Governo tem que buscar novos parceiros, e o Governo, corretamente, está fazendo isso. É próprio da democracia! A governabilidade é responsabilidade de ser construída pelo Governo. E o Governo está tomando a iniciativa de construir a nova governabilidade, já que alguns saíram da Base de Apoio. Então, a ação do Governo é legítima, neste momento, para construir a governabilidade.

Não existe esse negócio de compra. O que o Governo está fazendo é a sua obrigação, o seu dever de casa.

É preciso que os nossos telespectadores da TV Senado, os nossos ouvintes da Rádio Senado ajudem-nos a difundir isso. O Governo está cumprindo a sua responsabilidade de construir uma nova Base de Apoio para garantir a governabilidade, para garantir que o nosso País possa contribuir para a superação da crise internacional. A crise que está no Brasil não é crise de decorrência brasileira, mas uma crise decorrente do colapso do capitalismo mundial, que é um capitalismo que desprezou a base produtiva e passou a apostar na financeirização, passou a acreditar no capitalismo com base em papel e não na produção, Senador Reguffe, a quem eu cedo um aparte.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Senador Donizeti, obrigado pelo aparte. Só quero dizer a V. Ex^a que nós podemos ter posições divergentes, ter uma posição divergente, mas eu quero aqui parabenizá-lo na parte que V. Ex^a coloca da necessidade de termos paz no domingo. Eu considero isso muito importante. Nós, que temos responsabilidade pública, não podemos incentivar, de forma nenhuma, esse clima de violência, esse clima de acirramento de ânimos que está aí hoje na sociedade. Espero que não tenhamos, no domingo à noite ou na segunda-feira, um cadáver para lamentarmos aqui. Nós, que temos responsabilidade pública, temos obrigação de fazer o alerta e de tentar colocar nossas posições, como temos colocado, de forma democrática, mas sempre colocando para as pessoas que o limite disso é a boa convivência democrática na palavra, no argumento, nunca no uso da violência, no uso da força. Então, eu quero me congratular com V. Ex^a na parte que V. Ex^a coloca da necessidade de termos paz no domingo, até porque as famílias vão estar nas ruas, as pessoas dos dois lados vão exercer sua cidadania no direito de colocar suas opiniões nas ruas. Então, é importante que tenhamos paz no domingo. Acho que todos aqui neste plenário devem também se somar a esse esforço para que não tenhamos atos de violência no domingo, para que não venhamos, na segunda-feira, lamentar a morte de ninguém. Espero que tenhamos um domingo de paz neste País.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado, Senador Reguffe. Quero acatar o seu pronunciamento no meu discurso.

Vou terminar, Senador Paim, dizendo que acredito sobretudo no povo brasileiro, na capacidade que o povo brasileiro tem de compreender esse processo, de saber que no Brasil escolhemos o caminho da democracia e que governante chega ao poder através do voto. Que seja respeitada a decisão daqueles quase 55 milhões de brasileiros que opinaram pelo projeto capitaneado pela Presidenta Dilma, que a reelegeram para ser Presidente.

Nós temos as nossas divergências também com algumas ações, mas nós sobretudo temos a responsabilidade de respeitar a democracia, de garantir a democracia. Hoje, ouvi aqui, Senador Paim – e V. Ex^a prontamente corrigiu –, que o PT não assinou a Constituição. O PT assinou a Constituição e votou contra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Votou contra porque queríamos mais. Foi uma forma de pressionarmos para mais!

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Porque queríamos mais, mas, a partir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Assinamos, reconhecemos.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – A partir da aprovação da Constituição, nós passamos a ser defensores intransigentes da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Repito: todos os Deputados Federais constituintes do PT assinaram.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Então, votamos contra para manifestar que poderíamos ter alcançado mais, foi só para dar um indicativo, mas, a partir da aprovação, nós passamos a ser defensores intransigentes da Constituição, de forma que, hoje, o que continuamos a fazer é o que passamos a fazer no primeiro dia depois de promulgada a Constituição, num ato solene no Congresso Nacional, com o saudoso Ulysses Guimarães capitaneando aquele processo como Presidente da Câmara.

Então, essa história de que nós ferimos a Lei de Responsabilidade Fiscal não é verdade. Nós não ferimos.

Outra coisa: quando nós criticamos, naquela época, a Lei de Responsabilidade Fiscal – eu me lembro desse debate – era porque o PT, independentemente da Lei de Responsabilidade Fiscal, em cada Município que administrava, vinha cumprindo o que era preciso, que era dar garantia de continuidade, que era respeitar o patrimônio público, que era ter equilíbrio nas finanças. Já vinha respeitando. O entendimento do PT naquele momento era de que não poderia haver um engessamento, mas de que todo gestor precisava cumprir aquilo que nós vínhamos cumprindo. Mas a Lei de Responsabilidade Fiscal foi aprovada, e nós passamos a respeitá-la, a cumpri-la. Os governantes do PT têm trabalhado por isso.

Por isso, a Presidente Dilma não feriu a Lei de Responsabilidade Fiscal, nem cometeu crime de responsabilidade que justificasse hoje estarem aí propalando alguns – a oposição, os adversários do povo e do País – que ela precisa ser “impitima”. Mas, como temos repetido...

(Soa a campanha.)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – ... não existe crime, e *impeachment* sem crime é golpe.

E, como nós não devemos e não tememos, domingo nós vamos para a rua defender a democracia com alegria, com paz e com a segurança de que nosso País precisa continuar trilhando o caminho da democracia. E nós vamos mostrar para o mundo, mais uma vez, que a democracia brasileira está cada dia mais consolidada.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado, Senador Donizeti, pelo seu pronunciamento.

De imediato, eu passo a palavra ao Líder Paulo Rocha.

E permita-me, Senador Paulo Rocha, que eu anuncie aqui o editorial que vou ler depois de V. Ex^a, “A política do oportunismo”, em que eles deixam claro: “Aqueles que desfrutaram com o Governo durante anos e anos, de forma oportunista, num momento como esse, pulam do barco.

Esse é o editorial do jornal *Zero Hora*, o maior jornal de circulação do Estado do Rio Grande do Sul, que eu vou ler em seguida.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sem dúvida nenhuma, nós estamos nas vésperas de um grande acontecimento político, que é a votação de domingo na Câmara Federal.

Claro que ali há um conjunto de debates em torno do *impeachment*, tentando buscar, através de leituras, algum erro que a Presidenta tenha cometido para poder criminalizá-la ou responsabilizá-la, que é a questão das chamadas “pedaladas”. Não conseguiram provar, não conseguiram efetivamente dizer qual é o crime da Presidenta.

Eu acho que o *impeachment* e a criminalização da Presidenta são apenas um detalhe do processo que já vem se articulando, há algum tempo, em alguma sala, em algum gabinete, às sombras da democracia, processando efetivamente a derrubada daqueles que estão, no poder, hoje, no nosso País. Acho que esse é o centro da questão. Nós temos informações de que foi criado até um instituto chamado Instituto Millenium, que organizava grandes empresários, pilotados por grupos de comunicação, para organizar um processo de derrubada daqueles que estavam governando o País.

Acho que esse é o centro da questão. Quem lê a história pós-República observa que foi assim que sempre agiu a elite brasileira quando esteve fora do poder. Foi assim, na Constituinte de 1946, quando o Partido Comunista Brasileiro colocou um conjunto de militantes como Deputados Constituintes; em sua luta, colocaram, na Constituinte de 1986, vários avanços. Foi assim, na década de 50, com os governos democráticos de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek e, depois, mais recentemente, houve a questão do Golpe Militar de 1964.

Sempre havia uma organização da elite, através dos empresários, naquela época, o Ipes, as operações Oban e tantos outros tipos de organizações golpistas que processaram, ao final, a derrubada do Governo João Goulart. A justificativa, naquela época, foi o perigo do comunismo no Brasil. Enfim, levaram a cabo essa questão.

Depois caracterizaram os golpes militares na América Latina. Houve dois golpes. Na Argentina, um golpe no Chile, enfim, aqui, no Brasil. Os avanços das organizações populares, os avanços da conquista do povo fizeram com que os países imperialistas, que tinham a América Latina como um grande celeiro de exportação

das nossas riquezas, através da remessa de lucros, da implantação das grandes empresas transacionais aqui, na nossa região... Isso fez com que ficássemos submetidos aos países imperialistas, que nos exploravam e faziam com que as nossas riquezas servissem mais para eles do que para nós. Foi assim. Toda vez que o povo se organiza, que o povo toma conta do seu País, as elites brasileiras se aliam com o imperialismo internacional e acabam colocando por terra o poder constituído.

É isso o que está acontecendo em nosso País. Os avanços, as conquistas que nós tivemos nos últimos anos... Quando o Lula ganha em 2003, a primeira palavra de ordem do governo Lula foi: "Construir um Brasil para todos." Por quê? Porque, em um Brasil, com tanta riqueza, com tanta potencialidade de desenvolvimento, de criar condições e oportunidades para todos, não podemos admitir um centro-sul desenvolvido e um nordeste com problemas, como a fome, a falta de água, por falta da presença do Estado brasileiro. No meu Estado, o Estado do Pará, com a riqueza mineral e florestal que ele tem, há regiões empobrecidas, como, por exemplo, a região do Marajó, o menor IDH do Brasil.

Quando nós chegamos ao poder político do País, foi para corrigir isso, foi para criar condições de ser um Brasil para todos, e o fizemos. Ainda não demos conta de resolver todos esses problemas. Em 12, 13, 14 anos, não se corrigem problemas acumulados há séculos, em nosso País. São problemas de infraestrutura, problemas de diferenças regionais, problemas de inclusão social, problemas de distribuição de renda.

O centro dessa questão que está colocada é a derrubada, a derrocada do poder político do Brasil que nós conquistamos. O governo Lula, o Governo Dilma são de origem de um governo popular, do governo de pobres, dos trabalhadores, enfim, e incomodam a elite brasileira, que está fora do poder há cerca de 14 anos. E a perspectiva é de ficar fora do poder por mais oito anos, dependendo da disputa de 2018. Eu acho que a pedalada, essa questão de criminalizar e responsabilizar a Presidente Dilma é apenas um detalhe do que está no centro dessa questão.

Por isso, Presidente Paim, Senador Donizeti, Senador Hélio, nós fomos militantes, inclusive na época da ditadura militar. Primeiro, nós fomos brigar por liberdade, o direito de nos organizar, o direito de votar para escolher o nosso Presidente. Tudo isso foi a nossa geração. Na briga por eleições diretas, fomos nós que vanguardamos, fomos nós que processamos isso. Para quê? Para que o povo brasileiro tivesse o direito de escolher os seus governantes, porque nós não tínhamos o direito sequer de eleger o prefeito em algumas cidades, muito menos o governador e, menos ainda, o Presidente da República.

Fomos construindo os instrumentos de defesa dos interesses do povo: o fortalecimento do movimento sindical, a criação das centrais sindicais, a criação de movimentos, o fortalecimento de movimentos da briga por interesses, naquela época chamados de minorias, como dos negros, das mulheres, dos índios. Tudo isso foi processo de organização e de consciência de um povo. O que nós queríamos e o que nós queremos? É um Brasil como este, com tanta riqueza, com tanta condição de dar dignidade e cidadania para o nosso povo. Nós queremos um Brasil para todos e não para alguns, muito menos para alguma região.

Eu acho que este é o centro do debate que está posto. Agora, para isso é que nós conquistamos a democracia. E a democracia é o patamar, é a base fundamental de uma relação política, porque a democracia é a mãe da Justiça, a democracia é a mãe para dar oportunidade para todos, a democracia é a mãe de conquistar dignidade e felicidade de uma nação. É, na democracia, que se conquista paz de uma nação.

Por isso, o que está em jogo aqui é a quebra da democracia, é a quebra de um Estado de direito que conquistamos para que o povo tivesse a sua oportunidade. O grande empresário tem essa oportunidade. No governo Lula, os grandes empresários agropecuários, da agroindústria, da terra tiveram oportunidade e continuidade, inclusive de crescer. E cresceram muito bem, mas também foi oportunizado para a agricultura familiar crescer, ter oportunidade de participar das riquezas e do desenvolvimento do nosso País. Os conflitos de terra, no meu Estado do Pará, foram diminuídos no governo Lula, para criar condições de dar um pedaço de terra para a pequena produção. A democracia também cria não só um Estado de direito, mas um Estado de paz e de oportunidade para todos.

No domingo, o que está em jogo é exatamente isto: a quebra dessa paz, a quebra dessa oportunidade de um País que dá oportunidade hoje para todos, as mudanças que fizemos no País, os programas de inclusão social, os programas de políticas públicas que agora chegam para o cidadão.

Senador Paim, na semana passada, estive no meu Estado e aconteceu um fato interessante que espelha tudo o que estou falando da conquista da democracia no nosso País. Trata-se, na Ilha do Marajó, no Município chamado Cachoeira do Arari, Senador Hélio, que é do setor elétrico, da Srª Teodora, uma mulher de 115 anos, que parece que é a sexta mulher mais antiga do mundo.

Na semana passada, chegou à casa da D. Teodora – uma mulher de 115 anos –, lá no Município de Cachoeira do Arari, no Marajó, o Luz para Todos. Foi a primeira vez que ela viu luz elétrica. O pessoal que foi ins-

tar levou para ela uma geladeira. Com 115 anos, foi a primeira vez que ela abriu uma geladeira e a primeira vez que ela foi usar energia elétrica na vida dela.

O Sr. Hélio José (PMDB - DF) – Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Isso é conquista de dignidade, de cidadania de um povo que, há séculos, vivia no escuro.

Pois não, Senador.

O Sr. Hélio José (PMDB - DF) – Senador Paulo Rocha, do ano de 1982 até 1985, eu trabalhei no sistema elétrico do Maranhão. Trabalhava na companhia Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte), exatamente naquele Estado, que, naquela oportunidade, tinha apenas 15% das pessoas assistidas com energia elétrica na zona rural. Nós fomos lá recepcionar, para a Eletronorte, o sistema que era da Chesf antigamente, no sistema do Maranhão. E tive oportunidade de trabalhar ali naqueles três anos. Depois, quando veio o primeiro governo Lula, em que foi criado o Programa Luz para Todos, nos quatro primeiros anos de mandato, com mais ou menos metade do segundo, o Maranhão passava de apenas 15% da zona rural que era atendida para mais de 95% atendida, exatamente por causa desse programa. Então, só quero registrar isso, que é uma realidade, e dizer que é altamente meritório e que as pessoas não podem esquecer disso. Quando uma senhora dessa de 115 anos recebe a sua energia em casa e ainda recebe uma geladeira para não ter mais a necessidade de só salgar a carne, poder ter uma carne fresca, congelada, isso é muito importante. Realmente todo mundo tem que raciocinar na importância dessas questões que não podem ser perdidas na história.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – E há mais. Em apenas dez anos, as oportunidades nas universidades brasileiras... Com a ampliação da criação de universidades, nós saímos de 3,5 milhões de vagas na universidade para nossa juventude e duplicamos esse número em apenas 10, 12 anos, com a criação de universidades e a interiorização das universidades públicas no nosso País. Só lá, no meu Estado, há cem anos, só havia uma universidade. Em dez anos, com o governo Lula, nós criamos mais três, para dar condições ao interior do Estado, num Estado daquele tamanho, dar oportunidade à nossa juventude de se preparar, estudar e ajudar no desenvolvimento do nosso País.

Pois bem. É isso e tantas outras coisas que querem interromper com a votação de domingo. E o que é pior, sob a coordenação de um delinquente, o Sr. Eduardo Cunha, a Câmara dos Deputados aprovou, na Comissão Especial, a continuidade do processo de *impeachment* contra a Presidenta Dilma.

O relatório aprovado é frouxo, não comprova que a Presidenta cometeu crime de responsabilidade. E confessa que não tem indícios nem prova. Mesmo assim, sob o controle do Deputado com a maior ficha corrida do Congresso, de corrupção, evasão de divisas, formação de quadrilha, entre outros crimes, deu-se mais um passo para o aviltamento da nossa democracia.

As irregularidades pelas quais acusam a Presidenta Dilma foram praticadas por todos os Presidentes da República, desde os anos 90. E ainda hoje são postas e usadas por mais de uma dezena de governadores em exercício. Nunca foi crime de responsabilidade, mas agora é.

Também ficou mais clara, Srs. Senadores, a sabotagem que há muito tempo vem sendo praticada por quem, em silêncio, conspirava dentro do Planalto, semeando o desentendimento e fortalecendo delinquentes como o Presidente da Câmara. Para consumir o golpe, ele atua nas sombras, promove falsos vazamentos, desrespeita as instituições.

Mas a rejeição a esse personagem sombrio é tão grande quanto a da Presidente Dilma, segundo apontou a pesquisa do Datafolha divulgada no último domingo. Ele não é rejeitado por ter assinado alguma medida impopular, para combater a inflação ou reduzir o déficit da Previdência. Ele é rejeitado por mais da metade da população, porque está de braços dados com o Cunha. É imbatível no quesito "impopularidade". Três entre quatro entrevistados querem que ele seja cassado.

Esta semana, a Presidente Dilma, durante um encontro com professores, pesquisadores, cientistas e estudantes dos mais diversos setores ligados à educação, que estão ao seu lado contra o golpe, fez um pronunciamento que não deixa qualquer dúvida.

Disse ela:

Vivemos momentos decisivos para a democracia brasileira. Os próximos dias vão mostrar com clareza quem honra e respeita a democracia conquistada com grandes lutas e quem não se importa em destruir o regime democrático por meio de ilegítima...

O Sr. Donizeti Nogueira (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – "...destituição de uma Presidenta eleita com 54 milhões de votos do povo brasileiro. Estamos aqui..."

Vou terminar só o trecho da Presidenta.

Estamos aqui para denunciar um golpe [disse ainda a Presidenta]. Estamos juntos para barrar, com a nossa posição enérgica, uma tentativa de golpe contra a República, contra a democracia e contra o voto popular.

O golpe não é contra mim, embora tentem construí-lo por meio do *impeachment*. O golpe é contra o projeto do nosso País, que nós conquistamos nos últimos tempos.

Vivemos tempos estranhos e preocupantes. Temos tempos de golpe, de farsa, de traição. Utilizaram a farsa do vazamento para difundir a ordem unida da conspiração. Agora conspiram abertamente, à luz do dia, para desestabilizar uma Presidenta legitimamente eleita.

Acusam-me de usar expedientes escusos para recompor a Base de Apoio do Governo, julgando-me pelo seu espelho, pois são eles que usam tais métodos. Caluniam enquanto leiloam posições no gabinete do golpe, no governo dos sem votos.

Ficou claro que existem, sim, dois chefes que agem em conjunto, de forma premeditada. Como os muitos brasileiros, tomei conhecimento e confesso que fiquei chocada com a desfaçatez da farsa do vazamento, que foi deliberadamente premeditado, vazando para eles mesmos e tentando disfarçar o que era um anúncio de posse antecipada, subestimando a inteligência dos brasileiros. Até nisso são golpistas sem ética e sem respeito pela democracia, porque estou no pleno exercício da minha função de Presidenta da República.

Tem V. Ex^a o aparte.

O Sr. Donizeti Nogueira (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador Paulo Rocha, Senador Paulo Paim, Senador Hélio José, quero primeiro parabenizar pelo pronunciamento seguro, porque quem está com a verdade tem segurança nas afirmações. Começou a ficar nu o golpista quando manda uma carta dizendo que a Presidenta não o ouvia, que a Presidenta era isso e aquilo, que ele não era respeitado. Como não era respeitado? A Presidenta convidou o Vice-Presidente da República para ser o coordenador político do Governo, deu para ele autoridade para trabalhar isso. O que ela recebeu de volta do Vice-Presidente? A traição, a conspiração. Ela confiava no Vice-Presidente, tanto que o convidou para ser coordenador político, para fazer a relação com o Parlamento. E ele se aproveitou disso para aprofundar a conspiração, aproveitou para trair a Presidenta. Não há outro verbo. É trair, é a traição que foi cometida. E quer fazer passar que não tinha o respeito da Presidenta. Como não o tinha se ela o convidou para ser o coordenador político? O certo, Senador Paulo Rocha, é que, em 1945, depuseram Getúlio, que tinha tirado os olhos do Brasil do mar e trazido para o centro do País, para interiorizar o desenvolvimento com a Marcha para o Oeste. Voltando pelo voto popular, foi inviabilizado o governo dele, o que o levou ao suicídio para combater um golpe, Senador Paim, que viria, depois, celebrar a eleição do saudoso Presidente Juscelino Kubitschek, que também não queriam deixar tomar posse depois de eleito. Mas ele foi eleito, empossado contra a vontade desses que hoje querem o *impeachment* da Presidenta, querem o golpe, e governou bem o País. Depois, não deixaram o João Goulart governar. Tentaram impedir o Presidente Lula de governar. E agora querem impedir a Presidenta Dilma de continuar governando. Esses são – não há outra palavra – golpistas, oportunistas, aqueles que estão abandonando o Governo para se beneficiar, mais na frente, de outras coisas – sabem-se lá quais – que a própria imprensa nacional começa a abrir os olhos e constatar. Os brasileiros e as brasileiras certamente estão percebendo isso. Eu sou daqueles que acreditam que o povo sabe, que o povo tem percepção. Eu não sou daqueles que acreditam que o povo é manipulado. Parte do povo, às vezes, se engana, mas o povo brasileiro está assistindo e vai, no domingo, pacificamente, ocupar as ruas. E nós haveremos de derrotar essa tentativa de golpe na Câmara, com certeza. Obrigado, Senador Paulo Rocha, pelo aparte.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Obrigado, companheiro, Senador Donizeti.

Cai a máscara dos conspiradores. O Brasil e a democracia não merecem tamanha farsa. O fato é que os golpistas que se arrogam à condição de chefe e vice-chefe de gabinete do golpe estão tentando montar uma fraude para interromper, no Congresso, o mandato que me foi conferido pelos brasileiros [Diz a Presidenta].

Na verdade, trata-se da maior fraude jurídica e política de nossa história. Sem ela, o *impeachment* sequer seria votado. O relatório da Comissão do *Impeachment* é o instrumento dessa fraude. O relatório é tão frágil, tão sem fundamento que chega a confessar que não há indícios ou provas suficientes das irregularidades que tentam me atribuir.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a Presidenta afirmou:

Pretendem derrubar, sem provas e sem justificativa jurídica, uma Presidenta eleita por mais de 54 milhões de eleitores. Pretendem rasgar os votos de milhões de eleitores, não apenas dos que vo-

taram em mim, [diz ela] mas de todos os que, ao participar da eleição, respeitaram a democracia representativa. O *impeachment* sem crime de responsabilidade e sem provas cometido contra uma presidenta legitimamente eleita na jovem democracia brasileira abrirá caminho para governos sem voto, formados à revelia da manifestação do eleitor. O *impeachment* sem crime será um golpe de Estado no exato e lamentável sentido da expressão. A quem interessa usurpar do povo brasileiro o sagrado direito de escolher quem o governa? Como acreditar num pacto de salvação ou de unidade nacional sem sequer uma gota de legitimidade democrática? Como acreditar que haverá sustentação para tal aventura?

Essas foram as palavras da Presidenta. Sua clareza em denunciar o golpe em nada se parece com a zoeira dos Parlamentares suspeitos comemorando a aprovação do relatório, que ficará na história como mais um momento vergonhoso da nossa Câmara Federal.

Não por coincidência, seu encerramento foi cronometrado para ocorrer durante o *Jornal Nacional*, em mais um indício da grande armação que se pretende impor no Brasil.

A oposição também estava lá, festejando a ameaça à democracia, agora sem o constrangimento que tentou aparentar no começo deste ano, quando veio a público tentar se justificar por ter apoiado a pauta bomba do Eduardo Cunha, com reflexos na economia que se traduziram em mais dificuldades no orçamento, mais inflação e mais desemprego.

O PSDB é peça-chave nessa tentativa de inviabilizar a Presidenta Dilma. Ao apoiar Cunha, por não reconhecer a derrota nas eleições presidenciais de 2014, apostou no quanto pior, melhor, e agora paga o preço da desaprovação da opinião pública por ter abraçado a causa do golpe. Não é preciso mais fingir que não está ao lado do Cunha e dos golpistas que orbitaram em seu torno.

A história já começou a julgá-los, a história irá registrar que, enquanto Cunha e a oposição comandavam a tentativa de golpe na Câmara, os artistas mais reverenciados pelo público brasileiro pregavam a resistência e a permanência das pessoas nas ruas para denunciar a tentativa do golpe. Os atores, cantores e compositores que, na noite de segunda-feira, ocuparam a Fundação Progresso e toda a região do Arco da Lapa, no Rio de Janeiro, uniram-se a dezenas de outras categorias profissionais, movimentos sociais organizados, líderes religiosos e praticamente todas as áreas acadêmicas para se manifestar contra o golpe.

Todos esses grupos temem o mesmo: o abandono dos programas sociais que transformaram o Brasil nos últimos anos, todo o resgate social que há séculos esperava por um governo que atendesse às necessidades do nosso povo.

Primeiro com o ex-Presidente Lula, depois com Dilma, os governos do PT ergueram obras fundamentais, que transcendem a importância para além do Brasil, podendo ser consideradas obras da humanidade.

Falo, por exemplo, da transposição do Rio São Francisco, que vai, finalmente, acabar com a seca e a fome do Nordeste brasileiro, depois de atravessar quase dois séculos de indiferença dos governos.

Falo do Bolsa Família e de todos os programas complementares que formam a rede social de proteção criada pelos governos do PT, que, pela primeira vez, tirou o Brasil do Mapa da Fome da ONU.

Falo dos programas educacionais, da oportunidade que hoje se abre para que filhos de pedreiros e garis possam conquistar diploma de doutor.

Falo da minha conterrânea paraense D. Teodora Maria Alcântara, com incríveis 115 anos de idade, moradora de Cachoeira do Arari, na Ilha do Marajó, considerada a sexta mulher mais idosa do mundo. D. Teodora liderou, no ano passado, uma batalha pela expansão do programa Luz Para Todos para seu pequeno sítio na localidade de Japum. A luta de D. Teodora pela expansão da rede elétrica virou notícia dos jornais do meu Estado e, finalmente, no último dia 5, teve um final feliz. D. Teodora, pela primeira vez, teve acesso à energia elétrica, que hoje já mantém funcionando sua primeira geladeira, em seu pequeno sítio.

Todos esses avanços correm o sério risco de serem abandonados e de irem para o lixo. A gravação divulgada na última segunda-feira pelo Vice-Presidente Michel Temer, numa grotesca antecipação de posse viabilizada por essa tentativa de golpe em curso, diz que os programas sociais criados e implantados pelo PT, nos últimos dez anos, serão mantidos. É mentira! O programa econômico defendido pelo Sr. Temer, a chamada Ponte Para o Futuro, prevê o contrário. Prevê o desmonte da CLT, o fim da obrigatoriedade das dotações do Orçamento para a saúde e para a educação, o rebaixamento das relações trabalho-capital, em que o negocial vai ter mais força do que o legal. Assegura a transferência de recursos do Tesouro para pagar os juros e propõe a revisão de programas sociais como o Bolsa Família, o Pronatec, o Fies, o ProUni. Nem os economistas mais neoliberais do PSDB teriam tamanha voracidade em destruir o Estado e em beneficiar os mesmos setores que sempre tomaram o filé e deixaram o osso para a maioria da população.

Não permitiremos o golpe, que pretende demolir tudo o que construímos. Não permitiremos Eduardo Cunha na Vice-Presidência da República. Estamos nas ruas e vamos continuar em vigília para enfrentar os golpistas. O povo na rua e os democratas dentro do Congresso vão reverter esse golpe!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Paulo Rocha!

Antes de passar a palavra para o Senador Hélio José – que, se quiser, já pode até ir para a tribuna –, conforme acordei com V. Ex^a, vou ler esta carta, que é o editorial do jornal *Zero Hora*, cuja leitura eu já havia anunciado que faria, antes do encerramento dos trabalhos.

A carta do editorial desse jornal, que circula na Região Sul, tem como título “A política do oportunismo”:

O *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff torna-se uma possibilidade concreta a partir do desembarque do governo de partidos que até então estavam aliados ao PT na administração do País. Ainda que esse movimento coincida com o desejo de parcela expressiva da população brasileira, talvez a maioria, que atribui aos atuais governantes a responsabilidade pela corrupção e pela crise econômica, não se pode ignorar que ele evidencia também o oportunismo, o fisiologismo e o loteamento político do Estado.

A debandada mostra o equívoco do presidencialismo de coalizão nos moldes em que vem sendo empregado no Brasil, com a formação de um governo e de uma base de apoio parlamentar respaldados unicamente em interesses pessoais ou partidários. Ao desconsiderar capacidade de gestão, identidade programática e até mesmo compromissos éticos, o governante que assim procede acaba atraindo inimigos para a própria trincheira [foi o que fez o Governo], como se vê agora com a passagem de antigos aliados para a oposição.

Também [diz o jornal] é decepcionante constatar o oportunismo de políticos que passaram anos abrigados à sombra do poder e agora saem como se não tivessem responsabilidade alguma pelo fracasso da gestão [que é lembrado]. Pior: na perspectiva de assumirem o comando do País, partidos que lideram o pedido de *impeachment* já planejam um novo loteamento do Estado, com promessas de cargos e ministérios para seus novos aliados, exatamente [foi o erro, diz o jornal] como fez o governo que está sob o risco de ser afastado.

Para o Brasil mudar como os cidadãos brasileiros exigem, é impositivo que se mude também essa política do oportunismo e do fisiologismo, que tanto mal causa ao País.

Esse não é um jornal de esquerda, não é o Paim que está falando isso. Ao lado do *Jornal do Comércio*, de *O Correio*, ele está entre os que mais circula no Estado. Deixa muito claro no seu editorial que aqueles que sempre estiveram desfrutando... Eu aqui era seguidamente chamado: “Vamos ao Governo, porque vamos conseguir isso, isso, isso e aquilo.” Nunca fui, porque faço política de causas, e as causas têm de ter respaldo nas propostas dos governos sérios.

Aqueles que sempre se gabavam que tinham conseguido grandes recursos estão todos agora na trincheira do *impeachment*, mostrando aquilo que chamo, sim, como também chamou o jornal, de oportunismo político.

Era isso, meu amigo Hélio José, a quem passo a palavra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço ao nobre Senador Paulo Paim, Presidente desta sessão.

Ao mesmo tempo, quero cumprimentar os nossos ouvintes da TV Senado e da Rádio Senado.

É com muita satisfação que venho a este plenário.

Acho, nobre Senador Paulo Paim, que as pessoas precisam refletir bastante, porque as decisões que serão tomadas no próximo domingo, com certeza, terão reflexos muito importantes na vida de todos. Acho que a história que foi relatada aqui pelos nossos antecessores deixa isso claro. A história está aí para demonstrar que podemos ter um presente com mais tranquilidade ou um presente conturbado e um futuro conturbado.

Então, espero que cada um tenha responsabilidade nas suas atitudes e relembre o ocorrido anos atrás, para poder, cada um, depois, não falar “ah, votei enganado; ah, fiz isso, não sei o quê!” Eu sou cristão, sou católico. Talvez, se Cristo estivesse aqui de volta e se os ladrões estivessem aqui, eles crucificariam novamente Cristo e se arrependeriam depois, mais tarde. Então, é importante que todo o mundo reflita sobre as atitudes que estão sendo tomadas.

V. Ex^a coloca, com toda a clareza: um jornal que não está do lado A nem do lado B está fazendo essa constatação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Faz críticas ao Governo, faz críticas, mas diz que não concorda, em outras palavras, com o oportunismo político, que isso não leva a nada.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Não leva a nada, nem de um lado, nem do outro. Há aqueles que nos criticam por que estamos esperando os autos processuais chegarem a esta Casa, para os conhecermos e podermos analisar, para, de fato, externarmos uma posição embasada em uma situação de causa, e que ficam tentando arrancar a fórceps posições que, muitas vezes, podem ser equivocadas. Nessa linha, nós não estaremos. Acho que temos de estar na linha da razão, na linha da racionalidade, para, realmente, trabalhar em prol do País, para que se gere emprego, para que se gere oportunidade, para que se faça com que nosso povo possa novamente ter a tranquilidade de viver sua vida normal. Então, essa é a aposta que, nesta Casa, pelo menos, estamos querendo fazer.

Venho falar aqui, nobre Senador Paulo Paim. Eu tinha dois assuntos para falar aqui para o nosso Senado, para os nossos nobres Srs. Senadores e Sras. Senadoras, para V. Exª e para o Brasil. Um deles é referente à saúde complementar; o outro se refere exatamente à questão da terceirização.

Até em homenagem a V. Exª, que é um batalhador pelas causas sociais, que é uma pessoa que, incessantemente, nesta Casa, tem feito fileiras em defesa do trabalhador brasileiro, resolvi falar aqui sobre o PLC 30, sobre a questão da terceirização.

Neste final de tarde, quanto à decisão importante que vai ser tomada no próximo domingo, acho que é importante as pessoas saberem do risco que cada um está procurando passar caso a normalidade não seja mantida.

Vamos lá! Faço um pronunciamento contrário à terceirização das atividades-fim na economia brasileira.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, encontra-se em debate nesta Casa o Projeto de Lei Complementar nº 30, de 2015, que praticamente acaba com qualquer restrição à terceirização no Brasil. Trata-se de uma violenta afronta à CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), que tanto nós defendemos, nobre Senador Paulo Paim. Se aprovado, representará o mais duro golpe perpetrado contra os trabalhadores brasileiros nos últimos anos.

O Senador Paulo Paim tem corrido o Brasil, tem ido a todos os Estados, tem feito audiências públicas. Eu, como membro da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, tenho participado com o próprio Senador de várias audiências públicas, para defender os direitos sociais dos trabalhadores, as conquistas feitas a duras penas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se V. Exª me permite...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Pois não, nobre Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já que V. Exª me deu esta oportunidade pela sua fala, quero dizer que fui aos 27 Estados.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Foi aos 27 Estados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Fui a todas as assembleias, com a casa lotada. A frase é exatamente esta que V. Exª usou: é o maior ataque que foi feito até hoje aos direitos dos trabalhadores. E o pior é que está na tal carta chamada Ponte Para o Futuro. Por isso, o seu alerta vem no momento certo ao País. Só está dando um alerta.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Nobre Senador, é um alerta, para depois não se arrependem.

O PLC 30 pretende permitir a terceirização de atividades-fim sem qualquer tipo de freio ou pudor, lamentavelmente. Com todo o respeito aos irmãos trabalhadores terceirizados, que afinal não têm culpa da sua condição, todos sabemos que uma empresa, quando quer contornar os rigores da legislação trabalhista, apela exatamente para a terceirização.

Aqui, nesta Casa mesmo, há vários terceirizados. Tenho o maior respeito e o maior carinho por todos. Sabemos que eles estão em uma atividade em que não há problema de serem terceirizados: atividade de limpeza, atividade de telefonia, atividade de ascensorista. A própria prática do comércio, da vida privada e da vida normal pública levou a essa questão da terceirização. Não há nenhum tipo de problema até aí. O problema é que querem entrar em outras áreas essenciais e afins. E não podemos conviver com esse tipo de trabalho precarizado.

Apela para a terceirização de atividades-meio em detrimento dos contratos de trabalho direto. Isso acontece até mesmo em empresas públicas, como a Petrobras, que terceiriza áreas sensíveis da produção e coloca em risco tanto a sua reputação como a segurança dos trabalhadores nas plataformas de petróleo. Então, temos de ter esses cuidados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A maioria dos funcionários da Petrobras é terceirizada, infelizmente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Lamentavelmente!

Se passarmos a tolerar a terceirização de atividades-fim, aí mesmo é que não haverá mais rigor algum, nem haverá compromisso algum do empregador em formar quadros profissionais preparados e permanentes. Uma empresa séria, uma empresa que priva pelo seu nome, quer quadro permanente, capacitado, bem

formado, qualificado, para desenvolver suas atividades, e, com um trabalho terceirizado, muitas vezes, não é possível chegar a tal aprimoramento dos serviços essenciais.

Então, é exatamente essa a linha. Eu, que sou defensor do setor produtivo, nunca deixei de apoiar nenhum projeto do setor produtivo, mas não creio ser produtivo para o setor perder suas memórias, seus quadros, para colocar pessoas para ganharem um terço ou metade do salário da pessoa que é preparada, para poder assumir o cargo de forma precária, levando a acidentes de trabalho, levando a prejuízos incalculáveis. Temos de repensar essa questão, não é isso, nobre Senador Paulo Paim?

No caso do setor elétrico, então, os efeitos da terceirização são ainda mais evidentes e nefastos. Conheço bem o ramo, pois sou engenheiro eletricista de formação, sei bem os riscos que correm os profissionais da área, mesmo quando todas as normas de segurança são seguidas ao pé da letra. No setor elétrico, não se permite erro. Errou, torra, vira carvão, morre instantaneamente. Então, não é possível conviver com a incerteza e com a falta de formação nesse setor, como em outros setores essenciais da sociedade.

Em empresas sérias do setor elétrico, a preocupação com a capacitação de recursos humanos é fundamental. Existe, nessas corporações, todo um investimento na formação do empregado, com foco na segurança do trabalho, desde o nível mais básico até o engenheiro, pois todos correm risco de vida ao operar sistemas elétricos de potência.

O investimento sai caro, nobre Presidente, e sai dos cofres da própria empresa, que espera, em retorno, a permanência do trabalhador em seus quadros por um decurso razoável de tempo, suficiente para justificar os valores despendidos em sua capacitação específica.

A terceirização indiscriminada, se vier, jogará todo esse esforço feito por terra, nobre Presidente. Com a desregulamentação geral, os empresários não se sentirão mais estimulados a formar mão de obra qualificada, isso passará a ser um ônus da prestação de serviço. E será que a prestadora cumprirá o seu papel, Sr. Presidente? Será que ela vai investir em formação, já que ela pode trocar seis por meia dúzia, como se troca o papel de pão, no embrulho? Não vai fazer. Então, a gente tem de tomar esse cuidado.

Para se ter uma ideia, apenas no ano de 2015, quase 700 trabalhadores perderam suas vidas no setor elétrico brasileiro. São quase 700 famílias sem seus entes queridos, muitas vezes sem seu principal responsável pelo sustento do lar, e inúmeras empresas empregadoras que terão de substituir o trabalhador falecido por outro que, não raro, será submetido a um novo ciclo de preparação para se adequar às normas de segurança para começar tudo novamente. Essas mortes se deram em 2015, na vigência da lei atual, nobre Presidente, muito mais restritiva à terceirização, que é o texto do PLC nº 30. Muito mais restritiva! Imaginem os Senhores quantos outros pais de família perderão a vida se a regra do PLC 30 já estivesse valendo. Seriam muito mais pais de família que teriam perdido a vida! Então, não podemos ficar calados a esse descabro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E um detalhe, se me permite, já que sou Relator da matéria e a estou estudando a fundo, eles quebram a Previdência. Daí, sim, vão quebrar a Previdência, porque não pagam a Previdência. Apenas mais um detalhe para o debate.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Não pagam a Previdência. Grande parte dá calote. Inclusive, um dia desses, a excrescência é tão grande que, no próprio STJ, a terceirizada que foi lá fez um preço inexequível, pegou o trabalho e deu o golpe no próprio Judiciário, não pagando os seus trabalhadores e deixando todo mundo na berlinda, sem fundo de garantia, sem nada. É esse tipo de situação que a gente tem de evitar. Nós estamos dando um alerta para o Brasil de que não é possível nós anarquizarmos as nossas instituições, as nossas empresas, as nossas instituições de trabalho, com esse tipo de permissão.

Por isso que a gente aguarda a garantia, nobre Senador Paulo Paim, com toda a seriedade desta Casa, de que o direito sagrado da atividade-fim permaneça com trabalhadores preparados, capacitados e que não venha a pôr em risco toda uma instituição, toda uma família.

O alento, entretanto, não pode se dar ao custo da saúde e da vida do trabalhador. Aceito discutir ideias, menos aquelas que só trarão dor para as famílias e prejuízo para as empresas sérias, que cumprem a lei e se preocupam com a integridade de seus colaboradores. Porque há muitas empresas sérias assim, empresas responsáveis, premiadas, que são empresas privadas altamente responsáveis. E é esse tipo de empresa que, como apoiador do setor produtivo, que é quem gera oportunidade, quem gera emprego, que a gente quer neste País. Então, não tenho dúvida de estar colocando aqui que precisamos estar atentos.

A economia brasileira passa por uma crise sem precedentes e não é hora de tratarmos com preconceitos propostas que possam apresentar alguma luz para que o País possa reagir. Então, é esse alerta que nós estamos dando. E V. Exª tem feito uma cruzada por este País, continua fazendo em outros setores e nós aqui nunca negamos discutir esse assunto. Estamos discutindo na exaustão esse assunto.

É pensando nesse contexto que proponho trazer ao debate soluções que já estão em gestão nos nossos centros de pesquisa, de excelência e que contribuem para o avanço da segurança no ambiente do trabalho, sem ferir as atuais normas vigentes.

É o caso, por exemplo, de um equipamento de proteção individual desenvolvido pela Escola de Engenharia Elétrica da Universidade Federal de Goiás (UFG) e já utilizado em algumas empresas, como a Companhia Paranaense de Energia (Copel), que é um exemplo de empresa pública lá do Paraná na área do setor elétrico.

Trata-se de um capacete com sensor que capta a energia elétrica do ambiente e dispara um sinal quando os níveis de tensão se elevam a ponto de comprometer a segurança do trabalhador, nobre Senador Paulo Paim. Porque, muitas vezes, a pessoa está ali trabalhando, se distrai um pouquinho e com uma encostadinha já era. Então, não se pode arriscar com questões tipo esta, energia, radioatividade e outras coisas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E eles querem revogar a NR-12, que regulamenta e garante a proteção do trabalhador em relação às máquinas. Se não fosse nós termos feito aquela grande audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, e V. Exª estava lá, eles tinham – já havia um decreto legislativo – derrubado a NR-12, expondo ainda mais o trabalhador ao acidente de trabalho.

V. Exª está coberto de razão.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – É um absurdo. Muito obrigado, nobre Senador Paulo Paim.

Minha intenção, na condição de Parlamentar, é apresentar projeto de lei do Senado no sentido de estabelecer a obrigatoriedade do uso desse capacete nos trabalhos do campo de setor elétrico.

Penso que esse é o tipo de discussão que devemos produzir, aquela com o intuito de pensar novas possibilidades de amparo ao trabalhador, que gerem riquezas para o País, e não perdermos tempo com projetos que, a despeito de cortar custos para os empresários, só lhe trazem, ao fim e ao cabo, prejuízos e insatisfação, além de envolver pais de família, mães de família e de gerar órfãos por causa da irresponsabilidade e da ganância por causa de 32 moedas, que não vão levar a lugar nenhum. Quem tem sua riqueza precisa usufruí-la de uma forma digna, tanto para ele quanto para os demais seres humanos que o rodeiam.

Quero dizer, nobre Senador Paulo Paim, que essas serão as minhas palavras, hoje, com relação a isso. Faço, inclusive, em homenagem a V. Exª, que está aqui, e aos trabalhadores brasileiros que nos ouvem e sabem da relevância do que estamos falando, da relevância de se refletir e de termos um País e um futuro com tranquilidade.

Amanhã estarei, exatamente, na sua terra. Vou sair daqui amanhã de manhã cedo. Estarei no Rio Grande do Sul conhecendo um importante projeto que existe lá, o Banco Social. É exatamente do setor produtivo. Tem uma parceria. Quero conhecê-lo e ver se a gente pode aproveitar essa experiência aqui no Distrito Federal.

Então, para finalizar a minha fala, quero realçar algo importante. Há um muro de Berlim feito na Esplanada, e domingo grande parte virá para a Esplanada. Que todos venham com o espírito desarmado. Venha tranquilo, quem é a favor e quem é contra, fazer sua manifestação de cidadania. Aquele que é a favor, aquele que é contra pense que, atrás de cada um, existe uma família, que atrás de cada um existe a necessidade de viver em harmonia. Não venha para cá, para a praça pública dos cidadãos, fazer guerra e telequete. Que cada um se manifeste da melhor forma possível, que respeite a individualidade de cada um. Que os prós façam a sua manifestação; que os contra façam a sua manifestação; e que saíamos todos, depois, no final do julgamento, unidos naquilo que porventura possa sair, unidos em prol da fraternidade, unidos em prol de uma vida mais digna para todos e trabalhando em prol da unidade dos povos. Não adianta a gente vir aqui pensar que o lado A ou o lado B, quem porventura venha a ganhar ou venha a perder, tem de ir para cima do outro fazer telequete.

Quero dizer exatamente o que me preocupa. Eu falava, inclusive, com o Comandante da Polícia Militar do Distrito Federal, uma pessoa excepcional e bem preparada, sobre a questão da nossa rodoviária, onde estarão todos misturados; falamos sobre o nosso metrô, onde todos vão estar misturados; falamos sobre os nossos ônibus, onde estarão todos misturados.

Não adianta termos um “muro de Berlim” na Esplanada e não termos uma fiscalização mais dura, um policiamento mais duro na nossa rodoviária e em pontos essenciais exatamente para evitar que os mais exaltados, do lado A ou do lado B, possam fazer provocações ou provocar algum incidente.

Então, quero desejar sucesso a todos, que todos venham fazer a sua manifestação democrática, mas que respeitem a individualidade de cada um.

Um grande abraço, nobre Senador Paulo Paim, tudo de bom.

Vou para o seu Estado amanhã e sei o quanto você o ama, sei o quanto o seu Estado é avançado. Por isso vou lá exatamente conversar com o Arcebispo de Santa Maria e com algumas pessoas sobre um assunto importante e vou ver essa experiência da Fiergs, do Banco Social, que eles têm lá, em parceria com uma série de outras questões, para gente tentar...

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – ... trazer essa experiência para o nosso Distrito Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Hélio José.

Comungo com as suas preocupações e complemento, dizendo que o Senador Reguffe foi na mesma linha da sua fala. S. Ex^a também demonstrou preocupações com o conflito que poderá acontecer aqui em Brasília.

Quero me somar à fala dos senhores. Senador Hélio José, eu vou ficar aqui, porque acho um momento, queiramos ou não, histórico.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Domingo, eu estarei aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, vamos acompanhar passo a passo. Vamos rezar muito e pedir a Deus que oriente todos para que não haja qualquer tipo de violência.

O resultado que acontecer na Câmara teremos de debater aqui e o faremos, tenho certeza, no mais alto nível. Os dois lados, Senador, como V. Ex^a disse muito bem, até o momento, dizem que já ganharam.

Vocês sabem da minha posição. Eu sou contra o *impeachment*, e já falei hoje longamente aqui na sessão, por três vezes, sobre essa questão, mas respeito aqueles que pensam diferentemente.

Mas o que não pode acontecer é partirmos para a violência, para a agressão, para o desrespeito total ao ser humano. É preciso que prevaleça o bom senso e o diálogo. O resultado final estará no painel, e nós, se a matéria chegar aqui, debateremos.

Espero que não seja preciso. Estou, mais uma vez, enfatizando o meu ponto de vista. Que se resolva lá, já na Câmara, essa questão e que o Congresso volte à normalidade, para discutir temas como o fez V. Ex^a da tribuna. Como é bom ver um Senador vir aqui discutir, por exemplo, o PL nº 30, que massacra o trabalhador, que assalta a CLT; discutir proteção do trabalhador, no seu local de trabalho; discutir, por exemplo um PL que está aqui, que regulamenta o trabalho escravo, quando nós temos que proibir o trabalho escravo; discutir as questões da saúde, que preocupam o povo brasileiro, da educação, da segurança, que V. Ex^a também tocou pela via do fato de domingo, mas trocou.

Por isso, meus cumprimentos ao seu pronunciamento e queira Deus que a gente consiga resolver o mais rápido possível isso e que o Congresso e o País voltem à normalidade.

Alguém disse aqui hoje, Senador, e eu sei que é uma preocupação sua, porque já realizou audiências nesse sentido, que nós temos aí em torno de oito milhões de desempregados. Claro que estamos chateados, estamos tristes com isso, mas é bom lembrar também, pelo outro, o contra-argumento, que geramos 20 milhões de novos empregos. Então, nós temos 12 milhões a mais do que no governo anterior.

Até mesmo sobre a crise, que era mundial, e que um dia chegaria aqui, como chegou, isso tudo a gente vai debatendo numa visão, para mim, que nunca podemos esquecer: a defesa da democracia. A democracia é fundamental. Nós não podemos, em hipótese nenhuma, esquecer a democracia, porque a democracia, para mim, é o símbolo da liberdade, é o símbolo da justiça, é o símbolo da igualdade, é o símbolo dos direitos humanos. Não há democracia sem direitos humanos, e não há direitos humanos sem democracia. E V. Ex^a, para alegria minha, é membro da Comissão de Direitos Humanos, que eu tenho a honra de presidir.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu agradeço a V. Ex^a.

Quero deixar claro a todos os brasileiros que estaremos aqui no domingo, acompanhando de perto, torcendo para que tudo corra bem e com a tranquilidade de que, como possíveis futuros julgadores, se isso ocorrer de chegar até aqui, ter a tranquilidade de analisar os fatos e tomar nossas posições com liberdade.

Eu acho que a democracia está acima de qualquer questão.

Muito obrigado, nobre Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Neste momento, eu encerro os trabalhos.

Que Deus ilumine todos nós e que este domingo passe sem nenhuma sequela física ou mesmo à própria democracia. Que Deus nos ajude.

Está encerrada a sessão.

Amanhã, às 9h, estaremos aqui novamente.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 44 minutos.)

MATÉRIAS E DOCUMENTOS

EXPEDIENTE

Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 247, de 2016, na origem, encaminhando informações complementares referentes ao Requerimento nº 1, de 2015, do Senador Ataídes Oliveira.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

Comunicações

SENADO FEDERAL
Gabinete do Líder do PMDB e da Maioria

OF. GLPMDB nº 050 / 2016

Brasília, 14 de abril de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal
70.165-900 - Brasília - DF

A publicação
Em 14/04/16
[Assinatura]

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, comunico, nos termos regimentais, a indicação da Senadora Marta Suplicy para compor, como membro Titular do Bloco da Maioria, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, em vaga existente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

[Assinatura]
Senador **Eunício Oliveira**
Líder do PMDB e do Bloco da Maioria



SENADO FEDERAL
Gabinete do Líder do PMDB e da Maioria

OF. GLPMDB nº 051 / 2016

Brasília, 14 de abril de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal
70.165-900 - Brasília - DF

A publicação
Em 14/04/16.
[Assinatura]

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, comunico, nos termos regimentais, a indicação do Senador José Medeiros para compor, como membro suplente do Bloco da Maioria, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT, em vaga existente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

[Assinatura]
Senador **Eunício Oliveira**
Líder do PMDB e do Bloco da Maioria

[Assinatura]
Recb do
14/04/16
165
146398



SENADO FEDERAL
Gabinete do Líder do PMDB e da Maioria

OF. GLPMDB nº 052/ 2016

Brasília, 14 de abril de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal
70.165-900 - Brasília - DF

A publicação
em 14/04/16.
[Assinatura]

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, comunico, nos termos regimentais, a indicação do Senador José Medeiros para compor, como membro titular do Bloco da Maioria, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, em vaga existente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

[Assinatura]
Senador **Eunício Oliveira**
Líder do PMDB e do Bloco da Maioria

[Assinatura]
Recb
14/04/16
46390



SENADO FEDERAL
Gabinete do Líder do PMDB e da Maioria

OF. GLPMDB nº 053/ 2016

Brasília, 14 de abril de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal
70.165-900 - Brasília - DF

A publicação.
Em 14/04/16.
[Assinatura]

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, comunico, nos termos regimentais, a indicação do Senador José Medeiros para compor, como membro suplente do Bloco da Maioria, a Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, em vaga existente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

[Assinatura]
Senador **Eunício Oliveira**
Líder do PMDB e do Bloco da Maioria

Recebido
em 14/04/16
f. 686
46396

DISCURSO ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Já se tornou um lugar comum a afirmação de que o Brasil vive uma guerra civil. No entanto, é preciso ser mesmo repetitivo, diante da verdadeira tragédia com a qual convivemos há tantos anos e que vem ceifando a vida de brasileiros de todas as idades, especialmente os mais jovens.

Eu me refiro, Sr. Presidente, à escalada da violência em nosso país, realidade reforçada pelos mais recentes números do Atlas da Violência 2016, divulgado na semana passada pelo IPEA.

O Brasil ostenta o vergonhoso título de país com o maior número de homicídios em todo o mundo, à frente inclusive de nações que convivem com conflitos internos ou com a ação de grupos terroristas.

O IPEA consolidou os dados de 2014, mas nada indica que a situação tenha melhorado desde então. Foram quase 60 mil mortes violentas, o que representa cerca de 10% de todos os assassinatos ocorridos no mundo em 2014.

Chama a atenção o número de homicídios de mulheres, que registrou um aumento de 11% no período de dez anos, apesar das diversas políticas públicas instituídas para evitar esse tipo de crime.

O aumento pode estar relacionado à melhoria nos sistemas de aferição pelas secretarias estaduais de segurança, mas indica que não devemos esmorecer no combate à violência de gênero.

Mais uma vez despontam nas estatísticas os números absurdamente altos de homicídios contra a população jovem e negra. Segundo o estudo do IPEA, pretos e pardos jovens têm até 147% a mais de chances de serem vítimas de homicídios, em relação aos indivíduos não negros.

Entre 2004 e 2014, a taxa de homicídio de afrodescendentes subiu 18,2%, enquanto a de não-negros caiu 14,6%.

Esse quadro poderia ser ainda pior, não fosse o Estatuto do Desarmamento, legislação restritiva do uso de armas aprovada pelo Congresso Nacional.

De acordo com o levantamento, dada a evolução nos anos anteriores à entrada em vigor do estatuto, o número de homicídios no país teria crescido 41% a mais do que o observado.

Cito esse dado especificamente, Sr. Presidente, para chamar a atenção para a necessidade de barrar o projeto que revoga o estatuto, e que tramita na Câmara dos Deputados.

Os técnicos responsáveis pelo estudo concluem que, além de uma óbvia tragédia social, a violência representa também uma tragédia econômica, em razão dos impactos causados no setor público, nas empresas e nas famílias.

Um dos fatores que influenciam nesse resultado é o número de homicídios de homens na faixa etária entre 15 e 29 anos, que representam 46,4% das mortes do gênero masculino, acarretando diretamente uma carência na mão de obra jovem no mercado de trabalho.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, antes de concluir, gostaria de lembrar que o meu estado de Roraima, embora com uma população reduzida, também sofre com o aumento da violência. De 2004 a 2014 houve um crescimento de cerca 50% no número de homicídios em Roraima.

Além disso, o município de Caracarái registrou o índice de 72 homicídios para cada 100 mil habitantes, o que o coloca em sexto lugar entre as localidades mais violentas do país.

Diante desse quadro, Sr. Presidente, insisto na necessidade de políticas públicas de atenção à nossa juventude, que precisa ser retirada de situações de risco.

Precisamos investir fortemente em educação, na prática desportiva e em melhores condições de trabalho para os agentes públicos de segurança. Não há mistério. Essa é a chave para diminuir os números trágicos de violência em nosso país.

Mensagens da Presidente da República**SENADO FEDERAL**
MENSAGEM Nº 36, de 2016
(Nº 135/2016, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Doutor CARLOS EDUARDO BARBOSA PAZ, Defensor Público Federal no Distrito Federal, para ocupar o cargo de Defensor Público-Geral Federal, na vaga decorrente do término do mandato do Doutor Haman Tabosa de Moraes e Córdova.

Brasília, 11 de abril de 2016.

DILMA ROUSSEFF

Presidente da República Federativa do Brasil

**CARLOS EDUARDO BARBOSA PAZ**

Candidatura em Lista Tríplice para o cargo de
Defensor Público-Geral Federal 2016-2018

CURRICULUM VITAE

(De acordo com a Res. 41/2009 do Senado Federal)

Nome: CARLOS EDUARDO BARBOSA PAZ

Data de nascimento: 28.10.1978

Nacionalidade: Brasileiro

Naturalidade: Fortaleza/CE

Estado Civil: Casado

RG: 20070566628 – SSPDS/CE

CPF: 582.168.393-91

Tít. Eleitor: 463228807/44. Z 113. S 0185.

Endereços Residenciais: Avenida dos Holandeses, Quadra 7, Lote 5, Apto. 301.

Condomínio Biarritz. Ponta do Farol, São Luís, Maranhão. CEP: 65.075-650 | Rua João

Cordeiro, 1644 – Apto. 1701. Edifício Eliete Azevedo, Centro, Fortaleza, Ceará.

ATIVIDADES PROFISSIONAIS:

2015 a Atual – Membro da Câmara de Coordenação e Revisão CRIMINAL da Defensoria Pública da União.

2015 a Atual – Membro da Câmara de Coordenação e Revisão CÍVEL da Defensoria Pública da União.

2014 a Atual – Presidente do Grupo de Trabalho Nacional de Comunidades Tradicionais da Defensoria Pública da União.

2012 a 2013 – Membro eleito do Conselho Superior da Defensoria Pública da União – CSDPU.

2011 a 2013 – Membro titular do Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado do Ceará, representando a Defensoria Pública da União.

2010 a 2013 – Membro suplente do Conselho Penitenciário do Estado do Ceará, representando a Defensoria Pública da União.

2009 – 2012 – Defensor Público-chefe da Defensoria Pública da União, no Ceará.

2009 – 2009 – Membro do Comitê Gestor do Sistema Informatizado de Assistência Jurídica da Defensoria Pública da União.

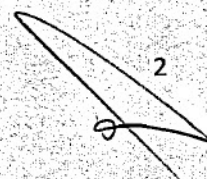
2007 – 2009 – Defensor Público-Chefe Substituto da Defensoria Pública da União, no Ceará.

2006 a Atual – Defensoria Pública da União. Cargo exercido: Defensor Público Federal de 1ª. Categoria

2004 – 2009 – Presidente da Comissão de Informática Jurídica da OAB/Ceará.

2001 a Atual – Advogado, inscrito na OAB – Ceará sob o n.º 14.818.

1998 a 2002 – Accard Administradora de Cartões de Crédito S/A. Cargos exercidos: Assistente Controladoria; Assistente Jurídico.



1993 a 1998 – Banco do Estado do Ceará – BEC S/A. Cargo(s) exercido(s): Bancário-Aprendiz; Escriturário.

ATIVIDADES ACADÊMICAS

2014 a Atual – Universidade Estadual do Ceará. Mestrando do Programa de Pós-Graduação Profissional em Planejamento e Políticas Públicas.

2011 a Atual – Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Cargos exercidos: Professor-visitante da Pós-Graduação.

2010 a Atual – Estácio/ Fic. Cargos exercidos: Professor-visitante da Pós-graduação.

2008 – Faculdade 7 de Setembro – FA7. Cargos exercidos: Professor Ensino Superior Direito.

2006 – 2006 – Extensão em Análise Forense Computacional – FEAACS/UFC.

2004 a 2010 – Faculdade Integrada da Grande Fortaleza LTDA. – FGF. Cargos exercidos: Professor; Subcoordenador; Coordenador.

2004 – 2004 – Extensão em Direito da Tecnologia da Informação – Fundação Getúlio Vargas/RJ.

2002 – 2003 – Especialização *lato sensu* em Direito Processual Penal na Universidade de Fortaleza – UNIFOR.

2007 – 2001 – Graduação. Bacharelado em Direito na Universidade de Fortaleza – UNIFOR.



PUBLICAÇÕES:

- Coisa julgada e *favor libertatis*: da (im) possibilidade de nova persecução penal devido ao vício de incompetência absoluta. ISSN 2176-1221. Disponível em <http://www.sbpnet.org.br/livro/64ra/resumos/resumos/9510.htm>. Acesso em 07 de outubro de 2013.

- Interrogatório *on line*. Uma análise principiológica. ISSN 1518-0360. Disponível em http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=268. Acesso em 07 de outubro de 2013.

DECLARAÇÕES:

- a) quanto à existência de parentes seus que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional, com a discriminação dos referidos períodos;

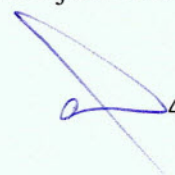
DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE NENHUM DE MEUS PARENTES EXERCEU OU EXERCE ATIVIDADE PÚBLICA OU PRIVADA VINCULADA À MINHA ATIVIDADE PROFISSIONAL DE DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL.

- b) quanto à sua atuação, nos últimos 5 (cinco) anos, contados retroativamente ao ano em que se deu sua indicação, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras;

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE NÃO HOUVE ATUAÇÃO EM JUÍZOS E/OU TRIBUNAIS, EM CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS ESTATAIS OU EM CARGOS DE DIREÇÃO DE AGÊNCIAS REGULADORAS.

PARTICIPAÇÃO EM ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:

- Instituto de Direito da Tecnologia da Informação. Presidente, desde janeiro de 2011. CNPJ: 13.277.450/0001-78.



- Rotary Club Fortaleza Edson Queiroz. Associado representativo, desde julho de 2001. CNPJ 04.042.544/0001-77.

ACÕES JUDICIAIS:

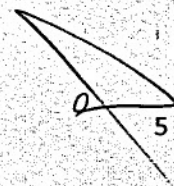
- Ação n.º 0512446-29.2012.4.05.8100, tramitada em 14ª Vara Federal da Justiça Federal, no Ceará. Autor: Carlos Eduardo Barbosa Paz x Réu: União Federal. Objeto: Direito Tributário – Contribuições Previdenciárias. Arquivo em 09.12.2012.
- Ação n. 0001741-67.2014.5.07.0001, em trâmite perante a 1ª Vara do Trabalho de Fortaleza, na qualidade de substituído processual. Autor: Sindicato dos Bancários do Ceará x Réu: Bradesco S/A. Objeto: Direito Trabalhista – Contribuições ao FGTS. Diferenças acordos trabalhistas. Execução de título judicial em andamento. Posição em 26 de outubro de 2015.

ARGUMENTAÇÃO ESCRITA, APRESENTADA DE FORMA SUCINTA, EM QUE O INDICADO DEMONSTRE TER EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL, FORMAÇÃO TÉCNICA ADEQUADA E AFINIDADE INTELECTUAL E MORAL PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE;

Chamo-me CARLOS EDUARDO BARBOSA PAZ, servidor público, defensor público federal, e submeto meu nome à nomeação da Presidência da República Federativa do Brasil e aprovação pelo Senado Federal para o cargo de Defensor Público-Geral Federal, biênio 2016-18, figurando pela segunda vez consecutiva em lista tríplice formada pela votação direta dos colegas defensores e defensoras federais votantes.

Desde minha posse, nos idos de 2006, venho contribuindo com a DPU em várias frentes. Titularizei ofício criminal, estive como chefe substituto e efetivo de unidade por quase cinco anos da DPU/Ceará, coordenador de área, de estágio dentro outras. Fui membro-representante da DPU em Conselhos e Comitês interinstitucionais, membro de comissão de propostas ao Projeto de Código de Processo Penal, do comitê-gestor de Sistemas Informatizados e das Câmaras de Coordenação e Revisão institucionais. Exerci mandato de conselheiro no Colendo Conselho Superior da DPU.

Atualmente, sirvo à Defensoria Pública da União como titular de ofício regional geral, membro-presidente do Grupo de Trabalho de Comunidades Tradicionais e membro da Câmara de Coordenação/Revisão Criminal.



5

Antes de ingressar na DPU, trabalhei no setor privado como bancário e *controller jr.* (analista de informações contábeis e gerenciais), gestor de departamento jurídico e advogado particular. Na área acadêmica, tenho pós-graduação em Direito Processual Penal, certificação em Direito da Tecnologia da Informação e mestrando em Programa de Mestrado Profissional Planejamento e Políticas Públicas. Sou professor universitário e tive a oportunidade de coordenar curso de graduação de bacharelado em Direito.

Penso que as conquistas institucionais até aqui obtidas certamente são fruto do trabalho de todos os Defensores e Defensoras Federais, e de um processo histórico, no qual o novo posicionamento constitucional da Defensoria Pública Federal.

Meu compromisso com a instituição é de melhorar as práticas de gestão em prol de uma maior e melhor atuação da DPU em todo o país, para os que a fazem e principalmente para os que dela necessitam. É salutar que desenvolvamos ainda mais esse importante instrumento de transformação social.

Brasília-DF, 13 de abril 2016.


CARLOS EDUARDO BARBOSA PAZ
Defensor Público Federal

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ SECRETARIA DA FAZENDA http://www.sefaz.ce.gov.br/content/aplicacao/internet/servicos_onli...

**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Procuradoria Geral do Estado**

**Certidão Negativa de Débitos Estaduais
Nº 201602064142**

Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE
Inscrição Estadual: *****
CNPJ / CPF: 582168393-91
RAZÃO SOCIAL: *****

Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

**EMITIDA VIA INTERNET EM 13/04/16 ÀS 17:10:12
VÁLIDA ATÉ 12/06/2016**

A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço www.sefaz.ce.gov.br



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 29697722016

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **CARLOS EDUARDO BARBOSA PAZ**, nacionalidade brasileiro, filho(a) de **CARLOS AUGUSTO PAZ** e **MARIA DE FÁTIMA BARBOSA PAZ**, nascido(a) aos 28/10/1978, natural de FORTALEZA/CE, Documento de identificação 20070566628 SSPDS/CE, CPF 582.168.393-91.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. “Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes”;
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 3) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 17:21 de 13/04/2016



29697722016

Certidão Negativa

http://www2.stm.jus.br/ceneg_internet/emitir/index.php

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
CERTIDÃO DE AÇÕES CRIMINAIS
03493342

Certificamos que contra

Nome: **CARLOS EDUARDO BARBOSA PAZ**

CPF: **582.168.393-91**

Data de Nascimento: **28/10/1978**

Nome da mãe: **MARIA DE FÁTIMA BARBOSA PAZ**

NADA CONSTA

no que se refere a Ações Penais Militares em andamento ou com sentença condenatória transitada em julgado e/ou Processo de Execução Penal em andamento na Justiça Militar da União.

Certidão emitida em 13/04/2016 às 17:18:57 (hora de Brasília) com base na Resolução nº 149, de 03/08/2007, do Superior Tribunal Militar, publicada no DJ de 17/08/2007.

Os dados pessoais acima são de responsabilidade do solicitante da certidão.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.stm.jus.br> (Menu "Certidão Negativa/Autenticação de Certidão") informando o Número de Controle e o CPF do emissor da Certidão.

Certidão gratuita e de âmbito nacional
Esta certidão é válida por 90 dias

:: Sistema de Emissão de Certidões Negativas da 1ª Região

http://www.trf1.jus.br/Servicos/Certidao/trf1_emitecertidao.php

Nº 16038



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Estado do Maranhão

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CÍVEIS E CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis, Criminais e JEF mantidos na **Seção Judiciária do Estado do Maranhão**, que

N A D A C O N S T A

contra **CARLOS EDUARDO BARBOSA PAZ** nem contra o **CPF: 582.168.393-91**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe, suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitaram no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- d) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado do Maranhão (www.jfma.jus.br), informando-se o número de controle acima descrito.

Emitida gratuitamente pela Internet em: 13/04/2016, 17h18.

Data da última atualização do banco de dados: 13/04/2016, 17h18.

Endereço: Av Senador Vitorino Freire, s/n - Areinha
CEP: 65010-650, São Luís/MA.
Fone: (98) 3214-5756. e-Mail: nucju@ma.trf1.gov.br

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATSP0/Certidao/CndCo...>



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: CARLOS EDUARDO BARBOSA PAZ
CPF: 582.168.393-91

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

Emitida às 23:46:33 do dia 25/10/2015 <hora e data de Brasília>.

Válida até 22/04/2016.

Código de controle da certidão: **7149.6198.75B0.A3F2**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

<http://www.sefin.fortaleza.ce.gov.br/certidoes/#?certidao-negativa-d...>**Prefeitura de
Fortaleza****SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS - SEFIN****CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS**

Certidão Nº 2016/100896

CPF/CNPJ: 582.168.393-91**Contribuinte:** CARLOS EDUARDO BARBOSA PAZ**Endereço:** RU DOR JUNIOR ROCHA 1235**PARQUE MANIBURA****Tipo de Imóvel:** Não Residencial**Inscrição ISS:** *******Inscrição IPTU:** 375882-6**Localização Cartográfica:** 61 0117 0123 0000**Testada Principal (m):** 8,00**Área do Terreno (m²):** 244,00**Área Edificada (m²):** 132.65

Certificamos, para os devidos fins, que o(a) requerente acima qualificado(a) está **quite com os tributos municipais até a presente data**, ressalvado porém, à Secretaria de Finanças, caso se constatar futuramente a legitimidade de qualquer tributo que venha a gravar a **pessoa ou o imóvel**, o direito de cobrar o débito na forma da legislação em vigor.

Fortaleza, 13 de abril de 2016 (17:27:20)

Certidão expedida gratuitamente com base na IN-SEFIN nº 03, de 08 de Outubro de 2003.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no site da SEFIN (www.sefin.fortaleza.ce.gov.br).

Validade: **90 dias**.

CERTIDÃO EMITIDA VIA INTERNET
<http://www.sefin.fortaleza.ce.gov.br>

JUSTIÇA FEDERAL NO CEARÁ - Certidão Negativa

<http://www.jfce.jus.br/jfce/certidaointer/emissaoCertidao.aspx>

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Nº 201600108938
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES
Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

CARLOS EDUARDO BARBOSA PAZ
CPF: 582.168.393-91

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Ceará.

Observações:

1 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, **através da Internet**, com base nas Portarias Nº 729/2009 e 597/2013;

2 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfce.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

Fortaleza, 13/04/2016 17:28:47

Endereço: Praça Murilo Borges, S/N, Centro, CEP 60035-210, Fortaleza/CE

Fone: (85) 3521-2500

Untitled Page

<http://www4.tjce.jus.br/siscertidao/EmitirCertidao.aspx?cpf=58216...>

**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA**

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

NÚMERO DA CERTIDÃO 7933939735

AÇÕES CRIMINAIS, EXECUÇÕES PENAIS E AUDITORIA MILITAR

Natureza: Criminal

Certifico que, revendo os registros de Distribuição, até a presente data, **contra:**

NOME COMPLETO	CARLOS EDUARDO BARBOSA PAZ
CPF	58216839391

NADA CONSTA

na Justiça Estadual de 1ª Instância da Comarca de Fortaleza

Observação:

1. Esta certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através da internet, de acordo com a Portaria nº 617, de 09 de outubro de 2008, da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua;
2. O nome e o CPF constantes nesta Certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;
3. Esta Certidão tem validade de 30 (trinta) dias, a partir da data da emissão, podendo sua autenticidade ser validada na página do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, <http://www.tjce.jus.br>
4. Esta Certidão foi emitida gratuitamente;
5. Esta Certidão é válida apenas para maiores de 18 anos.

Certidão emitida em quarta-feira, 13 de abril de 2016 às 5:29 PM

Aviso nº 175 - C. Civil.

Em 11 de abril de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Doutor CARLOS EDUARDO BARBOSA PAZ, Defensor Público Federal no Distrito Federal, para ocupar o cargo de Defensor Público-Geral Federal, na vaga decorrente do término do mandato do Doutor Haman Tabosa de Moraes e Córdova.

Atenciosamente,

EVA MARIA CELLA DAL CHIAVON
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República, substituta

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



SENADO FEDERAL
MENSAGEM Nº 37 de 2016
(Nº 136/2016, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor GEORGE MONTEIRO PRATA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Noruega e, cumulativamente, na República da Islândia.

Os méritos do Senhor George Monteiro Prata que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 11 de abril de 2016.

EM nº 00090/2016 MRE

Brasília, 7 de Abril de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **GEORGE MONTEIRO PRATA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Noruega e, cumulativamente, na República da Islândia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **GEORGE MONTEIRO PRATA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE GEORGE MONTEIRO PRATA**

CPF.: 186.224.701-30

ID.: 8972 MRE

1954 Filho de Gerardo Cavalcanti Prata e Angelina Selma Monteiro Prata, nasce em Fortaleza-CE

Dados Acadêmicos:

1978	Bacharel em Comunicação, habilitação em Jornalismo, pela Universidade de Brasília
1980	CPCD - IRBr
1985	CAD - IRBr
2000	CAE - IRBr. O Novo Trabalhismo Britânico e a Terceira Via no Reino Unido

Cargos:

1980	Terceiro-Secretário
1982	Segundo-Secretário
1987	Primeiro-Secretário, por merecimento
1995	Conselheiro, por merecimento
2001	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2007	Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1980-84	Divisão de Feiras e Turismo, Assistente
1984-87	Consulado-Geral em Nova York, Cônsul-Adjunto
1987-90	Cerimonial da Presidência da República, Adjunto
1990-92	Embaixada em Pequim, Primeiro-Secretário
1992-95	Embaixada em Madri, Primeiro-Secretário
1995-98	Cerimonial da Presidência da República, Subchefe
1998-2001	Embaixada em Londres, Conselheiro
2001-04	Embaixada em Estocolmo, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
2004-06	Consulado-Geral em Nova York, Cônsul-Geral Adjunto
2006-11	Cerimonial, Subchefe e Chefe
2011	Embaixada em Praga, Embaixador

Condecorações:

1995	Ordem do Mérito, Itália, Oficial
1995	Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Oficial
1995	Orden Cruz do Mérito, Alemanha, Primeira Classe
1996	Ordem do Tesouro Sagrado, Japão, Segunda Classe
1996	Medalha do Mérito Santos Dumont, Brasil
1997	Ordem do Mérito das Forças Armadas, Brasil, Oficial
1997	Ordem Nacional do Mérito, França, Oficial
1997	Ordem Bernardo O'Higgins, Chile, Comendador
1997	Medalha do Mérito Tamandaré, Brasil

1998	Medalha do Pacificador, Brasil
1999	Ordem de Mayo, Argentina, Comendador
2001	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Oficial
2010	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2010	Legião de Honra, França, Comendador

ANIEL ELER DUTRA JUNIOR

Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da Europa
Divisão da Europa I

NORUEGA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Fevereiro de 2016

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	Reino da Noruega
CAPITAL:	Oslo
ÁREA:	385,2 mil km ²
POPULAÇÃO:	5,16 milhões
IDIOMAS OFICIAIS:	Norueguês e sami
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Igreja da Noruega (Evangélica Luterana): 82,1%
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia constitucional
PODER LEGISLATIVO:	Unicameral
CHEFE DE ESTADO:	SM Rei Harald V (desde 1991)
CHEFE DE GOVERNO:	Erna Solberg (Partido Conservador) (desde outubro de 2013)
CHANCELER:	Børge Brende (Partido Conservador) (desde outubro de 2013)
PIB NOMINAL (FMI):	US\$ 397,6 bilhões (est. 2015)
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA-PPP) (FMI):	US\$ 352,78 bilhões (est. 2015)
PIB PER CAPITA (FMI):	US\$ 76,27 mil (est. 2015)
PIB PPP PER CAPITA (FMI):	US\$ 67,67 mil (est. 2015)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	0,87% (est. 2015); 2,21% (2014); 0,74% (2013); 3,0% (2012)
UNIDADE MONETÁRIA:	Coroa norueguesa (kr\$)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2014, UNDP):	0,944 / 1º
EXPECTATIVA DE VIDA:	81,6 anos (PNUD, 2014)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (FMI):	4,2% (est. 2015); 3,53% (2014)
UNIDADE MONETÁRIA:	Coroa norueguesa (NOK)
EMBAIXADORA EM BRASÍLIA:	Aud Marit Wiig
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	7.690

INTERCÂMBIO COMERCIAL

BRASIL⇒ NORUEGA	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Intercâmbio	932,5	1179,0	1496,9	1107,6	1422,6	1744,4	1736,4	1705,8	1826,2	1455,8
Exportações	583,8	650,6	865,0	611,6	722,1	944,0	865,2	732,0	722,8	678,97
Importações	348,7	528,4	631,9	496,0	700,5	800,4	871,2	973,8	1103,4	776,85
Saldo	235,1	122,2	233,1	115,6	21,6	143,6	-6,0	-241,8	-380,5	-97,9

Fonte: MDIC. Valores em US\$ milhões FOB

Informação elaborada em 23 de fevereiro de 2016, pelo Secretário Daniel Afonso da Silva. Revisado pelo Conselheiro Marcelo Salum.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Harald V Rei da Noruega



Nasceu em fevereiro de 1937, em Asker, a 15 km de Oslo, filho do Príncipe Herdeiro Olav (futuro Rei Olav V) e da Princesa Märtha. Em 1940, em razão da invasão alemã, a família real refugiou-se no Reino Unido e nos EUA, retornando a seu país em 1945. Harald casou-se, em 1968, com Sonja Haraldsen, com quem tem dois filhos: a Princesa Märtha Louise e o Príncipe Herdeiro Haakon.

Após frequentar a Escola Preparatória de Oficiais da Cavalaria Norueguesa e a Academia Militar, estudou ciências sociais, história e economia na Balliol College, na Universidade de Oxford. Em 1957, com a morte do Rei Haakon VII, seu pai tornou-se Olav V e Harald, Príncipe Herdeiro, participando do Conselho de Estado e conduzindo missões empresariais ao exterior. Ascendeu ao trono em 17 de janeiro de 1991 e, desde então, precisou afastar-se em duas ocasiões, assumindo o Príncipe Haakon a regência: em 2003-2004 e em 2005, para tratamentos de câncer de bexiga e de estenose aórtica, respectivamente.

O Rei demonstra grande interesse por atividades esportivas, como caça, pesca e, sobretudo, barco à vela. Distinguiu-se, repetidas vezes, em competições nacionais e internacionais de barco à vela. Tem assistido, também com frequência, aos Jogos Olímpicos. Ademais, exerce, já há 20 anos, a presidência da seção norueguesa do Fundo Mundial para a Natureza (WWF).

Erna Solberg
Primeira-Ministra



Nascida em 1961, em Bergen, no Condado de Hordaland, costa oeste norueguesa. Formou-se na Universidade de Bergen, onde obteve o grau de Mestre em Sociologia, Ciência Política, Estatística e Economia. É casada com Sindre Finnes, assessor na Associação de Indústrias da Noruega, especializado em comércio exterior e política industrial. O casal tem dois filhos.

Integra os quadros do Partido Conservador desde a juventude. Elegeu-se parlamentar em 1989, aos 28 anos. Tem sido reeleita desde então, o que a torna uma das parlamentares mais longevas da Noruega. Em 2004, assumiu a liderança de seu partido. Foi Ministra de Assuntos Locais Regionais entre 2001 e 2005. As derrotas eleitorais de 2005 e 2009 levaram-na a abrandar suas posições, sobretudo no concernente a questões imigratórias, e passar a defender face "mais humana" para o conservadorismo norueguês.

Tornou-se Primeira-Ministra em 2013, quando a centro-direita conquistou maioria nas eleições parlamentares.

RELAÇÕES BILATERAIS

O relacionamento entre Brasil e Noruega é intenso e dinâmico. No plano político, os dois países compartilham os mesmos valores em relação à democracia, ao Estado de Direito, ao respeito aos direitos humanos e à crença no multilateralismo. Em matéria de direito ambiental, são partidários do princípio de responsabilidades internacionais comuns, porém diferenciadas de acordo com o estágio de desenvolvimento de cada país. A Noruega aportou recursos vultosos (originalmente US\$ 1 bilhão, que serão acrescidos, presentemente, de mais US\$ 500 milhões) ao Fundo Amazônia, para uso em ações de preservação da Hileia brasileira. No plano econômico, o Governo e as lideranças empresariais da Noruega têm consciência da importância do Brasil nos contextos regional e internacional. Percebem, portanto, a relação bilateral como mutuamente vantajosa, nos mais diversos níveis.

Nas últimas décadas, a consolidação das instituições democráticas brasileiras e os resultados positivos no tocante à estabilização e à modernização da economia nacional, acompanhados de redução da desigualdade social, têm despertado crescente interesse no Governo e no setor privado noruegueses. A descoberta de novas e importantes reservas de petróleo e gás na plataforma continental brasileira aumentou significativamente esse interesse, na medida em que a Noruega tem empresas qualificadas e tecnologia que possibilitam intensificar a parceria com o Brasil na exploração *offshore*, na construção naval e na prestação de serviços relacionados.

A agenda bilateral positiva tem feito multiplicar o número de visitas de alto nível de parte a parte. A moderna série de visitas foi aberta com a visita oficial do Rei Harald V ao Brasil, em 2003, à frente de delegação governamental e empresarial. Posteriormente, em reciprocidade, o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou a Noruega, em setembro de 2007. A essa visita seguiu-se a vinda ao Brasil do então Primeiro-Ministro Jens Stoltenberg, em setembro de 2008. Na ocasião, o Primeiro-Ministro norueguês anunciou contribuição de até 1 bilhão de dólares ao Fundo Amazônia, até 2015. Em março de 2011, o então Ministro de Negócios Estrangeiros da Noruega, Jonas Gahr Støre, realizou visita ao Brasil, tendo mantido encontro com o Ministro das Relações Exteriores. Em 2012, o Primeiro-Ministro Stoltenberg compareceu à Conferência Rio+20, no Rio de Janeiro. No ano seguinte, foi a vez de o Ministro das Relações Exteriores brasileiro, Antônio Patriota, visitar a Noruega e manter diálogo político com seu homólogo, o então chefe da diplomacia norueguesa Espen

Barth Eide. Em fevereiro de 2014, o Chanceler do atual Governo liderado pela Primeira-Ministra Erna Solberg, Børge Brende, realizou visita ao Brasil, quando reafirmou o interesse no aprofundamento do relacionamento bilateral, e reiterou a visão de longo prazo privilegiada pela Noruega em seu relacionamento com o Brasil.

Em novembro de 2015, o Príncipe Herdeiro Haakon Magnus visitou o Brasil. Fez-se acompanhar da Ministra de Comércio e Indústria, Monica Maeland, do Secretário de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros norueguês, Morten Hoglund, do Vice-Ministro da Educação e Pesquisa, Bjorn Haugstad, entre outras autoridades governamentais, além de numerosa delegação empresarial.

Recorde-se que, em março de 2011, o Governo da Noruega lançou sua "Estratégia Brasil", documento que consubstancia a decisão de conferir prioridade ao Brasil no contexto da política externa norueguesa. A "Estratégia Brasil" propõe fortalecer o relacionamento bilateral em quatro áreas consideradas prioritárias: (a) negócios, comércio e investimentos; (b) clima, meio ambiente e desenvolvimento sustentável; (c) desafios globais (direitos humanos, saúde, governança); (d) conhecimento e desenvolvimento social.

Maior aproximação do Brasil com a Noruega não significa apenas explorar o grande potencial que ainda existe nas áreas de interesse comum bilateral, mas também promover maior aproximação com a região do norte da Europa como um todo, visto que a Noruega mantém fortes laços com os demais países nórdicos (Dinamarca, Finlândia, Islândia e Suécia), bem como com os países bálticos (Estônia, Letônia e Lituânia). Nesse sentido, o Brasil tem buscado intensificar o relacionamento nas seguintes vertentes principais: energia (petróleo e gás, energias renováveis); construção naval e *offshore*; pesca e aquicultura; meio ambiente; comércio e investimentos; intercâmbio de estudantes e pesquisadores no âmbito do Programa "Ciência sem Fronteiras"; parcerias visando ao desenvolvimento em benefício de terceiros países, com ênfase no Haiti.

ASSUNTOS CONSULARES

A comunidade brasileira na Noruega é estimada em 7.690 indivíduos, a maioria em situação regular. Depois de Oslo, Bergen é a cidade com maior número de brasileiros. Além de Embaixada brasileira em Oslo, existem Consulados Honorários em Bergen, Stavanger, Tromsø e Tromdheim.

Um dos problemas mais comuns enfrentados por essa comunidade refere-se à dificuldade de obtenção de guarda de menores por mães brasileiras. Em 2014, cinco brasileiros encontravam-se detidos por crimes diversos e quatro foram deportados.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessão de empréstimos e financiamentos oficiais a tomador soberano beneficiando a Noruega.

POLÍTICA INTERNA

Na sequência da vitória eleitoral dos partidos da centro-direita, em setembro de 2013, Erna Solberg (Partido Conservador) assumiu a chefia do Governo, interrompendo período de oito anos de hegemonia do Partido Trabalhista. O atual Governo é formado por aliança entre o Partido Conservador e o Partido Progressista (de corte liberal-conservador). A aliança é minoritária e depende de apoio parlamentar de dois partidos menores de centro, o Partido Liberal e o Partido Cristão-Popular. Atualmente na oposição, o Partido Trabalhista continua a ser o primeiro em número de assentos no Parlamento.

O atual Governo defende maiores liberdades econômicas e individuais. Suas prioridades (conforme anunciadas no momento inicial de seu mandato) seriam: melhorar a competitividade econômica; reduzir a burocracia; destinar 3% do PIB à pesquisa até 2030; fortalecer a “segurança cotidiana”, com política de asilo e imigração “restritiva, porém, justa”; aprimorar infraestrutura de transportes, acelerando a realização das obras pertinentes; fortalecer serviços de apoio a idosos; promover descentralização administrativa.

A crise internacional do setor de Petróleo e Gás (P&G) diminuiu a margem de manobra política das autoridades, forçadas a atuar em situação de crescimento moderado do desemprego e da inflação. A conjuntura determinou que o Governo refreasse suas intenções reformistas liberais. O Governo sofreu derrota nas eleições locais realizadas em setembro de 2015, quando a esquerda passou a controlar as principais circunscrições locais (Oslo, Bergen, Trømso, entre outras), com incremento da votação trabalhista e forte avanço de partidos menores, inclusive o Partido Verde.

O Governo realizou, em dezembro de 2015, reforma ministerial de “meio de mandato”. A principal mudança foi a criação de Ministério de Imigração e Integração, temas antes tratados pelo Ministério da Justiça. A medida é resultado do incremento do fluxo migratório para a Noruega, no contexto da atual crise humanitária de refugiados oriundos do Oriente Médio. A nova pasta é liderada por Sylvi Listhaug, antes Ministra da Agricultura. Listhaug faz parte do Partido Progressista, cuja plataforma é qualificada como anti-imigratória.

POLÍTICA EXTERNA

A Noruega considera a Organização das Nações Unidas a estrutura básica e mandatória para a regulação do sistema internacional. O país destaca-se em matéria de cooperação para o desenvolvimento, concentrando esforços, atualmente, no continente africano. Exibe, igualmente, intenso ativismo nas áreas de saúde, gênero, educação, responsabilidade social de empresas, combate ao Ébola na África e prevenção do terrorismo. A Noruega é, ainda, membro ativo da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (cujo atual Secretário-Geral é o ex-Primeiro-Ministro norueguês Jens Stoltenberg). Unidades aéreas norueguesas participaram de ações de combate e/ou apoio a combate no Afeganistão, Iraque e Líbia.

A Noruega tem papel ativo na elaboração e promoção da Agenda de Desenvolvimento pós-2015. A Primeira-Ministra Erna Solberg é copresidenta do “Grupo Promotor” dos novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Têm prioridade, nos esforços noruegueses, temas como diminuição da pobreza, desenvolvimento sustentável e direitos humanos. Cabe registrar que o Governo norueguês patrocina iniciativas internacionais em temas de natureza social. Recordem-se, nesse particular, as iniciativas na área de saúde, de que também participa ativamente o Brasil, e as que versam sobre educação infantil (sobretudo de meninas) e segurança nas escolas.

A militância internacional do país abrange tradicional participação em processos de pacificação e operações de paz. Estão no foco norueguês, na atualidade, a situação no Oriente Médio, em especial na Síria, e os conflitos civis em vias de resolução em países como Myanmar, Somália e Sudão do Sul. Mais de 100 mil noruegueses já participaram de operações de paz da ONU.

A Questão Palestina constitui, historicamente, objeto dos esforços de pacificação noruegueses. Mencionem-se, a propósito, os Acordos de Oslo, dos anos 1990. O Governo não esconde sua frustração ante a falta de resultados concretos e duradouros. Não obstante, renova periodicamente iniciativas de mediação naquele cenário complexo e conflitivo.

O chamado “Alto Norte” (a região acima do Círculo Polar Ártico) é de importância fundamental para a diplomacia norueguesa. A Noruega é participante ativa do Conselho do Ártico (acordo entre os países com território na região). Acolhe, na cidade nortenha de Trømsø, a Secretaria-Executiva da Organização, assim como a sede e

Secretaria do "Conselho Econômico do Ártico". A Noruega é pioneira na exploração de petróleo e gás no "Alto Norte", nos mares da Noruega e de Barents.

No presente, o tema dominante da política externa norueguesa é a crise europeia de refugiados. O país tem procurado atuar em concerto com parceiros nórdicos e com a União Europeia. Aberta ao recebimento de número limitado de imigrantes, vem adotando política crescentemente restritiva.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O PIB norueguês em 2015 alcançou aproximadamente US\$ 400 bilhões, o que coloca a Noruega entre as 30 principais economias do mundo. O país situa-se entre os primeiros do mundo em termos de renda per capita e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Desde 2013, a Noruega possui o maior fundo soberano do mundo, o "Government Pension Fund Global" (GPFG), com atual valor de mercado de NOK 6,78 trilhões (aproximadamente US\$ 800 bilhões). Nos últimos anos, o GPFG tem detido, em média, de 1,2% a 1,5% de todas as ações cotadas em bolsas do mundo. Realiza importantes investimentos em valores imobiliários.

O setor de petróleo e gás responde por cerca de um terço do PIB e aproximadamente 40 % da receita fiscal da Noruega. Combustíveis fósseis e eletricidade de fontes hídricas totalizam 2/3 das exportações. A Noruega está entre os oito principais países exportadores de petróleo do mundo e é o segundo maior exportador de gás natural para a Europa (depois da Rússia). Possui a quinta maior marinha mercante do mundo e a segunda maior frota de exploração *offshore*. Desenvolve tecnologia de ponta na construção naval, sobretudo no segmento de unidades para o setor petrolífero. Pesca e aquicultura ocupam a segunda posição na pauta de exportações. O país destaca-se também como grande produtor de alumínio, fertilizantes e outros produtos químicos. As maiores empresas norueguesas, como a petroleira Statoil, a Hydro (fabricante de alumínio), a Telenor (telecomunicações), a Aker Solutions (fabricante de equipamentos para o setor de P&G) e a Yara (fertilizantes) são multinacionais de sucesso, presentes em vários países.

A crise econômica mundial iniciada em 2008 não alcançou, na Noruega, a mesma gravidade exibida nos países da Zona do Euro e em outras regiões do "mundo desenvolvido". Na realidade, o decênio que antecedeu a forte baixa dos preços do petróleo caracterizou o período de maior expansão do investimento no setor de petróleo e gás norueguês, que concentra um em cada oito empregos no país e é responsável por aproximadamente 25% do PIB e 50% das exportações locais.

A atual crise do setor de petróleo e gás, causada pela significativa queda do preço do barril desde meados de 2014, tem acarretado consequências negativas para a economia da Noruega, ao diminuir o ritmo de arrecadação e ocasionar a desvalorização da Coroa Norueguesa. Também ameaça a situação de pleno emprego verificada no país nos últimos anos: o índice de desemprego médio no segundo semestre de 2015 alcançou

4,5%, superando, pela primeira vez desde 2009, o patamar de 4%. Empresas-chave do setor petrolífero local têm implementado planos de demissão.

Informe divulgado no final de 2015 pelo Escritório Central de Estatísticas da Noruega (SSB) prevê que, no biênio 2016-2017, o Governo norueguês deverá adotar medidas anticíclicas para estimular a economia, por meio da diminuição da carga tributária e da ampliação dos gastos governamentais. Para financiar tais medidas, o SSB estima que o Governo deverá aumentar o uso de recursos provenientes do Fundo Soberano norueguês GPF, dos atuais 2,6% para até 3,2%, em 2018. Analistas apontam para o início da recuperação do setor de petróleo e gás, na melhor das hipóteses, apenas a partir de 2017.

Apesar do atual contexto de crise, as contas do país permanecem bastante sólidas, sendo que, para 2016, o superávit orçamentário norueguês deverá ser de NOK 204 bilhões (aproximadamente US\$ 23,7 bilhões). Em 2015, a economia norueguesa cresceu em torno de 2,3%. Projeta-se, para 2016, taxa em torno de 2% – média de crescimento que deverá manter-se no quinquênio 2016-2020 (dados e projeções do "Economist Intelligence Unit").

RELACIONAMENTO ECONÔMICO-COMERCIAL BILATERAL

De acordo com estudo realizado no primeiro semestre de 2014 pelo Consulado da Noruega no Rio de Janeiro, o estoque de investimento externo direto norueguês no Brasil, até 2013, teria alcançado o valor de US\$ 23,1 bilhões. Aproximadamente metade desse fluxo destinou-se ao setor de petróleo e gás e concentrou-se no Estado do Rio de Janeiro. Outros setores importantes são: marítimo (23%), extrativo (minas de bauxita) e industrial (15 %).

Investimentos noruegueses estão presentes no Brasil pelo menos desde os anos 1960. Um exemplo é a Aracruz Celulose, fundada pela família norueguesa Lorentzen, em 1967. Nos últimos anos, verificou-se aumento constante dos fluxos de investimentos noruegueses no Brasil. O Brasil é o terceiro destino dos investimentos noruegueses, após os Estados Unidos e a União Europeia. A "Estratégia-Brasil", formulada em 2011, incentivou diversas empresas a estabelecerem sucursais no Brasil. O fundo soberano norueguês "Government Pension Fund Global" (GPF) também conta com investimentos em dezenas de empresas brasileiras, estimados em aproximadamente US\$ 12 bilhões.

A Noruega aparece como parceira preferencial do Brasil no esforço de desenvolvimento de facilidades de exploração do pré-sal. Atualmente, cerca de 120 empresas norueguesas estão presentes no Brasil, dentre as quais se destacam:

- a petroleira estatal Statoil: opera, desde 2011, o Campo de Peregrino e participa da exploração de outros oito blocos nas bacias de Campos, Espírito Santo, Santos e Jequitinhonha;
- a fabricante de equipamentos para o setor de petróleo e gás Aker Solutions: presente no Brasil desde 1977, a empresa atua no fornecimento de produtos fabricados com conteúdo local para plataformas da Petrobras. Após investimentos em nova unidade na Zona Especial de Negócios de Rio das Ostras/RJ, a empresa tornou-se, em junho de 2008, a primeira a fabricar no Brasil "risers" de perfuração em águas profundas. No momento, está construindo nova unidade fabril em Macaé/RJ;
- a Yara (fertilizantes): opera no Brasil desde 1997, tendo realizado, a partir de 2000, série de aquisições (Aubos Trevo, em 2000, Fertibrás, em 2006, Bunge Fertilizantes do Brasil, em 2013). É a maior empresa do setor no Brasil;
- a Norsk Hydro (mineração): presente no Brasil desde 1977. Desde 2011, adquiriu importantes ativos no setor de alumínio no estado do Pará, antes pertencentes à empresa Vale;
- a DOF, a Petroleum Geo-Services/PGS e a Subsea (equipamentos e serviços para o setor de petróleo e gás), a Statkraft, a Jotun (tintas), a SN Power e a Umoe Bioenergy (energias renováveis), bem como várias firmas de navegação ou fabricantes de embarcações e equipamentos navais (por exemplo, Kongsberg Maritime, Olympic Maritima, Vard, Farstad, Rolls-Royce turbinas e Wilhelmsen Ships).

Tabela 1: Investimentos Diretos Brasil – Noruega (em US\$ milhões)								
	Estoque	Fluxo						
	2013	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Origem: Noruega	6.681 (17°)	667	1.540	1.073	936	405	554	2.445 (8°)
Origem: Brasil	2 (63°)	-	438 (15°)	-	-	-		

Fonte: Banco Central do Brasil

O fluxo do comércio bilateral cresceu de forma contínua no período pós-crise de 2008. O Brasil foi superavitário na balança bilateral até 2011. Nos últimos anos, entretanto, experimentou déficit de US\$ 241,8 milhões, em 2013, de US\$ 380,5 milhões, em 2014, e de US\$ 97,9 milhões, em 2015.

A principal razão dos déficits brasileiros no triênio 2013/2014 foi o aumento significativo das importações brasileiras de gás natural liquefeito (GNL), que saltaram de US\$ 77 milhões, em 2012, para US\$ 235 milhões, em 2013 (aumento de 205%), e US\$ 439 milhões, em 2014 (aumento de 87%, sobre 2013, e 470%, sobre 2012). Em 2015 as importações do produto caíram para US\$ 289 milhões (37% da pauta de importação).

Além do GNL, vários tipos de bacalhau (US\$ 99 milhões / 12,7 % da pauta) e fertilizantes (US\$ 69 milhões / 8,0%) foram os principais produtos da pauta de exportações norueguesas para o Brasil em 2015. Os principais itens exportados pelo Brasil para a Noruega, em 2015, foram: alumina (US\$ 437 milhões / 57,8%), soja (US\$ 139 milhões / 21,7%) e café (US\$ 43 milhões / 6.3%).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

885	O Rei Harald, o Loiro, uniu os pequenos reinos da Noruega
994	Introdução do cristianismo pelo Rei Olav Tryggvason
1450	União com a Dinamarca, com compromisso de igualdade entre os dois reinos
1536	O tratado não é respeitado e a Noruega deixa de ser um reino independente
1814	A Dinamarca cede a Noruega à Suécia como parte do Tratado de Kiel
1814	Em tentativa de recuperar sua independência, a Noruega redigiu e adotou Constituição que ainda está em vigor
1814	A Suécia permite à Noruega manter sua Constituição em troca da aceitação da união, sob a monarquia sueca
1905 (13 de agosto)	Os noruegueses votam pela independência da Suécia
1905 (12 de novembro)	Em plebiscito, os noruegueses decidem manter a monarquia
1906	O Príncipe Carl, da Dinamarca, de ascendência norueguesa, é escolhido para o trono, assumindo o nome de Haakon VII
1914-1918	Durante a I Guerra Mundial, o país opta pela neutralidade
1940	A Noruega é invadida pela Alemanha. A Família Real e o Governo exilam-se no Reino Unido e nos EUA
1945 (7 de junho)	Com o fim da ocupação alemã, o Rei Haakon VII volta ao país
1945	O Partido Trabalhista vence as eleições e forma governo encabeçado por Einar Gerhardsen
1949	A Noruega adere à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)
1957	Com a morte do rei Haakon VII, sobe ao trono seu filho, Olav V
1960	Descoberta de reservas de petróleo e gás incrementa a economia norueguesa
1972	O país solicita adesão à Comunidade Econômica Europeia (CEE), mas, em referendo, a maioria da população vota contra o ingresso
1981	Gro Harlem Brundtland, do Partido Trabalhista Norueguês, que lidera a política interna no pós-guerra, torna-se a primeira mulher a chefiar o governo na Noruega
1981	A oposição vence as eleições e forma o primeiro Gabinete conservador desde 1928

1991	Com a morte de Olav V, ascende ao trono seu filho, o Rei Harald V
1994	O eleitorado norueguês rejeita a proposta de adesão à União Europeia
1994	Como membro da Associação Europeia de Livre Comércio Livre (EFTA), ao lado de Islândia, Liechtenstein e Suíça, a Noruega é o primeiro país a ratificar o Tratado Constitutivo do Acordo da Área Econômica Europeia (EEA)
1997-2005	Governo democrata-cristão do ex-Primeiro-Ministro Kjell Magne Bondevik
2005	O trabalhismo retorna ao poder, nas eleições de 12 de setembro de 2005, em coalizão com os partidos Socialista e do Centro.
2005	Jens Stoltenberg assume o cargo de Primeiro-Ministro
2011	Atentados cometidos por Anders Breivik, resultando em 77 mortos
2013	Erna Solberg, do Partido Conservador, torna-se Primeira-Ministra, em aliança com os progressistas

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1905	O Brasil é um dos cinco primeiros países a reconhecer a independência do Reino da Noruega
1967	Visita de Estado ao Brasil do Rei Olav V
1991	Visita à Noruega do Presidente Fernando Collor de Mello
1992	Visita ao Brasil da Primeira-Ministra Gro Harlem Brundtland, no âmbito da Conferência Rio-92
1995	Criação da Câmara de Comércio Noruega-Brasil, com sede no Rio de Janeiro
1998	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Kjell Magne Bondevik
2002	Visita à Noruega do Vice-Presidente Marco Maciel
2002	Criação da Câmara de Comércio Brasil-Noruega, com sede em Oslo
2003	Visita de Estado ao Brasil do Rei Harald V
2003	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Kjell Magne Bondevik
2007	Criação do Conselho de Cidadãos Brasileiros na Noruega
2007	Visita de Estado à Noruega do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva
2008	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Jens Stoltenberg. Anúncio de contribuição norueguesa ao Fundo Amazônia
2010	Visita ao Brasil do Presidente do Parlamento, Dag Terje Andersen, e do Presidente do Parlamento Sámi, Egil Olli
2011	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Noruega, Jonas Gahr Store
2011	Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Noruega
2011	Lançamento da "Estratégia Brasil", documento de posição norueguesa sobre as relações bilaterais
2012	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Jens Stoltenberg, no marco da Conferência Rio+20
2012	Estabelecimento de Diálogo sobre Energia e da Força-Tarefa para a Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, com ênfase na cadeia produtiva de petróleo e gás
2013	Visita à Noruega do Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota
2014	Visita ao Brasil do Ministro de Negócios Estrangeiros da Noruega, Børge Brende
2015	Visita ao Brasil do Príncipe Herdeiro Haakon, à frente de comitiva empresarial

ATOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação D.O.U.
Protocolo alterando a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Noruega destinada a evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital	20/02/2014	-	Em tramitação no Executivo
Acordo de Assistência Mútua Administrativa entre o Governo do Reino da Noruega e o Governo da República Federativa do Brasil em Matéria Aduaneira	19/12/2012	-	09/11/2015 – Em tramitação no Congresso Nacional
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Noruega sobre Cooperação em Temas relacionados ao Combate ao Aquecimento Global, à Proteção de Biodiversidade e ao Fortalecimento do Desenvolvimento Sustentável	16/09/2008	16/09/2008	23/09/2008
Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Noruega sobre Diretrizes Técnicas, Higiênicas e Sanitárias para o Comércio Bilateral de Produtos da Pesca, da Aquicultura e seus Derivados	07/10/2003	25/08/2008	13/05/2008
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital	21/08/1980	26/11/1981	10/12/1981
Acordo sobre Comércio e Cooperação Econômica, Industrial e Técnica	05/04/1978	05/04/1978	12/04/1978
Acordo de Privilégios e Imunidades aos Consulados e Funcionários Consulares de Carreira e aos Empregados	11/04/1973	11/04/1973	13/09/1973

Consulares			
Ajuste Modificativo do Acordo sobre Venda de Celulose	07/12/1971	07/12/1971	20/03/1972
Acordo para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consulta entre as Autoridades Marítimas dos Dois Países	30/04/1971	30/04/1971	12/07/1971
Acordo sobre Transportes Aéreos	18/03/1969	10/10/1969	23/02/1970
Protocolo Adicional ao Acordo sobre Transportes Aéreos	18/03/1969	18/03/1969	-
Acordo sobre Venda de Celulose	18/03/1969	18/03/1969	18/07/1969
Acordo para Regular as Relações Comerciais e de Pagamentos	11/08/1961	29/09/1961	-
Acordo para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas	19/12/1956	21/12/1956	-
Convenção de Arbitramento	13/07/1909	27/06/1911	04/02/1912

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Principais indicadores socioeconômicos da Noruega

Indicador	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾	2017 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	0,74%	2,21%	0,87%	1,26%	1,62%
PIB nominal (US\$ bilhões)	522,35	499,82	397,59	394,78	415,19
PIB nominal "per capita" (US\$)	102.496	96.930	76.266	74.903	77.919
PIB PPP (US\$ bilhões)	333,38	346,34	352,78	361,48	373,75
PIB PPP "per capita" (US\$)	65.415	67.166	67.671	68.586	70.143
População (milhões de habitantes)	5,10	5,16	5,21	5,27	5,33
Desemprego (%)	3,50%	3,53%	4,20%	4,30%	4,00%
Inflação (%) ⁽²⁾	2,04%	2,07%	2,30%	2,30%	2,30%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	10,03%	9,43%	6,97%	5,43%	6,28%
Câmbio (Nkr / US\$) ⁽²⁾	5,88	6,30	8,07	8,55	7,84

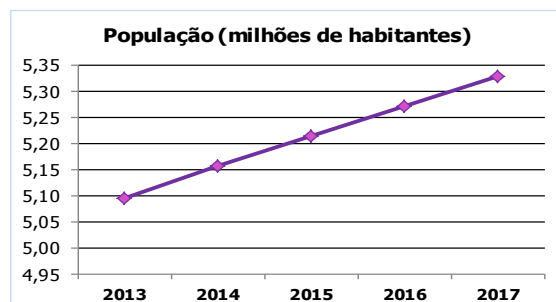
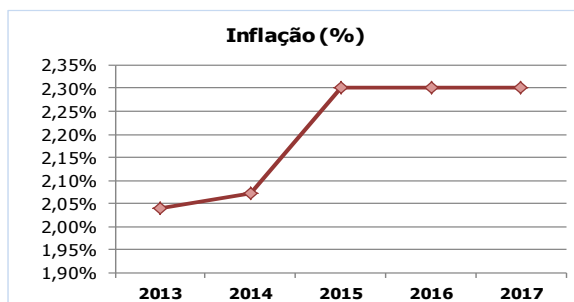
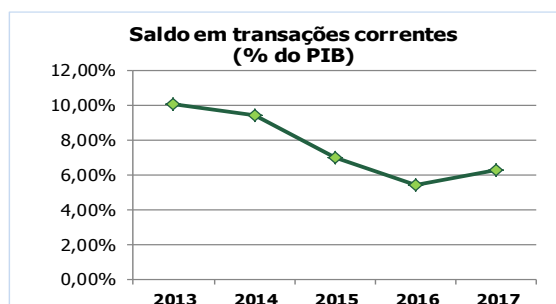
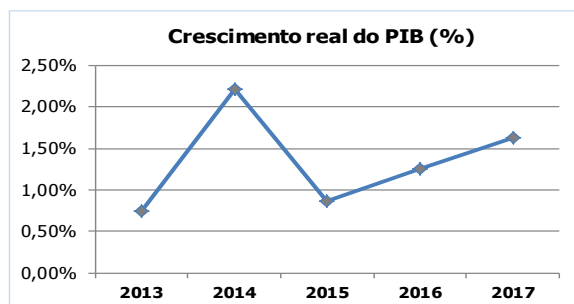
Origem do PIB (2014 Estimativa)

Agricultura	19,2%
Indústria	18,3%
Serviços	62,5%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2015 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report December 2015.

(1) Estimativas FMI e EIU.

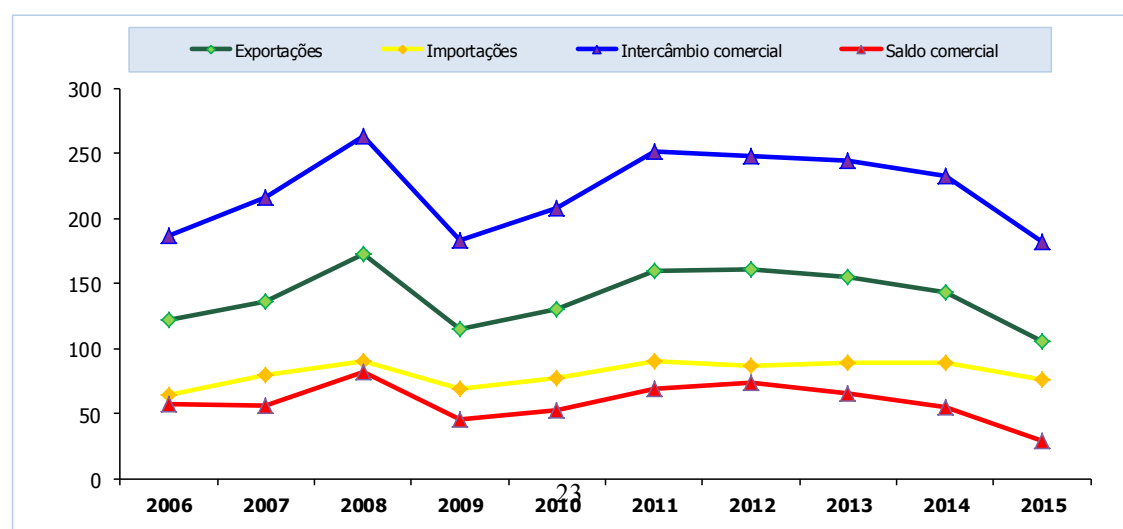
(2) Média de fim de período.



Evolução do comércio exterior da Noruega
US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2006	122	17,8%	64	15,8%	186	17,1%	58
2007	136	11,6%	80	24,9%	217	16,2%	56
2008	173	27,0%	91	12,8%	264	21,8%	83
2009	115	-33,8%	69	-23,9%	184	-30,4%	46
2010	131	13,9%	77	12,1%	208	13,3%	53
2011	160	22,8%	91	17,4%	251	20,8%	70
2012	161	0,3%	87	-3,8%	248	-1,2%	74
2013	155	-3,5%	90	2,9%	245	-1,2%	66
2014	144	-7,4%	89	-0,7%	233	-5,0%	55
2015	105	-26,7%	76	-14,5%	182	-22,0%	29
Var. % 2006-2015	-13,7%	--	18,7%	--	-2,5%	--	n.c.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, January 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*

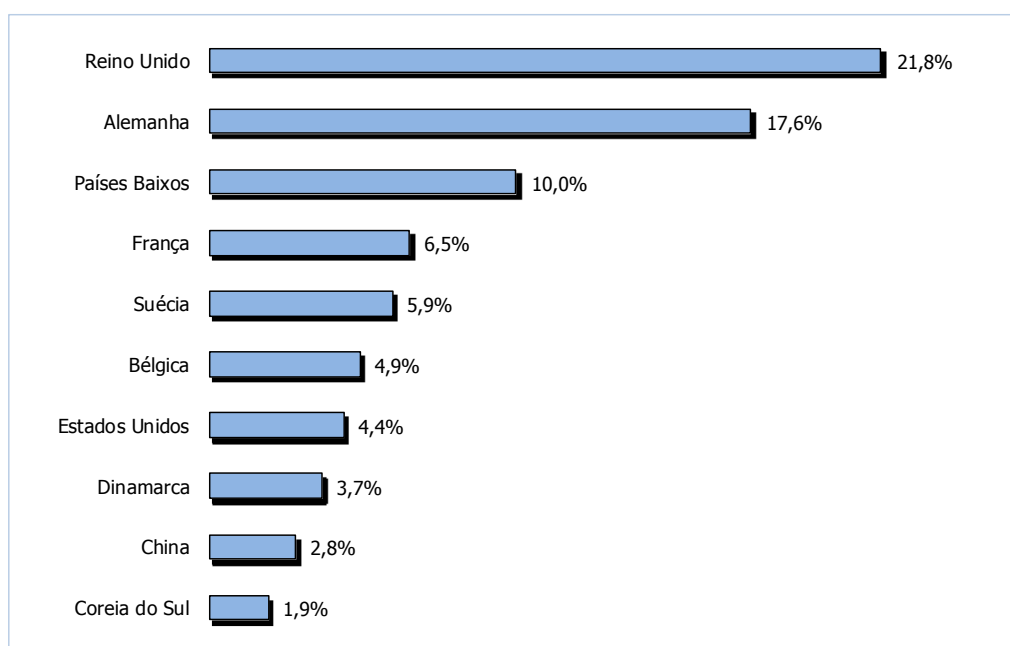


Direção das exportações da Noruega
US\$ bilhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
Reino Unido	23,0	21,8%
Alemanha	18,5	17,6%
Países Baixos	10,5	10,0%
França	6,9	6,5%
Suécia	6,3	5,9%
Bélgica	5,2	4,9%
Estados Unidos	4,6	4,4%
Dinamarca	3,9	3,7%
China	3,0	2,8%
Coreia do Sul	2,0	1,9%
...		
Brasil (19ª posição)	0,7	0,6%
Subtotal	84,5	80,1%
Outros países	21,0	19,9%
Total	105,4	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, January 2016.

10 principais destinos das exportações

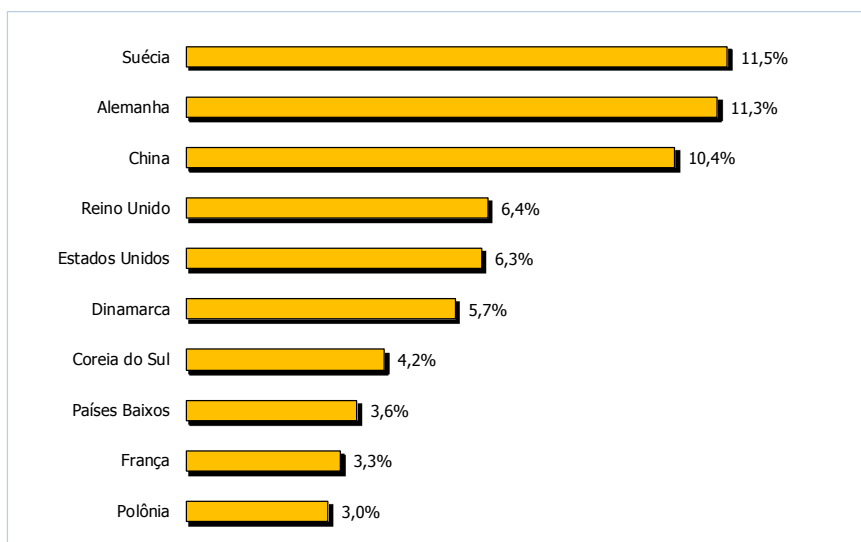


Origem das importações da Noruega
US\$ bilhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
Suécia	8,8	11,5%
Alemanha	8,6	11,3%
China	7,9	10,4%
Reino Unido	4,9	6,4%
Estados Unidos	4,8	6,3%
Dinamarca	4,4	5,7%
Coreia do Sul	3,2	4,2%
Países Baixos	2,8	3,6%
França	2,5	3,3%
Polônia	2,3	3,0%
...		
Brasil (18ª posição)	1,3	1,7%
Subtotal	51,5	67,5%
Outros países	24,8	32,5%
Total	76,3	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, January 2016.

10 principais origens das importações

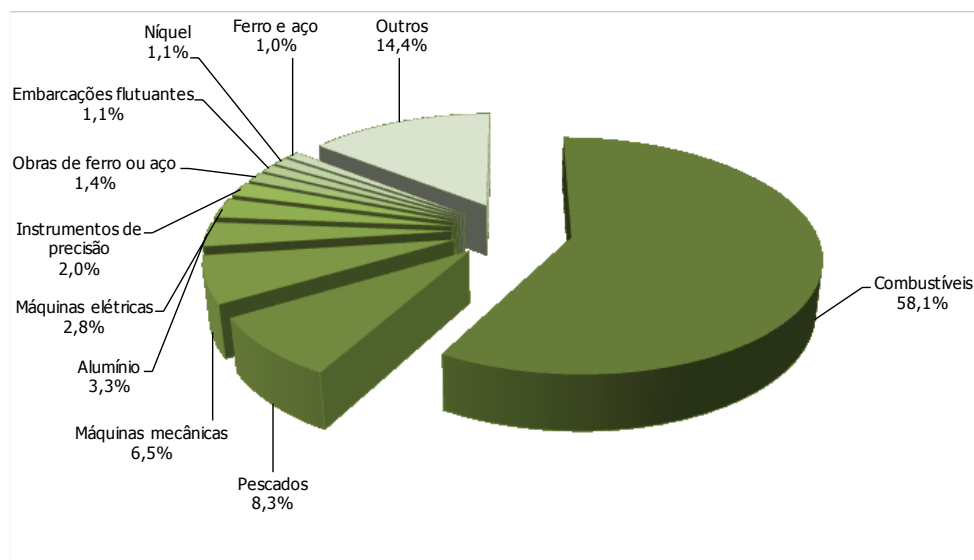


Composição das exportações da Noruega
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Combustíveis	61,3	58,1%
Pescados	8,8	8,3%
Máquinas mecânicas	6,8	6,5%
Alumínio	3,5	3,3%
Máquinas elétricas	2,9	2,8%
Instrumentos de precisão	2,1	2,0%
Obras de ferro ou aço	1,5	1,4%
Embarcações flutuantes	1,2	1,1%
Níquel	1,2	1,1%
Ferro e aço	1,0	1,0%
Subtotal	90,3	85,6%
Outros	15,2	14,4%
Total	105,4	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, January 2016.

10 principais grupos de produtos exportados

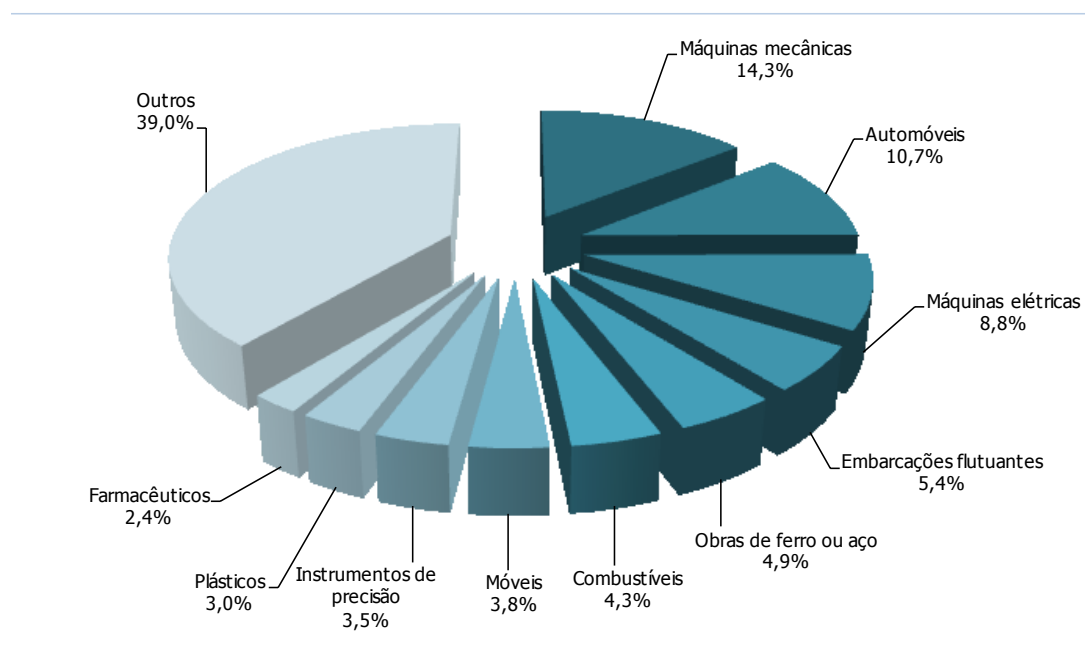


Composição das importações da Noruega US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Máquinas mecânicas	10,9	14,3%
Automóveis	8,1	10,7%
Máquinas elétricas	6,7	8,8%
Embarcações flutuantes	4,1	5,4%
Obras de ferro ou aço	3,7	4,9%
Combustíveis	3,3	4,3%
Móveis	2,9	3,8%
Instrumentos de precisão	2,7	3,5%
Plásticos	2,3	3,0%
Farmacêuticos	1,8	2,4%
Subtotal	46,6	61,0%
Outros	29,7	39,0%
Total	76,3	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, January 2016.

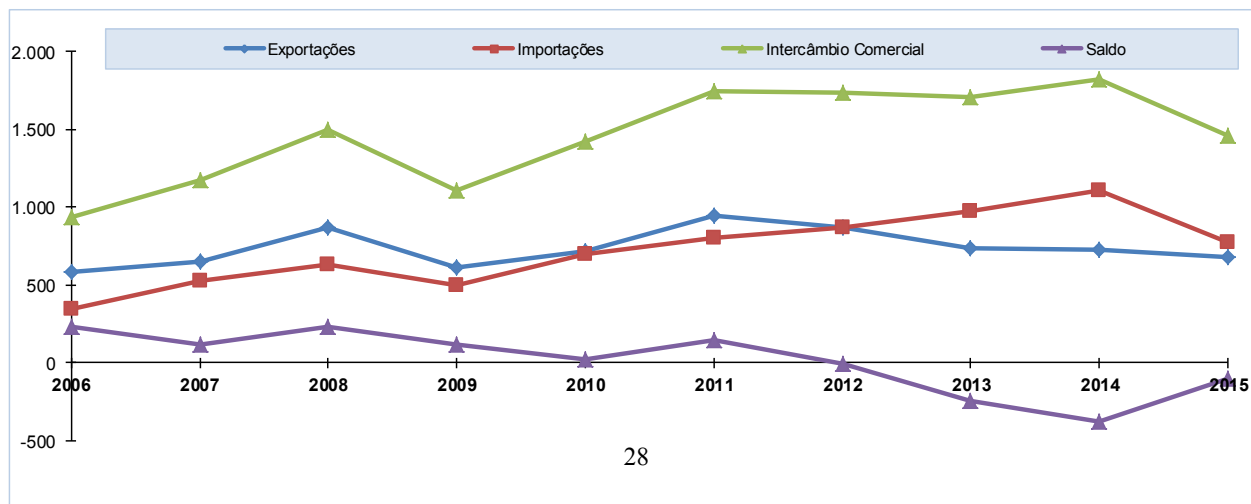
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Noruega
US\$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	584	31,4%	0,42%	349	18,1%	0,38%	932	26,1%	0,41%	235
2007	651	11,4%	0,40%	528	51,5%	0,44%	1.179	26,4%	0,42%	122
2008	865	33,0%	0,44%	632	19,6%	0,37%	1.497	27,0%	0,45%	233
2009	612	-29,3%	0,40%	496	-21,5%	0,39%	1.108	-26,0%	0,39%	116
2010	722	18,1%	0,36%	701	41,2%	0,39%	1.423	28,4%	0,37%	22
2011	944	30,7%	0,37%	800	14,2%	0,35%	1.744	22,6%	0,36%	144
2012	865	-8,3%	0,36%	871	8,9%	0,39%	1.737	-0,5%	0,37%	-6
2013	732	-15,4%	0,30%	974	11,8%	0,41%	1.706	-1,8%	0,35%	-242
2014	723	-1,3%	0,32%	1.103	13,3%	0,48%	1.826	7,0%	0,40%	-381
2015	679	-6,1%	0,36%	777	-29,6%	0,45%	1.456	-20,3%	0,40%	-98
2016 (janeiro)	69	43,7%	0,62%	78	-48,5%	0,75%	147	-26,1%	0,68%	-8
Var. % 2006-2015	16,3%		--	122,8%		--	56,1%		--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

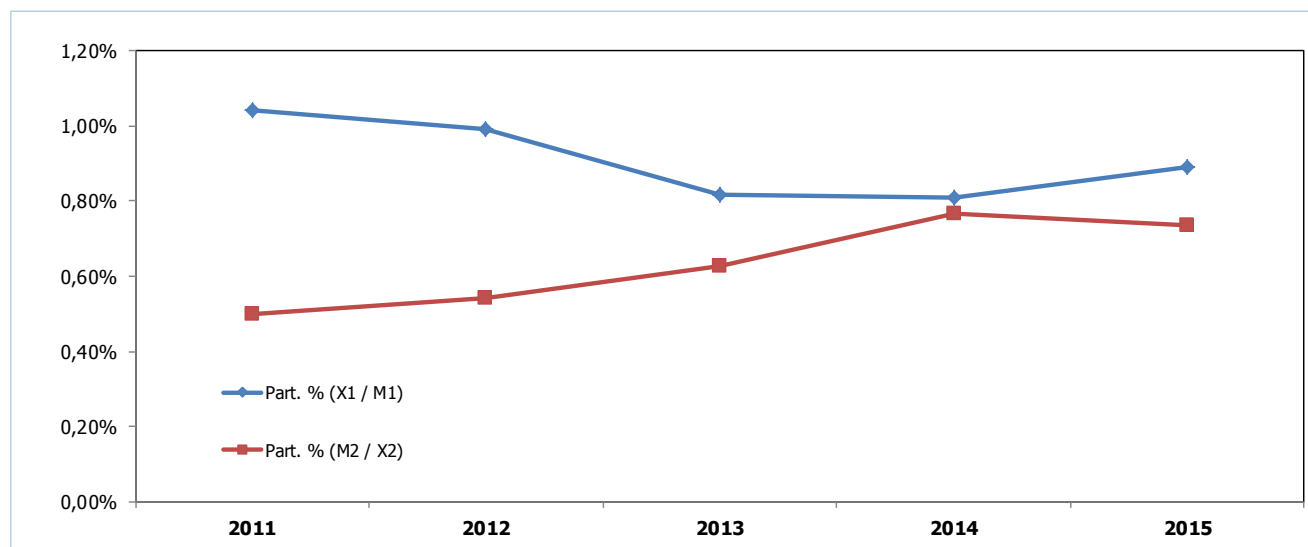


Part. % do Brasil no comércio da Noruega
US\$ milhões

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2011-2015
Exportações do Brasil para a Noruega (X1)	944	865	732	723	679	-28,1%
Importações totais da Noruega (M1)	90.784	87.308	89.807	89.170	76.275	-16,0%
Part. % (X1 / M1)	1,04%	0,99%	0,82%	0,81%	0,89%	-14,4%
Importações do Brasil originárias da Noruega (M2)	800	871	974	1.103	777	-2,9%
Exportações totais da Noruega (X2)	160.410	160.952	155.351	143.791	105.449	-34,3%
Part. % (M2 / X2)	0,50%	0,54%	0,63%	0,77%	0,74%	47,7%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.

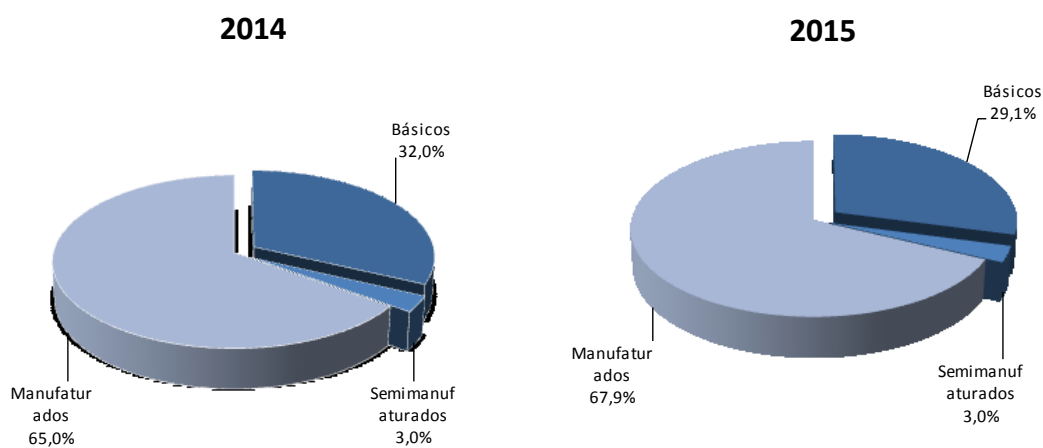
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações da Noruega e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.



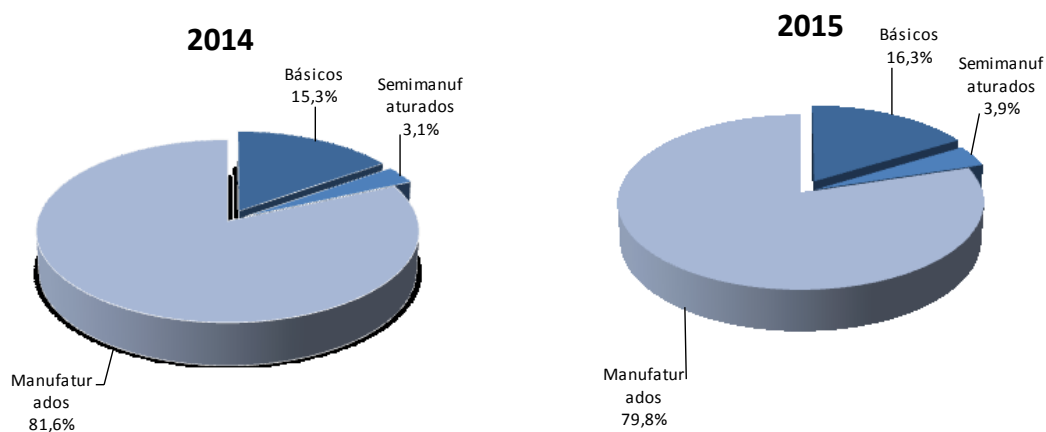
Exportações e importações brasileiras por fator agregado

Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras⁽¹⁾



Importações Brasileiras



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

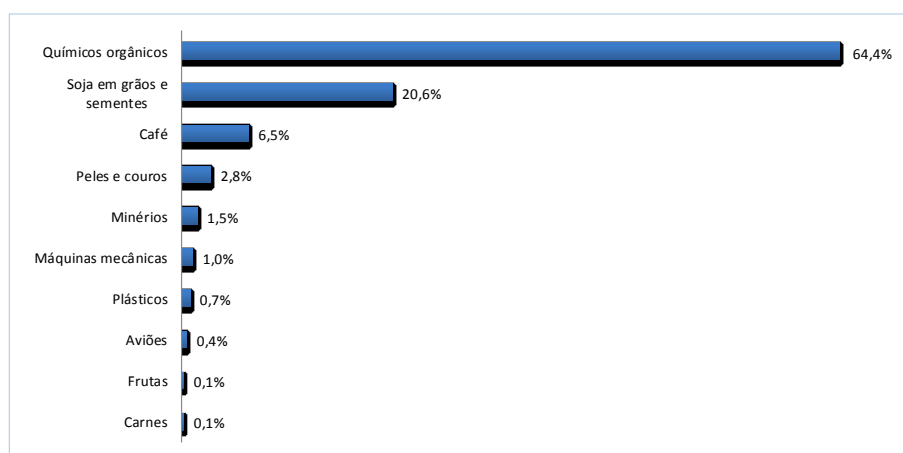
(1) Exclusive transações especiais.

Composição das exportações brasileiras para a Noruega
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Químicos orgânicos	417	57,0%	418	57,8%	437	64,4%
Soja em grãos e sementes	168	22,9%	157	21,7%	140	20,6%
Café	40	5,5%	49	6,8%	44	6,5%
Peles e couros	20	2,7%	22	3,0%	19	2,8%
Minérios	4	0,5%	20	2,8%	10	1,5%
Máquinas mecânicas	8	1,1%	20	2,8%	7	1,0%
Plásticos	6	0,8%	6	0,8%	5	0,7%
Aviões	35	4,8%	1	0,1%	3	0,4%
Frutas	4	0,5%	3	0,4%	1	0,1%
Carnes	1	0,1%	2	0,3%	1	0,1%
Subtotal	703	96,0%	698	96,6%	667	98,2%
Outros produtos	29	4,0%	25	3,4%	12	1,8%
Total	732	100,0%	723	100,0%	679	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

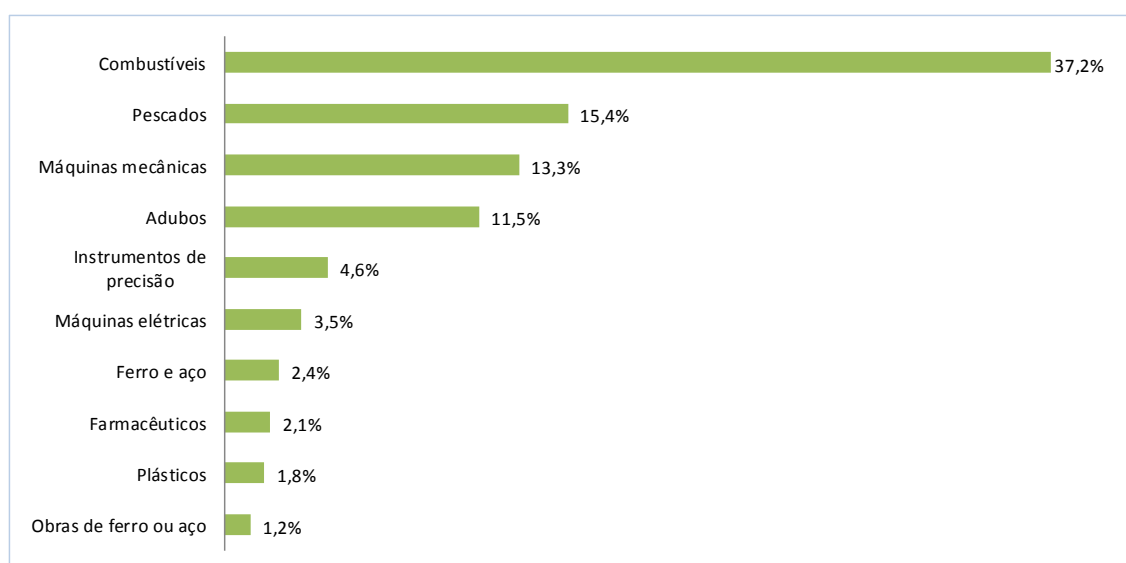


Composição das importações brasileiras originárias da Noruega
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Combustíveis	235	24,1%	440	39,9%	289	37,2%
Pescados	150	15,4%	162	14,7%	120	15,4%
Máquinas mecânicas	147	15,1%	143	13,0%	103	13,3%
Adubos	121	12,4%	113	10,2%	89	11,5%
Instrumentos de precisão	38	3,9%	50	4,5%	36	4,6%
Máquinas elétricas	46	4,7%	32	2,9%	27	3,5%
Ferro e aço	18	1,8%	15	1,4%	19	2,4%
Farmacêuticos	28	2,9%	20	1,8%	16	2,1%
Plásticos	10	1,0%	14	1,3%	14	1,8%
Obras de ferro ou aço	50	5,1%	37	3,4%	9	1,2%
Subtotal	843	86,6%	1.026	93,0%	722	92,9%
Outros produtos	131	13,4%	77	7,0%	55	7,1%
Total	974	100,0%	1.103	100,0%	777	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015

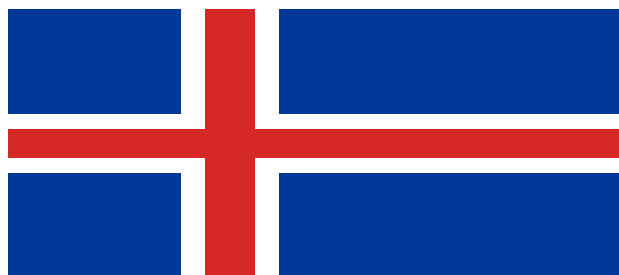


Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (janeiro)	Part. % no total	2 0 1 6 (janeiro)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016
Exportações					
Químicos inorgânicos	40,6	84,1%	61,7	89,0%	Químicos inorgânicos 89,0%
Café	4,7	9,7%	2,5	3,6%	Café 3,6%
Minérios	0,0	0,0%	2,1	3,0%	Minérios 3,0%
Peles e couros	1,3	2,7%	1,0	1,4%	Peles e couros 1,4%
Máquinas mecânicas	0,3	0,7%	0,8	1,2%	Máquinas mecânicas 1,2%
Aviões	0,0	0,1%	0,6	0,9%	Aviões 0,9%
Carnes	0,0	0,0%	0,2	0,3%	Carnes 0,3%
Calçados	0,0	0,1%	0,1	0,2%	Calçados 0,2%
Preparações hortícolas	0,0	0,0%	0,1	0,1%	Preparações hortícolas 0,1%
Químicos orgânicos	0,0	0,0%	0,0	0,1%	Químicos orgânicos 0,1%
Subtotal	47,0	97,3%	69,1	99,6%	
Outros produtos	1,3	2,7%	0,3	0,4%	
Total	48,3	100,0%	69,4	100,0%	

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (janeiro)	Part. % no total	2 0 1 6 (janeiro)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2016
Importações					
Azubos	7,4	4,9%	24,8	32,0%	Azubos 32,0%
Combustíveis	103,8	69,0%	21,6	27,9%	Combustíveis 27,9%
Pescados	18,6	12,4%	14,0	18,0%	Pescados 18,0%
Máquinas mecânicas	7,9	5,3%	6,0	7,7%	Máquinas mecânicas 7,7%
Químicos inorgânicos	0,2	0,1%	2,9	3,8%	Químicos inorgânicos 3,8%
Instrumentos de precisão	2,4	1,6%	2,2	2,8%	Instrumentos de precisão 2,8%
Ferro e aço	1,8	1,2%	1,8	2,3%	Ferro e aço 2,3%
Máquinas elétricas	2,8	1,9%	1,6	2,1%	Máquinas elétricas 2,1%
Diversos inds químicas	0,5	0,3%	0,9	1,1%	Diversos inds químicas 1,1%
Farmacêuticos	0,0	0,0%	0,3	0,4%	Farmacêuticos 0,4%
Subtotal	145,4	96,7%	76,1	98,2%	
Outros produtos	4,9	3,3%	1,4	1,8%	
Total	150,4	100,0%	77,5	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**Departamento da Europa****Divisão da Europa I****ISLÂNDIA****INFORMAÇÃO OSTENSIVA****Fevereiro de 2016**

DADOS BÁSICOS SOBRE A ISLÂNDIA	
NOME OFICIAL:	República da Islândia
GENTÍLICO:	islandês
CAPITAL:	Reykjavik
ÁREA:	103.000 km ²
POPULAÇÃO:	326 mil habitantes
IDIOMA OFICIAL:	Islandês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Igreja da Islândia (Evangélica Luterana -73.8%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Unicameral
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Ólafur Ragnar Grímsson (desde 1996)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Sigmundur Davíð Gunnlaugsson (desde 05/2013)
CHANCELER:	Gunnar Bragi Sveinsson (desde 05/2013)
PIB NOMINAL (FMI):	US\$ 16,7 bilhões (est. 2015)
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMRA – PPP) (FMI):	US\$ 15,17 bilhões (est. 2015)
PIB PER CAPITA (FMI):	US\$ 51,07 mil (est. 2015)
PIB PPP PER CAPITA (FMI):	US\$ 46,3 mil (est. 2015)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	4,81% (est. 2015); 1,83% (2014); 3,9% (2013); 1,18% (2012)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2014, UNDP):	0,899 / 16º
EXPECTATIVA DE VIDA:	82,6 anos (2014, UNDP)
ALFABETIZAÇÃO:	99%
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	4,3% (est. 2015); 4,95% (2014)
UNIDADE MONETÁRIA:	Coroa islandesa (kr\$)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Geir H. Haarde (não-residente)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	109

INTERCÂMBIO COMERCIAL

BRASIL⇒ NORUEGA	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Intercâmbio	5,9	6,5	22,9	137,15	271,5	280,0	299,8	340,3	277,7	310,0
Exportações	2,2	1,7	12,8	132,4	264,7	270,0	284,4	325,7	259,6	292,9
Importações	3,6	4,8	10,1	4,7	6,8	10,1	15,4	14,6	18,1	17,1
Saldo	-1,4	-3,1	2,7	127,7	257,9	259,9	269,0	311,0	241,5	275,8

Fonte: MDIC. Valores em US\$ milhões FOB

Informação elaborada em 23 de fevereiro de 2016, pelo Secretário Daniel Afonso da Silva. Revisado pelo Conselheiro Marcelo Salum.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Ólafur Ragnar Grímsson Presidente da Islândia



Nasceu em maio de 1943, em Ísafjörður, pequena cidade no norte da Islândia. Formou-se em Economia e Ciências Políticas em 1965, na Universidade de Manchester. Em 1970, conclui Doutorado em Ciências Políticas na mesma instituição, tornando-se, em 1973, professor de ciências políticas na Universidade da Islândia.

Iniciou sua carreira política nos anos 60. Passou a integrar o Parlamento em 1974. Ingressou no Partido Popular, de esquerda, em 1978, exercendo a presidência da agremiação entre 1987 e 1995. De 1988 a 1991, atuou como Ministro das Finanças (Gabinete Steingrímur Hermannsson). Em 1996, foi eleito Presidente da República, sendo reconduzido em 2000, 2004, 2008 e 2012. Anunciou recentemente sua intenção de deixar a Presidência ao final de seu atual mandato, em agosto de 2016.

Nos últimos anos, tem centrado sua atividade política, nacional e internacional, nos seguintes temas: crise financeira; energias renováveis; mudança do clima. Além da política, continua a dedicar-se a atividades acadêmicas, com foco tanto no sistema político islandês (e de outros pequenos países europeus) como na integração europeia (*lato sensu*, isto é, não restrita à experiência da União Europeia).

Sua primeira esposa, com quem teve duas filhas gêmeas, faleceu em 1998. Em 2003, casou-se com Dorrit Moussaieff.

Sigmundur Davíð Gunnlaugsson
Primeiro-Ministro



Nascido em março de 1975, em Reykjavik. Graduiu-se em Administração pela Universidade da Islândia.

Presidente do Partido Progressista desde 2009, ano em que ingressou no Parlamento. Tornou-se, em maio de 2013, o mais jovem Primeiro-Ministro da história da República da Islândia, liderando a coalizão dos partidos Progressista e da Independência. Desde agosto de 2014, acumula as funções de Ministro da Justiça.

Casado com Anna Sigurlaug Pálsdóttir, com quem tem um filho.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Islândia mantêm relações cordiais, pautadas por valores compartilhados e respeito mútuo, com potencial de aprofundamento e expansão.

Os dois países são representados por meio de Embaixadas não residentes. A Embaixada do Brasil em Oslo ocupa-se, cumulativamente, da representação junto ao Governo islandês. A Islândia é representada junto ao Governo brasileiro por sua Embaixada em Washington.

O relacionamento com o Brasil (e os demais BRICS) é, declaradamente, uma das prioridades externas do Governo islandês, principalmente no terreno econômico. A mais recente visita bilateral de alto nível ocorreu entre 13 e 18 de outubro de 2014, período em que o atual Ministro dos Negócios Estrangeiros da Islândia, Gunnar Bragi Sveinsson, visitou Brasília, São Paulo, Curitiba e Rio de Janeiro. Encontrou-se, em Brasília, com seu homólogo brasileiro, com quem foram discutidos a cooperação bilateral, o diálogo MERCOSUL-EFTA (Associação Europeia de Livre Comércio) e temas políticos multilaterais. Na ocasião, o Ministro dos Negócios Estrangeiros islandês reafirmou o apoio de seu país ao pleito brasileiro de um assento permanente em Conselho de Segurança da ONU reformado.

Registra-se a existência de pequeno grupo de descendentes de islandeses que emigraram para o Brasil em meados do século passado, que ainda mantém contatos com seus ancestrais nórdicos. A maior parte do grupo reside no Paraná.

ASSUNTOS CONSULARES

O Brasil também conta com um Cônsul Honorário em Reykjavik. A comunidade brasileira na Islândia é pequena, estimada em 109 indivíduos. Em 2007, foi criado o Conselho de Cidadãos Brasileiros na Islândia, com o intuito de servir de canal entre a comunidade brasileira local e o Governo brasileiro.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessão de empréstimos e financiamentos oficiais a tomador soberano beneficiando a Islândia.

POLÍTICA INTERNA

A Islândia é república parlamentarista democrática. Em 1944, tornou-se independente da Dinamarca, país ao qual esteve associada desde o século XIV. O Chefe de Estado é eleito por sufrágio universal, para mandato de quatro anos. O Presidente Ólafur Ragnar Grímsson, eleito em 1996, é o quinto Presidente da República da Islândia. Cumpre, agora, seu quinto mandato, que teve início em 2012.

O Parlamento é formado por 63 membros, eleitos por voto popular, para mandatos de quatro anos. Os principais partidos são: Partido Progressista; Partido da Independência; Aliança Social-Democrata; Partido Liberal; Movimento Democrático.

O atual Chefe de Governo é o Primeiro-Ministro Sigmund Davíd Gunnlaugsson, líder do Partido Progressista, eleito em 2013, à frente de aliança de centro-direita, na qual o Partido Progressista associa-se ao Partido da Independência. Suas principais propostas nas eleições de 2013 revelavam forte preocupação social, de minorar os efeitos das medidas de austeridade implementadas pelo governo anterior na gestão da crise financeira de 2008. As próximas eleições parlamentares na Islândia estão previstas para abril de 2017.

POLÍTICA EXTERNA

A Islândia é membro de várias organizações e estruturas internacionais de caráter regional, incluindo a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), o Conselho da Europa, o Conselho do Ártico, o Conselho dos Estados do Mar Báltico e o Conselho Euro-Ártico de Barents. No entanto, dada a singularidade de sua localização geográfica e as dimensões de sua população (cerca de 326 mil habitantes) e economia, a política externa do país direciona-se prioritariamente a poucos parceiros-chave, basicamente os países escandinavos, com os quais mantém estreitos laços econômicos e culturais, e os Estados Unidos, país onde se concentra importante comunidade de origem islandesa. Até recentemente, a Islândia mantinha relacionamento muito próximo com a Federação da Rússia, mas esse quadro foi alterado em função das sanções decretadas pelos países da OTAN contra Moscou.

A política externa islandesa elenca como pilares de sua atuação a defesa dos direitos e interesses dos pequenos países, o respeito aos direitos humanos, a resolução pacífica de conflitos e a cooperação em prol do desenvolvimento. Destaque-se, nesse sentido, a decisão de enviar ao Haiti equipe de busca e resgate para auxiliar vítimas do terremoto de 2010. O governo islandês encontra-se, igualmente, na vanguarda da campanha contra a poluição dos mares e dos esforços internacionais no combate às mudanças climáticas. Especial atenção da diplomacia islandesa recai sobre os temas árticos. A Islândia, por iniciativa do Presidente Ólafur Grímsson organiza anualmente, em Reykjavik, a principal conferência pública de avaliação da problemática regional ártica: a Assembleia do “Círculo do Ártico”.

Em janeiro de 2014, o Presidente Grímsson recebeu o Prêmio Nehru por sua contribuição à preservação do meio-ambiente. Registre-se que a Islândia situa-se na vanguarda mundial de produção de energia renovável, em função de seu potencial geotérmico.

A política de segurança da Islândia baseia-se em acordo de defesa assinado com os EUA em 1951, na esteira da cooperação militar bilateral durante a II Guerra Mundial, e na cooperação em organizações internacionais de segurança. A Islândia é membro-fundador da OTAN e membro da ONU desde 1946.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A análise da situação econômica da Islândia nos últimos anos remete ao impacto negativo da crise econômica mundial iniciada em 2008. A alta alavancagem dos bancos islandeses, nos anos anteriores a 2008, foi determinante para a derrocada ocasionada pela crise (em 2003, os ativos dos três maiores bancos alcançava 170% do PIB; no final de 2007, esse percentual havia crescido para 880%). Como consequência, os três maiores bancos privados do país (Kaupthing, Landsbanki e Glitnir) não tiveram condições de recuperar-se por meios próprios, após a eclosão da crise, e foram nacionalizados pelo Governo islandês, em operação de resgate decorrente da deterioração dos mercados financeiros internacionais após a falência do banco Lehman Brothers, em setembro de 2008.

No início de outubro de 2008, ocorre corrida aos bancos, que ocasionou o esgotamento da moeda física em disposição nos bancos do país. Nesse contexto, o Governo adotou legislação emergencial, autorizando intervenção no sistema bancário. O colapso gerou crise diplomática com o Reino Unido, em razão da incapacidade do recém-nacionalizado Landsbanki de honrar depósitos nas filiais de seus bancos naquele país.

Tendo em vistas os severos efeitos da crise, a Islândia, em novembro de 2008, recorreu ao FMI, obtendo empréstimo de US\$ 2,1 bilhões. No âmbito do pacote de estabilização, foram implementadas medidas como aumento da taxa de juros e dos impostos, controles de remessas de divisas e redução de gastos governamentais. Como consequência da crise, a coroa islandesa sofreu, entre outubro de 2008 e junho de 2009, desvalorização de 70%.

Em janeiro de 2009, o então Primeiro-Ministro Geir Haarde renunciou, sendo substituído pela Primeira-Ministra social-democrata Johanna Sigurdottir, em fevereiro de 2009. A crise islandesa de 2008/2009 foi definida pela revista “The Economist” como a pior crise financeira já sofrida por um país na história, em termos relativos ao tamanho de sua economia.

Os anos de 2009 e 2010 trouxeram grave contração do PIB islandês (respectivamente de -6,6% e -4,1%). A recuperação econômica iniciou-se em 2011, com crescimento do PIB de 2,7% (todos os números citados têm por fonte os relatórios da Economist Intelligence Unit/ EIU sobre a Islândia).

A recuperação econômica no biênio 2011/2012 foi considerada bem-sucedida, tendo o país alcançado crescimento de 2,3% em 2013. A base da recuperação foi plano de saneamento financeiro que privilegiou o pagamento de créditos pessoais, nos bancos falidos. O Presidente Grímsson, reconhecido por seu conhecimento de finanças públicas e economia, coordenou a aplicação do plano de recuperação.

Desde então, o país recuperou consideravelmente seu crédito internacional, tendo, em 2012, emitido, com sucesso, títulos de 10 anos com remuneração de 6%, patamar inferior aos títulos emitidos por outros países europeus em dificuldades de balanço de pagamentos (Espanha, Grécia, Irlanda, Itália e Portugal). Gradualmente o governo vem trabalhando para flexibilizar os controles de remessa de capital introduzidos em 2008.

Positiva até 2012, a balança comercial nos últimos anos tem experimentado déficits. Em 2014, as exportações alcançaram US\$ 4,848 bilhões e as importações US\$ 4,954 bilhões, com déficit de US\$ 106 milhões (dados da “Economist Intelligence Unit/EIU”). A perda do mercado russo de pescado tem sido sentida pelos exportadores islandeses.

Os principais produtos da pauta de exportação da Islândia são pescado e demais produtos marinhos (41% das exportações em 2015) e alumínio (36%). A pauta de importação inclui principalmente bens industriais (25,5%) e bens de capital (20%). Os principais destinos das exportações islandesas são: Países Baixos, Reino Unido, Espanha e Alemanha. As importações islandesas tem sua origem nos seguintes países principais: Noruega, Estados Unidos, Alemanha e Dinamarca.

A taxa de desemprego na Islândia regrediu da faixa de dois dígitos, em 2009, para 6,3%, em 2012, e atingiu 2,3%, em 2015 (dados da EIU). Para 2016, a expectativa é que a taxa de desemprego fique em 3,6%.

O controle da inflação nos anos pós-crise é outro ponto no qual a Islândia tem registrado avanços: após o pico de 12,7%, em 2008, a taxa média reduziu-se para aproximadamente 5,0%, em 2010, e para 3,9%, em 2013. Em 2015, a taxa caiu ainda mais, para 2,1%. A projeção da inflação para 2016 é de 2,2%.

No que se refere ao câmbio, as citadas medidas de controle de remessas têm contribuído para diminuir a volatilidade da coroa islandesa nos últimos anos. O câmbio médio, em 2012, foi de Kr\$122.00/US\$ 1.00. Em 2015, o câmbio médio foi de Kr\$

126.00/US\$ 1.00. Para 2016, projeções da OCDE apontam para um câmbio médio de Kr\$ 135.00/US\$ 1.00.

RELACIONAMENTO ECONÔMICO-COMERCIAL BILATERAL

Nos últimos cinco anos, o Brasil passou a ocupar o lugar de quinto maior fornecedor da Islândia, tendo em vista o aumento expressivo das exportações de alumina calcinada, responsáveis por significativos superávits para o Brasil na balança comercial bilateral. Desde 2009, as exportações brasileiras desse produto têm crescido continuamente, tendo alcançado US\$ 292 milhões em 2015 (99,74% do montante das exportações brasileiras para a Islândia). O segundo produto da pauta em 2015 foi café não torrado (US\$ 542 mil).

Do lado das importações brasileiras, os primeiros itens da pauta principal foram congeladores tipo “freezers”, seguidos de folhas de alumínio e produtos pesqueiros (bacalhau e filés de pescado). As importações brasileiras alcançaram US\$ 17,1 milhões em 2015, sendo a participação desses primeiros itens responsável por quase 80 % da pauta de importação brasileira.

No que se refere ao tema dos investimentos, vale destacar a presença no Brasil da Marel, multinacional islandesa do ramo de equipamentos para processamento de alimentos. Presente no Brasil desde 1994, a Marel possui planta montadora em Curitiba e escritórios no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. O foco dos negócios da empresa está no atendimento às necessidades da indústria de processamento de carnes.

A Islândia é membro da Associação Européia de Livre Comércio (EFTA), bloco econômico composto também pela Noruega, Suíça e Liechtenstein. Os países da EFTA têm manifestado interesse na negociação de acordo de livre comércio com o MERCOSUL. Em junho de 2015, foi realizada reunião MERCOSUL-EFTA em Genebra. Na ocasião, os blocos intercambiaram informações preliminares sobre temas como política tarifária, serviços, compras governamentais e defesa comercial, entre outros.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Séculos 7º e 8º	Monges celtas navegam para a Islândia
860	Norsemen descobre a Islândia
930	O Althing (Parlamento), órgão com funções legislativas e judiciárias, reúne-se pela primeira vez
982	Erik, o Vermelho, descobre e nomeia a Groenlândia, após ser banido da Islândia
1262-1264	Chefes de clãs islandeses aceitam a soberania do rei da Noruega
1387	Noruega e Islândia sujeitam-se à Dinamarca
1540-1550	Reforma protestante
1800	O rei dinamarquês determina o fechamento do Althing, que será restabelecido somente em 1843
1874	Nova Constituição introduzida pela Dinamarca
1918	Conquista soberania plena, sob o rei da Dinamarca
1940	A Islândia é ocupada por tropas britânicas, às quais se seguem forças norte-americanas
1944	Fundada a República da Islândia
1949	Torna-se membro fundador da OTAN
1980	Vigdís Finnbogadóttir é eleita Presidente, a primeira mulher democraticamente eleita Chefe de Estado
1986	Cúpula de Reykjavík entre os Presidentes Ronald Reagan e Mikhail Gorbachev
1996	Ólafur Ragnar Grímsson eleito Presidente
2008	Crise Financeira; colapso do sistema bancário
2009	Jóhanna Sigurdardóttir torna-se a primeira mulher a ocupar o cargo de Primeira-Ministra

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1952	Estabelecimento de relações diplomáticas
1956	Assinatura de Acordo Comercial
1969	Assinatura de Acordo para Supressão de Vistos em Passaportes
2011	Assinatura de Memorando de Entendimento entre o Ministério da Pesca e Aquicultura brasileiro e o Ministério da Pesca e Agricultura da Islândia
2014	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Gunnar Bragi Sveinsson, ao Brasil

ATOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação D.O.U.
Acordo Comercial	10/05/1956	01/07/1956	-
Convenção de Arbitragem	27/11/1911	12/01/1916	-

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Principais indicadores socioeconômicos da Islândia

Indicador	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾	2017 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	3,90%	1,83%	4,81%	3,74%	3,02%
PIB nominal (US\$ bilhões)	15,38	17,04	16,74	17,78	18,59
PIB nominal "per capita" (US\$)	47.775	52.315	51.068	53.750	55.636
PIB PPP (US\$ bilhões)	13,85	14,34	15,17	15,93	16,70
PIB PPP "per capita" (US\$)	43.041	44.029	46.298	48.168	49.974
População (mil habitantes)	322	326	328	331	334
Desemprego (%)	5,38%	4,95%	4,30%	4,10%	4,10%
Inflação (%) ⁽²⁾	4,14%	0,83%	3,60%	4,80%	4,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	5,74%	3,41%	4,61%	3,36%	3,30%
Câmbio (Íkr / US\$) ⁽²⁾	122,18	116,77	n.d.	n.d.	n.d.

Origem do PIB (2014 Estimativa)

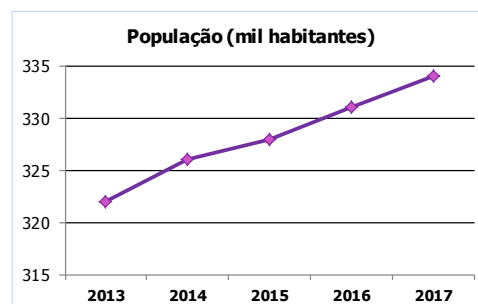
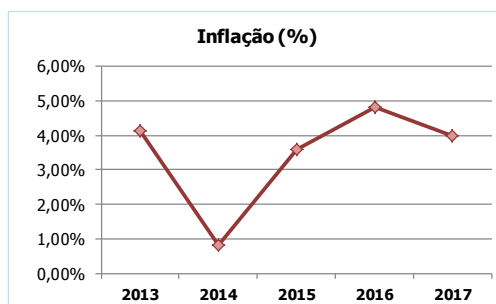
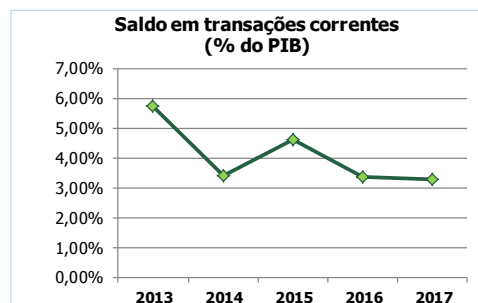
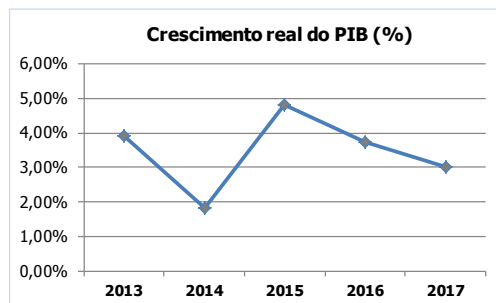
Agricultura	5,7%
Indústria	21,3%
Serviços	73,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados da IMF - World Economic Outlook Database, October 2015 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 4th Quarter 2015.

(n.d.) Dado não disponível.

(1) Estimativas FMI e EIU.

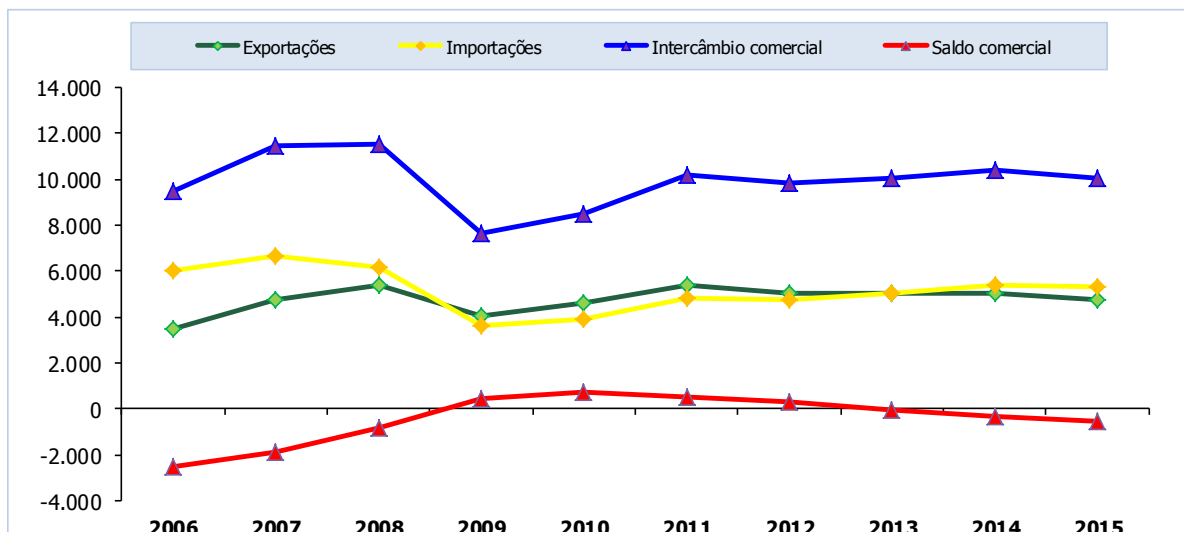
(2) Média de fim de período.



Evolução do comércio exterior da Islândia
US\$ milhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2006	3.453	11,7%	5.991	20,3%	9.444	17,0%	-2.538
2007	4.772	38,2%	6.690	11,7%	11.462	21,4%	-1.918
2008	5.355	12,2%	6.166	-7,8%	11.521	0,5%	-810
2009	4.057	-24,2%	3.604	-41,5%	7.661	-33,5%	453
2010	4.603	13,5%	3.914	8,6%	8.517	11,2%	689
2011	5.349	16,2%	4.846	23,8%	10.195	19,7%	503
2012	5.063	-5,3%	4.772	-1,5%	9.835	-3,5%	292
2013	4.998	-1,3%	5.019	5,2%	10.017	1,8%	-22
2014	5.051	1,1%	5.372	7,0%	10.423	4,1%	-321
2015	4.746	-6,0%	5.314	-1,1%	10.060	-3,5%	-568
Var. % 2006-2015	37,4%	--	-11,3%	--	6,5%	--	n.c.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*

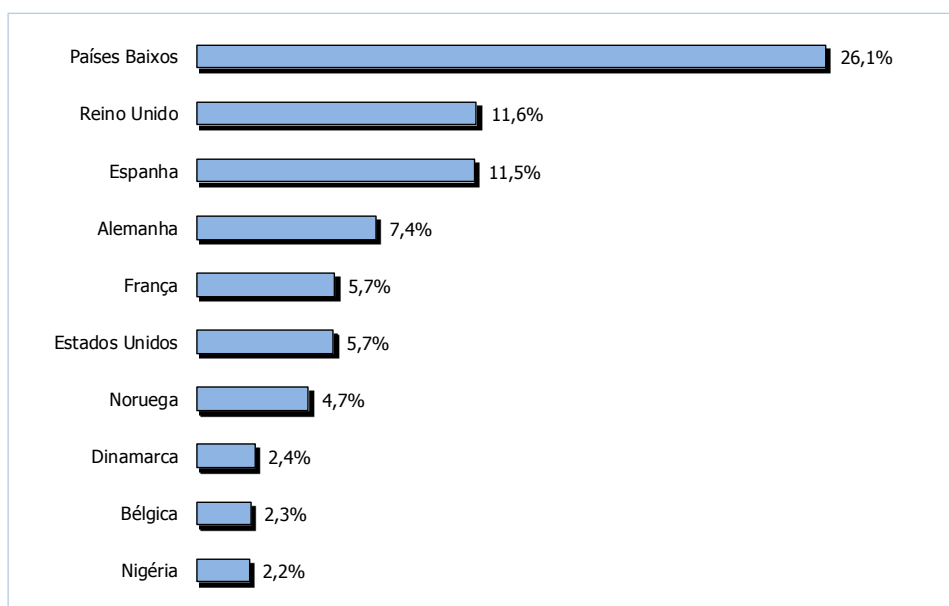


Direção das exportações da Islândia
US\$ milhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
Países Baixos	1.237	26,1%
Reino Unido	551	11,6%
Espanha	546	11,5%
Alemanha	353	7,4%
França	272	5,7%
Estados Unidos	269	5,7%
Noruega	221	4,7%
Dinamarca	115	2,4%
Bélgica	107	2,3%
Nigéria	104	2,2%
...		
<i>Brasil (36ª posição)</i>	<i>8</i>	<i>0,2%</i>
Subtotal	3.783	79,7%
Outros países	963	20,3%
Total	4.746	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

10 principais destinos das exportações

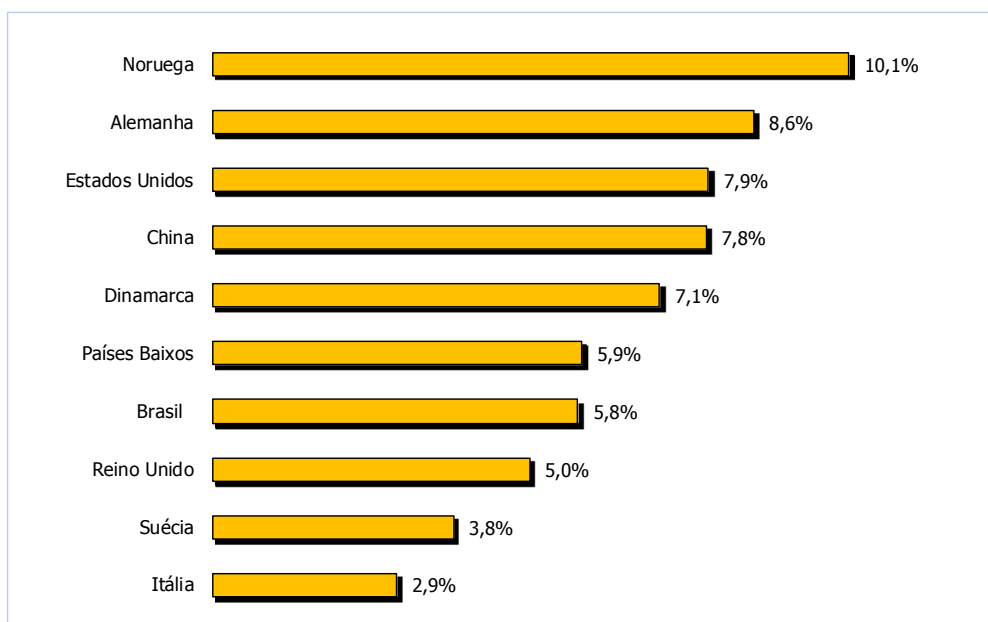


Origem das importações da Islândia
US\$ milhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
Noruega	538	10,1%
Alemanha	457	8,6%
Estados Unidos	419	7,9%
China	417	7,8%
Dinamarca	378	7,1%
Países Baixos	312	5,9%
Brasil	309	5,8%
Reino Unido	268	5,0%
Suécia	204	3,8%
Itália	156	2,9%
Subtotal	3.458	65,1%
Outros países	1.856	34,9%
Total	5.314	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

10 principais origens das importações

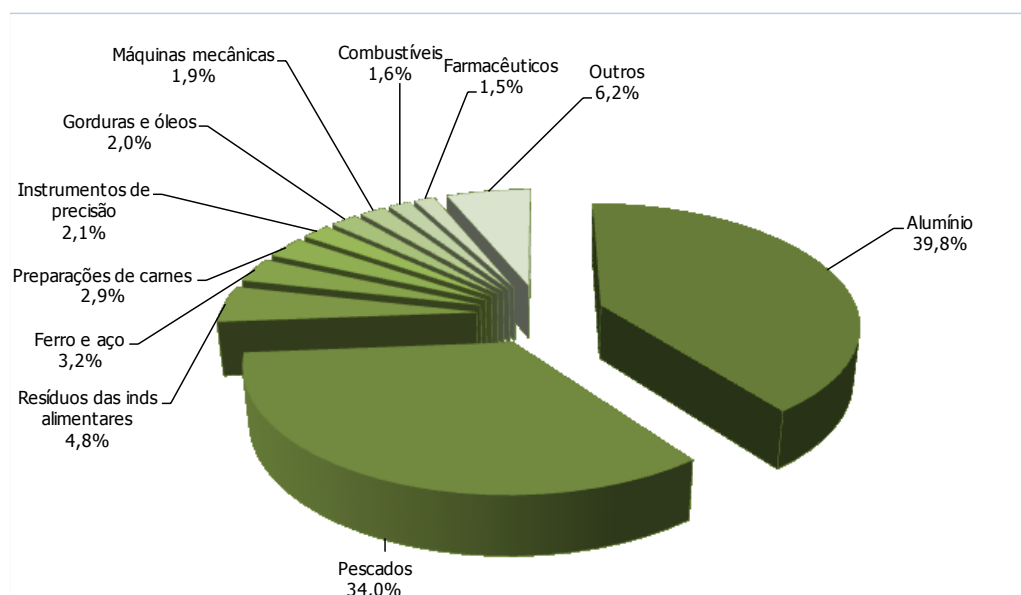


Composição das exportações da Islândia
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Alumínio	1.887	39,8%
Pescados	1.613	34,0%
Resíduos das inds alimentares	226	4,8%
Ferro e aço	153	3,2%
Preparações de carnes	137	2,9%
Instrumentos de precisão	100	2,1%
Gorduras e óleos	96	2,0%
Máquinas mecânicas	89	1,9%
Combustíveis	77	1,6%
Farmacêuticos	73	1,5%
Subtotal	4.451	93,8%
Outros	295	6,2%
Total	4.746	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

10 principais grupos de produtos exportados

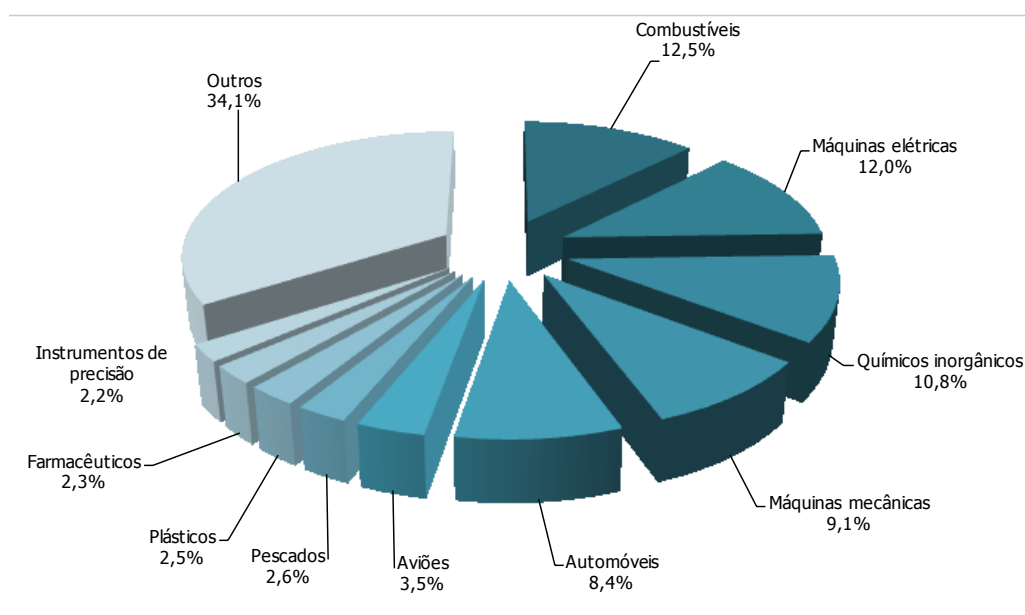


Composição das importações da Islândia
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Combustíveis	664	12,5%
Máquinas elétricas	639	12,0%
Químicos inorgânicos	574	10,8%
Máquinas mecânicas	481	9,1%
Automóveis	446	8,4%
Aviões	185	3,5%
Pescados	138	2,6%
Plásticos	135	2,5%
Farmacêuticos	124	2,3%
Instrumentos de precisão	115	2,2%
Subtotal	3.501	65,9%
Outros	1.813	34,1%
Total	5.314	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

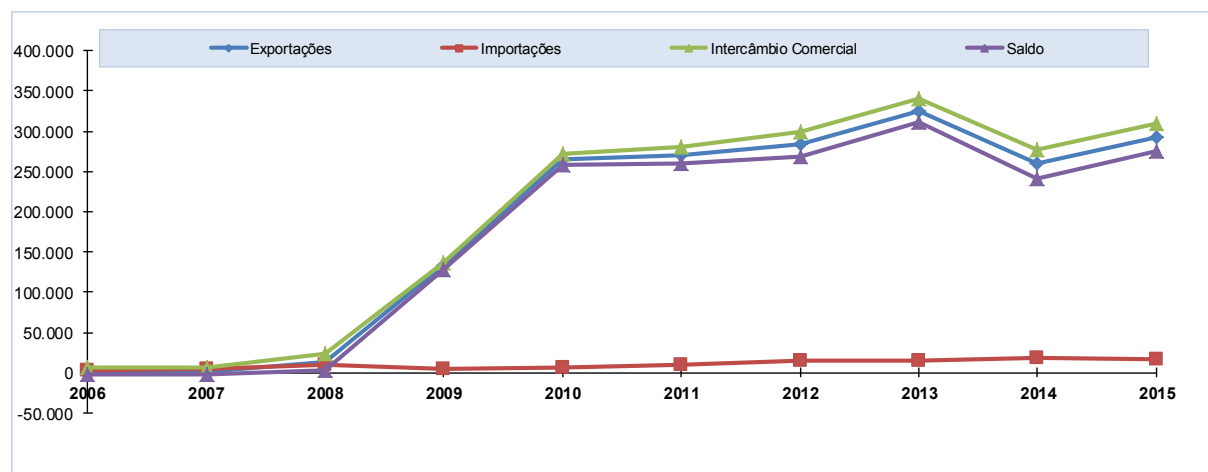
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Islândia
US\$ mil

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	2.219	-47,1%	0,00%	3.637	95,9%	0,00%	5.857	-3,2%	0,00%	-1.418
2007	1.680	-24,3%	0,00%	4.796	31,8%	0,00%	6.476	10,6%	0,00%	-3.116
2008	12.798	661,8%	0,01%	10.114	110,9%	0,01%	22.911	253,8%	0,01%	2.684
2009	132.444	934,9%	0,09%	4.704	-53,5%	0,00%	137.148	498,6%	0,05%	127.740
2010	264.695	99,9%	0,13%	6.770	43,9%	0,00%	271.466	97,9%	0,07%	257.925
2011	269.954	2,0%	0,11%	10.061	48,6%	0,00%	280.016	3,1%	0,06%	259.893
2012	284.400	5,4%	0,12%	15.379	52,8%	0,01%	299.779	7,1%	0,06%	269.022
2013	325.654	14,5%	0,13%	14.622	-4,9%	0,01%	340.276	13,5%	0,07%	311.032
2014	259.590	-20,3%	0,12%	18.140	24,1%	0,01%	277.730	-18,4%	0,06%	241.451
2015	292.865	12,8%	0,15%	17.110	-5,7%	0,01%	309.974	11,6%	0,09%	275.755
2016 (janeiro)	25.598	-41,0%	227,63%	580	-77,6%	5,62%	26.179	-43,1%	121,37%	25.018
Var. % 2006-2015	13095,3%	--	--	370,4%	--	--	5192,7%	--	--	n.c.

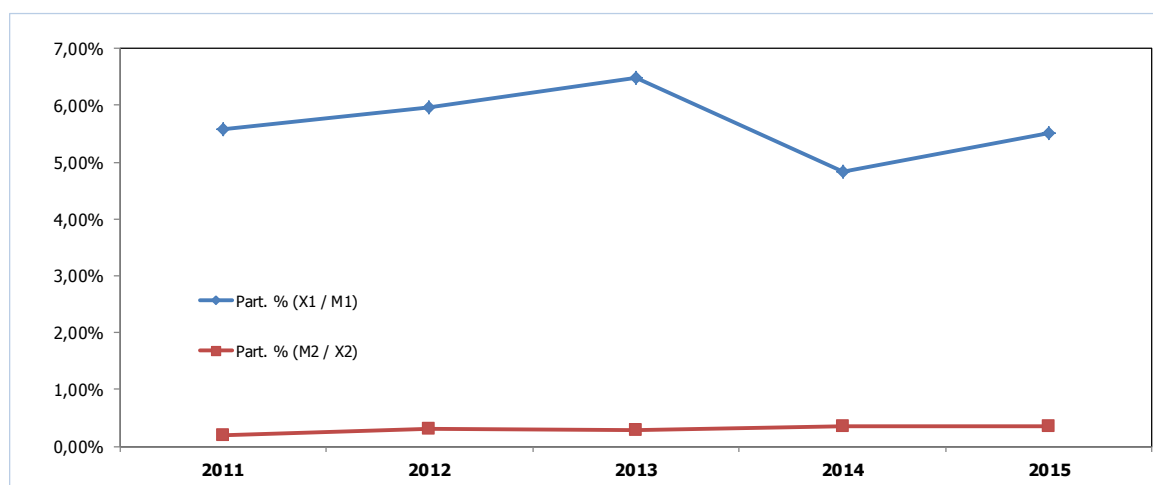
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Part. % do Brasil no comércio da Islândia
US\$ mil

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2011-2015
Exportações do Brasil para a Islândia (X1)	269.954	284.400	325.654	259.590	292.865	8,5%
Importações totais da Islândia (M1)	4.845.760	4.771.916	5.019.243	5.371.919	5.314.151	9,7%
Part. % (X1 / M1)	5,57%	5,96%	6,49%	4,83%	5,51%	-1,1%
Importações do Brasil originárias da Islândia (M2)	10.061	15.379	14.622	18.140	17.110	70,1%
Exportações totais da Islândia (X2)	5.348.791	5.063.442	4.997.710	5.051.300	4.746.219	-11,3%
Part. % (M2 / X2)	0,19%	0,30%	0,29%	0,36%	0,36%	91,6%

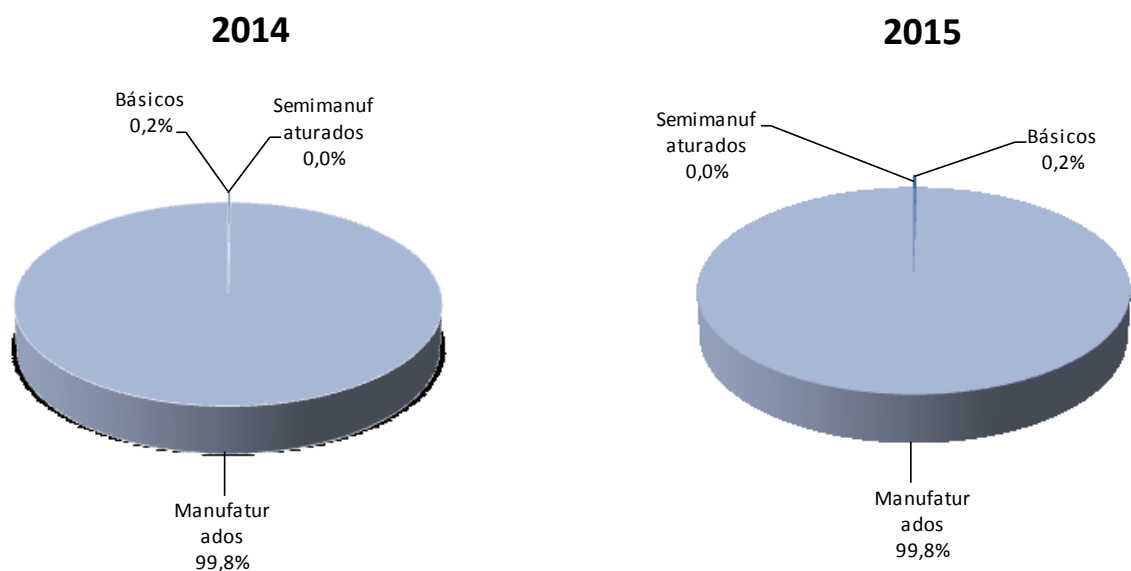
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações da Islândia e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.*



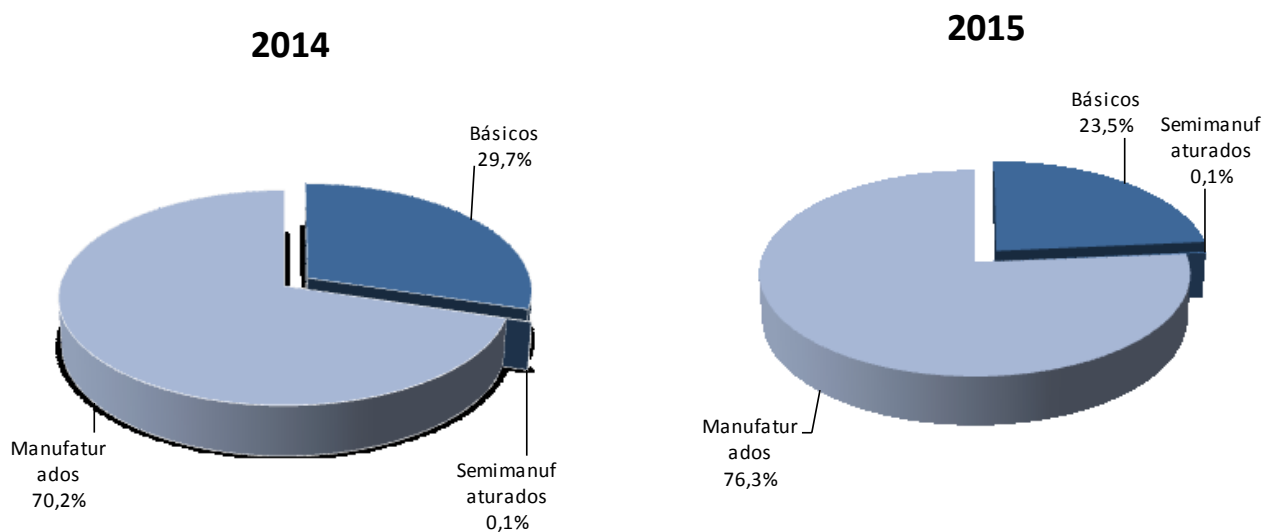
Exportações e importações brasileiras por fator agregado

Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras⁽¹⁾



Importações Brasileiras



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

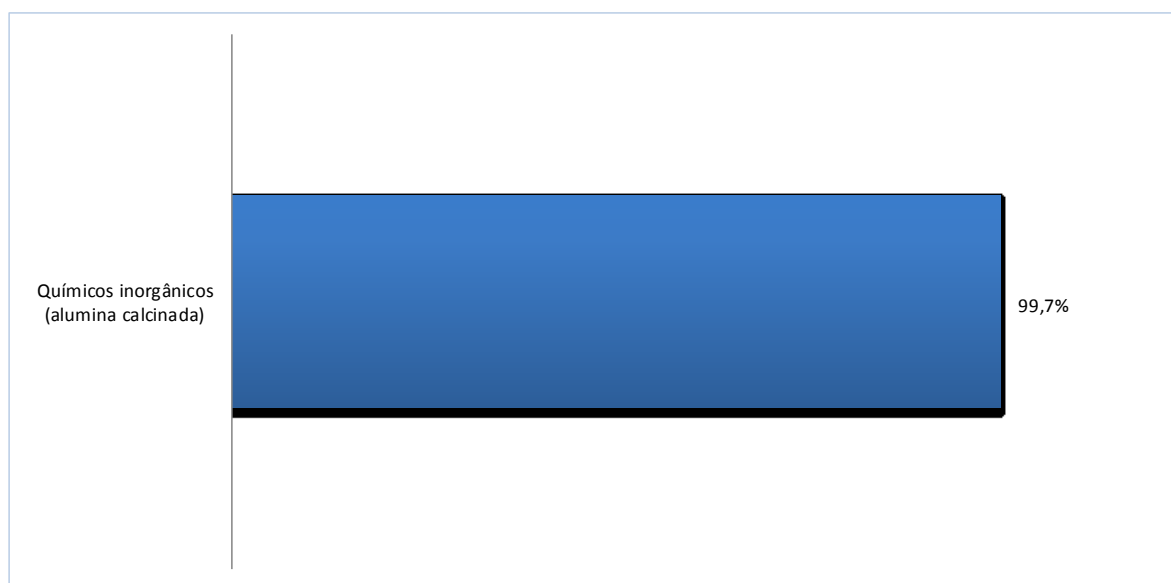
(1) Exclusive transações especiais.

Composição das exportações brasileiras para a Islândia
US\$ mil

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Químicos inorgânicos (alumina calcinad	324.218	99,6%	258.605	99,6%	292.089	99,7%
Subtotal	324.218	99,6%	258.605	99,6%	292.089	99,7%
Outros produtos	1.436	0,4%	985	0,4%	776	0,3%
Total	325.654	100,0%	259.590	100,0%	292.865	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

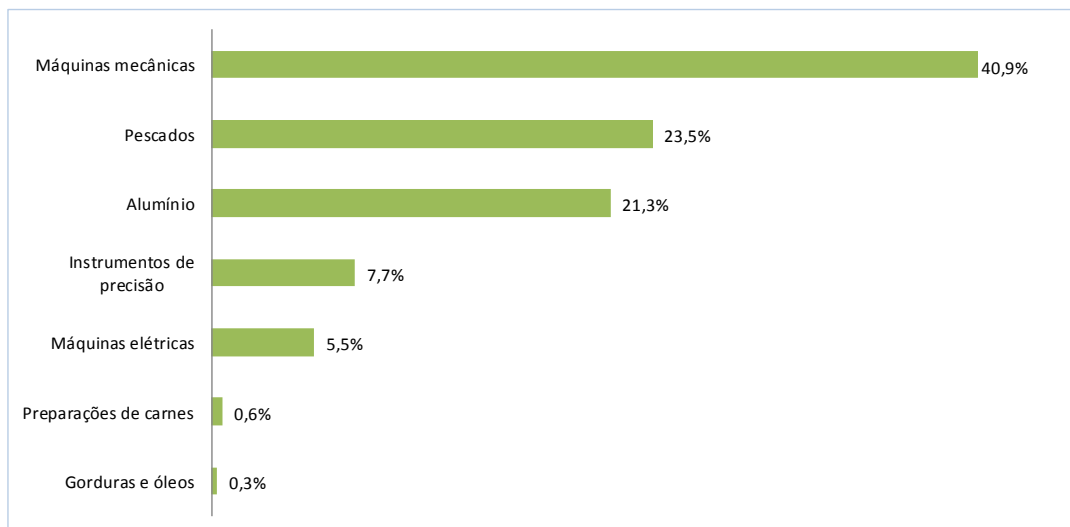


Composição das importações brasileiras originárias da Islândia
US\$ mil

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	1.305	8,9%	1.722	9,5%	7.005	40,9%
Pescados	6.534	44,7%	5.385	29,7%	4.027	23,5%
Alumínio	3.892	26,6%	4.749	26,2%	3.644	21,3%
Instrumentos de precisão	1.705	11,7%	2.466	13,6%	1.310	7,7%
Máquinas elétricas	176	1,2%	1.001	5,5%	938	5,5%
Preparações de carnes	0	0,0%	0	0,0%	97	0,6%
Gorduras e óleos	573	3,9%	458	2,5%	52	0,3%
Subtotal	14.185	97,0%	15.781	87,0%	17.073	99,8%
Outros produtos	437	3,0%	2.359	13,0%	37	0,2%
Total	14.622	100,0%	18.140	100,0%	17.110	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (janeiro)	Part. % no total	2 0 1 6 (janeiro)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016
Exportações					
Químicos inorgânicos	43.367	99,9%	25.437	99,4%	
Peles e couros	0	0,0%	67	0,3%	
Subtotal	43.367	99,9%	25.504	99,6%	
Outros produtos	23	0,1%	94	0,4%	
Total	43.390	100,0%	25.598	100,0%	

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (janeiro)	Part. % no total	2 0 1 6 (janeiro)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2016
Importações					
Pescados	461	17,8%	210	36,2%	
Alumínio	661	25,5%	183	31,5%	
Instrumentos de precisão	344	13,3%	106	18,3%	
Gorduras e óleos	0	0,0%	57	9,8%	
Máquinas mecânicas	224	8,6%	14	2,4%	
Máquinas elétricas	902	34,8%	8	1,4%	
Plásticos	2	0,1%	1	0,2%	
Ferramentas	0	0,0%	1	0,2%	
Subtotal	2.594	99,9%	580	99,9%	
Outros produtos	2	0,1%	0	0,1%	
Total	2.596	100,0%	580	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alcweb, Fevereiro de 2016.

Aviso nº 176 - C. Civil.

Em 11 de abril de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor GEORGE MONTEIRO PRATA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Noruega e, cumulativamente, na República da Islândia.

Atenciosamente,

EVA MARIA CELLA DAL CHIAVON
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República, substituta

À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 38 de 2016

(Nº 138/2016, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá.

Os méritos do Senhor Flávio Helmold Macieira que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de abril de 2016.

DILMA ROUSSEFF

Presidente da República Federativa do Brasil

EM nº 00086/2016 MRE

Brasília, 5 de Abril de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA**

CPF.: 284.875.247-53

ID.: 8849 MRE

1952 Filho de Anselmo Nogueira Macieira e Yeda Helmold Macieira, nasce em 17 de junho, em Niterói/RJ

Dados Acadêmicos:

1975 Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense/RJ

1976 CPCD - IRBr

1998 CAE - IRBR, O Brasil e o MTCR. Outubro de 1995 a Janeiro de 1998: a Fase inicial da Participação brasileira no Regime. Observações e Perspectivas.

2002 Mestrado em Relações Internacionais pela Universidade da Cidade de Dublin, Irlanda

Cargos:

1977 Terceiro-Secretário

1979 Segundo-Secretário

1987 Primeiro-Secretário, por merecimento

1993 Conselheiro, por merecimento

1999 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

2007 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1977-79 Divisão da África II, Assistente

1979-82 Embaixada em Sófia, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário

1982-86 Consulado-Geral em Barcelona, Cônsul-Adjunto

1986-88 Embaixada em Bagdá, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário

1989-91 Divisão de Comércio Internacional, Subchefe e Chefe, substituto

1989 Reunião Brasil-CEE para acompanhamento e avaliação do Acordo Siderúrgico bilateral, Brasília, Chefe de Delegação

1991 Divisão de Política Comercial, assessor e Chefe, substituto

1991 IV Reunião da Comissão Mista Brasil-UNIDO, Brasília, Chefe de Delegação

1991-92 Governo do Distrito Federal, Coordenadoria do Metrô de Brasília, Consultor

1992-94 Divisão das Nações Unidas, assessor

1994-98 Embaixada em Paris, Conselheiro

1996 GT para Revisão dos Anexos Técnicos do MTCR, Berlim, Chefe de Delegação

1998-2003 Embaixada em Dublin, Conselheiro e Ministro-Conselheiro

2003-06 Embaixada em Berna, Ministro-Conselheiro

2006-08 Secretaria-Geral, assessor e Chefe de Gabinete

2008-12 Embaixada em Manágua, Embaixador

2012- Embaixada em Oslo, Embaixador

2014 28ª Reunião Plenária do MTCR, Oslo, Chefe de Delegação.

Condecorações:

2007 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

2008 Medalha "Mérito Santos Dumont", Brasil

2008 Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Grande Oficial

2010 Medalha do Pacificador, Brasil

2012 Ordem José de la Marcoleta, Nicarágua, Grã-Cruz

2013 Ordem do Mérito da Aeronáutica, Brasil, Grande Oficial

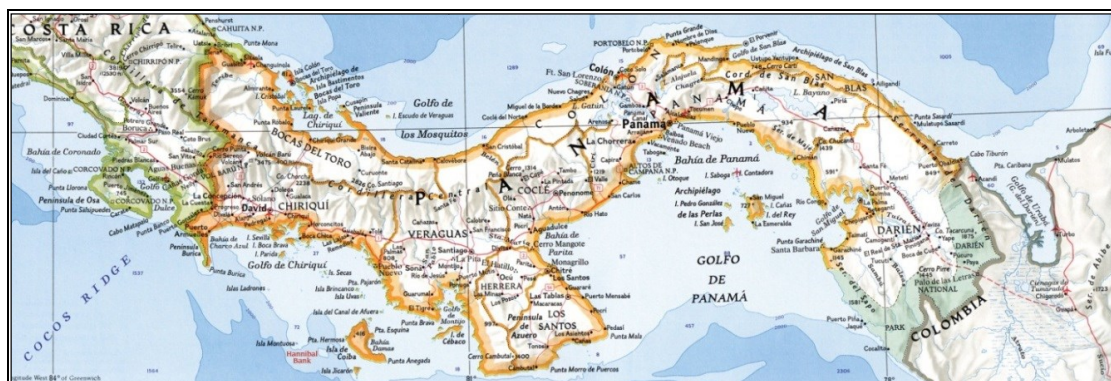
Publicações:

- | | |
|------|--|
| 1994 | O Brasil e as Nações Unidas em 1994: uma Abordagem Política, in Revista brasileira de Política internacional, número 1, ano 37. |
| 2009 | Perspectivas para o Brasil no Cenário Internacional. Transcrição de palestra in Diálogos para o Desenvolvimento, volume I, capítulo 3. IPEA, Brasília. |

MARIA-THERESA LAZARO
Subsecretária-Geral do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral de América do Sul, Central e do Caribe
Departamento da América Central e Caribe
Divisão do México e América Central

PANAMÁ



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Março de 2016

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	<i>República do Panamá</i>
CAPITAL	Cidade do Panamá
ÁREA	74.340 km²
POPULAÇÃO (2015, FMI)	4 milhões
IDIOMAS	espanhol; inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	católicos (85%); protestantes (15%)
SISTEMA POLÍTICO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral: Assembléia Nacional (<i>Asamblea Nacional de Panamá</i>) com 71 assentos
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Juan Carlos Varela (desde julho de 2014)
VICE-PRESIDENTA E MINISTRA DAS RELAÇÕES EXTERIORES	Isabel Saint Malo de Alvarado (desde julho de 2014)
PIB NOMINAL (2015, FMI est.)	US\$ 47,5 bilhões
PIB NOMINAL PER CAPITA (2015, FMI est.)	US\$ 11.850
PIB PPP (2015, FMI EST.)	US\$ 82,1 bilhões
PIB PER CAPITA PPP (2015, FMI est.)	US\$ 20.512
CRESCIMENTO DO PIB (FMI)	6% (2015); 6,2% (2014); 8,4% (2013); 10,8% (2012); 10,9% (2011)
IDH (PNUD, 2015)	0,780
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2015)	77,6 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (PNUD, 2015)	94,1 %
DESEMPREGO (FMI, 2015 est.)	4.5%
UNIDADE MONETÁRIA	Balboa (US\$ 1 = 1 B em 3/3/2016).
EMBAIXADOR NO PANAMÁ	Adalnio Senna Ganem
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Edwin Emilio Vergara Cárdenas
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	2000 pessoas

INTERCÂMBIO COMERCIAL (US\$ milhões FOB) – Fonte: MDIC										
Brasil-Panamá	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Intercâmbio	318,9	399,7	416,3	220,6	382,0	439,2	413,4	4.434,7	371,3	313,5
Exportações (FOB)	306,1	382,9	391,3	210,2	367,2	418,7	397,4	4.423,1	361,9	304,7
Importações (FOB)	12,8	16,8	25,0	10,4	14,8	20,5	16,0	11,6	9,4	8,8
Saldo	293,3	366,1	366,3	199,8	352,4	398,2	381,4	4.411,5	352,5	295,9

Informação elaborada em 3/3/2016 pelo SS Antonio Bidart.

Revisada pelo PS Fernando Augusto Moreira Costa, pelo TS Daniel Ferreira Magrini e pelo Embaixador Clemente de Lima Baena Soares.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Juan Carlos Varela – Presidente



Juan Carlos Varela nasceu na *Institute of Technology*, nos Estados em Engenharia Industrial, em 1985. No setor privado, exerceu a Vice-Presidência da empresa *Varela Hermanos*, de propriedade de sua família, entre 1985 e 2008. Iniciou a vida política na década de 1970 e participou de diversas campanhas presidenciais. Em 2004, liderou o movimento renovador no Partido Panameñista, que preside desde 2006. Foi Vice-Presidente do Governo de Ricardo Martinelli (2009-2014), tendo também exercido o cargo de Ministro das Relações Exteriores de julho de 2009 a agosto de 2011. Venceu as eleições presidenciais de maio de 2014 e assumiu a Presidência do Panamá em julho do mesmo ano.

Cidade do Panamá e estudou no *Georgia* Unidos, onde recebeu o título de Bacharel

RELAÇÕES BILATERAIS

Em anos recentes, o Panamá vem ganhando importância para o Brasil como parceiro comercial e pelo interesse despertado pelo dinamismo de sua economia e de sua base logística de comércio e serviços. O país possui experiência em áreas de interesse brasileiro – particularmente em portos e aeroportos.

Cooperação Técnica

A Cooperação Técnica entre o Brasil e o Panamá tem como marco legal o Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica celebrado em 1981, na Cidade do Panamá, e promulgado em 1 de março de 1983.

O atual programa de cooperação técnica contempla 4 projetos em vigor: 2 na área de agricultura, um na área de pecuária e um de implementação de bancos de leite humano.

Cooperação Portuária

A Secretaria Especial de Portos da Presidência da República (SEP) e a Autoridade Marítima do Governo do Panamá negociaram Memorando de Entendimento para cooperação no setor de portos marítimos e logística portuária, assinado em setembro de 2013, durante visita do então Ministro-Chefe da Secretaria de Portos, Leônidas Cristino, ao Panamá.

Classificação do Panamá como “País de Tributação Favorecida”

O Panamá integra a lista de jurisdições de tributação favorecida da Receita Federal do Brasil – RFB (IN 1037/2010) em virtude, sobretudo, de sua baixa tributação e da falta de transparência. O Panamá tem feito gestões para mudar essa classificação não apenas em relação ao Brasil, mas, também, em outros fóruns internacionais.

Em outubro de 2015, o Governo brasileiro apresentou ao Panamá proposta de acordo para troca de informações tributárias (TIEA), seguindo o modelo de preferência indicado pelo Panamá, isto é, apenas com previsão de troca de informações a pedido. O Brasil tem reiterado o interesse na negociação de TIEA, mas aguarda reação panamenha. A importância da negociação de um TIEA com o Panamá deriva do empenho da RFB em assegurar acesso a informações tributárias relevantes para o combate à evasão fiscal.

No Fórum Global sobre Transparência e Troca de Informações Tributárias (FG) do G20/OCDE, o Panamá manifestou compromisso com a melhoria do seu sistema tributário e com a implementação, até 2018, de mecanismos para troca automática de informações tributárias com outros países. O Panamá foi aprovado na primeira fase de avaliação do Fórum Global, em outubro de 2015, mediante entendimento de implementaria medidas concretas (negociação e assinatura de Acordos de Troca de Informações Tributárias – TIEAs). No entanto, o país centro-americano tem declarado enfrentar dificuldades para aderir aos novos padrões internacionais de troca automática de informações endossados pelos países do G20 e do Fórum Global. Nesse contexto, o Fórum Global declarou que não considera o Panamá comprometido com os padrões internacionais.

Transportes Aéreos

As relações aerocomerciais entre Brasil e Panamá são regidas por Acordo sobre Serviços Aéreos, bem como por Memorando de Entendimento entre a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e sua homóloga panamenha, a Autoridade Aeronáutica Civil (AAC). O Congresso Nacional aprovou o Acordo em outubro de 2009.

A empresa panamenha Copa Airlines é a segunda companhia aérea internacional presente no Brasil em número de destinos, com voos para 7 cidades brasileiras, a saber: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília, Recife e Manaus.

Reforma do Conselho de Segurança

Em diversas ocasiões, o Panamá manifestou apoio ao pleito brasileiro por assento permanente em um Conselho de Segurança reformado: em 2007, durante visita do Presidente Lula da Silva ao país; em 2008, no contexto do Comunicado Conjunto Brasil-SICA; e em 2012, em conversa do então Presidente Ricardo Martinelli e o do então Chanceler Roberto Henríquez com o Embaixador do Brasil no Panamá. O Panamá defende a expansão em ambas as categorias de membros, mas se opõe à extensão do direito de veto a novos membros permanentes.

Assuntos Consulares

A Embaixada do Brasil na Cidade do Panamá é a responsável pelos serviços consulares brasileiros no país. A comunidade brasileira no Panamá é estimada em cerca de 2000 cidadãos, divididos em três grupos principais: mulheres brasileiras casadas com panamenhos que estudaram no Brasil; executivos de empresas brasileiras ou de empresas multinacionais com operações no Panamá; e profissionais que chegam ao Panamá em busca de emprego. Em 2015, foram registradas 238 autorizações de trabalho para brasileiros no Panamá.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há operações vigentes de financiamento brasileiros no Panamá.

POLÍTICA INTERNA

O Panamá adota sistema de governo presidencialista, com mandato de cinco sem possibilidade de reeleição. O parlamento é unicameral (Assembleia Nacional), composto por 71 membros também eleitos, por sistema proporcional, para mandatos de cinco anos, em eleições que coincidem com as presidenciais. Do ponto de vista territorial, o Panamá divide-se em 10 províncias e 3 comarcas indígenas.

As últimas eleições gerais panamenhas foram realizadas em maio de 2014. Para o cargo de Presidente da República, foi eleito Juan Carlos Varela, do *Partido Panameñista*. Também foram renovados os 71 assentos da Assembleia Nacional, escolhidos 77 prefeitos e eleitos 20 deputados ao Parlamento Centro-Americano.

As eleições consagraram a divisão política do país em três grandes partidos políticos. A divisão também se refletiu no compartilhamento do poder: o *Partido Panameñista* obteve a Presidência e a Prefeitura da capital, o Partido Revolucionário Democrático (PRD) conquistou a maioria dos cargos executivos municipais, e o Câmbio Democrático (CD), partido do ex-Presidente Ricardo Martinelli, manteve maioria na Assembleia (29 deputados, contra 21 do PRD e 12 do Panameñismo). Atualmente, as cadeiras na Assembleia Nacional estão distribuídas da seguinte forma: o CD conta com 25 deputados, contra 25 do PRD e 17 do *Panameñista*. Os outros partidos representados são o Molirena (Partido Movimento Liberal Republicano Nacionalista), com 2 deputados, e o Partido Popular, com 1 deputado. Há uma deputada independente.

Juan Carlos Varela venceu as eleições com 39% dos votos contra 32% do candidato do governo, José Domingo Arias, e 27,5% de Juan Carlos Navarro, do PRD. Embora tenha sido Vice-Presidente e Chanceler (durante a primeira metade do mandato) de Ricardo Martinelli, Juan Carlos Varela rompeu com o Presidente e transformou-se em seu principal opositor.

O Presidente Varela tem enfatizado a importância da institucionalidade e da transparência e do combate à corrupção como diretrizes de seu governo. Nesse sentido, propôs uma reforma constitucional, que tem sido adiada em vista das dificuldades de obter apoio na Assembleia Nacional.

No contexto das iniciativas de combate à corrupção, a Assembleia Nacional suspendeu, em outubro de 2014, o magistrado Alejandro Moncada Luna de suas funções na Corte Suprema de Justiça, por suspeitas de corrupção. Em março de 2015, Alejandro Moncada foi condenado a 5 anos de reclusão e à destituição definitiva do cargo. Na mesma linha, foram detidos os ex-Secretários-Executivos do Conselho de Segurança Nacional, Alejandro Garuz e Gustavo Pérez, acusados de envolvimento na interceptação de comunicações de autoridades e figuras públicas durante o governo de Ricardo Martinelli.

Em votação unânime, durante sessão extraordinária realizada em janeiro de 2015, o Tribunal Superior de Justiça (TSJ) acatou pedido de abertura de processo judicial contra o ex-Presidente Ricardo Martinelli, com base em acusações de crimes contra a administração pública relacionados ao Fundo de Investimento Social, atual Programa de Ajuda Nacional (PAN). Ricardo Martinelli declarou-se vítima de perseguição política e, após outorgar poderes amplos a sua esposa e a seu irmão, partiu para os EUA. Em dezembro de 2015, teve a prisão preventiva decretada pelo TSJ. A defesa do Ex-Presidente apresentou recurso ao TSJ sustentando que somente o Parlamento Centro-Americano (PARLACEN), do qual Martinelli é membro, poderia suspender o foro privilegiado de que goza o ex-Presidente. Em julho de 2015, o Tribunal Superior de Justiça aceitou nova denúncia contra o ex-Presidente Martinelli por irregularidades na expedição de 355 indultos ao final de seu governo.

Juan Carlos Varela tem manifestado preocupação com a área social, promovendo eventos para divulgar ações de caráter social no âmbito dos Objetivos do Milênio e do Desenvolvimento Sustentável, como o programa

"Biocomunidade", de atenção multissetorial a comunidades carentes. Além disso, o governo tem investido na infraestrutura e base logística do país, com projetos como a reurbanização de Colón e a expansão do metrô.

POLÍTICA EXTERNA

A diplomacia panamenha tem empreendido esforços para alçar o país à condição de centro regional de diplomacia multilateral, favorecendo a instalação, no país, de escritórios de agências do sistema ONU e de organismos latino-americanos, como a CELAC. Nesse contexto, o Panamá sediou diversos eventos regionais, como a Cúpula Ibero-Americana, em 2013, o Foro Econômico Mundial para a América Latina, em 2014, e a VII Cúpula das Américas, em 2015.

O país também ambiciona consolidar-se como centro de negócios internacionais e elo logístico para a América Latina. Desse modo, tem procurado ampliar sua participação no Sistema da Integração Centro-Americana (SICA), como estratégia de inserção e ampliação de sua influência na região. O Panamá também concluiu, em 2012, processo de adesão à ALADI, convertendo-se no 13º país-membro da Associação. Em fevereiro de 2014, o então Chanceler Francisco Álvarez de Soto enfatizou o compromisso do Panamá com o processo de integração latino-americano, com particular interesse na CELAC, no SICA, na ALADI e na Aliança para o Pacífico.

O Panamá considera a OEA um fórum político primordial da região, no qual os temas de interesse comum devem ser debatidos independentemente de sua discussão em outros agrupamentos regionais.

O comércio com os Estados Unidos é intenso, especialmente no que diz respeito às importações panamenhas, que totalizaram US\$ 10,5 bilhões em 2014. Em 2011, entrou em vigor do tratado de livre comércio entre os dois países. A exemplo do restante da América Central, a agenda bilateral panamenha com os EUA também contempla temas de segurança e de combate ao narcotráfico e à lavagem de dinheiro. A expansão do Canal do Panamá também representa elemento de interesse comum.

Em Junho de 2012, o Panamá assinou o Acordo de Associação União Europeia (UE)-América Central. O acordo prevê diálogo político, cooperação e a formação de uma área de livre comércio. A UE representa um dos principais mercados de destino das exportações panamenhas, sendo responsável 26% do total das vendas externas do país em 2014, de acordo com a OMC.

O país também possui acordos de livre comércio em vigor com o Chile e, desde maio de 2012, com o Peru. Em 2015, entrou em vigor Tratado de Livre Comércio com o México, que deverá possibilitar a participação do Panamá na Aliança do Pacífico.

O Presidente Varela realizou visita oficial à Espanha em setembro de 2014, quando manteve encontros com o Rei Felipe VI e com o Primeiro-Ministro Mariano Rajoy. Nos encontros foi discutido, em particular, o fomento à participação de empresas espanholas em projetos públicos e privados panamenhos. As firmas espanholas são importantes concorrentes à atuação de empresas brasileiras no Panamá, onde disputam o mesmo segmento de obras públicas.

Juan Carlos Varela foi o primeiro mandatário latino-americano a realizar visita oficial a Cuba, em setembro de 2015, após a normalização das relações diplomáticas da ilha caribenha com os EUA. Na ocasião, estabeleceu negociações para vincular o tráfego de navios do Canal de Panamá com o porto de Mariel.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia panamenha concentra-se no setor de serviços, responsável por 79% do PIB, com destaque para os segmentos de transporte marítimo, serviços bancários, turismo, comunicações e comércio.

O país possui, há alguns anos, a economia com as maiores taxas de crescimento da América Latina. No quinquênio 2011-2015, cresceu em média 8,4%

anuais, registrando índices superiores a 10% em 2011 e 2012 (FMI). O acelerado crescimento da economia panamenha tem contribuído para a elevação da renda per capita, que saltou de US\$ 5.921 em 2007 para US\$ 11.146 em 2014 (FMI). De acordo com o Ministério da Economia e Finanças, o desemprego situava-se, em 2015, em apenas 3,8%.

O crescimento panamenho tem sido puxado por investimentos governamentais em infraestrutura. Entre os novos projetos, destacam-se: as linhas 2 e 3 do metrô, a recuperação física e social da cidade portuária de Colón, a ampliação da Carretera Panamericana, a Quarta Ponte sobre o Canal, a linha de transmissão elétrica Colômbia-Panamá e o Porto de Corozal. Além disso, a expansão do Canal do Panamá encontra-se em fase de conclusão.

Os investimentos governamentais visam à transformação do Panamá num polo de comércio, serviços, negócios e ecoturismo. O Presidente Juan Carlos Varela tem reafirmado, nesse contexto, a vocação panamenha de centro mundial de transportes e logística.

O Panamá, contudo, registra déficit em conta corrente: US\$ 5,3 bilhões, ou 12% do PIB em 2014 (FMI). O déficit tem sido financiado por meio de investimentos estrangeiros: em 2014, o IED recebido pelo Panamá totalizou US\$ 5,2 bilhões (Banco Mundial).

A dívida pública do Panamá atingiu US\$ 18,7 bilhões ao final de 2014 – aproximadamente 42,6% do PIB (FMI). A dívida está associada, em grande medida, aos pesados investimentos públicos (média de 33% do PIB nos últimos 6 anos).

Em setembro de 2015, em seu relatório de revisão, o FMI avaliou positivamente o desempenho macroeconômico e o crescimento do Panamá, mas alertou para a vulnerabilidade do país a choques externos e enfatizou a importância da adoção de medidas de fortalecimento fiscal, em equilíbrio com esforços de estabilidade financeira e crescimento sustentável e inclusivo.

O comércio exterior do Panamá registrou, em 2013, crescimento de 47,5% em relação a 2009, passando de US\$ 50,1 bilhões para US\$ 73,9 bilhões. A balança comercial, contudo, mostrou-se deficitária, totalizando, em 2013, saldo negativo de US\$ 53,2 bilhões.

A partir de 2014, o Panamá passou a excluir as exportações oriundas da Zona Franca de Colón das exportações que informa ao Centro Internacional de Comércio (*International Trade Center* – ITC) da UNCTAD, fonte das informações comerciais utilizadas nessa análise. Assim, o valor das exportações panamenhas tem de ser calculado pelo método do "espelho", ou seja, com base nos valores registrados pelos países importadores, o que reduz sua exatidão. Em 2014, por

exemplo, o valor registrado decresceu 45% em razão de mudança na metodologia.

De acordo com os dados informados ao ITC, em 2014, o Equador foi o principal destino das exportações panamenhas, com 16,8% do total, seguido de Guatemala (11,9%), Coréia do Sul (8,7%), Estados Unidos (7,6%) e Costa Rica (6,2%). O Brasil ocupou o 55º lugar entre os compradores do Panamá, com 0,2% do total.

Os Estados Unidos foram o principal fornecedor de bens ao Panamá no mesmo ano, com 19,8% do total, seguido de China (17,6%), Cingapura (17,4%), Japão (13,3%) e Colômbia (6,8%). O Brasil ocupou o 14º lugar, com 0,2% do total.

Comércio Bilateral

Até 2011, ano em que as exportações regulares do Brasil para o Panamá atingiram valor recorde, o comércio bilateral registrava acelerado crescimento, só interrompido em 2009 em razão da crise internacional. Em 2015, a corrente de comércio bilateral totalizou US\$ 313,5 milhões, com superávit de US\$ 296 milhões para o Brasil.

As exportações brasileiras para o Panamá são compostas principalmente por produtos manufaturados (92%), que também somaram 76% das importações oriundas do Panamá em 2015. As principais exportações brasileiras são produtos farmacêuticos, máquinas mecânicas, cereais, borracha e ferramentas. As principais importações são alumínio, automóveis, obras de couro, máquinas mecânicas e perfumaria.

Investimentos Bilaterais

O Panamá é importante destino para investimentos brasileiros diretos (IBD) e, em 2008, foi o segundo maior receptor de IBD, com total aproximado de US\$ 3 bilhões. Em novembro de 2015, o Panamá detinha o 10º maior estoque de investimentos brasileiros diretos no exterior, com um montante de US\$ 3,7 bilhões.

Empresas brasileiras mantêm participação ativa na modernização da infraestrutura do país. Em 2012, a Odebrecht venceu licitação (US\$ 679 milhões) do projeto de ampliação da ala sul do aeroporto de Tocumen. Desde 2013 a Odebrecht também executa a instalação de linha de transmissão que integrará todo o país. O projeto está orçado em US\$ 233,8 milhões e deve entrar em operação no fim de 2016.

Em 2015, o consórcio liderado pela Odebrecht venceu a licitação para a construção da linha 2 do Metrô, orçada em US\$ 1,9 bilhão. Com o resultado, a Odebrecht consolidou-se como a maior contratista das últimas administrações panamenhas, com projetos estimados no valor total de US\$ 8,5 bilhões.

Em outubro de 2015, foi oficializado o início das obras de Renovação Urbana da Cidade de Colón. O projeto, também liderado pela Odebrecht, prevê a reurbanização da cidade e a realocação de cerca de 30.000 habitantes para apartamentos novos.

A Odebrecht Energy também venceu a concorrência para a construção da hidrelétrica Chan II. O investimento previsto é de US\$ 1,1 bilhão de dólares e a usina terá capacidade para gerar 224 megawatts, equivalente a 9% da atual capacidade instalada de geração de energia no país.

Outras empresas brasileiras no Panamá são: Cugnier, Eletrobras, Galores, Ibope, OAS, Queiroz Galvão e Andrade Gutierrez.

Em 2011, a Eletrobrás abriu escritório regional na Cidade do Panamá. Trata-se do terceiro escritório da empresa no exterior, depois de Montevidéu e Lima. O escritório tem como objetivo a atração de investimentos para projetos da Eletrobrás e comercialização de suas várias formas de energia, inclusive eólica, na América Central e no Caribe.

CRONOLOGIA HISTÓRICA DO PANAMÁ

1501	Descoberta do território que veio a ser o Panamá, por Rodrigo de Bastidas.
1519	Fundação da Cidade do Panamá, por Pedro Arias Dávila ("Pedrarias").
1671	A Cidade do Panamá é atacada pelo pirata inglês Henry Morgan. A cidade é evacuada e consumida por incêndio.
1673	Reconstrução da Cidade do Panamá, a 2 quilômetros de seu sítio original.
1821	Independência da Espanha. Após alguns meses, o Panamá se incorpora à Grã-Colômbia, sob o nome de Departamento do Istmo.
1826	O Panamá sedia o Primeiro Congresso Interamericano, convocado por Simón Bolívar.
1848	A descoberta de ouro na Califórnia impulsiona o comércio na Cidade do Panamá, que passa a receber o fluxo de transbordo com destino à costa oeste dos EUA.
1855	Inauguração da primeira ferrovia ligando os dois oceanos que banham o Panamá.
1881	Início da construção do Canal do Panamá, pela <i>Compagnie Universelle du Canal Interocéanique</i> , fundada por De Lesseps.
1889	Falência da <i>Compagnie Universelle</i> e paralisação das obras de construção do Canal.
1899	Início da Guerra dos Mil Dias, guerra civil entre liberais e conservadores.
1902	Fim da Guerra dos Mil Dias.
1903	Assinatura do Tratado Herrán-Hay entre Estados Unidos e Colômbia para finalizar a construção do Canal. O Panamá torna-se independente, na condição de protetorado dos EUA.
1914	Término da construção do Canal do Panamá, pelos EUA. O Presidente Belisario Porras pleiteia pela primeira vez a assinatura de novo tratado sobre o Canal do Panamá.
1936	Assinatura do Tratado Arias-Roosevelt. O Panamá deixa de ser protetorado dos EUA.
1948	Criação da Zona Franca de Colón.
1955	A assinatura do Tratado Remón-Eisenhower, que prevê vantagens econômicas para o Panamá, pelo arrendamento do Canal.
1964	Protestos estudantis contra o hasteamento de bandeira dos EUA no Canal terminam com a morte de 21 pessoas após o Governador da Zona do Canal autorizar o uso de armas de fogo para pôr fim às manifestações.
1965	Firmada a Declaração Robles-Johnson, que abordou temas como a administração do Canal, sua exploração por nova rota e sua defesa.
1968	Golpe de Estado culmina com a tomada do poder pelo General Omar Torrijos.
1977	Assinatura dos Tratados do Canal do Panamá (Tratados Torrijos-Carter), que previam a entrega da administração Canal ao Panamá e o fechamento das bases militares dos EUA no país.

1981	O General Omar Torrijos morre em acidente aéreo.
1989	O general Manuel Noriega anula as eleições presidenciais realizadas e toma o poder. Invasão do Panamá pelos EUA, que depõem Noriega, alçando ao poder Guillermo Endara, ganhador das eleições presidenciais. Noriega é levado a julgamento nos EUA sob a acusação de tráfico internacional de drogas.
1992	Aprovação, em referendo nacional, de emenda constitucional que suprime o Exército.
1994	Ernesto Pérez Balladares é eleito Presidente.
1999	Mireya Moscoso vence as eleições e se torna primeira mulher a governar o Panamá. O Panamá assume controle total do Canal do Panamá.
2004	Martín Torrijos, filho do General Omar Torrijos, é eleito Presidente.
2009	Ricardo Martinelli é eleito Presidente.
2014	Juan Carlos Varela é eleito Presidente.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BRASIL-PANAMÁ

1904	Reconhecimento da independência do Panamá pelo Governo brasileiro
1907	Entrega de credenciais pelo primeiro representante brasileiro junto ao Governo do Panamá, residente em Havana.
1908	Nomeação do primeiro representante diplomático panamenho junto ao Governo brasileiro, Belisário Porras, que posteriormente seria, em três ocasiões, Presidente da República.
1947	Entrada em vigor do Convênio Cultural.
1956	Participação do Presidente Juscelino Kubistchek na 1ª Reunião de Chefes de Estado da OEA, no Panamá
1989	Invasão do Panamá pelos EUA. O Governo brasileiro condenou o uso da força nas relações internacionais e reiterou apoio à soberania panamenha.
2000	Presidente Fernando Henrique Cardoso participa da Cúpula Ibero-Americana, no Panamá. Assinatura do Acordo sobre Cessão em Depósito das Atas do Congresso Anfictiônico de 1826.
2001	Visita oficial da Presidente Mireya Moscoso ao Brasil.
2002	Visita oficial do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Panamá.
2003	Celebração do Centenário da Independência do Panamá. O Senador Eduardo Suplicy representou o Senhor Presidente da República. Visita de Martín Torrijos, então candidato à Presidência, ao Brasil.
2004	Posse do Presidente Martín Torrijos. O Vice-Presidente José Alencar representou o Senhor Presidente da República. Martín Torrijos visita o Brasil duas vezes: como Presidente Eleito e, após sua posse, como convidado à Cúpula do MERCOSUL, em Ouro Preto.
2006	Visita do Ministro Luiz Fernando Furlan ao Panamá, liderando missão empresarial.
2007	Visita do Presidente Martín Torrijos ao Brasil, em maio. Visita do Presidente Lula da Silva ao Panamá, em agosto.
2008	Missão do IPHAN ao Panamá. Missão parlamentar brasileira ao Panamá, chefiada pelo Senador Heráclito Fortes. Visita do Presidente Martín Torrijos ao Brasil, quando da realização da Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento, em dezembro, na Costa do Sauípe.
2009	Em junho, Ricardo Martinelli, ainda na condição de Presidente Eleito, realizou sua única visita ao Brasil, encontrando-se com o então Presidente Lula da Silva. O Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), Miguel Jorge, representou o Senhor Presidente da República na cerimônia de posse do PR Ricardo Martinelli. A delegação foi composta por numeroso grupo de empresários brasileiros, que participaram de Rodada de Negócios com a presença de 73 empresas brasileiras e 128 panamenhas.
2010	Instalação da Embrapa Américas no Panamá, na Cidade do Saber.
2011	Visita do Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, ao Panamá.
2013	O Panamá sedia a Cúpula Ibero-Americana, em outubro.
2014	Juan Carlos Varela é eleito Presidente em maio. O Panamá sedia o Foro Econômico Mundial para a América Latina, em abril, com a presença dos Ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), dos Transportes e do

	Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).
2015	A Vice-Ministra das Relações Exteriores do Panamá, María Luisa Navarro, compareceu às cerimônias de posse da Presidenta Dilma Rousseff. O Panamá sedia a VII Cúpula das Américas, em abril, com a presença da Presidenta Dilma Rousseff.

ATOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Entrada em vigor	Publicação no DOU
Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas ou Sujeitas a Regimes Especiais	10/08/2007	Em Vigor	12/07/2013
Tratado sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal	10/08/2007	Em Vigor	03/11/2011
Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá	10/08/2007	Em Vigor	20/05/2010
Acordo de Cooperação na Área do Turismo	25/05/2007	Em Vigor	31/03/2009
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá	25/05/2007	Em Promulgação	26/10/2009

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

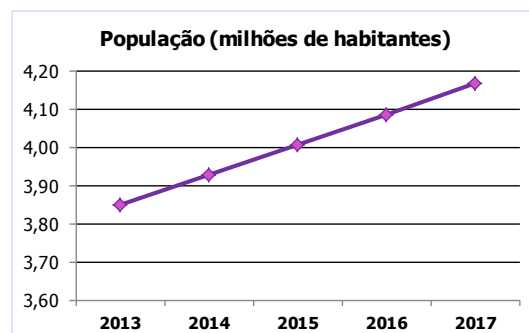
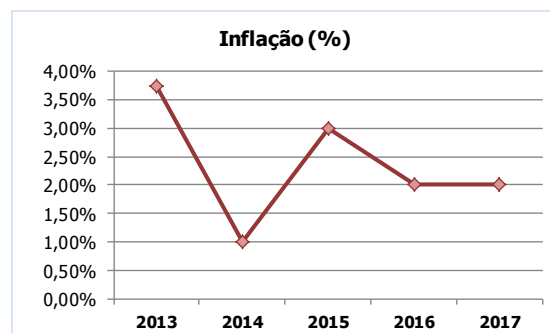
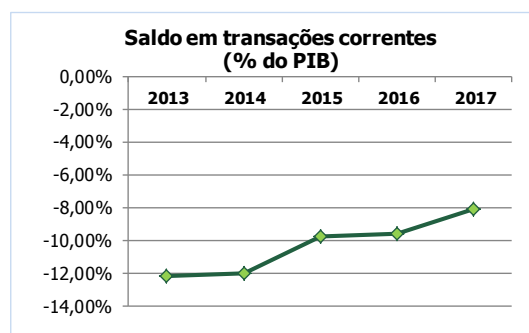
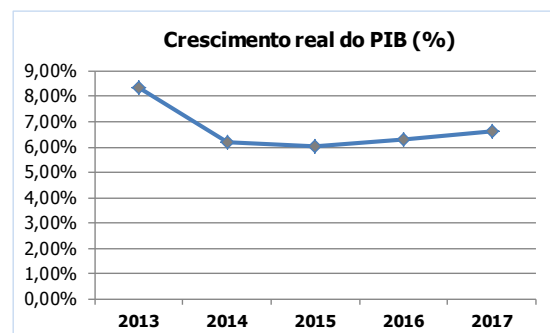
Principais indicadores socioeconômicos do Panamá

Indicador	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾	2017 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	8,37%	6,19%	6,01%	6,30%	6,60%
PIB nominal (US\$ bilhões)	40,39	43,78	47,47	51,53	56,03
PIB nominal "per capita" (US\$)	10.489	11.146	11.850	12.609	13.441
PIB PPP (US\$ bilhões)	71,12	76,77	82,18	88,40	95,88
PIB PPP "per capita" (US\$)	18.470	19.546	20.512	21.632	23.002
População (milhões de habitantes)	3,85	3,93	4,01	4,09	4,17
Desemprego (%)	4,10%	4,82%	4,50%	4,50%	4,50%
Inflação (%) ⁽²⁾	3,74%	1,01%	3,00%	2,00%	2,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-12,18%	-12,01%	-9,79%	-9,61%	-8,12%
Dívida externa (US\$ bilhões)	16,47	18,38	20,02	21,74	23,27
Câmbio (B / US\$) ⁽²⁾	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Origem do PIB (2015 Estimativa)					
Agricultura	3,0%				
Indústria	20,0%				
Serviços	77,0%				

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2015 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report December 2015.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



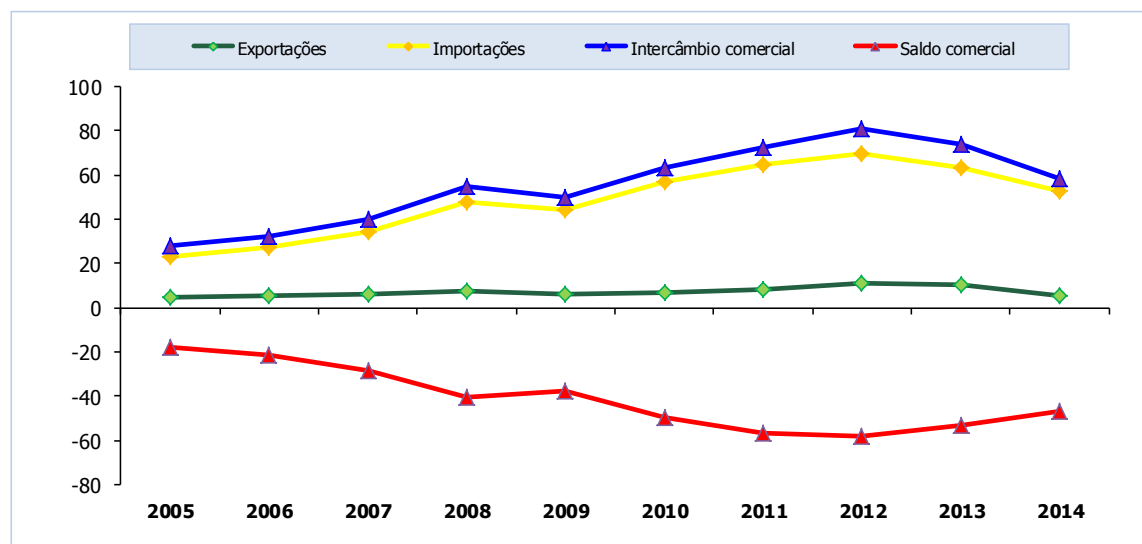
Evolução do comércio exterior do Panamá
US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	4,81	39,1%	23,05	18,6%	27,86	21,7%	-18,24
2006	5,48	14,0%	27,05	17,4%	32,53	16,8%	-21,57
2007	5,83	6,4%	34,01	25,7%	39,84	22,5%	-28,18
2008	7,38	26,6%	47,67	40,2%	55,05	38,2%	-40,29
2009	6,28	-15,0%	43,87	-8,0%	50,15	-8,9%	-37,60
2010	6,75	7,5%	56,58	29,0%	63,32	26,3%	-49,83
2011	8,11	20,2%	64,59	14,2%	72,70	14,8%	-56,48
2012	11,17	37,7%	69,67	7,9%	80,84	11,2%	-58,50
2013	10,33	-7,6%	63,60	-8,7%	73,92	-8,6%	-53,27
2014	5,70	-44,8%	52,84	-16,9%	58,54	-20,8%	-47,14
Var. % 2005-2014	18,5%	--	129,3%	--	110,2%	--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

O Panamá não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



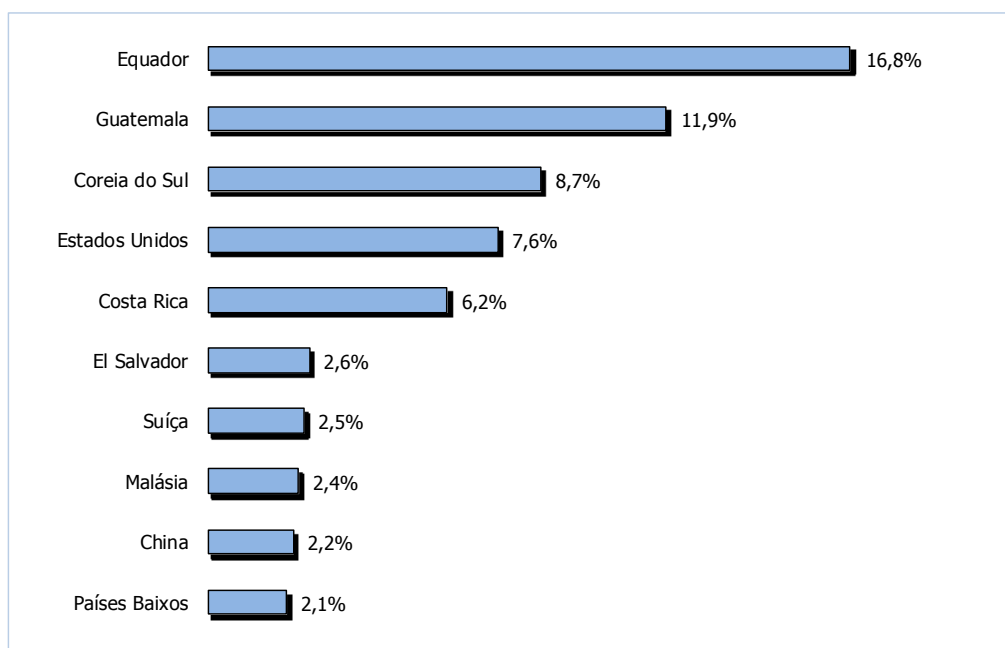
Direção das exportações do Panamá
US\$ bilhões

Países	2 0 1 4	Part.% no total
Equador	0,96	16,8%
Guatemala	0,68	11,9%
Coreia do Sul	0,50	8,7%
Estados Unidos	0,43	7,6%
Costa Rica	0,36	6,2%
El Salvador	0,15	2,6%
Suíça	0,143	2,5%
Malásia	0,135	2,4%
China	0,13	2,2%
Países Baixos	0,12	2,1%
...		
Brasil (55ª posição)	0,01	0,2%
Subtotal	3,60	63,1%
Outros países	2,10	36,9%
Total	5,70	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

O Panamá não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais destinos das exportações



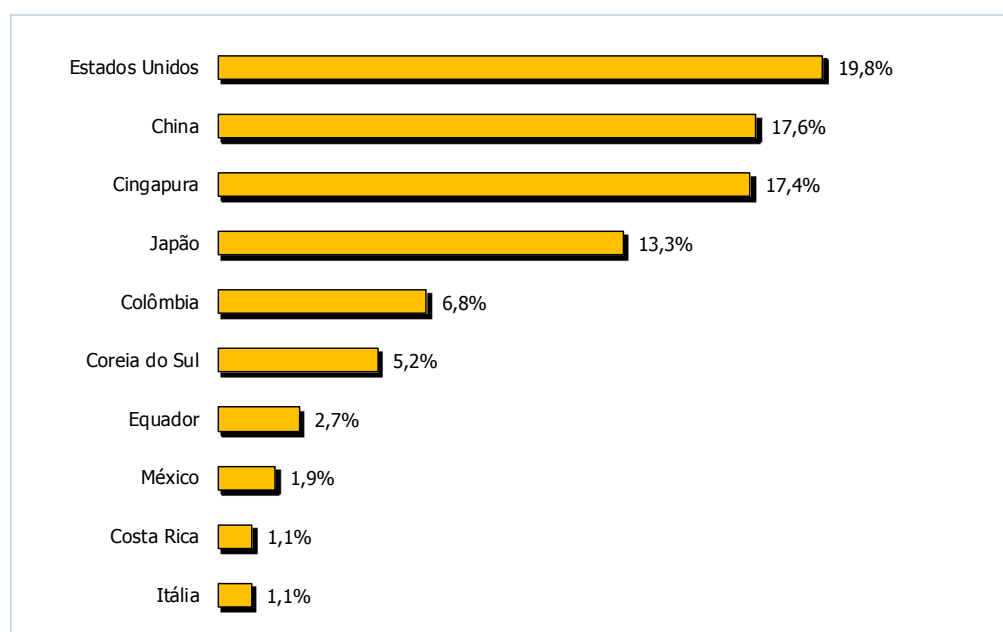
Origem das importações do Panamá
US\$ bilhões

Países	2 0 1 4	Part.% no total
Estados Unidos	10,46	19,8%
China	9,31	17,6%
Cingapura	9,21	17,4%
Japão	7,01	13,3%
Colômbia	3,62	6,8%
Coreia do Sul	2,77	5,2%
Equador	1,41	2,7%
México	0,99	1,9%
Costa Rica	0,59	1,1%
Itália	0,58	1,1%
...		
Brasil (14ª posição)	0,40	0,7%
Subtotal	46,34	87,7%
Outros países	6,50	12,3%
Total	52,84	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

O Panamá não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais origens das importações



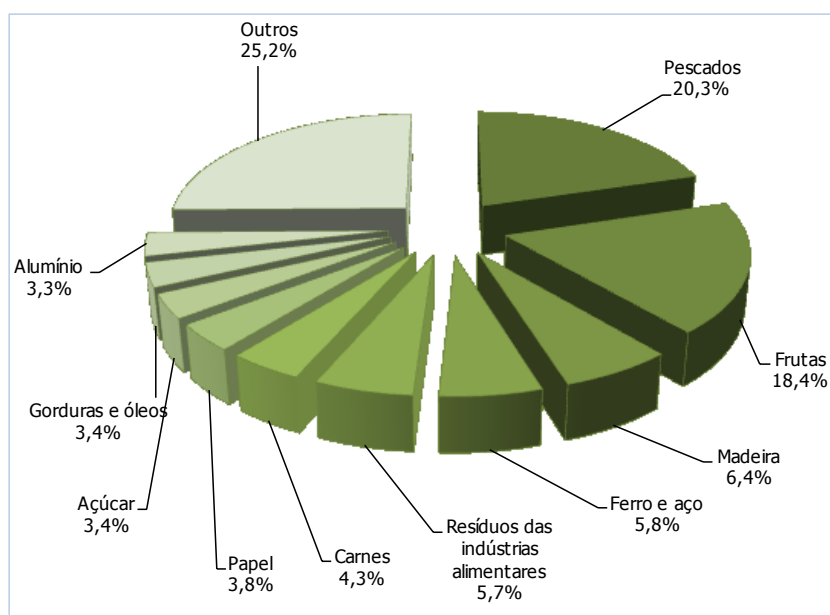
Composição das exportações do Panamá Em %

Grupos de Produtos	Part.% no total
Pescados	20,3%
Frutas	18,4%
Madeira	6,4%
Ferro e aço	5,8%
Resíduos das indústrias alimentares	5,7%
Carnes	4,3%
Papel	3,8%
Açúcar	3,4%
Gorduras e óleos	3,4%
Alumínio	3,3%
Subtotal	74,8%
Outros	25,2%
Total	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

O Panamá não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais grupos de produtos exportados

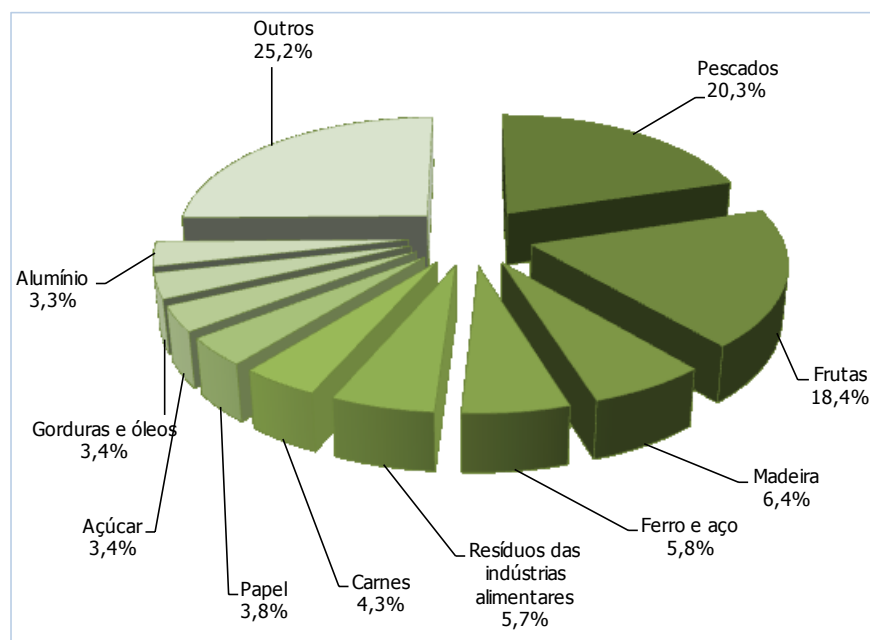


Composição das exportações do Panamá**Em %**

Grupos de Produtos	Part.% no total
Pescados	20,3%
Frutas	18,4%
Madeira	6,4%
Ferro e aço	5,8%
Resíduos das indústrias alimentares	5,7%
Carnes	4,3%
Papel	3,8%
Açúcar	3,4%
Gorduras e óleos	3,4%
Alumínio	3,3%
Subtotal	74,8%
Outros	25,2%
Total	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

O Panamá não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais grupos de produtos exportados

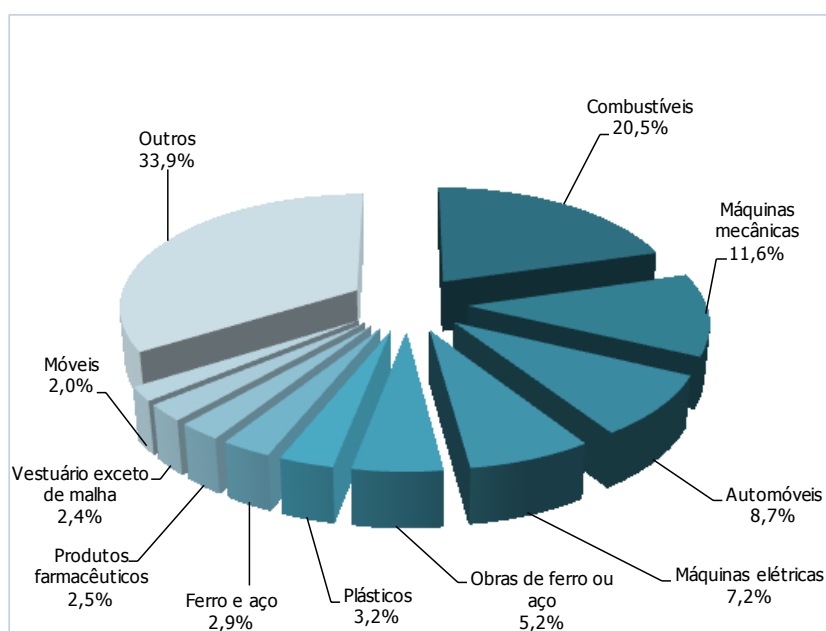
Composição das importações do Panamá Em %

Grupos de produtos	Part.% no total
Combustíveis	20,5%
Máquinas mecânicas	11,6%
Automóveis	8,7%
Máquinas elétricas	7,2%
Obras de ferro ou aço	5,2%
Plásticos	3,2%
Ferro e aço	2,9%
Produtos farmacêuticos	2,5%
Vestuário exceto de malha	2,4%
Móveis	2,0%
Subtotal	66,1%
Outros	33,9%
Total	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

O Panamá não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais grupos de produtos importados



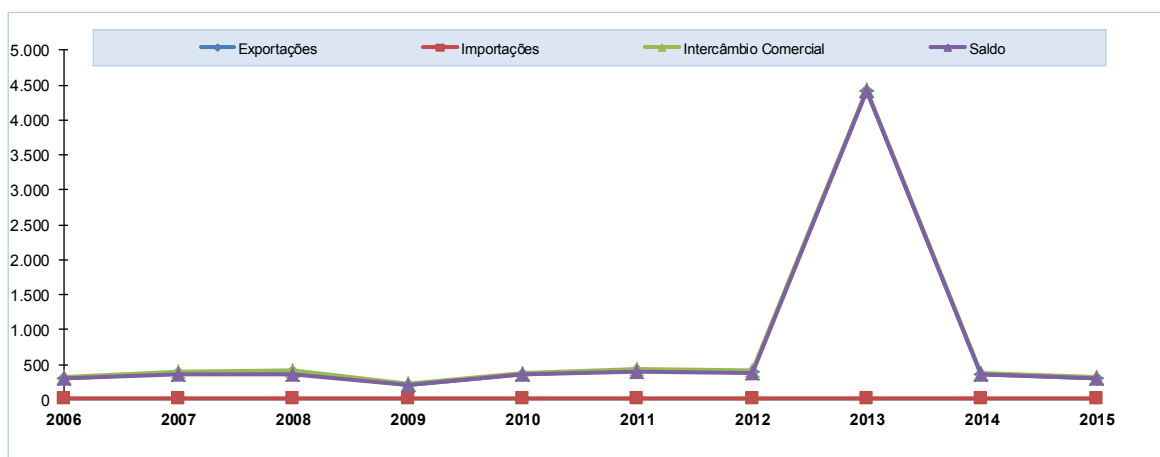
Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Panamá
US\$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	306	9,9%	0,22%	12,84	-5,5%	0,01%	319	9,2%	0,14%	293
2007	383	25,1%	0,24%	16,84	31,2%	0,01%	400	25,3%	0,14%	366
2008	391	2,2%	0,20%	25,03	48,6%	0,01%	416	4,1%	0,12%	366
2009	210	-46,3%	0,14%	10,44	-58,3%	0,01%	221	-47,0%	0,08%	200
2010	367	74,7%	0,18%	14,86	42,4%	0,01%	382	73,2%	0,10%	352
2011	419	14,0%	0,16%	20,48	37,9%	0,01%	439	14,9%	0,09%	398
2012	397	-5,1%	0,16%	15,98	-21,9%	0,01%	413	-5,9%	0,09%	381
2013	4.423	(+)	1,83%	11,55	-27,7%	0,00%	4.435	972,8%	0,92%	4.412
2014	362	-91,8%	0,16%	9,40	-18,6%	0,00%	371	-91,6%	0,08%	353
2015	305	-15,8%	0,16%	8,75	-6,9%	0,01%	313	-15,6%	0,09%	296
2016 (janeiro)	16,40	-2,4%	0,15%	0,39	-74,3%	0,00%	16,80	-8,4%	0,08%	16,01
Var. % 2006-2015	-0,4%	--	--	-31,8%	--	--	-1,7%	--	--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

(+) Variação superior a 1.000%.

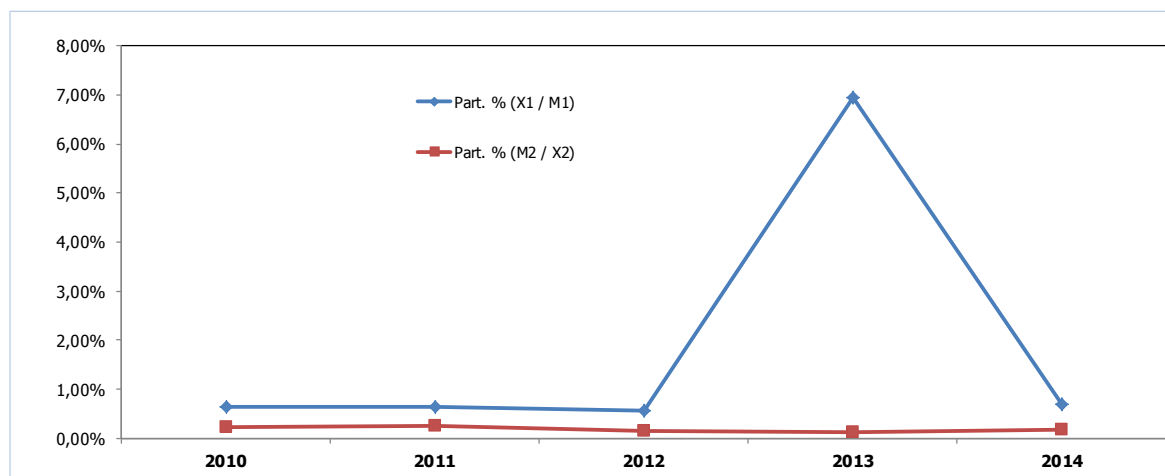
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

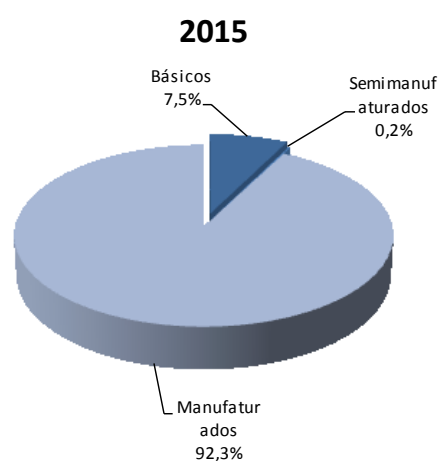
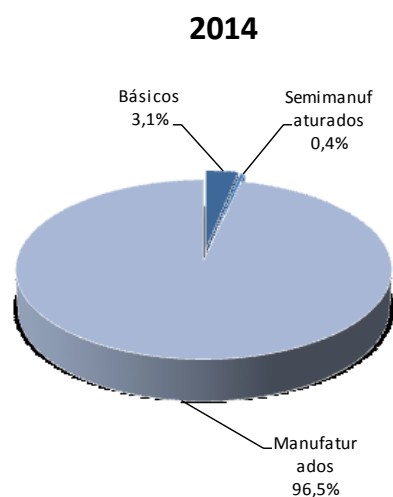
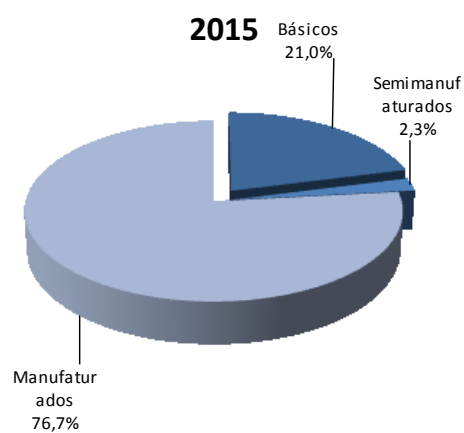
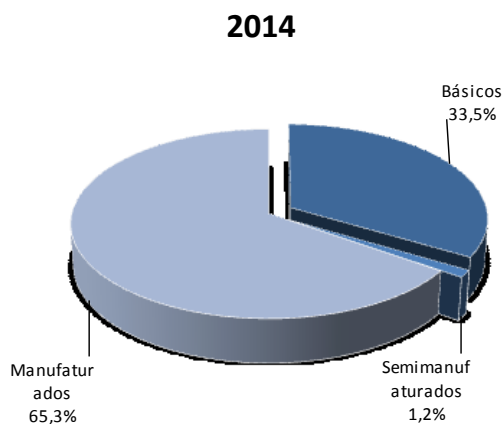


Part. % do Brasil no comércio do Panamá
US\$ milhões

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para o Panamá (X1)	367	419	397	4.423	362	-1,4%
Importações totais do Panamá (M1)	56.579	64.590	69.669	63.598	52.840	-6,6%
Part. % (X1 / M1)	0,65%	0,65%	0,57%	6,95%	0,68%	5,5%
Importações do Brasil originárias do Panamá (M2)	14,86	20,48	15,98	11,55	9,40	-36,7%
Exportações totais do Panamá (X2)	6.745	8.110	11.170	10.325	5.701	-15,5%
Part. % (M2 / X2)	0,22%	0,25%	0,14%	0,11%	0,16%	-25,1%

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do Panamá e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.*



Exportações e importações brasileiras por fator agregado**Comparativo 2015 com 2014****Exportações Brasileiras⁽¹⁾****Importações Brasileiras**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

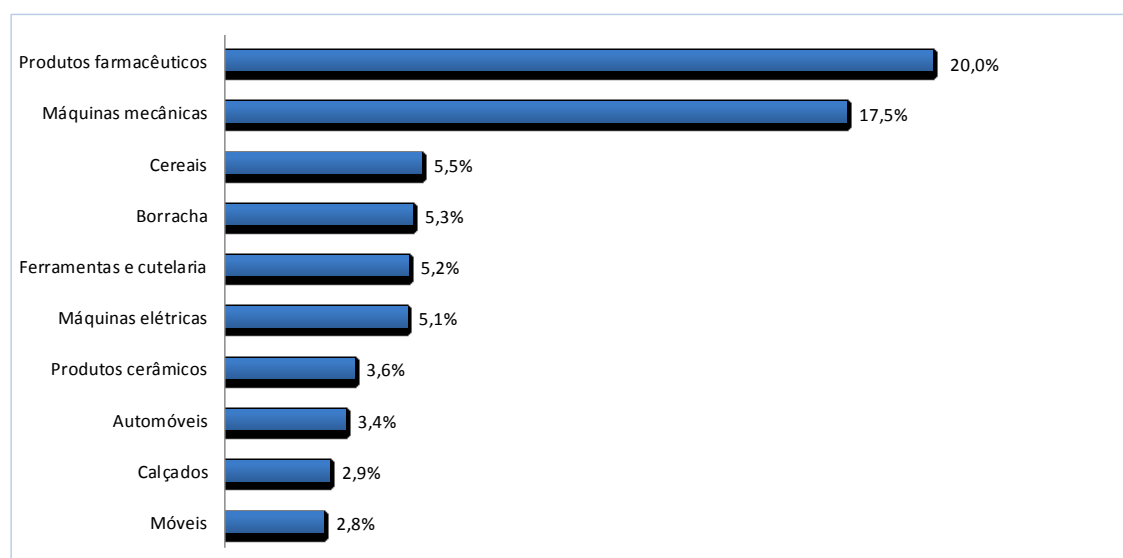
(1) Exclusive transações especiais.

Composição das exportações brasileiras para o Panamá
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Produtos farmacêuticos	50,0	1,1%	60,4	16,7%	60,8	20,0%
Máquinas mecânicas	86,0	1,9%	65,5	18,1%	53,4	17,5%
Cereais	34,6	0,8%	4,7	1,3%	16,8	5,5%
Borracha	7,9	0,2%	13,3	3,7%	16,1	5,3%
Ferramentas e cutelaria	25,8	0,6%	27,0	7,4%	15,7	5,2%
Máquinas elétricas	54,7	1,2%	41,1	11,4%	15,5	5,1%
Produtos cerâmicos	7,4	0,2%	9,1	2,5%	11,0	3,6%
Automóveis	13,5	0,3%	6,9	1,9%	10,3	3,4%
Calçados	10,5	0,2%	10,6	2,9%	8,9	2,9%
Móveis	6,1	0,1%	7,9	2,2%	8,5	2,8%
Subtotal	297	6,7%	246,6	68,1%	217,1	71,2%
Outros produtos	4.127	93,3%	115,4	31,9%	87,7	28,8%
Total	4.423	100,0%	361,9	100,0%	304,7	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

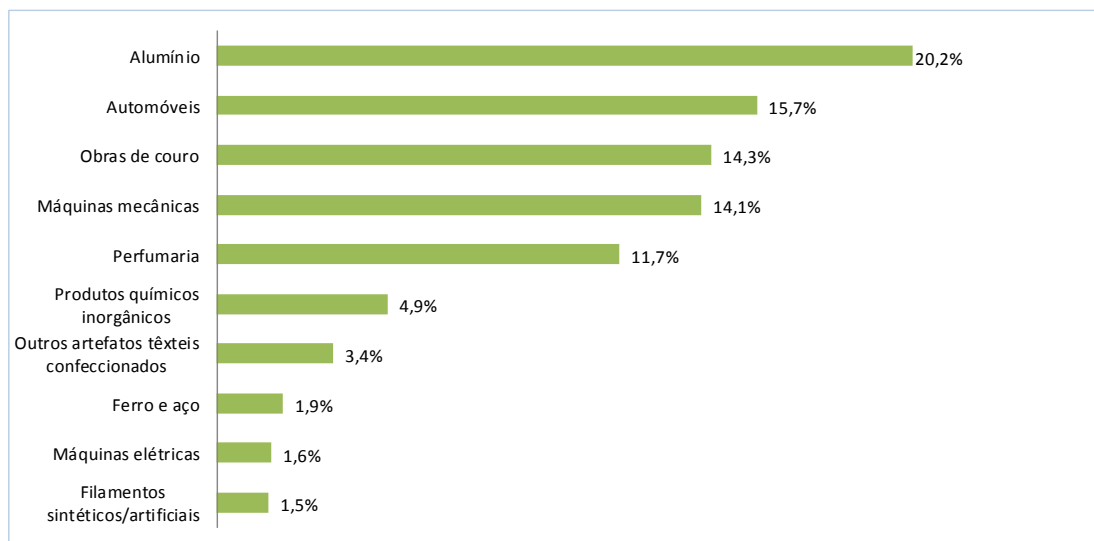


Composição das importações brasileiras originárias do Panamá
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Alumínio	1,53	13,2%	2,03	21,6%	1,77	20,2%
Automóveis	0,20	1,7%	0,01	0,1%	1,37	15,7%
Obras de couro	0,24	2,0%	0,61	6,4%	1,26	14,3%
Máquinas mecânicas	1,82	15,7%	1,41	14,9%	1,23	14,1%
Perfumaria	4,06	35,1%	1,22	13,0%	1,02	11,7%
Produtos químicos inorgânicos	0,10	0,9%	0,52	5,6%	0,43	4,9%
Outros artefatos têxteis confeccionados	0,10	0,9%	0,03	0,3%	0,29	3,4%
Ferro e aço	0,10	0,9%	0,07	0,8%	0,17	1,9%
Máquinas elétricas	0,39	3,4%	0,29	3,1%	0,14	1,6%
Filamentos sintéticos/artificiais	0,51	4,4%	0,27	2,9%	0,13	1,5%
Subtotal	9,04	78,3%	6,46	68,7%	7,80	89,2%
Outros produtos	2,51	21,7%	2,95	31,3%	0,95	10,8%
Total	11,55	100,0%	9,40	100,0%	8,75	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (janeiro)	Part. % no total	2 0 1 6 (janeiro)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016
Exportações					
Produtos farmacêuticos	3,44	20,5%	3,87	23,6%	Produtos farmacêuticos 23,6%
Máquinas mecânicas	2,11	12,5%	1,97	12,0%	Máquinas mecânicas 12,0%
Ferramentas e cutelaria	1,01	6,0%	1,31	8,0%	Ferramentas e cutelaria 8,0%
Produtos cerâmicos	0,98	5,8%	0,99	6,0%	Produtos cerâmicos 6,0%
Automóveis	0,78	4,6%	0,90	5,5%	Automóveis 5,5%
Borracha	0,65	3,9%	0,76	4,6%	Borracha 4,6%
Ferro e aço	1,69	10,1%	0,72	4,4%	Ferro e aço 4,4%
Calçados	0,67	4,0%	0,68	4,1%	Calçados 4,1%
Obras de pedra, gesso	0,43	2,6%	0,60	3,7%	Obras de pedra, gesso 3,7%
Plásticos	0,25	1,5%	0,57	3,5%	Plásticos 3,5%
Subtotal	12,02	71,5%	12,37	75,4%	
Outros produtos	4,79	28,5%	4,03	24,6%	
Total	16,81	100,0%	16,40	100,0%	

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (janeiro)	Part. % no total	2 0 1 6 (janeiro)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2016
Importações					
Máquinas mecânicas	0,122	8,0%	0,131	33,3%	Máquinas mecânicas 33,3%
Outs prods origem animal	0,000	0,0%	0,117	29,8%	Outs prods origem animal 29,8%
Alumínio	0,080	5,2%	0,049	12,4%	Alumínio 12,4%
Prods químicos inorgânicos	0,000	0,0%	0,047	12,0%	Prods químicos inorgânicos 12,0%
Perfumaria	0,000	0,0%	0,026	6,5%	Perfumaria 6,5%
Obras de couro	0,000	0,0%	0,015	3,9%	Obras de couro 3,9%
Obras de ferro ou aço	0,003	0,2%	0,004	1,1%	Obras de ferro ou aço 1,1%
Vestuário de malha	0,000	0,0%	0,002	0,4%	Vestuário de malha 0,4%
Borracha	0,000	0,0%	0,002	0,4%	Borracha 0,4%
Vestuário exceto de malha	0,000	0,0%	0,001	0,2%	Vestuário exceto de malha 0,2%
Subtotal	0,205	13,4%	0,394	99,9%	
Outros produtos	1,328	86,6%	0,000	0,1%	
Total	1,533	100,0%	0,394	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

Aviso nº 180 - C. Civil.

Em 12 de abril de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá.

Atenciosamente,

EVA MARIA CELLA DAL CHIAVON
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República, substituta

À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Pareceres



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

2441

PARECER Nº, DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2016 (PDC nº 84, de 2015, na origem), da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *aprova o texto da Convenção Multilateral sobre Assistência Administrativa Mútua em Assuntos Fiscais emendada pelo Protocolo de 1º de junho de 2010, assinada em 3 de novembro de 2011.*



SF/16050.86584-00

RELATOR: Senador ANTONIO ANASTASIA

I – RELATÓRIO

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, a Chefe do Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 270, de 2014, submete ao Congresso Nacional o texto da Convenção Multilateral sobre Assistência Administrativa Mútua em Assuntos Fiscais emendada pelo Protocolo de 1º de junho de 2010, assinada em 3 de novembro de 2011. Acompanha o referido texto a Exposição de Motivos EMI 00136/2013 MRE MF, assinada pelo então Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, e pelo então Ministro da Fazenda, Guido Mantega.

O texto do referido ato internacional foi inicialmente apreciado e aprovado pelas seguintes comissões da Câmara dos Deputados: Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que elaborou o projeto de decreto legislativo decorrente da Mensagem Presidencial; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Aprovado pelo Plenário da Câmara, o projeto veio ao Senado Federal onde foi encaminhado a esse colegiado e a mim distribuído para relatar.

A Convenção em apreço, concluída durante a Cúpula de Cannes do G-20 em 2011, visa, como assinala a Exposição de Motivos, “promover a





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

cooperação em matéria fiscal no âmbito multilateral, equilibrando o intercâmbio de informações entre as autoridades tributárias signatárias com rigoroso respeito aos direitos fundamentais do contribuinte”.

O texto do ato internacional em questão conta com 32 artigos. O Artigo 1º inclui, na assistência administrativa a ser prestada entre si pelos Estados signatários, a troca de informações, a cobrança de créditos tributários e a notificação de documentos. As Partes prestar-se-ão assistência administrativa, quer a pessoa em causa seja residente ou nacional de uma Parte, ou de qualquer outro Estado. O Artigo 2º elenca os tributos aos quais a Convenção se aplica, entre eles os tributos sobre a renda ou lucros; sobre ganhos de capital que incidem separadamente do tributo sobre a renda ou lucros; sobre o patrimônio etc. Os tributos em vigor a que a Convenção se aplica são enunciados no Anexo A.

O Artigo 3º é dedicado às definições dos termos utilizados pela Convenção. A expressão “autoridade competente” refere-se às pessoas e autoridades constantes do Anexo B.

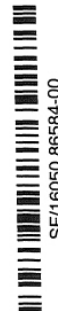
O Artigo 4º e seguintes versam sobre as formas de assistência contempladas no presente ato internacional, como a troca de informações a pedido, a troca automática de informações, a troca espontânea de informações, as fiscalizações tributárias simultâneas e as fiscalizações tributárias no exterior, bem como as informações contraditórias (quando uma Parte obtém de outra Parte informações sobre a situação tributária de uma pessoa que se lhe afigurem em contradição com as informações de que dispõe).

Os Artigos 11, 12, 13, 14, 15 e 16 dizem respeito à assistência entre os Estados signatários no que se refere à cobrança de créditos tributários. A pedido do Estado requerente, o Estado requerido procederá à cobrança dos créditos tributários do primeiro Estado mencionado como se se tratasse de seus próprios créditos tributários. O Estado requerente poderá solicitar ao outro Estado que tome medidas cautelares com vista à cobrança de um montante do tributo.

O Artigo 17 trata das normas referentes à notificação de documentos pelo Estado requerido, ao destinatário, e o Artigo 18 elenca as informações que devem constar em um pedido de assistência encaminhado pelo Estado requerente. Segundo estipula o Artigo 20, o Estado requerido poderá ou não atender o pedido formulado pelo Estado requerente, indicando, se for o caso, os motivos da rejeição.

mc2016-02661

2



SF/16050.86584-00

Página: 2/5 13/04/2016 17:31:54

3c210607ac08881fd73a532482cb17c60a0e243a





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

O Artigo 21 determina os limites à obrigatoriedade de prestação de assistência pelo Estado requerido, não se lhe podendo impor a obrigação, por exemplo, de tomar medidas em desacordo com sua legislação ou sua prática administrativa, ou com a legislação ou prática administrativa do Estado requerente, ou que sejam contrárias à ordem pública.

O sigilo quanto às informações obtidas por uma das Partes nos termos da Convenção será mantido, do mesmo modo que as informações obtidas com base na legislação interna dessa Parte e na medida necessária para garantir o nível necessário de proteção de dados de caráter pessoal, em conformidade com as salvaguardas exigidas por força da legislação interna da Parte que presta as informações (Artigo 22).

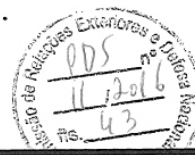
O Artigo 23 versa sobre os procedimentos judiciais, como por exemplo as ações relativas às medidas tomadas pelo Estado requerido, que deverão ser instauradas apenas na instância competente daquele Estado. Da mesma forma, as ações relativas às medidas tomadas pelo Estado requerente serão instauradas apenas na instância competente desse Estado. Se tal ação for instaurada, o Estado requerente informará o outro Estado, que suspenderá a ação enquanto aguarda a decisão da instância em questão. Uma vez pronunciada a sentença definitiva, a Parte em questão notificará a outra Parte da decisão proferida.

Para a implementação da Convenção um órgão coordenador constituído por representantes das autoridades competentes das Partes acompanhará, sob a égide da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), a implementação e desenvolvimento da Convenção, recomendando, se necessário, qualquer medida suscetível de contribuir para a consecução dos objetivos gerais da Convenção e estudando novos métodos e procedimentos tendentes a incrementar a cooperação internacional em matéria tributária (Artigo 24).

O Artigo 25 determina que os idiomas em que serão redigidos os pedidos de assistência serão as línguas oficiais da OCDE e do Conselho da Europa e o Artigo 26 estipula que os custos ordinários incorridos em conexão com a prestação de assistência ficarão a cargo do Estado requerido enquanto que os custos extraordinários ficarão a cargo do Estado requerente.

Tratam os dispositivos finais das cláusulas de praxe, como denúncia, aplicação territorial, reservas e depositário.

mc2016-02661



3



SF/16050.86584-00

Página: 3/5 13/04/2016 17:31:54

3c210607ac08881fd73a532482cb17c60a0e243a



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

II – ANÁLISE

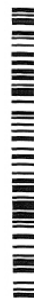
Cuida-se aqui de instrumento internacional da maior relevância, representando substancial avanço para a aplicação efetiva da legislação tributária brasileira no que se refere ao combate aos ilícitos fiscais cometidos no ambiente da economia globalizada.

Destaque-se, por outro lado, a rigorosa observação dos limites estabelecidos para a obrigação de assistência no combate à evasão fiscal. Com efeito, os arts. 21 e 22 do ato internacional em tela estabelecem limites e resguardam o sigilo fiscal, vedando quaisquer atos que possam vir a prejudicar pessoas, negócios ou transações.

Também é digna de nota a previsão de apresentação de reservas ao disposto na Convenção, permitindo ao Estado signatário fazê-lo no momento da assinatura, do depósito do instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação da Convenção, ou em outra data posterior.

Observe-se, nesse sentido, que na Exposição de Motivos já citada, os Ministros das Relações Exteriores e da Fazenda recomendam a apresentação de duas reservas ao disposto na Convenção. A primeira relaciona-se à cobrança de créditos tributários no exterior, disciplinada pelos Artigos 11 a 16 e que, segundo argumentam os Ministros, não terá efeito substantivo para a arrecadação brasileira, podendo, ainda, configurar ofensa à legislação nacional. A segunda reserva diz respeito ao serviço de notificação de documentos, previsto no Artigo 17 da presente Convenção. A aludida Exposição de Motivos assevera que o direito interno já contempla meios de notificação e intimação do contribuinte, de modo que tais dispositivos apenas “(...) gerariam o ônus administrativo para o Brasil de atender a demandas estrangeiras sem o correspondente benefício”.

A Exposição de Motivos sugere ainda que o Brasil lance mão da faculdade permitida aos Estados signatários de fazer constarem nos anexos à Convenção declarações individuais. No Anexo A, que enumera os tributos aos quais a Convenção se aplica, recomendam os Ministros que o Imposto de Renda seja o único abrangido. E no Anexo B, onde estão relacionadas as autoridades competentes para a troca de informações, o documento ministerial sugere designar o Secretário da Receita Federal do Brasil, ou pessoa por ele indicada. Dessa maneira, segundo prossegue a Exposição de Motivos, a Convenção possuirá conteúdo praticamente igual ao dos artigos relativos ao intercâmbio

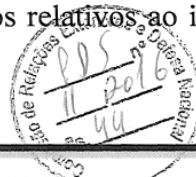


SF/16050.86584-00

Página: 4/5 13/04/2016 17:31:54

3c210607ac08881fd73a532482cb17c60a0e243a

mc2016-02661



4





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

de informações dos Acordos Para Evitar Dupla Tributação, “reproduzindo a ampla experiência brasileira com a troca de dados fiscais”. Tais reservas e declarações, conforme sugeridas pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Fazenda, serão oportunamente apresentadas, nos termos do Artigo 30 da Convenção.

Em suma, a presente Convenção coaduna-se perfeitamente com o momento histórico que vivemos, de rápida internacionalização da economia, e ao evitar a dupla imposição de tributos facilita o fluxo dos negócios internacionais, aperfeiçoando, por outro lado, os controles de arrecadação e possibilitando a recuperação de créditos tributários no exterior.

III – VOTO

Com base no exposto, voto pela aprovação do texto da “Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa em Assuntos Tributários emendada pelo Protocolo de 1º de junho de 2010”, assinada em 3 de novembro de 2011, à margem da Cúpula de Cannes do G-20.

Sala da Comissão, 14 de abril de 2016.

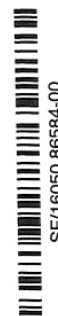
, Presidente

, Relator



mc2016-02661

5



SF/16050.86584-00

Página: 5/5 13/04/2016 17:31:54

3c210607ac08881fd73a532482cb17c60a0e243a





**SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES**

Reunião: 8ª Reunião, Ordinária, da CRE

Data: 14 de abril de 2016 (quinta-feira), às 10h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Jorge Viana (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lindbergh Farias (PT)	2. Telmário Mota (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. VAGO
Lasier Martins (PDT)	4. Humberto Costa (PT)
Cristovam Buarque (PPS)	5. VAGO
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)
Maioria (PMDB)	
Edison Lobão (PMDB)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	2. Raimundo Lira (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. Marta Suplicy (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Romero Jucá (PMDB)
Ricardo Ferraço (PSDB)	5. Hélio José (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
José Agripino (DEM)	1. Ronaldo Caiado (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. José Serra (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	4. Antonio Anastasia (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. João Capiberibe (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTC, PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Magno Malta (PR)	2. Wellington Fagundes (PR)

SENADO FEDERAL
CONFERE COM O ORIGINAL
Data: 14/04/2016

Servidor

Rodrigo Barbosa de Oliveira
Secretário Adjunto
Comissão de Relações Exteriores
e Defesa Nacional





SENADO FEDERAL

PARECER N° 443, DE 2016

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição n° 113-A, de 2015, que *reforma as instituições político-eleitorais, alterando os arts. 14, 17, 57 e 61 da Constituição Federal, e cria regras temporárias para vigorar no período de transição para o novo modelo, acrescentando o art. 101 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.*

RELATOR: Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**

I – RELATÓRIO

Vem à análise desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n° 113-A, de 2015, que *reforma as instituições político-eleitorais, alterando os arts. 14, 17, 57 e 61 da Constituição Federal, e cria regras temporárias para vigorar no período de transição para o novo modelo, acrescentando o art. 101 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.*

A proposição tem origem no desmembramento da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n° 113, de 2015, aprovado pelo Requerimento n° 1.416, de 2015, que destacou os arts. 1° a 7° e 9° a 11 dessa PEC para constituir proposição autônoma.

A iniciativa legislativa em tela tem origem na PEC n° 23, de 2007, desta Casa, que foi encaminhada à Câmara dos Deputados depois de aprovada pelo Senado Federal, retornando ao Senado Federal, com as alterações adotadas por aquela Casa.

A proposta trata de diversos temas da chamada reforma política. Inicialmente, cuida do tema do **financiamento eleitoral e partidário** (art. 1°), estabelecendo, mediante acréscimo de parágrafos ao art. 17 da Constituição

Federal, que os partidos políticos podem receber doações de recursos financeiros ou de bens estimáveis em dinheiro, tanto de pessoas físicas como de pessoas jurídicas.

Ademais, estatui que os candidatos podem receber diretamente doações de recursos financeiros ou de bens estimáveis em dinheiro apenas de pessoas físicas.

Outrossim, consigna que os limites máximos de arrecadação e gastos de recursos para cada cargo eletivo serão definidos em lei.

Por outro lado, a iniciativa em tela **veda a reeleição** (art. 2º) do Presidente da República, dos Governadores de Estado e do Distrito Federal, dos Prefeitos e de quem os houver sucedido ou substituído nos seis meses anteriores ao pleito, retornando à proibição do texto original da Constituição de 1988.

Todavia, por regra transitória, garante aos Prefeitos eleitos em 2012 e aos Governadores eleitos em 2014, o direito de concorrer à reeleição, desde que não tenham sido reeleitos naquelas eleições.

De outra parte, a PEC nº 113-A, de 2015, permite o **acesso ao fundo partidário, ao rádio e à televisão** (art. 3º) somente aos partidos políticos que tenham concorrido, com candidatos próprios, à eleição geral para a Câmara dos Deputados e eleito pelo menos um representante para qualquer das Casas do Congresso Nacional, mediante § 8º acrescentado ao art. 17 da Lei Maior.

No que diz respeito ao tema da **fidelidade partidária** (art. 4º), conforme § 12 que acrescenta ao art. 17 da CF, a proposição pretende constitucionalizar a matéria estabelecendo que o detentor de mandato eletivo que se desligar do partido pelo qual foi eleito perderá o mandato, salvo nos casos de grave discriminação pessoal, mudança substancial ou desvio reiterado do programa praticado pela agremiação e de criação, fusão ou incorporação do partido político, nos termos definidos em lei.

A proposta também **reduz a idade mínima para que o cidadão possa concorrer a cargos eletivos** (art. 5º), da seguinte forma: a) de 35 para 29 anos, para Senador; b) de 30 para 29 anos, para Governador e Vice-Governador; c) de 21 para 18 anos, para Deputado Federal, Deputado Estadual e Deputado Distrital (mantida essa idade para Vereador).

Outra alteração promovida pela PEC ora relatada **reduz o número mínimo de assinaturas para a apresentação de projetos de lei de iniciativa popular** (art. 6º). Atualmente é requerida a subscrição de, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento de cada um deles. A redação proposta reduz para quinhentos mil eleitores o número mínimo de assinaturas e para um décimo por cento dos eleitores de pelo menos cinco Estados.

A iniciativa também trata do **poder regulamentar da Justiça Eleitoral** (art. 7º), estabelecendo que as resoluções e demais atos normativos editados pelo Tribunal Superior Eleitoral entrarão em vigor na data de sua publicação, não se aplicando a fatos que ocorram até dezoito meses da data de sua vigência.

Importante registrar a inexistência de art. 8º na PEC 113-A, pois o art. 8º original da PEC nº 113, que dispunha sobre a chamada “**janela partidária**”, foi aprovado em dezembro de 2015, dando origem à Emenda Constitucional nº 91, de 2016.

O art. 9º determina a **impressão do voto** no processo de votação eletrônica e o art. 10 **veda a recondução dos membros da Mesa das Casas do Congresso Nacional** na eleição subsequente, independentemente de legislatura.

Por fim, a PEC nº 113-A, de 2015, estatui um **novo regime para as candidaturas de policiais e bombeiros militares às eleições** (art. 11). Esses militares passarão a ser agregados, enquanto candidatos, independentemente do tempo de atividade e, se forem eleitos, poderão retornar ao seu posto ao final do mandato.

Foram apresentadas à proposição três emendas.

A Emenda nº 1, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, foi posteriormente retirada pela autora. Ela buscava suprimir dispositivo acrescentado pelo Relator em seu substitutivo, referente à revogação da exigência de domicílio eleitoral na circunscrição, como condição de elegibilidade.

A Emenda nº 2, também da Senadora Vanessa Grazziotin, propõe o acréscimo do art. 102, ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, para instituir uma regra transitória para a cláusula de desempenho partidário, válida apenas para as eleições de 2018. O texto proposto exige que o

partido político tenha 1,5% (um e meio por cento) dos votos válidos para a Câmara dos Deputados, distribuídos em pelo menos um terço dos Estados, com um mínimo de 0,8% (oito décimos por cento) do total de cada um deles, para que tenha direito a funcionamento parlamentar.

A Emenda nº 3, do Senador Ronaldo Caiado, propõe o acréscimo de dois parágrafos ao art. 17 da Constituição, nos seguintes termos:

“Art. 17.

§ 9º Na hipótese de perda de mandato do Deputado Federal por força de decisão judicial da Justiça Eleitoral, transitada em julgado, as cotas do Fundo Partidário e o tempo de propaganda partidária e eleitoral no rádio e na televisão serão redistribuídos entre os demais partidos com representação na Câmara dos Deputados. (NR)

§ 10 O direito de que trata o § 3º do caput só poderá ser transferido ao partido destinatário, na hipótese de mudança partidária com justa causa, se o parlamentar tiver obtido número de votos válidos equivalente ao quociente eleitoral. (NR)”

II – ANÁLISE

Passamos a analisar as alterações que são objeto da PEC nº 113-A, de 2015, seguindo a sua ordem sequencial, conforme o texto da proposta.

Quanto à constitucionalização do financiamento de campanhas (art. 1º)

No que diz respeito ao financiamento eleitoral e partidário manifestamo-nos de forma contrária à permissão adotada pela proposta no sentido de facultar a doação das pessoas jurídicas aos partidos políticos.

Com relação a esse tópico concordamos com o posicionamento da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e de diversas outras entidades representativas da sociedade brasileira, que foi ratificado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no sentido de que eleição é matéria que deve ficar restrita à cidadania.

As pessoas jurídicas não têm o direito de voto e não estão legitimadas a participar do processo eleitoral, não podendo interferir na vontade dos eleitores, não lhes cabendo, portanto, financiar candidatos, nem partidos.

Entendemos que as pessoas naturais são legitimadas a participar do processo eleitoral. Elas podem e devem manifestar as suas preferências eleitorais e partidárias, inclusive contribuindo financeiramente e dando suporte material para os seus candidatos.

Não obstante a esse entendimento, somos contrários à constitucionalização das doações das pessoas naturais e de matérias referente ao financiamento eleitoral e partidário. Uma vez firmado o entendimento de que doação de pessoa jurídica é inconstitucional, a questão do financiamento eleitoral deve ser tratada em lei. É o que fez, aliás, a Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015, que alterou o Código Eleitoral, a Lei dos Partidos Políticos e a Lei das Eleições, estabelecendo limites para doações das pessoas físicas e também para os gastos de campanha dos candidatos às eleições, o que consideramos um avanço institucional.

Desse modo, somos pela rejeição do art. 1º da PEC nº 113-A, de 2015.

Vedação da reeleição para os cargos de chefe do Poder Executivo (art. 2º)

Por outro lado, no que diz respeito ao retorno da vedação à reeleição para os cargos de Presidente da República, Governador de Estado e do Distrito Federal e Prefeito, somos plenamente favoráveis.

A nossa convicção é a de que foi um equívoco termos alterado nossa tradição republicana, adotada desde o início da República, que veda ao Chefe do Poder Executivo pleitear a reeleição na eleição subsequente à que o elegeu.

Acreditamos, mesmo, que a grave crise política hoje vivida pelo País talvez não estivesse ocorrendo se mantida a opção original da República, ratificada pela Constituição de 1988, que vedava a reeleição ao Chefe do Poder Executivo.

Por outro lado, estamos de acordo com a regra transitória que garante aos Prefeitos eleitos em 2012 e aos Governadores eleitos em 2014, o direito de concorrer à reeleição, desde que não tenham sido reeleitos naquelas eleições.

Entendemos que essa ressalva é coerente com os princípios da segurança jurídica e do direito adquirido, constantes da Constituição Federal (v.g. art. 5º, *caput* e inciso XXXVI).

Restrição de acesso ao fundo partidário e ao rádio e à televisão (art. 3º)

Quanto à regra que restringe o **acesso ao fundo partidário e ao rádio e à televisão** somente aos partidos políticos que tenham concorrido, com candidatos próprios, à eleição geral para a Câmara dos Deputados e eleito pelo menos um representante para qualquer das Casas do Congresso Nacional, entendemos que devemos ser mais incisivos no que diz respeito à necessidade de promovermos as condições necessárias à governabilidade.

Deveras, a crise que hoje vivenciamos demonstra cabalmente que não é mais possível a convivência da nossa democracia com a pulverização partidária hoje existente, que estimula toda a sorte de barganha, em prejuízo dos interesses maiores do País.

Por isso, o que propomos é que seja estabelecida na Constituição Federal cláusula de desempenho suficiente para reduzir com eficácia a quantidade de partidos no Congresso Nacional.

Diversos países adotam essa cláusula exatamente para permitir a governabilidade e evitar que o governo seja paralisado por interesses minoritários. Estamos propondo, assim, uma cláusula de desempenho de 2% (dois por cento) dos votos apurados nas eleições para a Câmara dos Deputados, distribuídos em, pelo menos, um terço dos Estados, com um mínimo de 1% (um por cento) do total de cada um deles, para que o partido tenha direito a funcionamento parlamentar no Congresso Nacional, percentual que nos parece razoável.

Registramos, a propósito, que diversos países adotam algum tipo de cláusula de barreira entre 3% e 4%. A Alemanha adota uma cláusula de 5%. A Turquia adota uma cláusula na ordem de 10%.

Fidelidade partidária (art. 4º)

No que diz respeito à fidelidade partidária, cumpre registrar que o Supremo Tribunal Federal, por unanimidade (ADI 5081), adotou o entendimento de que os parlamentares eleitos pelo voto majoritário não estão sujeitos à perda

de mandato por deixar o respectivo partido, pois se assim fosse seria afetada a soberania do voto popular (v.g. arts. 1º e 14 da CF).

Por outro lado, a recente reforma eleitoral promovida pela Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015, passou a elencar as hipóteses legais de justa causa para troca de partido, no novo art. 22-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos). São elas a mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário; a grave discriminação política pessoal; e a mudança de partido efetuada durante o período de trinta dias que antecede o prazo de filiação exigido em lei para concorrer à eleição, majoritária ou proporcional, ao término do mandato vigente.

Consideramos inoportuna a constitucionalização da matéria, especialmente quando o texto proposto resgata a possibilidade de trocas partidárias nas hipóteses de criação, fusão ou incorporação de partido político. Essa abertura revitalizaria o estímulo ao surgimento de novas legendas, medida que caminha em sentido contrário ao que temos aprovado nas últimas reformas da legislação eleitoral.

Desse modo, somos pela rejeição do disposto no art. 4º da proposição.

Redução da idade mínima para o exercício de cargos eletivos (art. 5º)

No que diz respeito à redução da idade para acesso aos cargos eletivos, com a devida vênia, entendemos ser providência inconveniente, sendo adequados os atuais limites constitucionais, que não são, em absoluto, excessivos, permitindo inclusive que um jovem de apenas vinte e um anos de idade possa se candidatar a cargos eletivos relevantes, como são os de Deputado Federal ou Estadual.

Desse modo, somos pela rejeição do disposto no art. 5º da proposição.

Redução do número de assinaturas dos projetos de lei de iniciativa popular (art. 6º)

No que se refere à redução do número de assinaturas para a apresentação de projetos de lei de iniciativa popular, somos favoráveis à matéria.

Realmente, o número de assinaturas hoje exigido, vale dizer, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de 0,3% (três décimos por cento) de cada um deles é efetivamente excessivo em face do número total do eleitorado nacional, que hoje já remonta a mais de 145.000.000 (cento e quarenta e cinco milhões) de eleitores. Logo, um por cento desse total requer hoje quase um milhão e meio de assinaturas.

Todavia, a previsão de um absoluto de eleitores, ou seja, um quantitativo fixo do eleitorado – quinhentos mil, conforme o proposto –, parece não ser a melhor escolha, tendo em vista a evolução constante do eleitorado. Por esse motivo, propomos um ajuste de redação para que o número total de assinaturas seja expresso em um valor percentual aproximado, de 0,4% do eleitorado, e mantemos a redução para 0,1% do eleitorado exigido de, ao menos, cinco unidades da Federação.

Poder regulamentar da Justiça Eleitoral (art. 7º)

No que diz respeito ao poder regulamentar da Justiça Eleitoral a proposta de que as resoluções e demais atos normativos editados pelo Tribunal Superior Eleitoral entrem em vigor na data de sua publicação, não se aplicando a fatos que ocorram até dezoito meses da data de sua vigência, parece-nos equivocada, uma vez que o comando não se harmoniza com o disposto no art. 16 da Lei Maior, que prevê que a lei que disciplinar o processo eleitoral se aplicará à eleição que ocorrer um ano após a sua publicação.

Desse modo, a manutenção da regra contida na proposta, no sentido de que as resoluções da Justiça Eleitoral não se aplicariam a fatos que ocorram até dezoito meses da data de sua vigência impediria a Justiça Eleitoral de regulamentar as leis aprovadas pelo Congresso Nacional a tempo de serem aplicadas às eleições.

Por essa razão, estamos alterando a PEC para estabelecer a mesma lógica adotada pelo art. 16 da Constituição Federal no que diz respeito às leis eleitorais, com um prazo de noventa dias (três meses) para que a Justiça Eleitoral regule as eleições após a aprovação da lei correspondente pelo Congresso Nacional.

Assim, as resoluções e demais atos normativos editados pelo Tribunal Superior Eleitoral entrarão em vigor na data da sua publicação, não se aplicando a eleição que ocorra até 9 (nove) meses da data de sua vigência.

“Janela partidária” (art. 8º)

Como visto acima, o art. 8º do texto original da PEC nº 113, de 2015, não consta da presente proposta por ter sido já aprovado em 2015 e dado origem à Emenda Constitucional nº 91, de 2016.

Impressão do voto eletrônico (art. 9º)

Quanto à impressão do voto eletrônico, cabe ponderar que no final do ano passado o Congresso Nacional derrubou veto que havia sido apostado pela Presidente da República ao art. 59-A acrescentado pela Lei nº 13.165, de 2015, à Lei das Eleições e ao art. 12 da própria Lei nº 13.165, de 2015, e que dispõem sobre a impressão do voto eletrônico, para que o eleitor confira o seu voto.

Desse modo, a previsão de impressão do voto para efeito de conferência pelo eleitor está em vigor.

Entendemos que a matéria não deva ser constitucionalizada, pois seria levar mais um tema para a Constituição, quando tal assunto pode ser perfeitamente tratado na legislação infraconstitucional como, aliás, foi.

Vedação da reeleição para os membros das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (art. 10)

No que toca à proibição da recondução dos membros das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal na eleição subsequente, independentemente da legislatura, somos favoráveis a essa vedação e opinamos pela sua aprovação.

A alternância na direção das Casas do Parlamento só fortalecerá as instituições parlamentares e para que isso ocorra efetivamente é preciso determinar a vedação da recondução dos membros da Mesa na eleição subsequente, independentemente de legislatura. Hoje, a Constituição não é expressa sobre essa vedação e entende-se que a reeleição é permitida na passagem de uma legislatura para outra.

Impõe-se, entretanto, promover ajuste na redação proposta pela PEC, uma vez que o seu texto foi elaborado quando, ainda em sua tramitação na Câmara dos Deputados, a proposição pretendia ampliar para cinco anos o mandato dos Deputados, mas com a manutenção do mandato de quatro anos, não é mais

necessário dividir o conteúdo do atual § 4º do art. 57 da Constituição em dois dispositivos.

Regime eleitoral dos policiais e bombeiros militares (art. 11)

Finalmente, somos favoráveis à alteração do regime eleitoral dos policiais e bombeiros militares, para que esses militares passem a ficar agregados, enquanto candidatos, independentemente do tempo de atividade e, sendo eleitos, possam retornar à atividade ao final do mandato (art. 11).

De outra parte, estamos propondo a supressão da exigência do domicílio eleitoral na circunscrição do pleito como condição de elegibilidade do cidadão eleitor, impedindo, porém, o registro de uma candidatura a mais de um cargo eletivo, em uma mesma eleição, ainda que em circunscrições diferentes.

De fato, o domicílio eleitoral como condição de elegibilidade passou a existir, em nosso País, de forma casuística, durante a ditadura militar, em junho de 1965, por meio da Emenda Constitucional nº 14 à Constituição de 1946. O objetivo dessa alteração constitucional foi impedir que chefes das guarnições militares se fizessem eleger governadores, questão que preocupava o Presidente Castello Branco. O caso que ficou marcado como símbolo traumático da aplicação dessa restrição foi o impedimento à candidatura oposicionista do Marechal Teixeira Lott às eleições diretas ao Governo do Estado da Guanabara, realizadas em outubro daquele ano. Aproveitando-se do fato de que o General Lott havia transferido sua inscrição eleitoral, havia pouco, para o Município de Teresópolis, no antigo Estado do Rio de Janeiro, o governo militar fez aprovar a exigência de tempo mínimo de domicílio eleitoral na circunscrição, tendo tal regra permanecido desde então.

Registre-se, a propósito, que a regra casuística de pouco adiantou, pois o substituto de Lott como candidato das forças de oposição à ditadura – Negrão de Lima – terminou por vencer aquela eleição.

Assim é que, sob o estigma do casuísmo, a regra da caracterização do domicílio eleitoral passou a ser flexibilizada pela própria jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, no sentido de uma progressiva liberalização, “a fim de propiciar aos candidatos sua transferência para onde os conduzissem as suas aspirações eleitorais do momento” (TSE, Respe nº 18.803, Rel. Ministro

Sepúlveda Pertence, DOU 22.02.2002, p. 15). Atualmente, o TSE reconhece o domicílio eleitoral de forma ampla, bastando que o eleitor apresente vínculo material ou afetivo com a circunscrição, por interesses diversos como: políticos, comerciais, profissionais, patrimoniais, comunitários ou laços familiares (Acórdãos nº 18.124, nº 13.271, nº 15.241, nº 16.229 e nº 13.777)

A exigência de que o eleitor tenha o seu domicílio eleitoral na circunscrição em que pretende ser candidato significa tutela indevida à soberania do voto popular, única com legitimidade suficiente para definir quem deve e quem não deve exercer o mandato representativo numa democracia.

Como bem posto pelo ilustre constitucionalista Manoel Gonçalves Ferreira Filho, a exigência de domicílio eleitoral na circunscrição é um cerceamento à escolha do eleitorado que não se justifica (Cf. Comentários à Constituição Brasileira de 1988, V. 1, Ed. Saraiva, 1997, p. 123). Justifica-se, ainda menos, nos dias de hoje, em que as distâncias físicas foram encurtadas exponencialmente pelo impressionante progresso dos meios de comunicação.

Por fim, cabe ainda registrar que procedemos a ajustes de redação com o objetivo de adequar o texto e aperfeiçoar a técnica legislativa da proposição.

Com relação às emenda apresentadas, devem ser analisadas as emendas nº 2 e nº 3, uma vez que a própria autora retirou a Emenda nº 1.

Somos favoráveis à Emenda nº 2, que propõe uma regra de transição para a cláusula de desempenho, válida apenas para as eleições de 2018, conforme o seguinte: a exigência de 2% (dois por cento) seria reduzida para 1,5% (um e meio por cento) dos votos válidos para a Câmara dos Deputados, para que o partido político tenha direito ao funcionamento parlamentar; a quantidade mínima de votos, em pelo menos três Estados, seria reduzida de 1% (um por cento) para 0,8% (oito décimos por cento) do total de votos em cada um deles. A redução, proposta para 2018, é razoável e dá um prazo de adaptação para os dois partidos que ficaram próximos a esses percentuais, nas últimas eleições. A partir das eleições de 2022, seriam aplicados, em definitivo, os percentuais propostos de 2% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos três Estados, com um mínimo de 1% do total de cada um deles.

A Emenda nº 3 cria duas hipóteses de redistribuição das cotas do Fundo Partidário e do tempo de propaganda partidária, no rádio e na televisão, entre os partidos com representação na Câmara dos Deputados. A primeira no

caso de perda do mandato do Deputado Federal por força de decisão judicial da Justiça Eleitoral, transitada em julgado; a segunda, no caso de mudança partidária, com justa causa, do parlamentar que tiver sido eleito com número de votos válidos equivalente ao quociente eleitoral.

Entendemos ser inoportuna a constitucionalização de regras detalhadas sobre a distribuição de recursos do fundo partidário e do tempo de acesso gratuito ao rádio e à televisão. O § 3º do art. 17 da Constituição Federal já estipula que essas definições cabem à lei ordinária. É o que faz a Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995) e a Lei das Eleições (Lei nº 9.504, de 24 de março de 2015), com as alterações promovidas em 2015 pela Lei nº 13.107, de 21 de março de 2015, e pela Lei nº 13.165, de 29, de setembro de 2015.

Ademais, as reformas eleitorais de 2015 tornaram rígidas as regras para distribuição dos recursos do fundo partidário e do tempo de acesso à propaganda gratuita no rádio e na televisão. A Lei nº 13.107, de 21 de março de 2015, vedou a chamada portabilidade em qualquer hipótese de mudança de filiação partidária, com a nova redação conferida ao parágrafo único do art. 41-A da Lei dos Partidos Políticos e ao § 7º do art. 47 da Lei das Eleições. A eventual aprovação da Emenda nº 3, nos termos em que apresentada, criaria dois caminhos para a flexibilização dessa regra, insculpindo-os de forma mais rígida no corpo da Constituição Federal.

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 113-A, de 2015, e, no mérito, pela sua aprovação, em conjunto com a Emenda nº 2, nos termos do seguinte Substitutivo, e pela rejeição da Emenda nº 3:

EMENDA Nº 4 - CCJ (SUBSTITUTIVO)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 113-A, DE 2015

Altera a Constituição Federal, para vedar a reeleição para os cargos de Presidente da República, Governador de Estado e do Distrito Federal e Prefeito, reduzir o número de assinaturas dos projetos de lei de iniciativa popular, dispor sobre a elegibilidade dos policiais e bombeiros militares, entre outras providências.

AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 14.**

.....

§ 5º São inelegíveis para os mesmos cargos, no período imediatamente subsequente, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído nos seis meses anteriores ao pleito.” (NR)

.....

§ 8º

.....

III – se policial ou bombeiro militar, independentemente do tempo de serviço, ficará agregado desde o registro da candidatura até dez dias após o término das eleições, com remuneração, até o limite de três meses; se eleito, permanecerá agregado, contando-se o tempo do mandato para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento; se não reeleito, retornará à atividade.

.....

§ 12. Não será exigido domicílio eleitoral na circunscrição para fins de elegibilidade.

§ 13. É vedado o registro de candidatura a mais de um cargo eletivo, em uma mesma eleição, ainda que em circunscrições diferentes.” (NR)

“**Art. 16.**

Parágrafo único. As resoluções e demais atos normativos editados pelo Tribunal Superior Eleitoral entrarão em vigor na data da sua

publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até 9 (nove) meses da data de sua vigência.” (NR)

“**Art. 17.**

.....

§ 5º Terá direito a funcionamento parlamentar o partido político que, em cada eleição para a Câmara dos Deputados, obtenha, no mínimo, 2% (dois por cento) dos votos válidos, distribuídos em, pelo menos, um terço dos Estados, com um mínimo de 1% (um por cento) do total de cada um deles.” (NR)

“**Art. 57.**

.....

§ 4º Cada uma das Casas reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas, para mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente, independentemente da legislatura.

.....” (NR)

“**Art. 61.**

.....

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, 0,4% (quatro décimos por cento) do eleitorado nacional, distribuídos por pelo menos cinco unidades da Federação, com não menos de 0,1% (um décimo por cento) de cada uma delas.” (NR)

Art. 2º Acrescentem-se os seguinte artigos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

“**Art. 101.** A inelegibilidade referida no § 5º do art. 14 da Constituição Federal não se aplica aos Prefeitos eleitos em 2012 e aos Governadores eleitos em 2014, nem a quem os suceder ou substituir nos seis meses anteriores ao pleito subsequente, exceto se já tiverem exercido os mesmos cargos no período imediatamente anterior.

Art. 102. Terá direito a funcionamento parlamentar o partido político que na eleição para a Câmara dos Deputados prevista para 2018, obtenha, no mínimo, 1,5% (um e meio por cento) dos votos válidos, distribuídos em, pelo menos, um terço dos Estados, com um mínimo de 0,8% (oito décimos por cento) do total de cada um deles.”

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revoga-se o inciso IV do § 3º do art. 14 da Constituição Federal.

Sala da Comissão, em 13 de abril de 2016.

Senador **JOSÉ MARANHÃO**, Presidente

Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**, Relator



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CCJ, 13/04/2016 às 10h - 9ª, Ordinária

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
JORGE VIANA	PRESENTE	1. WALTER PINHEIRO	PRESENTE
GLEISI HOFFMANN	PRESENTE	2. TELMÁRIO MOTA	PRESENTE
JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE	3. LINDBERGH FARIAS	
FÁTIMA BEZERRA	PRESENTE	4. ANGELA PORTELA	PRESENTE
HUMBERTO COSTA		5. ZEZE PERRELLA	
ACIR GURGACZ		6. PAULO PAIM	
BENEDITO DE LIRA	PRESENTE	7. IVO CASSOL	
CIRO NOGUEIRA		8. ANA AMÉLIA	PRESENTE

Maioria (PMDB)			
TITULARES		SUPLENTE	
EUNÍCIO OLIVEIRA		1. ROBERTO REQUIÃO	
EDISON LOBÃO	PRESENTE	2. SÉRGIO PETECÃO	
VAGO		3. GARIBALDI ALVES FILHO	
ROMERO JUCÁ	PRESENTE	4. WALDEMIR MOKA	
SIMONE TEBET	PRESENTE	5. DÁRIO BERGER	PRESENTE
VALDIR RAUPP	PRESENTE	6. ROSE DE FREITAS	
JADER BARBALHO		7. MARTA SUPLICY	PRESENTE
JOSÉ MARANHÃO	PRESENTE	8. RAIMUNDO LIRA	

Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM, PV)			
TITULARES		SUPLENTE	
JOSÉ AGRIPINO	PRESENTE	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA	
RONALDO CAIADO	PRESENTE	2. ALVARO DIAS	PRESENTE
AÉCIO NEVES	PRESENTE	3. ATAÍDES OLIVEIRA	PRESENTE
RICARDO FERRAÇO	PRESENTE	4. RICARDO FRANCO	
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	5. DAVI ALCOLUMBRE	

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)			
TITULARES		SUPLENTE	
ANTONIO CARLOS VALADARES	PRESENTE	1. VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE
ROBERTO ROCHA		2. JOÃO CAPIBERIBE	
RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE	3. LÍDICE DA MATA	PRESENTE



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CCJ, 13/04/2016 às 10h - 9ª, Ordinária

Bloco Parlamentar União e Força(PTC, PTB, PSC, PR, PRB)			
TITULARES		SUPLENTEs	
EDUARDO AMORIM	PRESENTE	1. DOUGLAS CINTRA	PRESENTE
MARCELO CRIVELLA	PRESENTE	2. BLAIRO MAGGI	PRESENTE
MAGNO MALTA	PRESENTE	3. VICENTINHO ALVES	PRESENTE

Não Membros Presentes

JOSÉ SERRA

Projeto de Lei do Senado



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 168, DE 2016

Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativo ao exercício de 2016, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A União entregará aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, o montante de R\$ 1.950.000.000,00 (um bilhão e novecentos e cinquenta milhões de reais), relativo ao exercício de 2016, com o objetivo de fomentar as exportações do País, de acordo com os critérios, prazos e condições previstos nesta Lei.

§ 1º O montante referido no *caput* será entregue aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios até o décimo dia útil de cada mês, em parcelas iguais, tantas quantos forem os meses entre a data de publicação desta Lei e o final deste exercício.

§ 2º As entregas de recursos ocorrerão na forma fixada pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, observado o disposto no art. 6º.

Art. 2º As parcelas pertencentes a cada Estado, incluídas as parcelas de seus Municípios, e ao Distrito Federal serão proporcionais aos coeficientes individuais de participação discriminados no Anexo desta Lei.

Art. 3º Do montante dos recursos que cabe a cada Estado, a União entregará diretamente ao próprio Estado setenta e cinco por cento, e, aos seus Municípios, vinte e cinco por cento.

Parágrafo único. O rateio entre os Municípios das parcelas de que trata o *caput* obedecerá aos coeficientes individuais de participação na distribuição da parcela do ICMS de seus respectivos Estados, aplicados no exercício de 2016.

2

Art. 4º Para a entrega dos recursos à unidade federada, a ser realizada por uma das formas previstas no art. 5º, serão obrigatoriamente deduzidos, até o montante total apurado no respectivo período, os valores das dívidas vencidas e não pagas da unidade federada, na seguinte ordem:

I – primeiro as contraídas junto à União, depois as contraídas com garantia da União, inclusive dívida externa; somente após, as contraídas junto a entidades da administração indireta federal; e

II – primeiro as da administração direta, depois as da administração indireta da unidade federada.

Parágrafo único. Respeitada a ordem prevista nos incisos I e II do *caput*, ato do Poder Executivo Federal poderá autorizar:

I – a quitação de parcelas vincendas, mediante acordo com o respectivo ente federado; e

II – quanto às dívidas junto a entidades da administração federal indireta, a suspensão temporária da dedução quando não estiverem disponíveis, no prazo devido, as necessárias informações.

Art. 5º Os recursos a serem entregues mensalmente à unidade federada, equivalentes ao montante das dívidas apurado na forma do art. 4º, serão satisfeitos pela União pelas seguintes formas:

I – entrega de obrigações do Tesouro Nacional, de série especial, inalienáveis, com vencimento não inferior a dez anos, remuneradas por taxa igual ao custo médio das dívidas da respectiva unidade federada junto ao Tesouro Nacional, com poder liberatório para pagamento das referidas dívidas; ou

II – correspondente compensação.

Parágrafo único. Os recursos a serem entregues mensalmente à unidade federada equivalentes à diferença positiva entre o valor total que lhe cabe e o valor da dívida apurada nos termos do art. 4º e liquidada na forma do inciso II deste artigo serão satisfeitos por meio de crédito, em moeda corrente, à conta bancária do beneficiário.

Art. 6º O Ministério da Fazenda definirá, em até trinta dias a contar da publicação desta Lei, as regras da prestação de informação pelos Estados e pelo Distrito Federal sobre a efetiva manutenção e aproveitamento de créditos pelos exportadores a que se refere o art. 155, § 2º, inciso X, alínea “a”, da Constituição.

§ 1º O ente federado que não enviar as informações referidas no *caput* ficará sujeito à suspensão do recebimento do auxílio de que trata esta Lei.

3

§ 2º Regularizado o envio das informações de que trata o caput, o repasse será retomado e os valores retidos serão entregues no mês imediatamente posterior.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

Coeficientes Individuais de Participação das Unidades de Federação

ACRE	0,08902%	PARAÍBA	0,19976%
ALAGOAS	0,45603%	PARANÁ	4,63777%
AMAPÁ	0,00000%	PERNAMBUCO	0,15795%
AMAZONAS	0,78917%	PIAUÍ	0,45825%
BAHIA	3,80791%	RIO DE JANEIRO	6,49154%
CEARÁ	0,02825%	RIO GRANDE DO	0,49379%
DISTRITO FEDERAL	0,00000%	RIO GRANDE DO	8,94387%
ESPÍRITO SANTO	7,37110%	RONDÔNIA	1,48718%
GOIÁS	7,52926%	RORAIMA	0,00949%
MARANHÃO	2,35751%	SANTA CATARINA	2,91862%
MATO GROSSO	20,09042%	SÃO PAULO	0,30724%
MATO GROSSO DO	4,36579%	SERGIPE	0,23954%
MINAS GERAIS	16,42627%	TOCANTINS	1,78539%
PARÁ	8,55888%	TOTAL	100,0000%

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo deste Projeto de Lei do Senado (PLS) é disciplinar o pagamento referente ao auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o Fomento das Exportações (FEX). Como se sabe, as exportações gozam de imunidade tributária. Essa imunidade tem o aspecto positivo de tornar nossas exportações mais competitivas, ampliando a demanda pela produção nacional. Por outro lado, prejudica os estados exportadores, pois encolhe a base de incidência da arrecadação do ICMS e de outros tributos.

Para mitigar essa perda de arrecadação, tanto a Constituição Federal quanto a legislação infraconstitucional preveem formas de a União compensar os estados pelos tributos não recolhidos.

No caso da Constituição, as duas formas de compensação são:

a) 10% do montante arrecadado a título de IPI, que são distribuídos para os estados e o Distrito Federal na proporção das respectivas exportações de produtos industrializados (art.159, II);

b) relativamente aos produtos primários e semielaborados, lei complementar irá disciplinar o montante e os critérios de distribuição, conforme prevê o art. 91 do ADCT. Enquanto não for publicada a lei, permanecem em vigor o art. 31 e o anexo da Lei Kandir, alterados pela Lei Complementar nº 115, de 2002.

Sobre a legislação infraconstitucional, a Medida Provisória (MPV) nº 193, de 2004, instituiu o Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (FEX), que liberou R\$ 900 milhões para Estados e Municípios. Desde então, foram editadas dez outras medidas provisórias, e um projeto de lei aprovado, com esse propósito.

No entanto, essa transferência deixou de ser regular. Em 2013, o Governo Federal só propôs a MPV nº 629, que disciplinou o tema, na segunda quinzena de dezembro, para pagamento trinta dias após sua publicação. Assim, em 2013, simplesmente não houve depósito do FEX. Para 2014, apresentei o PLS nº 137, de 2015, propondo as regras de distribuição dos recursos. O PLS, contudo, foi declarado prejudicado porque o tema foi normatizado pela Lei nº 13.166, de 1º de outubro de 2015. Ou seja, a lei somente foi publicada quase no final do ano seguinte em que deveria ter sido concedido o auxílio financeiro.

Para 2015, querendo evitar que se repetisse o que vinha ocorrendo, apresentei, já em março, o PLS nº 136, de 2015, normatizando a distribuição do FEX. Em outubro, o PLS foi aprovado, em decisão terminativa da Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional (CEDN), e enviado para a Câmara dos Deputados, onde passou a tramitar sob a forma do Projeto de Lei (PL) nº 3.410, de 2015. Em 22 de dezembro, o Deputado Júlio Cesar apresentou parecer pela aprovação junto à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço daquela Casa. Desde então, não houve avanço na tramitação. Contudo, em 29 de março, a Presidente publicou a Medida Provisória (MPV) nº 720, de 2016, disciplinando a distribuição de recursos do FEX para o ano passado.

Não queremos que, em 2016, a mesma situação se repita. Por isso, tal como fiz nos últimos dois anos, estou apresentando projeto para determinar que a União entregue R\$ 1,95 bilhão aos estados, Distrito Federal e municípios a título de auxílio financeiro para fomento de exportações. Destaque-se que, diferentemente dos outros anos, quando a Lei Orçamentária Anual (LOA) alocava R\$ 1,9 bilhão para o FEX, para 2016, a LOA alocou somente R\$ 10 milhões. Entretanto, em 29 de março, foi publicada a MPV nº 721, de 2016,

5

que abriu crédito suplementar no valor exato do R\$ 1,95 bilhão que vinha sendo transferido nos últimos anos.

Se em 2014 e 2015, quando propus PLS para disciplinar a distribuição do FEX, já entendia ser absolutamente necessário que a União auxiliasse financeiramente os entes subnacionais em proporção à perda de arrecadação decorrente das exportações, agora, em 2016, os recursos tornam-se ainda mais necessários.

Todos conhecem as dificuldades financeiras pelas quais passa a União. Mas, se a situação da União é ruim, a dos estados e municípios é trágica. A União, diante da forte queda de arrecadação, pelo menos tem maior acesso ao crédito e maior capacidade de aumentar impostos. Em contraposição, a margem de manobra de estados e municípios é bem mais limitada. Nesse contexto, ainda que as transferências no âmbito do FEX tenham caído em termos reais, elas não deixam de ser extremamente importantes, na atual conjuntura econômica, para manter o equilíbrio financeiro dos entes subnacionais.

Por fim, é preciso reafirmar que o FEX surgiu no bojo de um amplo acordo federativo, vinculado ao reconhecimento da contribuição de todos os entes federados no esforço para expandir as exportações. Não é razoável que o Governo Federal, possivelmente em razão de dificuldades fiscais de sua própria responsabilidade, enfraqueça unilateralmente o pacto firmado.

Sala das Sessões,

Senadora **LÚCIA VÂNIA**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Constituição de 1988 - 1988/88](#)

[Lei Complementar nº 115, de 26 de Dezembro de 2002 - 115/02](#)

[Lei nº 13.166, de 01 de outubro de 2015 - 13166/15](#)

(À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa)

Proposta de Emenda à Constituição**SENADO FEDERAL****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 19, DE 2016**

Altera a redação do § 9º do art. 144 da Constituição Federal para assegurar aos servidores policiais a percepção de vantagens remuneratórias.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 9º do art. 144 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 144.

§ 9º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39, aplicando-se o disposto no seu § 3º às carreiras federais e, a critério dos respectivos entes federados, às demais carreiras.

..... (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta de emenda à Constituição (PEC) visa a não deixar dúvidas que as verbas transitórias previstas no § 3º do art. 39 da Constituição também se destinam aos integrantes dos órgãos de segurança pública federal, e – a critério dos demais entes federativos – às respectivas carreiras, haja vista a controvérsia sobre a aplicabilidade de alguns direitos constitucionais dos servidores a esses agentes.

A PEC busca, assim, atender situação específica das carreiras policiais da União remuneradas por subsídio, em decorrência da conjugação do art. 144, § 9º, com o art. 39, § 4º, ambos da Constituição da República, notadamente sobre a percepção do adicional noturno.

A proposta também pretende facultar aos entes federativos a adoção da mesma sistemática para as carreiras policiais do seu âmbito de competência.

O objetivo da distinção é para evitar que a União imponha despesas com pessoal policial aos entes subnacionais.

A alteração se impõe, tendo em vista interpretação construída com base em uma leitura não sistêmica da Constituição Federal, a partir da inovação constitucional criada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998, segundo a qual aqueles remunerados por parcela única seriam impedidos a receber toda e qualquer gratificação, abono, prêmio, adicional, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Entretanto, observa-se que, nos termos do § 3º do art. 39 da Lei Fundamental, também são garantidos aos servidores ocupantes de cargos públicos os seguintes benefícios concedidos aos demais trabalhadores: décimo terceiro salário, adicional noturno, salário-família, remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, a cinquenta por cento à do normal, adicional de férias, licença à gestante, sem prejuízo do emprego e salário, com a duração de cento e vinte dias.

Em face do aparente conflito de normas constitucionais quanto aos direitos dos servidores policiais, a doutrina e jurisprudência têm se debatido em torno da possibilidade de recebimento, por parte de qualquer servidor público, dos benefícios acima referidos quando remunerados pelo regime de subsídio, como é o caso do **adicional noturno**.

Ora, é forçoso o entendimento de que o regime de subsídio não pode ferir direitos constitucionais já garantidos pelos trabalhadores em geral.

Os adicionais referidos no § 3º do art. 39 da Constituição correspondem à parcela salarial deferida suplementarmente ao obreiro que se encontra em circunstâncias mais gravosas de trabalho.

A parcela de **adicional noturno** é, assim, nitidamente compensatória: paga-se um *plus* em virtude do desconforto, desgaste ou risco vivenciados.

Logo, não se compatibiliza com a proteção constitucional a equivocada ideia de que poderiam os servidores públicos ser privados dessas parcelas, devendo-se realizar a conciliação desta previsão com o regime de subsídio ao qual são submetidos.

Ou seja: não poderiam os servidores públicos ser prejudicados em direitos que aos trabalhadores em geral são assegurados pela Carta de 1988, afastando, assim, a arbitrariedade de seus empregadores na concessão de vantagens remuneratórias. Pensar

dessa forma seria contrariar os princípios da isonomia garantidos pela Constituição, além da previsão disposta expressamente no § 3º do art. 39 da Carta Maior.

Pretende, portanto, a presente PEC fixar a correta interpretação desse plexo normativo, para que não haja dúvidas de que esses agentes, mesmo quando passaram a ser remunerados por subsídio, permanecem englobados pelo § 3º do art. 39 da Constituição e devem receber cumulativamente os adicionais de caráter transitório ali referidos, como é o caso do adicional noturno.

Assim, impõe-se assegurar estímulo à produtividade decorrente do *plus* remuneratório compatível com a Carta Maior, especialmente para aqueles que arriscam suas vidas, saúde e prejudicam o convívio familiar no serviço noturno, tudo em prol da segurança pública.

É o que submetemos aos nobres pares.

Sala das Sessões,

Senador **JOSÉ MARANHÃO**
Senador **ALVARO DIAS**
Senadora **ANA AMÉLIA**
Senador **BENEDITO DE LIRA**
Senador **CRISTOVAM BUARQUE**
Senador **DÁRIO BERGER**
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Senador **DONIZETI NOGUEIRA**
Senador **EDISON LOBÃO**
Senador **ELMANO FÉRRER**
Senador **HÉLIO JOSÉ**
Senador **HUMBERTO COSTA**
Senador **IVO CASSOL**
Senador **JOÃO CAPIBERIBE**
Senador **LASIER MARTINS**
Senadora **LÍDICE DA MATA**
Senador **PAULO PAIM**
Senador **PAULO ROCHA**
Senadora **REGINA SOUSA**
Senador **REGUFFE**
Senador **RICARDO FERRAÇO**
Senadora **SIMONE TEBET**
Senador **TELMÁRIO MOTA**
Senador **VALDIR RAUPP**
Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

Senador **WELLINGTON FAGUNDES**
Senador **ZEZE PERRELLA**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Constituição de 1988 - 1988/88](#)

[parágrafo 3º do artigo 39](#)

[parágrafo 4º do artigo 39](#)

[parágrafo 3º do artigo 60](#)

[parágrafo 9º do artigo 144](#)

[Emenda Constitucional nº 19, de 1998 - EMENDA DA REFORMA ADMINISTRATIVA - 19/98](#)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Requerimentos**SENADO FEDERAL****REQUERIMENTO
Nº 296, DE 2016**

Adiamento da votação para reexame da
Comissão.

Requeiro, nos termos do art. 315, combinado com o inciso II, do art. 279 do Regimento Interno do Senado Federal, o adiamento da votação do Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2015 – Complementar, a fim de que seja reexaminado pela Comissão de Constituição e Justiça.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2015, dispõe sobre mecanismo de tramitação do inquérito civil perante o Ministério Público. Tendo em vista a relevância da matéria, bem como a necessidade de atender a novos pedidos de audiência e sugestões formulados pelos atores envolvidos na aplicação desse instituto, é fundamental que o processado retorne à Comissão de Constituição e Justiça para apreciar os fatos novos a ele correlatos.

Sala das Sessões,

Senador **RICARDO FERRAÇO**

INCLUA-SE
ORDEN DO
OPORTUNAMENTE. EM
DIA

Em 14/4/16

REQUERIMENTO Nº 297, DE 2016



SF/16866.34301-16

Nos termos regimentais, requiero que o Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2012, que *“Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir programa de avaliação seriada anual nos processos seletivos das universidades públicas, seja apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos, além da comissão constante do despacho inicial.*

Sala das Sessões, em de abril 2016.

Senador HUMBERTO COSTA

Líder do Governo no Senado

Página: 1/1 04/04/2016 15:27:11

7093e58f9e766077d1a9cb5f7a3cab7f77aba3b9

Recebido
13/04/16
1044





SENADO FEDERAL REQUERIMENTO Nº 298, DE 2016

Nos termos regimentais, requiero que o Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2012, que *“Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir programa de avaliação seriada anual nos processos seletivos das universidades públicas”* seja apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, além da comissão constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, em de abril 2016.

Líder do Governo no Senado

Senador **HUMBERTO COSTA**

(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente.)



SENADO FEDERAL REQUERIMENTO Nº 299, DE 2016

Requeiro, na forma do disposto no *caput* do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 134 de 2016, com o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 135 de 2016; por versarem sobre matérias correlatas.

Sala das Sessões, em de de 2016.

Senador **JOSÉ PIMENTEL**

(À Comissão Diretora)

Término de prazo

Encerrou-se no dia 13 de abril o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 15, de 2016; e aos Projetos de Lei da Câmara nºs 64, 162, 220 e 221, de 2015.

Não foram oferecidas emendas.

O Projeto de Resolução nº 15, de 2016, vai à CCJ, seguindo posteriormente para a Comissão Diretora.

As demais matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA**Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 426/2015**

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado
nº 426, de 2015 (Emenda nº 1– CE)

Acrescenta parágrafo único ao art. 22 da
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996
(Lei de Diretrizes e Bases da Educação
Nacional), para instituir a oferta de
serviço de orientação profissional
especializado na educação básica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a oferta de serviço de orientação profissional especializado para estudantes da educação básica da rede pública, ou da rede privada, quando beneficiários de bolsa integral, para fins de cumprimento do disposto no *caput* do art. 22 e nos arts. 35 e 36-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Art. 2º O art. 22 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 22.

Parágrafo único. Será ofertado aos estudantes da rede pública e aos beneficiários de bolsa integral na rede privada, a partir do último ano do ensino fundamental, serviço de orientação profissional especializado gratuito, para fins de apoio à decisão sobre prosseguimento de estudos em curso técnico de nível médio e na educação superior.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Projeto de Lei da Câmara nº 20/2014

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 20, DE 2014

(Nº 2.839/2011, na Casa de origem, da Deputada Keiko Ota)

Acrescenta o art. 394-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta o art. 394-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, a fim de dispor sobre a preferência de julgamento dos processos concernentes a crimes hediondos.

Art. 2º O Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 394-A:

"Art. 394-A. Os processos que apurem a prática de crime hediondo terão prioridade de tramitação em todas as instâncias."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Projeto de Lei da Câmara nº 44/2014**SENADO FEDERAL****COMISSÃO DIRETORA****PARECER Nº 442, DE 2016**

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2014 (nº 628, de 2011, na Casa de origem).

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2014 (nº 628, de 2011, na Casa de origem), que *altera os arts. 2º e 6º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica.*

Sala de Reuniões da Comissão, em 14 de abril de 2016.

JORGE VIANA, PRESIDENTE

ROMERO JUCÁ, RELATOR

ELMANO FÉRRER

ZEZE PERRELLA

ANEXO AO PARECER Nº 442, DE 2016.

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2014 (nº 628, de 2011, na Casa de origem).

Altera os arts. 2º e 6º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica.

Emenda nº 1**(Corresponde à Emenda nº 1 – CDH)**

Dê-se a seguinte redação ao parágrafo único do art. 2º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, nos termos do art. 2º do Projeto:

“Art. 2º

Parágrafo único. É assegurada prioridade às pessoas de que trata o art. 1º em instituições financeiras e estabelecimentos comerciais e similares onde existam caixas, balcões ou guichês para atendimento e a formação de filas seja previsível e constante, conforme a experiência.” (NR)

Emenda nº 2**(Corresponde à Emenda nº 2 – CDH)**

Dê-se a seguinte redação ao inciso IV do art. 6º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, nos termos do art. 3º do Projeto:

“Art. 6º

IV – no caso de estabelecimentos comerciais e similares onde existam caixas, balcões ou guichês para atendimento e a formação de filas seja previsível e constante, conforme a experiência, a multa correspondente a 10 (dez) vezes o valor do menor benefício pago pelo Regime Geral de Previdência Social.

.....” (NR)

Projeto de Lei da Câmara nº 76/2014

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, DE 2014

(Nº 814/2007, na Casa de origem)
(Do Deputado Sandes Júnior)

Acrescenta dispositivo à
Consolidação das Leis do Trabalho -
CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº
5.452, de 1º de maio de 1943, para
proibir o trabalho da gestante ou
lactante em atividades, operações
ou locais insalubres.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 394-A:

“Art. 394-A. A empregada gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, de quaisquer atividades, operações ou locais insalubres, devendo exercer suas atividades em local salubre.

Parágrafo único. Durante o afastamento temporário previsto no *caput*, fica assegurado à empregada gestante ou lactante o pagamento integral do salário que vinha percebendo, incluindo o adicional de insalubridade.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Projeto de Decreto Legislativo nº 11/2016

(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2016**(Nº 84/2015, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o texto da Convenção Multilateral sobre Assistência Administrativa Mútua em Assuntos Fiscais emendada pelo Protocolo de 1º de junho de 2010, assinada em 3 de novembro de 2011.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção Multilateral sobre Assistência Administrativa Mútua em Assuntos Fiscais emendada pelo Protocolo de 1º de junho de 2010, assinada em 3 de novembro de 2011.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) A íntegra do texto da Convenção encontra-se publicada no DSF de 30/03/2016.

Despachos decorrentes de deliberações de requerimentos**Requerimento nº 35/2016**

Os Projetos de Lei do Senado perdem o caráter terminativo, passam a tramitar em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2015, e vão à CE, CDH e CAS, seguindo posteriormente à CAE.

Requerimento nº 101/2016

As matérias passam a tramitar em conjunto e retornam à Secretaria-Geral da Mesa para aguardar a inclusão em Ordem do Dia dos Requerimentos nºs 214 e 277, de 2016, de audiência e de desapensamento, respectivamente.

Requerimento nº 102/2016

As matérias passam a tramitar em conjunto e retornam à Secretaria-Geral da Mesa para aguardar a inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 214, de 2016, de audiência.

Requerimento nº 103/2016

As matérias passam a tramitar em conjunto e retornam à Secretaria-Geral da Mesa para aguardar a inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 214, de 2016, de audiência.

Requerimento nº 988/2015

Uma vez que já se encontra instruída pela CE, a matéria vai à CDR, seguindo, posteriormente, à CAS, em decisão terminativa.

Requerimento nº 95/2016

A matéria vai à CAS, retornando posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Requerimento nº 96/2016

A matéria vai à CAS, retornando posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Requerimento nº 97/2016

A matéria vai à CAS, retornando posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Requerimento nº 134/2016

A matéria retorna à CMA, seguindo posteriormente à CE; e, em decisão terminativa, à CDH.

Requerimento nº 153/2016

A matéria vai ao exame da CAE, seguindo posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Requerimento nº 193/2016

Uma vez que já se encontra instruída pela CMA, a matéria vai à CCJ, seguindo posteriormente à CCT, em decisão terminativa.

DECRETO LEGISLATIVO

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 105, DE 2016

Aprova o texto da Convenção Multilateral sobre Assistência Administrativa Mútua em Assuntos Fiscais emendada pelo Protocolo de 1º de junho de 2010, assinada em 3 de novembro de 2011.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção Multilateral sobre Assistência Administrativa Mútua em Assuntos Fiscais emendada pelo Protocolo de 1º de junho de 2010, assinada em 3 de novembro de 2011.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de abril de 2016.-Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

(

ATA**MESA DO SENADO FEDERAL**

Publicado em 14/04/16
2016
José Roberto Leite de Matos
Secretário-Geral da Mesa Adjunto

**Ata da 1ª Reunião da Mesa do Senado Federal no ano de 2016,
realizada em 23 de março.**

Às onze horas e quinze minutos do dia vinte e três de março de dois mil e dezesseis, no Gabinete da Presidência do Senado Federal, reúne-se a Comissão Diretora do Senado, sob a Presidência do Sr. Senador Renan Calheiros. Assinam também a lista de comparecimento os seguintes Senadores: Jorge Viana, Primeiro Vice-Presidente; Vicentinho Alves, Primeiro-Secretário; Ângela Portela, Quarta-Secretária; João Alberto Souza, Segundo-Suplente de Secretário; Elmano Férrer, Terceiro-Suplente de Secretário. Abertos os trabalhos, o Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, agradece a presença de todos. Inicialmente, deliberou-se a pauta administrativa. Em seguida, deliberou-se a pauta disponibilizada no Portal das Comissões, no sítio eletrônico do Senado Federal, e que é parte integrante desta Ata. Como item extra pauta, a Comissão Diretora do Senado Federal recebeu, durante a reunião, um Requerimento de Informações, de autoria do Senador Tasso Jereissati, endereçado ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, no qual se pede informações sobre o envio de telegramas a todas as embaixadas e representações do Brasil no exterior, recomendando a difusão de mensagens de entidades alertando para o risco de um golpe político no País. O Relator da matéria, Senador Vicentinho Alves, proferiu durante a reunião um parecer favorável à proposição, o qual foi aprovado pelos demais integrantes da Comissão Diretora. Tal Requerimento de Informações foi posteriormente numerado como RQS 216, de 2016. Outro item extra pauta aprovado foi o Parecer favorável à emenda apresentada ao Projeto de Resolução do Senado nº 61, de 2015, que cria a Instituição Fiscal Independente, no âmbito do Senado Federal. Ainda na pauta extra, foi aprovado o Ato da Comissão Diretora nº 2, de 2016, que regulamenta os procedimentos e condições para a exibição de conteúdo multimídia nos painéis eletrônicos do Plenário e das Comissões no Senado Federal.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA**

Em 23 de março de 2016
(quarta-feira)
às 11h

RESULTADO
1ª Reunião, Ordinária

MESA DO SENADO FEDERAL - MESA - SF

1ª PARTE	Requerimentos de Informações
2ª PARTE	Projeto de Resolução do Senado Federal
3ª PARTE	Projeto de Resolução do Congresso Nacional
4ª PARTE	Requerimentos de Tramitação Conjunta
5ª PARTE	Escritório de Apoio às Atividades Parlamentares
Local	Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

1ª PARTE

PAUTA**ITEM 1****REQUERIMENTO Nº 866, de 2015**

Requer informações ao Ministro de Estado dos Transportes sobre a estrutura de cargos da Empresa de Planejamento e Logística S.A - EPL e outras informações.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Pelo deferimento.

Resultado: Aprovado o relatório

Textos da pauta:

[Relatório](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 2**REQUERIMENTO Nº 1125, de 2015**

Solicita ao Ministro de Estado da Fazenda informações relativas à previsão orçamentária e a conveniência de aprovação do PLC nº 69, de 2015, que cria cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dá outras providências.

Autoria: Senador Delcídio do Amaral

Relatoria: Senador Elmano Férrer

Relatório: Pelo deferimento, com supressão da questão 3, conforme inciso II do art. 216 do RISF.

Resultado: Aprovado o relatório

Textos da pauta:

[Relatório](#)

[Quadro comparativo](#)

ITEM 3**REQUERIMENTO Nº 1150, de 2015**

Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal e do art. 215, inciso I, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas à Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, informações sobre o Programa Bolsa Família.

Autoria: Senador Aécio Neves

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Pelo deferimento

Resultado: Aprovado o relatório

Textos da pauta:

[Relatório](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 4**REQUERIMENTO Nº 1222, de 2015**

Resultado da 1ª Reunião Ordinária da MESA - SF, em 23 de Março de 2016

3

Requer, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e nos arts. 215, inciso I e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Educação acerca da Nota Técnica da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI-MEC), com o título: Dimensão de gênero e orientação sexual nos planos de educação, de 1º de setembro de 2015.

Autoria: Senador Magno Malta

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Pelo deferimento

Resultado: Aprovado o relatório

Textos da pauta:

[Relatório](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 1280, de 2015

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, e 216, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro da Saúde a respeito do rastreamento do câncer de mama e da Portaria nº 1.253, de 12 de novembro de 2013, que altera atributos de procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde, nos termos que especifica.

Autoria: Senador Paulo Bauer

Relatoria: Senador Elmano Férrer

Relatório: Pelo deferimento.

Resultado: Aprovado o relatório

Textos da pauta:

[Relatório](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 1282, de 2015

Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Ministra do Meio Ambiente acerca da aprovação do montante de US\$ 65 milhões por parte do Conselho do Fundo Global para o Meio Ambiente em favor da Amazônia brasileira, nos termos que especifica.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pelo deferimento

Resultado: Aprovado o relatório

Textos da pauta:

[Relatório](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 1303, de 2015

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art.

Resultado da 1ª Reunião Ordinária da MESA - SF, em 23 de Março de 2016

4

216, Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações informações relativas ao processo de renovação da permissão outorgada à Sociedade Rádio Clube São José dos Campos Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT)

Relatoria: Senador Elmano Férrer

Relatório: Pelo deferimento

Resultado: Aprovado o relatório

Textos da pauta:

[Relatório](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 1321, de 2015

Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores informações sobre a implementação, pelo governo brasileiro, dos mecanismos de ação social estabelecidos em dois atos internacionais dos quais o Brasil é signatário: “Declaração e Plano de Ação do México para Fortalecer a Proteção Internacional dos Refugiados na América Latina”, adotada na Cidade do México em 2004 e “Declaração de Brasília sobre a Proteção de Refugiados e Apátridas no Continente Americano”, de 2010.

Autoria: Senador Jorge Viana

Relatoria: Senador Douglas Cintra

Relatório: Pelo deferimento

Resultado: Aprovado o relatório

Textos da pauta:

[Relatório](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 1322, de 2015

Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Justiça informações sobre a implementação, pelo governo brasileiro, dos mecanismos de ação social estabelecidos em dois atos internacionais dos quais o Brasil é signatário: “Declaração e Plano de Ação do México para Fortalecer a Proteção Internacional dos Refugiados na América Latina”, adotada na Cidade do México em 2004 e “Declaração de Brasília sobre a Proteção de Refugiados e Apátridas no Continente Americano”, de 2010.

Autoria: Senador Jorge Viana

Relatoria: Senador Elmano Férrer

Relatório: Pelo deferimento.

Resultado: Aprovado o relatório

Textos da pauta:

[Relatório](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 10**REQUERIMENTO Nº 1346, de 2015**

Requer, com base nos art. 49, inciso X, e art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os art. 215, inciso I, e art. 216, do Regimento Interno, do Senado Federal, e no Ato da Mesa nº 1, de 2001, que sejam prestadas pelo Ministro de Estado de Minas e Energia informações a respeito de barragens de rejeitos cadastradas no Departamento Nacional de Produção Mineral, bem como, da fiscalização, do risco de rompimento e dos planos de contingência.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatoria: Senador Elmano Férrer

Relatório: Pelo deferimento.

Resultado: Aprovado o relatório

Textos da pauta:[Relatório](#)[Avulso da matéria](#)**ITEM 11****REQUERIMENTO Nº 1347, de 2015**

Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Justiça informações sobre o processo PA 08700.004633/2015-04, junto ao Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência - CADE, que investiga suposto cartel na manipulação de taxas de câmbio envolvendo o real e moedas estrangeiras, assim como os índices de referência de mercado de câmbio, como o PTAX do Banco Central do Brasil.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria: Senador Douglas Cintra

Relatório: Pelo deferimento

Resultado: Aprovado o relatório

Textos da pauta:[Relatório](#)[Avulso da matéria](#)**ITEM 12****REQUERIMENTO Nº 1356, de 2015**

Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas pelo Ministro de Minas e Energia informações sobre o Acórdão nº 3.493, de 2014 - TCU - Plenário, e das providências adotadas nas Tomadas de Contas 029.387/2013-2 e 023.736/2014-3.

Autoria: Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA)

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pelo deferimento

Resultado: Aprovado o relatório

Textos da pauta:[Relatório](#)[Avulso da matéria](#)

Resultado da 1ª Reunião Ordinária da MESA - SF, em 23 de Março de 2016

10

PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas – fase 3, regulamentado pela Portaria nº 53, de 1º de fevereiro de 2013, do Ministério das Cidades, nos termos que especifica.

Autoria: Senador Dário Berger

Relatoria: Senador Douglas Cintra

Relatório: Pelo deferimento

Resultado: Aprovado o relatório

Textos da pauta:

[Relatório](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 27

REQUERIMENTO Nº 1, de 2016

Requer, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitados ao Ministro de Estado de Minas e Energia esclarecimentos sobre a real situação financeira e administrativa da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA).

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatoria: Senador Gladson Cameli

Relatório: Pelo deferimento.

Resultado: Aprovado o relatório

Textos da pauta:

[Relatório](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 28

REQUERIMENTO Nº 21, de 2016

Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário informações a respeito do total de recursos sob administração do Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FTRA) e a inadimplência de suas operações, nos termos que especifica.

Autoria: Senador José Medeiros

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Pelo deferimento.

Resultado: Aprovado o relatório

Textos da pauta:

[Relatório](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 29

REQUERIMENTO Nº 29, de 2016

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia sobre a redução da dívida da CELG e seus beneficiários.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatoria: Senador Gladson Cameli

Resultado da 1ª Reunião Ordinária da MESA - SF, em 23 de Março de 2016

11

Relatório: Pelo deferimento.**Resultado:** Aprovado o relatório**Textos da pauta:**[Relatório](#)[Avulso da matéria](#)[Texto inicial](#)**ITEM 30****REQUERIMENTO Nº 31, de 2016**

Requer, em conformidade com as disposições do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, conjugadas com os termos do art. 215, inciso I, alínea a, e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA) informações sobre o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), nos termos que especifica.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado**Relatoria:** Senador Gladson Cameli**Relatório:** Pelo deferimento.**Resultado:** Aprovado o relatório**Textos da pauta:**[Relatório](#)[Avulso da matéria](#)[Texto inicial](#)**ITEM 31****REQUERIMENTO Nº 37, de 2016**

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Saúde acerca do atendimento do Programa Rede Cegonha às mulheres ciganas.

Autoria: Senador Magno Malta**Relatoria:** Senadora Angela Portela**Relatório:** Pela deferimento com alterações redacionais.**Resultado:** Aprovado o relatório**Textos da pauta:**[Relatório](#)[Avulso da matéria](#)**ITEM 32****REQUERIMENTO Nº 58, de 2016**

Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional, informações sobre quais providências estão sendo tomadas acerca da regulamentação da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho**Relatoria:** Senador Zeze Perrella**Relatório:** Pela aprovação, com emendas**Resultado:** Aprovado o relatório

Textos da pauta:

[Relatório](#)
[Avulso da matéria](#)
[Quadro comparativo](#)

ITEM 33**REQUERIMENTO Nº 61, de 2016**

Requer, com fundamento no art. 50, §2º, da Constituição Federal de 1988, e nos termos do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Sr. Nelson Henrique Barbosa Filho, Ministro da Fazenda, informações referentes ao Fundo de Garantia à Exportação - FGE, vinculado ao respectivo Ministério e cuja gestão está a cargo do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES).

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)

Relatoria: Senador Zeze Perrella

Relatório: Pelo deferimento.

Resultado: Aprovado o relatório

Textos da pauta:

[Relatório](#)
[Avulso da matéria](#)
[Texto inicial](#)

ITEM 34**REQUERIMENTO Nº 67, de 2016**

Requer, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com art. 215, inciso I, e art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, informações acerca de todos os dados estatísticos disponíveis, de maneira pormenorizada, sobre a produção agrícola nos assentamentos da reforma agrária, bem como devem ser incluídas as informações que permitam o cálculo do valor da produção de cada um dos assentamentos, bem como o rendimento físico por área de assentamento.

Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA)

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Pelo deferimento.

Resultado: Aprovado o relatório

ITEM 35**REQUERIMENTO Nº 85, de 2016**

Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal e com o art. 7º da Lei nº 9.478 de 1997, sejam solicitadas informações a Ministra do Meio Ambiente sobre as medidas tomadas para a punição dos responsáveis pela tragédia ambiental em Ferreira Gomes/AP.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pelo deferimento.

Resultado: Aprovado o relatório

Textos da pauta:[Relatório](#)[Avulso da matéria](#)**ITEM 36****REQUERIMENTO Nº 87, de 2016**

Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal e com o art. 7º da Lei nº 9.478 de 1997, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Ministério da Justiça, referentes às medidas tomadas para a punição dos responsáveis pelo rompimento da barragem em Mariana/MG.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pelo deferimento, com alterações redacionais que propõe.

Resultado: Aprovado o relatório

Textos da pauta:[Relatório](#)[Avulso da matéria](#)**ITEM 37****REQUERIMENTO Nº 88, de 2016**

Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal e com o art. 7º da Lei nº 9.478 de 1997, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações à Ministra do Meio Ambiente, sobre as medidas tomadas para a punição dos responsáveis pelo rompimento da barragem em Mariana/MG.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pelo deferimento, com alteração redacional.

Resultado: Aprovado o relatório

Textos da pauta:[Relatório](#)[Avulso da matéria](#)**ITEM 38****REQUERIMENTO Nº 106, de 2016**

Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas pelo Ministro Chefe da Casa Civil informações relativas aos gastos efetuados, direta ou indiretamente, a qualquer título, para o atendimento do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, entre os anos de 2011 e 2014.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatoria: Senador Gladson Cameli

Relatório: Pelo deferimento.

Resultado: Aprovado o relatório

Textos da pauta:[Relatório](#)[Avulso da matéria](#)[Texto inicial](#)

ITEM 39**REQUERIMENTO Nº 107, de 2016**

Requerem, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal c/c com art. 215, inciso I, e art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, o encaminhamento ao Sr. Ministro do Meio Ambiente, de pedido de informações para envio de todos os dados disponíveis, quanto às queixas de turistas argentinos sobre a poluição das águas do mar do litoral sul do Brasil, bem como as providências que vem sendo tomadas a fim de evitar a queda do alto movimento turístico, detalhando quais obras de saneamento básico estão previstas para as cidades litorâneas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Pelo deferimento, com alteração redacional que propõe.

Resultado: Aprovado o relatório

Textos da pauta:

[Relatório](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 40**REQUERIMENTO Nº 108, de 2016**

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro das Cidades acerca de providências para evitar a queda do movimento turístico nas cidades litorâneas de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, em razão das queixas de turistas argentinos sobre a poluição das águas do mar do litoral sul do Brasil.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Pelo deferimento.

Resultado: Aprovado o relatório

Textos da pauta:

[Relatório](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 41**REQUERIMENTO Nº 111, de 2016**

Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), sejam prestadas informações pelo Ministro dos Transportes sobre as obras de manutenção e reparação nas rodovias federais no Acre, em especial, trechos da BR-317 e BR-364, nos termos que especifica.

Autoria: Senador Jorge Viana

Relatoria: Senador Gladson Cameli

Relatório: Pelo deferimento.

Resultado: Aprovado o relatório

Textos da pauta:

[Relatório](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 42

REQUERIMENTO Nº 120, de 2016

Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Integração Nacional relativas às epidemias de dengue, de infecção pelo vírus Zika e de microcefalia no País.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Pelo deferimento.

Resultado: Aprovado o relatório

Textos da pauta:

Relatório

Avulso da matéria

EXTRAPAUTA**ITEM 43****REQUERIMENTO Nº 216, de 2016**

Requer, com fundamento no art. 50, §2º, da Constituição Federal, e nos termos do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, as informações sobre o envio de telegramas a todas as embaixadas e representações do Brasil no exterior, recomendando a difusão de mensagens de entidades alertando para o risco de um golpe político no País.

Autoria: Senador Tasso Jereissati

Relatoria: Senador Vicentinho Alves

Relatório: Pelo deferimento

Resultado: Aprovado o relatório

2ª PARTE**PAUTA****ITEM 1****PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 23, de 2014****- Não Terminativo -**

Institui no âmbito do Senado Federal a Frente Parlamentar em Defesa da Amazônia Legal.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Pela aprovação.

Resultado: Aprovado o relatório

Textos da pauta:

Relatório (CDR)

Relatório

Emenda Nº 1 (CDR)

Avulso da matéria

ITEM 2

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 12, de 2015**- Não Terminativo -**

Altera o art. 312 do Regimento Interno do Senado Federal.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pela aprovação com emenda.

Resultado: Aprovado o relatório

Textos da pauta:

Relatório

Avulso da matéria

Parecer aprovado na comissão (CCJ)

ITEM 3**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 35, de 2015****- Não Terminativo -**

Institui a Frente Parlamentar da Rota das Emoções.

Autoria: Senador Roberto Rocha e outros

Relatoria: Senador Vicentinho Alves

Relatório: Pela aprovação

Resultado: Aprovado o relatório

Textos da pauta:

Relatório

Relatório

Avulso da matéria

ITEM 4**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 49, de 2015****- Não Terminativo -**

Institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar em Apoio à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Pela aprovação.

Resultado: Aprovado o relatório

Textos da pauta:

Relatório (CDR)

Relatório

Avulso da matéria

Parecer aprovado na comissão (CDR)

EXTRAPAUTA**ITEM 5****PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 61, de 2015****- Não Terminativo -**

Cria a Instituição Fiscal Independente no âmbito do Senado Federal.

Resultado da 1ª Reunião Ordinária da MESA - SF, em 23 de Março de 2016

17

Autoria: Mesa do Senado Federal**Relatoria:** Senador Vicentinho Alves**Relatório:** Pela aprovação da Emenda nº 1-PLEN.**Resultado:** Aprovado o relatório

3ª PARTE

PAUTA

ITEM 1

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL Nº 9, de 2015

- Não Terminativo -

Cria a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional junto à União Europeia - UE.

Autoria: Senador Tasso Jereissati e outros**Relatório:** Pela aprovação**Resultado:** Aprovado o relatório

4ª PARTE

PAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 1457, de 2015

Requer, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do PLS 588/2015 com o PLS 616/2015 e o PLS 639/2015, por tratarem da mesma matéria.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro**Relatório:** Pronto para deliberação**Resultado:** Aprovado o requerimento.

Textos da pauta:

[Avulso da matéria](#)[Texto inicial](#)

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 123, de 2016

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 454, de 2015 com o Projeto de Lei do Senado nº 715, de 2015, por regularem a mesma matéria.

Autoria: Senador Romário**Relatório:** Pronto para deliberação**Resultado:** Aprovado o requerimento.

Textos da pauta:Avulso da matéria**ITEM 3****REQUERIMENTO Nº 192, de 2016**

Requer, nos termos regimentais, o desapensamento da Proposta de Emenda Constitucional nº 8, de 2015, que tramita em conjunto com a Proposta de Emenda Constitucional nº 21, de 2015, para que tenha tramitação autônoma.

Autoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pronto para deliberação

Resultado: Aprovado o requerimento.

Textos da pauta:Avulso da matéria

5ª PARTE

Escritório de Apoio às Atividades Parlamentares**Finalidade:**

Comunicar endereço de escritório parlamentar nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 16 de 2009.


Senador: Hélio José

Expediente/Data: MEMO-09/2016, de 02/02/2016.

Endereço: SCS Q "Ed. Bandeirantes Sala 303

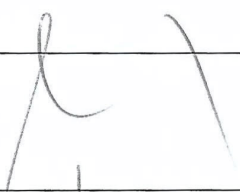
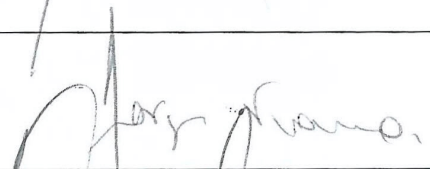
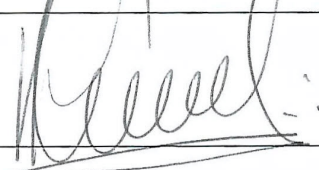
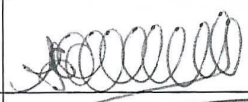
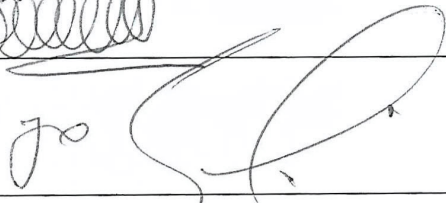
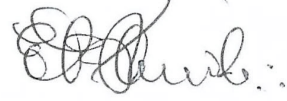
CEP: 70.300-910 - Brasília-DF

Resultado: Comunicado.

Esgotados os assuntos, e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião atinente à pauta legislativa às doze horas e nove minutos. E, para constar, eu,
 *(Luiz Fernando Bandeira de Mello), Secretário-Geral da Mesa, lavra a presente Ata, que, após assinada pelos membros da Comissão Diretora presentes, vai à publicação no Diário do Senado Federal.*

Assinaturas – Ata da 1ª Reunião da Mesa do Senado Federal

**Sala de Sessões,
23 de março de 2016**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senadora Ângela Portela 4ª Secretária	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
S/Partido - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PTB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PSD - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Ricardo Franco** (S)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

S/Partido - Delcídio do Amaral*
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 18

Dário Berger.	SC
Edison Lobão.	MA
Eunício Oliveira.	CE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Hélio José.	DF
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Sandra Braga.	AM
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 16

PSDB-11 / DEM-4 / PV-1

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysius Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PV / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Ricardo Franco.	DEM / SE
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco de Apoio ao Governo - 14

PT-11 / PDT-3

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Angela Portela.	PT / RR
Donizeti Nogueira.	PT / TO
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Telmário Mota.	PDT / RR

Bloco Moderador - 10

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

PTC-1

Blairo Maggi.	PR / MT
Douglas Cintra.	PTB / PE

Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT
Zeze Perrella.	PTB / MG

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10

PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 10

PP-6 / PSD-4

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
José Medeiros.	PSD / MT
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Moraes.	PP / GO

S/Partido - 3

Delcídio do Amaral.	MS
Reguffe.	DF
Walter Pinheiro.	BA

PMDB.	18
Bloco Parlamentar da Oposição.	16
Bloco de Apoio ao Governo.	14
Bloco Moderador.	10
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	10
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	10
S/Partido.	3
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA**(por ordem alfabética)**

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)	Raimundo Lira* (PMDB-PB)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (PMDB-DF)	Reguffe** (S/Partido-DF)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (PMDB-PA)	Ricardo Franco** (Bloco-DEM-SE)
Ataides Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Alberto Souza* (PMDB-MA)	Roberto Requião* (PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Blaio Maggi* (Bloco-PR-MT)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romero Jucá* (PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Maranhão** (PMDB-PB)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)	Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Sandra Braga* (PMDB-AM)
Dário Berger** (PMDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Simone Tebet** (PMDB-MS)
Delcídio do Amaral* (S/Partido-MS)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Edison Lobão* (PMDB-MA)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Marta Suplicy* (PMDB-SP)	Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Eunício Oliveira* (PMDB-CE)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Walter Pinheiro* (S/Partido-BA)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)	Zeze Perrella* (Bloco-PTB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL**PRESIDENTE**

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PTB-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT) - 14</p> <p>Líder Paulo Rocha - PT (36,48,67,74)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,32,80) Lindbergh Farias (34,73,75) Telmário Mota (4,30,41,51,69) Gleisi Hoffmann (68,72,77) Regina Sousa (40)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 11 Paulo Rocha (36,48,67,74)</p> <p>Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias (34,73,75) Gleisi Hoffmann (68,72,77) Fátima Bezerra (33,71) Donizeti Nogueira (70)</p> <p>Líder do PDT - 3 Acir Gurgacz (3,32,80)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,30,41,51,69)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM/PV) - 16</p> <p>Líder José Agripino - DEM (38,63)</p> <p>Vice-Líderes Ataídes Oliveira (37) Antonio Anastasia (45)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (11,57)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (22) Aloysio Nunes Ferreira (39)</p> <p>Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (9)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (38,63)</p> <p>Líder do PV - 1 Alvaro Dias (19,78)</p>	<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB (14,26)</p> <p>Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (62,86) Vanessa Grazziotin (21,23)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 7 Antonio Carlos Valadares (62,86)</p> <p>Vice-Líderes do PSB Fernando Bezerra Coelho (66) Roberto Rocha (44,65)</p> <p>Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (76)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,23)</p> <p>Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (24,28)</p>
<p>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 10</p> <p>Líder Omar Aziz - PSD (16,53)</p> <p>Vice-Líderes Benedito de Lira (10,15,43,52,56) Otto Alencar (59)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PP - 6 Benedito de Lira (10,15,43,52,56)</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (16,53)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (17)</p>	<p>Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 10</p> <p>Líder Fernando Collor - PTC (5,6,79,85)</p> <p>Vice-Líderes Wellington Fagundes (50,55,84) Elmano Férrer (81,83) Eduardo Amorim (82)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 3 Elmano Férrer (81,83)</p> <p>Líder do PR - 4 Wellington Fagundes (50,55,84)</p> <p>Vice-Líder do PR Vicentinho Alves (54)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (82)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,8)</p> <p>Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,79,85)</p>	<p>PMDB - 18</p>
<p>Governo</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (20,25,61,64)</p> <p>Vice-Líderes Hélio José (49,58) Gleisi Hoffmann (68,72,77) Wellington Fagundes (50,55,84) Telmário Mota (4,30,41,51,69)</p>		

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).

4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
10. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
11. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).
16. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
17. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
18. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
19. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
20. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
23. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
24. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
25. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
26. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
27. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
29. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
32. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
33. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
34. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
36. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
37. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
38. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
39. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
40. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
41. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
45. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
46. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
48. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
49. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
51. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
52. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).
53. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 1/2015).
54. Em 19.11.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado vice-líder do PR (Ofício s/n-GABLIDPR).
55. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
56. Em 24.11.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 2/2015-GLDP).
57. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
58. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
59. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
60. Em 16.12.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado líder do Bloco da Maioria (Of. 290/2015-GLPMDB).
61. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
62. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.

63. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
64. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
65. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
66. Em 01.03.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado vice-líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
67. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
68. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
69. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
70. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
71. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
72. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
73. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
74. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
75. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
76. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
77. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
78. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
79. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
80. O senador Acir Gurgacz está afastado do exercício pelo motivo "Licença Particular" no período de 01/04/2016 a 15/04/2016.
81. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB).
82. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
83. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
84. Em 06.04.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
85. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
86. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDM.

COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA
DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)**

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
------------------	------------------

**5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER
DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364**

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 15/04/2016

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁾	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

**. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

3. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

**7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA**

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)

Finalidade: Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

9) COMISSÃO PARA DISCUSSÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PARLAMENTARISMO

Finalidade: Comissão Especial, composta por 14 membros titulares e igual número de suplentes, para formular proposta de adoção de sistema de governo de matriz parlamentarista.

Requerimento nº 131, de 2016

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

10) COMISSÃO TEMPORÁRIA DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS

Finalidade: Avaliar toda a PNSB - Política Nacional de Segurança de Barragens, criada pela Lei 12.334/2010, bem como o SNISB - Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, a partir do acidente ocorrido com o rompimento de duas barragens de rejeitos de minérios no município de Mariana/MG e, assim, propor soluções eficazes.

Requerimento nº 1.305, de 2015

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)

Instalação: 01/12/2015

Prazo final: 11/05/2016

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jorge Viana (PT-AC)	
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	

Notas:

*. Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Antonio Anastasia e Ricardo Ferraço para ocupar, respectivamente, os cargos de Presidente e Relator da Comissão.

** Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Jorge Viana, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Fernando Bezerra Coelho, Wilder Morais e Rose de Freitas para compor o Colegiado.

Secretário(a): Felipe Costa Gerales

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br

11) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional.

Requerimento nº 935, de 2015

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 01/09/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁸⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	3. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ^(2,17)	4. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾	5. VAGO ^(5,13,16)
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹¹⁾	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) ⁽⁷⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁶⁾	5. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁵⁾	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹²⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	3. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁸⁾	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽⁹⁾
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ⁽¹⁰⁾

Notas:

*. Em 26.08.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

** Em 26.08.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Simone Tebet, Romero Jucá e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho e Waldemir Moka, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 224/2015-GLPMDB).

***. Em 26.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

****. Em 26.08.2015, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim e Cristovam Buarque, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.08.2015, os Senadores Antonio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e o Senador José Serra, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofs. 159 e 162/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.08.2015, os Senadores Douglas Cintra e Blairo Maggi foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 63/2015-BLUFOR).

*****. Em 27.08.2015, foi aprovado o Requerimento nº 982, de 2015, que amplia o número de vagas da comissão de 14 para 17.

*****. Em 12.11.2015, foi aprovado o Requerimento nº 1.289, de 2015, que prorroga o prazo final de funcionamento da Comissão para 22.12.2016.

1. Em 1º.09.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar, Romero Jucá e Blairo Maggi, respectivamente, Presidente, Vice Presidente e Relator deste Colegiado (Mem. 1/2015-CDNE).

2. Em 01.09.2015, o Senador Benedito de Lira foi indicado membro titular, e o Senador Gladson Cameli, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a comissão (Of. 106/2015-GLDBAG).
3. Em 01.09.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho passa a compor a Comissão como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, em sua substituição (Memo. 82/2015-BLSDEM).
4. Em 01.09.2015, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Memo. 82/2015-BLSDEM).
5. Em 01.09.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado membro titular e a Senadora Angela Portela membro suplente, para compor a Comissão, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 109/2015-GLDBAG).
6. Em 01.09.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 234/2015-GLPMDB).
7. Em 03.09.2015, as Senadoras Sandra Braga e Lúcia Vânia foram designadas membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a comissão (Of. 238/2015-GLPMDB).
8. Em 29.09.2015, a Senadora Gleisi Hoffman foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao senador Humberto Costa, que deixa de compor a Comissão (Of. 122/2015-GLDBAG).
9. Em 30.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 69/2015-BLUFOR).
10. Em 06.10.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado membro suplente, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 71/2015-BLUFOR).
11. Em 07.10.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 255/2015-GLPMDB).
12. Em 28.10.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 193/2015-GLPSDB).
13. Em 19.11.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela, que deixa de compor a Comissão (Of. 136/2015-GLDBAG).
14. Em 15.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco da Oposição em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a Comissão (Of. nº 120/2015-GLDEM).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
16. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
17. Em 13.04.2016, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Democracia Progressista em substituição ao Senador Benedito de Lira, que deixa de compor a Comissão (Of. nº 2/2016).
18. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

E-mail: coceti@senado.leg.br

12) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

Prazo final prorrogado: 17/06/2016

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

Número de membros: 13

PRESIDENTE: Caio Cesar Vieira Rocha

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Melo Filho ⁽¹⁾

RELATOR: Wladimir Vinycius de Moraes Camargos

Instalação: 29/10/2015

Prazo final: 06/06/2016

MEMBROS

Caio Cesar Vieira Rocha

Wladimir Vinycius de Moraes Camargos

Marcos Motta ⁽²⁾

Álvaro Melo Filho

Ana Paula Terra

Carlos Eugênio Lopes

Flávio Diz Zveiter

Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira

Luiz Felipe Santoro

Pedro Trengrouse

Roberto de Acioli Roma

Marcos Santos Parente Filho

Mizael Conrado de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 40, de 11 de novembro de 2015, altera o Ato do Presidente nº 39, de 2015 para incluir os Senhores Marcos Santos Parente Filho e Mizael Conrado de Oliveira como membros integrantes deste Colegiado.

1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)

2. O Ato do Presidente nº 44, de 16 de dezembro de 2015, substitui o senhor Alexandre Sidnei Guimarães pelo senhor Marcos Motta.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): (61) 3303-3514

14) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

Número de membros: 24

PRESIDENTE: Georges de Moura Ferreira

VICE-PRESIDENTE: Dorieldo Luiz dos Prazeres

RELATORA: Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Designação: 16/06/2015

Instalação: 16/06/2015

Prazo final: 12/12/2015

Prazo final prorrogado: 15/04/2016

MEMBROS

Georges de Moura Ferreira

Donizeti de Andrade

Respício Antônio do Espírito Santo Júnior

Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Dorieldo Luiz dos Prazeres

Antônio Ivaldo Machado de Andrade

Celso Faria de Souza

Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira

Tercio Ivan de Barros

Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva

Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira

Kerlington Pimentel de Freitas

Ronei Saggioro Glanzmann

Ricardo Bisinotto Catanant

Thiago Pereira Pedroso

Roberto José Silveira Honorato

Claudio Jorge Pinto Alves

Geraldo Vieira (2)

Enio Paes de Oliveira (1,3)

Ricardo Nogueira da Silva

José Adriano Castanho Ferreira

Ricardo Bernardi

Fernando Silva Alves de Camargo

Carlos Ebner

Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggioro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 30, de 14 de setembro de 2015, fixa em 25 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Especialista Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira para compor o Colegiado.

****. O ato do Presidente nº 42, de 24 de novembro de 2015, prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o dia 15 de março de 2016.

*****. O ato do Presidente nº 8, de 5 de abril de 2016, prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o dia 15 de abril de 2016.

1. Em 17.08.2015, o Sr. Milton Arantes Costa deixou de compor a comissão (Mem. 12/2015-CERCBA).

2. Em 21.08.2015, o Sr. Geraldo Vieira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 25, de 2015).

3. Em 1º.09.2015, o Sr. Enio Paes de Oliveira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 27, de 2015).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

15) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Mauro Roberto Gomes de Mattos

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Leandro Paulsen

Heleno Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar, no prazo de 180 dias, as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

Instalação: 31/03/2015

Prazo final: 28/09/2015

Prazo final prorrogado: 15/08/2016

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Wilder Morais (PP-GO) ^(6,7)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽⁶⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁸⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁹⁾	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

** Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

***. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

****. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.032, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015.

*****. Em 03.12.2015, foi lido o Requerimento nº 1.394, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão em 180 dias.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

5. Em 13.05.2015, vaga em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

6. Em 15.10.2015, o Senador Donizeti Nogueira passa a ocupar como membro titular, pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de ocupar a Comissão (Ofício nº 131/2015-GLDBAG).
7. Em 15.10.2015, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 132/2015-GLDBAG).
8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
9. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 61 33033492/3501

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 18/03/2015

Instalação: 24/03/2015

Prazo final: 21/09/2015

Prazo final prorrogado: 30/04/2016

Prazo final prorrogado: 27/10/2016

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁹⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Maioria (PMDB)	
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,10)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹¹⁾	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁸⁾	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹²⁾	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

**. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

***. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

****. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.031, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 180 dias.

*****. Em 29.03.2016, foi lido o Requerimento nº 227, de 2016, de prorrogação do prazo final da Comissão por 180 dias.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).
8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).
10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
12. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Eduardo Bruno do Lago de Sá

Telefone(s): 61 33033511/10

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

3)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Investigar o assassinato de jovens no Brasil, no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

Leitura: 05/03/2015

Designação: 29/04/2015

Instalação: 06/05/2015

Prazo final: 03/11/2015

Prazo final prorrogado: 28/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾
Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽³⁾	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁸⁾	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁹⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

***. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

*****. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR).

*****. Em 27.10.2015, lido o Requerimento nº 1.213, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 90 dias.

*****. Em 09.03.2016, lido o Requerimento nº 148, de 2016, de prorrogação do prazo final da Comissão por 45 dias.

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

3. Em 25.08.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia em vaga cedida pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que deixa de compor a comissão (of. 78/2015-BLSDEM).

4. Em 26.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco União e Força, no lugar do Senador Magno Malta, que deixa de compor a Comissão (Of. 62/2015-BLUFOR).

5. Em 02.09.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a Comissão (Of. 84/2015-BLSDEM).
6. Em 06.10.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente, pelo Bloco União e Força (Of. 70/2015-BLUFOR).
7. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
9. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 33033508/3514

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

4)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽¹⁾	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁴⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽³⁾	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁵⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT)

Notas:

*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).

**.. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB)

***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)

****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

*****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).

1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).

2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).

3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

4. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

5. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

5)CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁶⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 16/08/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽¹³⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(2,13)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	2. VAGO ^(9,11)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹²⁾	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁰⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁴⁾	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

**. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015-BLUFOR).

****. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

*****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membro titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

*****. Em 11.11.2015, foi lido o Requerimento nº 1.288, de 2015., que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).

8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).
9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).
10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLDPSDB).
11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 08.03.2016, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. nº 015/2016-GLDBAG).
14. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 061 33033508/3501

E-mail: coceti@senado.leg.br

6)CPI DAS BARRAGENS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades na fiscalização e manutenção das barragens da Samarco Mineradora S.A., no Município de Mariana/MG, bem como para investigar responsabilidades pelo desastre ambiental causado pelo rompimento dessas barragens, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, além de averiguar a situação atual de outros locais de mineração em que haja risco de desastres semelhantes.

Requerimento nº 1.343, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 24/11/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²⁾	
	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
	1.

Notas:

1. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

2. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,23,26)

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽²⁵⁾	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(10,16,24,27)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁴⁾	5. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	6. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁹⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	8. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	3. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	4. VAGO ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹³⁾
VAGO ⁽¹²⁾	8. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(8,14,21)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(17,28)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PV-PR) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(2,18,20,28)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²²⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁰⁾	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	3. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

- ***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).
- ****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).
- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).
- *****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).
 2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).
 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
 5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).
 6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).
 7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).
 8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).
 9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).
 10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).
 11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).
 12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
 13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).
 14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).
 15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).
 16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).
 17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).
 18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 109/2015-GLDEM).
 19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).
 20. Em 08.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 121/2015-GLDEM).
 21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares (Of. 005/2016-GLBSD).
 23. Em 01.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixou de ocupar a Presidência da Comissão (Ofício SDA nº 003/2016).
 24. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. nº 013/2016-GLDBAG).
 25. Em 01.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 2/2016-GLDBAG).
 26. Em 07.03.2016, a Comissão reunida elegeu a Senadora Gleisi Hoffmann Presidenta deste colegiado (Of. nº 12/2016-CAE).
 27. Em 22.03.2016, a Senadora Regina Sousa foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 22/2016-GLDBAG).
 28. Em 22.03.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 15/2016-GLDEM).
 29. Em 06.04.2016, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 16/2016-BLSDEM).
 30. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	1. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1.

Notas:

1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).

2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(7,19)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(11,21)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	4. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁶⁾	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	6. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽²⁰⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁶⁾	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(14,15)	1. VAGO ⁽¹⁷⁾
VAGO	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(5,8)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹³⁾	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(9,18)	2. Senador Romário (PSB-RJ) ⁽⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ^(1,22)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
17. Em 16.02.2016, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. 004/2016-GLDEM).
18. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha (Of. 004/2016-GLBSD).
19. Em 24.02.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Ricardo Franco Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 032/2016-PRESIDÊNCIA/CAS).
20. Em 24.02.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 019/2016-GLPMDDB).
21. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 018/2016-GLDBAG).
22. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Patrícia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁸⁾	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(9,28)
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	5. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(25,29)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³³⁾
VAGO ⁽³²⁾	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁶⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ^(11,15)	7. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽³¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(7,30)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ^(10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	2. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(1,12,17,32)	4. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(26,27)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(2,24)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ^(14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	3. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽³⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁵⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ^(20,21)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ^(18,19)
Senador Magno Malta (PR-ES)	3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽²³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
- *****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
 2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
 5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
 6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
 7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).
 8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
 9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
 10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
 11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
 12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
 13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
 14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
 15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
 16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
 17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
 18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).
 19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).
 20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).
 21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).
 22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).
 23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).
 24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).
 25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).
 26. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
 27. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
 28. Em 08.12.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 140/2015-GLDBAG).
 29. Torna-se sem efeito a indicação apresentada nos termos do Ofício nº 008/2015-GLDPP.
 30. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 31. Em 1º.03.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. 024/2016-GLPMDB).
 32. Em 1º.03.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, deixando de ocupar vaga de titular pelo Bloco da Maioria (Of. 009/2016-GLPSDB).
 33. Em 09.03.2016, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Omar Aziz (Memo. 4/2016-GLPSD).
 34. Em 05.04.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 13/2016-BLSDEM).
 35. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	3. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	4. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹¹⁾	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁶⁾	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(14,15)	1. VAGO ⁽¹³⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ^(12,13)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Alvaro Dias (PV-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).

10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).

11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).

12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Moraes ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).

13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹³⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(7,13,15)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	4. VAGO ^(5,14)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) ⁽⁶⁾
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(8,12)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁶⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	2. Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Sousa e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezzerro, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. 14/2016-GLDBAG).
14. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
15. Em 30.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 30/2016-GLDBAG).
16. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1.
Senador Reguffe (S/Partido-DF)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2.
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	3.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2.
VAGO ⁽¹⁾	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,5)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(6,7)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).

3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).

4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).

5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).

6. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

7. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).

** Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

** Em 29.02.2016, foram reativados os trabalhos da Subcomissão (Memo. nº 1/2016-CMA)

*** Em 05.04.2016, foram designados como membros suplentes os Senadores Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força; e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 18/2016/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽⁸⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁴⁾	6. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽²⁰⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹²⁾	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹³⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁹⁾	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(17,18)	1. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹¹⁾	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽¹¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Romário (PSB-RJ)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²¹⁾	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁵⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of.64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão(Of. 106/2015-GLDEM).
17. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
18. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
19. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
20. Em 16.02.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 001/2016-GLDBAG).
21. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Sousa foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ^(3,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(10,11)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹²⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁵⁾	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽²⁾	3. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)
Senador Magno Malta (PR-ES)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira(Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão(Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
16. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
VAGO ⁽²²⁾	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)	2. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(10,13)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ^(5,19)	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,8)	4. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽²¹⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁴⁾	5. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁰⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO ⁽¹⁸⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁷⁾	2. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ^(15,16)	4.
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹¹⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.
	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²³⁾	
Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) ^(12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM).
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).
20. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
21. Em 23.03.2016, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixou de compor a Comissão (Of. 37/2016-GLMPDB).
22. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Moraes e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).

2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ⁽¹⁸⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁸⁾	4. VAGO ^(1,10)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ^(11,12)	2. Senador Hélio José (PMDB-DF) ^(7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²¹⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(19,20,24)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(5,16)	2. VAGO
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(6,13,17,24)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²²⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²³⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB).

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).
19. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
20. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. 006/2016-GLBSD).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 02/03/2016, os Senadores Ricardo Franco e Ronaldo Caiado permutam suas vagas pelo Bloco Parlamentar da Oposição na Comissão, passando a titular e suplente, respectivamente (Of. nº 8/2016-GLDEM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	3.
VAGO ⁽⁹⁾	4.
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	1. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁸⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
VAGO ^(3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁰⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

9. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).

10. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lasier Martins (PDT-RS) ^(1,13,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
VAGO	1. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁵⁾
Senadora Angela Portela (PT-RR)	4. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3. VAGO ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹¹⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹⁶⁾	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ^(10,12)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**.. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015- GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDM).

10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
12. Em 16.02.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a comissão (Of. 01/2016-BLUFOR).
13. Em 23.02.2016, o Senador Cristovam Buarque renuncia ao cargo de Presidente da Comissão (Ofício GSCB nº 02-002/2016).
14. Em 01.03.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Lasier Martins Presidente deste colegiado (Mem. 8/2016-CCT).
15. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral, que deixa de compor a comissão (Of. 019/2016-GLDBAG).
16. Em 06.04.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 017/2016-BLSDEM).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹¹⁾

RELATOR: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	3. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁶⁾	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(14,15)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(9,12)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

** Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB).

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD).

10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).

11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).

12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM).

13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG).

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda
Telefone(s): 61 33031095
E-mail: csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2.
Senador Paulo Paim (PT-RS)	3.
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4.
	5.
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽¹⁾
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁶⁾	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	2.

Notas:

*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

**. Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

***. Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

****. Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

*****. Em 14.10.2015, os Senadores João Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

1. Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB).

2. Em 17.11.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Bauer e João Capiberibe, respectivamente, Presidente e Vice-presidente deste Colegiado (Of. 1/2015-CTG).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

4. Em 01.03.2016, o Senador Wellington Fagundes deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 6/2016-BLUFOR).

5. Em 16.03.2016, foi designado o Senador Ronaldo Caiado como membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofício nº 16/2016-GLDEM).

6. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 14h30 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: ctg@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. VAGO ⁽³⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾	4.
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(9,10)	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(4,5)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁵⁾
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽⁵⁾	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(6,7)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁸⁾
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁸⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ^(11,12)	1.
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(13,14)	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
(/)	

Atualização: 01/03/2016

Notas:

*. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 02/06/2015.

1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.

2. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.

3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

4. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

5. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 01/12/2015.

6. O Senador Flexa Ribeiro comunica renúncia a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme ofício lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

7. O Senador Dalirio Beber foi eleito para ocupar a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme Ofício nº 206/2015 GLPSDB, lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

8. Eleitos na Sessão do Senado Federal do dia 09/12/2015.

9. Em 15.12.2015, foi lido em Plenário Ofício nº 323/2015 - GSWMOR, do Senador Wilder Moraes, comunicando renúncia como titular do Conselho em vaga destinada ao Bloco da Parlamentar da Oposição.

10. O Senador Davi Alcolumbre foi eleito na sessão plenária de 16.12.2015, para ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Oposição, conforme Ofício nº 122/2015, do Líder do Democratas.

11. O Senador Elmano Férrer comunica renúncia como membro titular do Conselho, na vaga destinada ao PTB, conforme o MEMO nº 110/2015-GSEFERRE, datado e lido na sessão Plenária do dia 17.12.2015.

12. O Senador Douglas Cintra foi eleito membro titular para ocupar a vaga destinada ao PTB, conforme Ofício nº 0004/2016-BLUFOR, do Líder do Bloco Parlamentar União e Força, lido na sessão plenária nesta data.

13. Nos termos do Of.nº0005/2016-BLUFOR, datado de 25.02.2016, o Líder do Bloco Parlamentar União e Força cede vaga de membro titular deste bloco para o Partido Democrático Trabalhista - PDT.

14. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força ao PDT, na sessão plenária de 01/03/2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

6ª Designação: 11/03/2013

7ª Designação: 26/11/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Hélio José (PMDB-DF)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 26/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS**PTB**

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015**MEMBROS****PMDB**

Senador Eunício Oliveira (CE)

PT

Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/10/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

VAGO ⁽²⁾

PP

Senador Gladson Cameli (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303.5258

Fax: 3303.5260

E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) ⁽²⁾**1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Lindbergh Farias (RJ)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSOL
Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 07/07/2015**Notas:**

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PR
Senador Vicentinho Alves (TO)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
VAGO ⁽²⁾
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015**Notas:**

*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)**1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁽¹⁾	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015**Notas:**

*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Reguffe (S/Partido-DF)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senador Wilder Moraes (PP-GO)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 03/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):

16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
REDE
Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 04/08/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: titulares

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SENADO FEDERAL

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo

Telefone(s): (61) 3216-6892

E-mail: cmo.decom@camara.leg.br

Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
---------------	------------------

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e
Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI**

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**I - Comitê de Avaliação , Fiscalização e
Controle da Execução Orçamentária - CFIS**

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Daniel Vilela (PMDB-GO) (19,20)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (19,20)

RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (19,20)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Proxima Reunião: 13/04/2016 às 14:00

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
VAGO (4,16,21)	1. VAGO
VAGO (22,23)	2. VAGO
Marta Suplicy - PMDB/SP (9,22,23)	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO (2)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PPS/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Moderador (PTC, PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PEN	
Eros Biondini - PROS/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - REDE/RJ
Leônidas Cristino - PDT/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. João Paulo Papa - PSDB/SP (17)
PSDB, PSB	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PV/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.

2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.

4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.

5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.

6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.

8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.

9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).

10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.

11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.

12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.

13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.

14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC.

15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.

18. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.

19. Encerrado mandato de Presidente, Vice-Presidente e Relator do ano de 2015, em 25/02/2016, conforme art. 6º da Resolução nº 4/20018-CN.

20. Mesa eleita em 16-03-2016.

21. Designados, como membros titulares, Hélio José, Dário Berger, Marta Suplicy em substituição, respectivamente, Otto Alencar, Sandra Braga, Roberto Rocha, em 13-4-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 48, de 2016, da Liderança do PMDB.
22. Designados, como membros titulares, Hélio José, Dário Berger, Marta Suplicy em substituição, respectivamente, a Otto Alencar, Sandra Braga, Roberto Rocha, em 13-4-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 48, de 2016, da Liderança do PMDB.
23. Designados, como membros titulares, Hélio José, Dário Berger, Marta Suplicy em substituição, respectivamente, a Otto Alencar, Sandra Braga, Roberto Rocha, em 13-4-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 48, de 2016, da Liderança do PMDB.

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum

Telefone(s): (61) 3303-3534

E-mail: cocm@senado.gov.br

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) ⁽⁶⁾	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PV/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) ⁽²⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Cristovam Buarque (PPS/DF) ⁽⁷⁾
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) ⁽¹⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) ⁽⁴⁾
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) ⁽³⁾	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
5. Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
7. Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Maioria (PMDB)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - PMDB/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Moderador (PTC, PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes - PR/MT ⁽¹⁹⁾	1. Eduardo Amorim - PSC/SE ⁽¹⁴⁾
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PEN	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSD/MG
Laura Carneiro - PMDB/RJ (17,21)	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Araújo - PTN/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
Darcísio Perondi - PMDB/RS (22)	7. Delegado Edson Moreira - PR/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. Dâmina Pereira - PSL/MG (16)
Ezequiel Teixeira - PTN/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PR/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
VAGO (4,23)	3. Benedita da Silva - PT/RJ (15)
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. Margarida Salomão - PT/MG (15)
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. Maria do Rosário - PT/RS (15)
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. Beto Salame - PP/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PHS/AL	8. VAGO
PSDB, PSB	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Eliziane Gama - PPS/MA (18)
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Moraes - GO (9)	1. Rosângela Curado - PSOL/RJ (20)
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luizianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.
21. Designada, como membro titular, a Deputada Laura Carneiro, em vaga existente, em 29-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1472, de 2015, da Liderança do PMDB/PEN.
22. Designado, como membro titular, o Deputado Darcísio Perondi, em vaga existente, em 1-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2016, da Liderança do PMDB/PEN.
23. A Deputada Érika Kokay deixa de integrar a Comissão nos termos do Ofício 74, de 2016, da Liderança do PT, em 4 de março de 2016 (Sessão do Senado Federal).

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS**ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal**

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Designação: 02/06/2015

Prazo final prorrogado: 01/11/2016

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)
Deputado Sergio Zveiter
Deputado Miro Teixeira (REDE/RJ)
Deputado Sandro Alex (PSD/PR)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
VAGO

SENADO FEDERAL
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Senador Jorge Viana (PT/AC)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido/BA)
Senador Blairo Maggi (PR/MT)
VAGO

CONSELHOS E ÓRGÃOS**Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul****COMPOSIÇÃO****Número de membros:** 10 Senadores e 27 Deputados**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR)**1º VICE-PRESIDENTE:** Deputado Edio Lopes (PR-RR)**2ª VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)**Designação:** 07/04/2015**SENADO FEDERAL**

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (2)
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ (2)	3. Gladson Cameli - PP/AC
Maioria (PMDB)	
VAGO (8)	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP (7)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Moderador	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PEN	
Arthur Oliveira Maia - PPS/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Professor Victório Galli - PSC/MT (19)
Edio Lopes - PR/RR	5. Maia Filho - PMDB/RS (14)
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Paes Landim - PTB/PI (15)	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Benito Gama - PTB/BA (15,16)
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC (4)
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB (10)
Mandetta - DEM/MS (5)	11. VAGO
PSD	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. Pepe Vargas - PT/RS (3,13)
Danrlei de Deus Hinterholz - RS	3. Hugo Leal - PSB/RJ
Domingos Neto - CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Ságuas Moraes - PT/MT (11)	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PB (6)	6. Jaime Martins - MG (6)
Luiz Cláudio - PR/RO	7. VAGO (11)
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS (9)
PSDB, PSB	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Sandro Alex - PSD/PR (18)
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Heitor Schuch - PSB/RS (1,12)
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PR/TO (1)
Rocha - PSDB/AC	4. Elizeu Dionizio - PSDB/MS (17)
Jose Stédile - PSB/RS (1)	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI (1)	6. VAGO
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.

7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.
11. Designado, como membro titular, o Deputado Ságuas Moraes, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, em 8-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 668, de 2015, da Liderança do PT.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Schuch, em substituição à Deputada Tereza Cristina, em 15-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2015, da Liderança do PSB.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Pepe Vargas, em vaga existente, em 20-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 697, de 2015, da Liderança do PT.
14. Designado, como membro suplente, o Deputado Mainha, em substituição ao Deputado Elizeu Dionizio, em 24-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2015, da Liderança do Solidariedade.
15. Designado, como membro titular, o Deputado Paes Landim, que deixa de ser suplente, em substituição ao Deputado Luis Carlos Busato, em 4-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 19, de 2016, da Liderança do PTB.
16. Designado, como membro suplente, o Deputado Benito Gama, em vaga existente, em 17-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 27, de 2016, da Liderança do PTB.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado Elizeu Dionizio, em vaga existente, em 9-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 135, de 2016, da Liderança do PSDB.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Sandro Alex, em substituição ao Deputado Moses Rodrigues, em 16-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34, de 2016, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro suplente, o Deputado Professor Victório Galli, em substituição ao Deputado Edmar Arruda, em 13-4-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 43, de 2016, da Liderança do PSC.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional**Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN****COMPOSIÇÃO****Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados**Eleição Geral:** 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobbo (PR/PR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PROS/RJ)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
Líder da Maioria VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PTB/MG)
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PV/PR)
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos ⁽¹⁾

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	Maria Célia Furtado ^(2,4)
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	Murillo de Aragão ⁽⁵⁾

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO ⁽³⁾	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 07/12/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).
3. O Conselheiro Henrique Eduardo Alves renunciou à vaga de membro titular, representante da sociedade civil, nos termos da Carta s/n - HELA, datada de 1º.12.2015, lida na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
4. A Conselheira Maria Célia Furtado foi eleita em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossada na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
5. O Conselheiro Murillo de Aragão foi eleito em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossado na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

